



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ANDRÉIA FERREIRA DOS SANTOS

**O PROJETO EDUCACIONAL DA REVISTA *EDUCAÇÃO E
SOCIEDADE* (1978-1990)**

Goiânia
2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

ANDRÉIA FERREIRA DOS SANTOS

3. Título do trabalho

O projeto educacional da revista Educação e Sociedade (1978-1990)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **ANDREIA FERREIRA DOS SANTOS, Discente**, em 14/01/2021, às 12:35, conforme horário oficial de

Termo de Ciência e de Autorização (TECA) FE 1804271 SEI 23070.056192/2020-32 / pg. 1



Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gina Glaydes Guimarães De Faria, Professora do Magistério Superior**, em 29/01/2021, às 07:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1804271** e o código CRC **77A6C427**.

ANDRÉIA FERREIRA DOS SANTOS

O PROJETO EDUCACIONAL DA REVISTA *EDUCAÇÃO E SOCIEDADE* (1978-1990)

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de concentração: Educação

Linha de pesquisa: Fundamentos dos Processos Educativos.

Orientadora: Profa. Dra. Gina Glaydes Guimarães de Faria

Goiânia
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos, Andréia Ferreira dos
O PROJETO EDUCACIONAL DA REVISTA EDUCAÇÃO E
SOCIEDADE (1978-1990) [manuscrito] / Andréia Ferreira dos
Santos. - 2020.
81 f.

Orientador: Profa. Gina Glaydes Guimarães de Faria.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação,
Goiânia, 2020.
Bibliografia. Anexos. Apêndice.
Inclui siglas.

1. Pesquisa em periódico. 2. Escola. 3. Formação. I. Faria, Gina
Glaydes Guimarães de, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata Nº 56 da sessão de Defesa de Dissertação de **ANDRÉIA FERREIRA DOS SANTOS** que confere o título de Mestre em **Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGE/FE/UFG, na área de concentração em **Educação**.

Aos **dezessete dias do mês de dezembro de dois mil e vinte (17/12/2020)**, a partir da(s) **14:30**, em plataforma virtual no link público <http://meet.google.com/xhz-dsmw-tni>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“O projeto educacional da revista Educação e Sociedade (1978-1990)”**. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora Prof.^ª Dr.^ª **Gina Glaydes Guimarães de Faria (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Educação** pela UFG, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Prof.^ª Dr.^ª **Anita C. Azevedo Resende (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Ciências Sociais** pela PUC/SP - membro titular interno e Prof.^ª Dr.^ª **Maria Augusta Peixoto Mundim (FE/UFG)**, doutora **Educação** pela UFG - membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Prof.^ª Dr.^ª **Gina Glaydes Guimarães de Faria**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte.

Banca Examinadora

Prof.^ª Dr.^ª Gina Glaydes Guimarães de Faria

Prof.^ª Dr.^ª Anita C. Azevedo Resende

Prof.^ª Dr.^ª Maria Augusta Peixoto Mundim

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Gina Glaydes Guimarães De Faria, Professora do Magistério Superior**, em 17/12/2020, às 17:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Augusta Peixoto Mundim, Professor do Magistério Superior**, em 23/12/2020, às 12:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anita Cristina Azevedo Resende, Usuário Externo**, em 23/12/2020, às 18:45, conforme horário oficial de

Ata de Defesa de Dissertação 56 (1760018) SEI 23070.056192/2020-32 / pg. 1



Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1760018** e o código CRC **6F33C1BF**.

Referência: Processo nº 23070.056192/2020-32

SEI nº 1760018

Dedicatória

Este trabalho é dedicado à minha mãe, Marlene Ferreira da Silva Santos (*In memoriam*) e a minha irmã, Cláudia Ferreira dos Santos (*In memoriam*), na certeza de que as amo muito, eternamente!

Aos meus primos: Rander e Juninho (*In Memoriam*)

Ao meu amado e querido pai (agora somos nós dois) por ser um grande exemplo de perseverança, amor, paciência e dedicação à família e ao trabalho. É meu exemplo e minha inspiração, desde sempre!

Ao meu marido, pela compreensão, incentivo e apoio nessa jornada, na qual crescemos juntos!

Ao meu amado filho, por tornar essa conquista cada vez mais especial.

Aos meus sobrinhos, Caroline, Daniel, Bruno e José Henrique, pelo carinho.

À Mileninha, o amor da vida da titia, '*daqui até a eternidade....*'

Às milhares de vítimas desta terrível pandemia e aos seus familiares...

Agradecimentos

Agradeço a Deus por me amparar em todos os momentos da vida e me permitir concluir mais esta etapa da minha formação nesta eterna caminhada.... Jamais imaginei que iria finalizar o mestrado sob estas condições, sem a minha mãe e sem minha irmã. Todas as duas deixaram este plano neste ano de 2020, primeiro foi a minha irmã, em março; oito meses depois, foi minha mãe, em novembro. Resta-nos o consolo em acreditar que ambas descansaram e seguem rumo a evolução.... Sem dúvida é um dos momentos mais difíceis para toda a minha família, no entanto, a fé tem nos sustentado!

Agradeço a minha querida tia Abadia que ficou em nossa casa para nos dar apoio. Foi fundamental sua presença junto a nós...obrigada pelo carinho e dedicação.

Agradeço muitíssimo a minha orientadora, professora Dr^a Gina Glaydes Guimarães de Faria pela compreensão, solidariedade, paciência, dedicação e orientação cuidadosa durante todo o desenvolvimento dessa pesquisa. Obrigada por fazer parte da minha formação humana e acadêmica.

Agradeço, igualmente, à Prof^a Dr^a Anita C. Azevedo Resende e à Prof^a Dr^a Maria Augusta Peixoto Mundim por fazerem parte do meu processo de formação, pela leitura criteriosa desse trabalho e pelas valiosas contribuições na banca qualificação.

Agradeço, ainda, à Prof^a Dr^a Virgínia Salles Gebrim pelo carinho e palavras confortantes! E a todos os demais professores da Faculdade de Educação e do PPGE/FE/UFG que contribuíram nesta caminhada, muito obrigada!

Às queridas e amadas companheiras Maria Aldina, Jovenilia, Mônica, Anny, Karoline Teixeira e Ana Carla, obrigada pelo carinho e por estarem junto comigo nos momentos mais difíceis. A todos os demais colegas da 31^a turma de mestrado pelos momentos de estudos, diálogos, risos, cansaço, perseverança.... obrigada, tudo isso nos constitui!

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG) pelo recebimento da bolsa de estudos durante o mestrado, a qual possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa. Aos servidores da Biblioteca da UFG, Campus Colemar Natal e Silva pela ajuda para acessar as revistas usadas nesta pesquisa.

Enfim, a todas as pessoas da minha família que estiveram ao meu lado e que direta ou indiretamente contribuíram e participaram desde o início do processo que culminou na realização desta pesquisa. Muitíssimo obrigada pelo carinho de todas(os)!

RESUMO

Este Trabalho objetiva apreender como a revista Educação e Sociedade, publicada ininterruptamente desde os finais dos anos de 1970, no contexto das lutas pela redemocratização do país, formula e difunde o que foi chamado à época de um “novo projeto educacional” para o Brasil. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada nos editoriais do nº 1 até o nº 35, lidos mediante um roteiro de análise. Os resultados da pesquisa evidenciam em que medida os editores do periódico se implicam na dinamização da área consubstanciando um projeto educacional fundado em pelo menos três pontos principais: o primeiro diz respeito ao compromisso com os princípios de uma educação pública voltada para a formação criticamente orientada, particularmente para os trabalhadores; o segundo, à mobilização dos educadores para o engajamento na defesa de uma escola pública, laica e gratuita e, o terceiro, à preocupação com a formulação de políticas públicas educacionais que viabilizassem uma educação efetivamente democrática. Estes princípios alicerçariam uma formação igualmente crítica, centrada nos valores democráticos que romperiam com o *tecnicismo* e o *economicismo* na educação.

Palavras-chave: Pesquisa em periódico; Escola; Formação.

ABSTRACT

This work which is a bibliographic research, aims to understand how the magazine *Educação e Sociedade*, published continuously since the late 1970s, in the context of the struggles for the new democratization of the country, formulates and disseminates what was called at the time of a “new educational project” to Brazil. This is a bibliographic search carried out in the editorials from one to thirty-five, and it was read through an analysis script. The results of the research show the extent to which the journal's editors are involved in making the field more dynamic by embodying an educational project founded on at least three main points: the first concerns the commitment to the principles of public education geared towards critically oriented training, particularly for workers; the second, the mobilization of educators to engage in the defense of a public, secular and free school, and the third, the concern with the formulation of public educational policies that would make an effectively democratic education possible to exist. These principles would underpin an equally critical formation, centered on democratic values that would break with technicism and economism in education.

Keywords: Periodic research; School; Formation

SUMÁRIO

Introdução	8
Capítulo I – Trabalho, Escola e Formação	14
1.1 Indivíduo e sociedade numa perspectiva histórica.....	14
1.2 Escola e formação numa sociedade de classes antagônicas.....	27
1.3 <i>A escola dual</i> : emblema dos desafios da formação.....	32
Capítulo II - Revista <i>Educação e Sociedade</i>: Linha editorial e temáticas	39
2.1 Editoriais: questões e temas.....	44
2.2 Movimentos educacionais.....	47
2.1.1 As Conferências Brasileiras de Educação (CBEs).....	50
2.1.2 Embate entre ensino público e privado e a defesa da Escola Pública, Democrática, Gratuita e Laica.....	55
Capítulo III – Um novo projeto educacional para a Educação Pública Brasileira	61
3.1. Para além da escola dual: superação do economicismo na educação.....	62
3.2. Público e privado e a legislação educacional.....	70
3.3. Um novo projeto educacional em andamento.....	74
Considerações	78
Referências	82
Apêndices	
Anexos	

INTRODUÇÃO

A análise dos editoriais da revista *Educação e Sociedade*, do nº 1 ao nº 35, compreendendo o período de setembro de 1978 a abril de 1990, foi motivada pelos estudos de Saviani (2007) ao indicar a fertilidade da década de 1980 para a educação no que se refere às lutas e propostas por uma escola pública e de qualidade. Dentre as conquistas daquele momento, o autor indica a criação de *Educação e Sociedade* o que instigou a autora deste trabalho a adotá-la como fonte de pesquisa, partindo do pressuposto de que a pesquisa em periódico educacional especializado permite apreender a dinâmica do campo, seus desafios e dilemas.

Neste sentido, este trabalho tem como objetivo indicar como a revista *Educação e Sociedade*, publicada ininterruptamente desde os finais dos anos de 1970, no contexto das lutas pela redemocratização do país, formula e difunde o que foi chamado à época de um “novo projeto educacional” para o Brasil. Qual concepção de escola e formação orienta este projeto? Quais suas implicações para a formação de professores? Quais seus embates?

Saviani (2007), ao narrar a história das ideias pedagógicas no Brasil, indica que o projeto formativo vinculado a uma educação democrática e igualitária foi explicitado no Brasil nos anos de 1980. Se para muitos a década de 1980 representa uma “década perdida”¹, para a área educacional, segundo o autor, representou um momento fértil.

Ressalta que a referida década foi uma das mais fecundas na organização do campo educacional com a criação de várias associações dos trabalhadores em educação, tais como: a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) e a Associação Nacional de Educação (ANDE), ambas criadas respectivamente, de acordo com Saviani (2007), nos anos de 1979, 1977 e 1978. Além destas, “a década de 1980 também se inicia com a constituição de associações, depois transformadas em sindicatos, aglutinando, em âmbito nacional, os professores dos diferentes níveis de ensino e os especialistas nas diversas habilitações pedagógicas” (SAVIANI, 2007, p.401).

Educação e Sociedade é uma das revistas que mais se destacaram no sentido da “difusão e discussão dos temas educacionais os mais diversos, tendo como alvos os

¹ A referência à década perdida, decorreu da reunião das Organizações das Nações Unidas (ONU), realizada em Paris no ano de 1990, em que foi reconhecido o fracasso do programa mundial de “ação para o desenvolvimento dos países mais pobres do globo, formulado em 1981” (SAVIANI, 2007, p.400).

professores universitários e alunos de pós-graduação” (SAVIANI, 2007, p.408). Tem como marca de origem o pensamento crítico e a defesa da escola pública em todos os níveis. Estes e outros pontos como a presença de pesquisadores fundantes da pesquisa educacional no Brasil em seu corpo editorial e a publicação ininterrupta desde seu primeiro número em 1978 orientaram a escolha do periódico.

Este trabalho adota o periódico como campo de pesquisa “de um ponto de vista mais interno”, em que se configura como objeto que revela “em si modalidades de funcionamento do campo educacional” (CATANI, 1997, p.7). As revistas especializadas na área da educação

[...] constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional. Por outro lado, acompanhar o aparecimento e o ciclo de vida dessas revistas permite conhecer as lutas por legitimidade, que se travam no campo educacional. É possível analisar a participação dos agentes produtores do periódico na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam a instaurar as práticas exemplares. (CATANI, 1996, p.117).

Assim, as análises desenvolvidas a partir de pesquisas em periódicos contribuem significativamente para análises e “interpretações que recuperem conexões ou modos de articulação entre as representações sociais e institucionais do trabalho docente e da formação e as propostas de investigação e intervenção [...]”(CATANI, 1996, p.127), bem como para explicar os modos e a dinâmica de organização do campo educacional.

Segundo Catani (1996),

O fato das revistas de ensino fazerem circular informações sobre o trabalho docente, a organização dos sistemas de ensino, as lutas da categoria profissional do magistério, bem como os debates e polémicas que incidem sobre aspectos dos saberes ou das práticas pedagógicas, tornam as mesmas uma instância privilegiada para a investigação dos modos de funcionamento do campo educacional. (CATANI, 1996, p. 116).

Diante da importância dos periódicos para a pesquisa educacional (CATANI, 1996; 1997) e pelas referências aos desafios enfrentados pela área no momento da “distensão democrática”, na década de 1980 (SAVIANI, 2007), propõe-se neste trabalho indicar como a escola e a formação são tratadas na revista *Educação e Sociedade* e a que

projeto societário se vincula. Em tempos de “escola sem partido”² e de políticas regressivas em relação a conquistas sociais já efetivadas, particularmente no momento de uma emergência sanitária como a que atravessamos,³ a análise da revista, emblemática de uma perspectiva crítica para a educação, pode desvelar mazelas que desafiam a escola pública até os dias de hoje.

Os constantes ataques sofridos pela escola pública demonstram que há uma tentativa de retirar da escola sua dimensão crítica, afirmando que ela é uma “escola sem partido”. No entanto, isso é falso, pois esta proposta tem sua origem em partidos que estão situados, politicamente, mais à (extrema) direita e “[...] não passa de uma aberração, uma vez que fere o bom senso, vai na contramão do lugar atribuído à escola na sociedade moderna e nega os princípios e normas que compõem o aparato jurídico vigente no Brasil, sendo manifestamente anticonstitucional” (SAVIANI, 2018, p.xii).

Assim, este trabalho resulta de uma pesquisa bibliográfica que tem como fonte os editoriais, do nº 1 até o nº 35, da revista *Educação & Sociedade*, desde sua primeira publicação, em março de 1978 até a primeira publicação, em abril de 1990. De acordo com Severino (2007, p.122), a pesquisa bibliográfica se realiza a partir do que se tem de registro proveniente de pesquisas realizadas anteriormente sobre o tema que se quer abordar, envolvendo “documentos impressos, como livros, artigos, teses etc (...) Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos”. Para Gil (2008, p.50), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica é que ela permite “ao

² O movimento “escola sem partido” tem proposto, dentre outros, censurar os conteúdos que seriam conflitantes com a convicção moral ou religiosa de estudantes e suas famílias. Propõe vedar, na sala de aula, a chamada prática de “doutrinação política e ideológica” por parte dos professores, no âmbito de movimento mais amplo de uma guinada à direita, marcada pelo recrudescimento das “políticas da restauração conservadora na educação” (APPLE, 2003). Para maiores informações sobre o projeto acessar: <http://escolasempartido.org/midia/395-entrevista-de-miguel-nagib-a-revista-profissao-mestre> <https://www.programaescolasempartido.org/http://escolasempartido.org/quem-somos>

³ A pandemia do coronavírus (COVID-19), de alcance mundial, tem sido enfrentada no Brasil com fortes críticas à atuação do governo central, atravessada por um discurso de minimização da gravidade e dos riscos da doença para a população. Posicionamentos de governos locais, dentre outros, atuam no sentido de implantar medidas de contenção da pandemia. No âmbito da UFG as medidas de proteção e controle da emergência sanitária incluíram a suspensão das aulas presenciais e outras atividades, incluindo, a partir do dia 23 de março, o fechamento da Biblioteca Central da Universidade, devido ao grande número de pessoas que buscam seu acervo para estudos e pesquisas. A partir de setembro as aulas retornaram sob a forma do Ensino Remoto Emergencial, estando o processo em andamento e necessitando de avaliação. Em relação a esta pesquisa, a pandemia acabou inviabilizando a autora do trabalho, por motivo de segurança, de retornar à Biblioteca para a consulta às revistas. A pesquisa prosseguiu porque a autora já havia fotografado todo o material que se constituiu no *corpus* da pesquisa, conforme será indicado à frente.

investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço”.

O estudo dos editoriais é relevante à medida que indica o ponto de vista dos editores acerca das temáticas tratadas na revista. Com a pretensão de orientar o leitor quanto às finalidades do material veiculado, os editoriais permitem apreender a linha argumentativa e possíveis interfaces com aportes teóricos e metodológicos que embasam o conteúdo da revista. Foram identificados dois trabalhos que adotam os editoriais da revista *Educação e Sociedade* como fontes de pesquisa: Rodrigues (2018) e Goergen (2019).

Rodrigues (2018, p.237) faz uma análise dos editoriais da revista *Educação e Sociedade* do período entre 1978 a 1996. Segundo a autora, a revista é “um corpus documental que expressa diferentes concepções educacionais e perspectivas políticas, que, em conexão com a ebulição no campo educacional no período, traz luz para amplas possibilidades de estudos oferecidas por este acervo”. A revista também “se constituiu como um importante espaço de confronto de ideias, tornando-se uma referência fundamental para o estudo dos dilemas e desafios educacionais da realidade brasileira” (RODRIGUES, 2018, p.237).

Na análise dos editoriais, Rodrigues (2018, p. 241) percebeu que “nas edições da segunda metade da década de 1980 até 1996 [houve] uma forte presença dos debates em torno do capítulo da educação na nova Constituição promulgada em 1988, e sobre a nova LDB”. Segundo Rodrigues (2018, p. 241), este foi um momento extremamente difícil, pois a intensificação das lutas sociais, a condução à “Nova República” reproduziu os

[...] limites da sociedade antidemocrática, impingindo óbices significativos à consecução de uma ampla reforma educacional fundada na escola pública, laica, estatal e gratuita em todos os níveis, garantida por meio da premissa básica de que as verbas públicas privilegiariam exclusivamente a educação pública (RODRIGUES, 2018, p.241).

Goergen (2019) examinou 144 editoriais da revista a partir de recortes temáticos como Políticas públicas em educação, Planos Nacionais de Educação e Educação e mercado. Para o autor,

A criação de *Educação & Sociedade* abriu um espaço de análise e debate das contradições políticas e da opressão militar no meio educacional. [...] até aquele momento, quaisquer manifestações públicas contrárias ao autoritarismo eram consideradas afrontas

subversivas, sujeitas a diferentes tipos de penalidade, gerando um ambiente de opressão e medo. Imperava a lei do silêncio, sendo os transgressores mais notórios condenados à reclusão ou ao exílio. (GOERGEN, 2019, p.3).

Destaca os momentos de luta em defesa “da educação pública de qualidade nas distintas esferas da educação nacional” (GOERGEN, 2019, p. 3-4). Cita ainda

[...] o empenho no Fórum Nacional de Educação (FNE) [...] na Constituinte em Defesa da Escola Pública; o engajamento crítico na elaboração e na tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e, posteriormente, a defesa da educação pública de qualidade para todos e a luta em defesa da escola pública de qualidade contra o privatismo neoliberal das oligarquias econômicas. (GOERGEN, 2019, p. 4).

De acordo com Goergen (2019), o objetivo da revista *Educação e Sociedade* “era, e continua sendo até hoje, a defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade, enquanto direito subjetivo e social de todos os cidadãos” (GOERGEN, 2019, p. 4). Segundo o autor, “o tema das políticas públicas é o foco central de Educação & Sociedade. A designação dessa temática não foi apenas simples definição editorial, mas a escolha política de um enfoque absolutamente central ao campo da educação no contexto brasileiro (GOERGEN, 2019, p. 5).

As pesquisas de Rodrigues (2018), desenvolvidas no capítulo II deste trabalho por envolver o período proposto para análise, e de Goergen (2019), corroboram os achados do estudo a ser exposto nos capítulos que se seguem, contribuindo para desvelar o movimento dos editoriais no sentido de instaurar o que a própria revista designa como “um novo projeto educacional” para o Brasil. Mas outros trabalhos adensaram o estudo sobre a relação entre educação, formação e trabalho, particularmente no primeiro momento em que a temática era melhor delineada.

Realizamos, inicialmente, uma revisão bibliográfica que envolveu um levantamento de trabalhos na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁴ a fim de mapear como o tema da formação era tratado na produção acadêmica, tendo por base o referencial marxiano. Para o levantamento foram utilizados os seguintes termos de busca: “formação humana and trabalho”, “formação humana and escola”, “formação humana and Marx” e “Marx and escola”. A leitura dos resumos indicou a predominância da escola como instância de formação, como identificado nos trabalhos

⁴ Ver: <http://bdttd.ibict.br/vufind/>

de Lipovetsky (2011), Ribeiro (2015), Nogueira (2016), Paz (2011) e Ferreira (2012), dentre outros.

Após a leitura na íntegra dos trabalhos, constatou-se a prevalência da crítica ao Ensino Médio dual, marcada pelos limites da escola pública quanto à formação dos jovens da classe trabalhadora. Constata-se a defesa de uma escola unitária para a realização de uma formação humana omnilateral (MONTEIRO, 2010; BRITO, 2011; DAMASCENO, 2013; MARQUES, 2016; AZEVEDO, 2017). A incursão aos trabalhos indicou a importância da escola como instância de formação, consolidando a proposição da temática para nossa pesquisa, qual seja: escola e formação.

Ao mesmo tempo em que o levantamento dos trabalhos era realizado, realizou-se a leitura da obra *Ensaio contra-hegemônicos: as pedagogias críticas buscando orientar a prática educativa (1980-1991)* de Dermeval Saviani. Nesta obra identificamos pela primeira vez referências à revista *Educação e Sociedade*. Constatada a importância da escola como instância formativa no âmbito da produção acadêmica e da revista *Educação e Sociedade* para esta discussão, associado à fertilidade do momento de sua criação para a área educacional, é que os editoriais da revista foram adotados como fontes para este estudo.

É possível acessar os artigos da *Educação & Sociedade* por meio do site de busca da própria revista, que passou a ser disponibilizada *on-line*⁵ a partir do ano de 1997. Porém, as revistas que embasam esta pesquisa desde sua primeira publicação do mês de setembro de 1978 até a de nº 35, do mês de abril de 1990, não estão disponibilizadas eletronicamente. Para a pesquisa, buscou-se o acervo da Biblioteca da UFG, Campus Colemar Natal e Silva e em diversas ocasiões fotografamos todos os editoriais para que, dessa forma, tivéssemos condições de melhor realizar a leitura e análise dos editoriais (Anexo 1).

Para este estudo foi elaborado um roteiro de análise (Apêndice 1) e a partir de suas recorrências foram estabelecidos os principais temas tratados nos editoriais. A análise resultou na exposição que se segue, estruturada em três capítulos: no primeiro discutimos as relações entre trabalho, escola e formação, no segundo apresentamos a revista *Educação e Sociedade*, sua linha editorial e suas temáticas e, no terceiro, analisamos o que se configura como o “novo projeto educacional” para a educação brasileira. Por fim, seguem-se as considerações, referências, apêndice e anexos.

⁵ Fonte de pesquisa: <http://www.scielo.br/scielo>

CAPÍTULO I

TRABALHO, ESCOLA E FORMAÇÃO

Este capítulo objetiva discutir as relações entre escola e formação com base no trabalho como condição ontológica do ser social. Ao se relacionar com a natureza e com os outros homens, sob condições históricas determinadas, o homem produz a si mesmo, suas formas de sociabilidade e as condições para a reprodução de sua vida material e social. Tem-se como pressuposto que os desafios e os dilemas inerentes à escola e seu projeto formativo estão implicados no desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais correspondentes, sintetizadas no modo de produção capitalista.

Este movimento objetiva demonstrar que a escola e o projeto formativo comprometido com os interesses da classe trabalhadora é intrinsecamente vinculado às contradições de uma sociedade em que o trabalho subordina-se ao capital. Na área da educação esta contradição tem sido enfrentada de diferentes modos, sobressaindo a defesa de uma *formação omnilateral* no contraponto à escola dual, uma escola para a qualificação precoce para o mundo do trabalho e outra escola, propedêutica, para a formação da classe dirigente.

1.1. Indivíduo e sociedade numa perspectiva histórica

Segundo Marx (2004), “[...] *assim como a sociedade mesma produz o homem enquanto homem, assim ela é produzida por meio dele*” (p.106, grifos no original); indivíduo e sociedade se constituem mutuamente. Dessa forma, Marx ressalta que é preciso

[...] evitar fixar mais uma vez a “sociedade” como uma abstração frente ao indivíduo. O indivíduo *é o ser social*. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação *comunitária* de vida, realizada simultaneamente com outros – *é*, por isso uma externalização e confirmação da *vida social*. A vida individual e a vida genérica do homem não são *diversas*, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais *particular* ou mais *universal* da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais *particular* ou *universal* (MARX, 2004, p.107).

O homem se humaniza na relação mediada com a natureza e com outros homens.

É neste processo que ele se constitui como um ser social. Todavia, não se trata de um processo de humanização natural e sim histórico, no qual o homem vai se constituindo homem ao apropriar-se da natureza e da realidade já mediada por outros homens. Na apropriação da natureza, o homem visa dominá-la e transformá-la para satisfazer as suas necessidades e dos outros homens através da produção dos meios de subsistência, ou seja, a organização da base material da vida.

No início, nesta interação homem/natureza, a relação que se estabelece entre o trabalhador com as condições objetivas de seu trabalho é de propriedade, “por isto, o trabalhador tem uma existência objetiva, independentemente de seu trabalho. O indivíduo relaciona-se consigo mesmo como proprietário, como senhor das condições de sua realidade. A mesma relação vigora entre o indivíduo e os demais” (MARX, 1985, p.65).

O trabalho está na base da atividade econômica, é fundante na constituição do homem e do ser social enquanto atividade e objetivação que se realiza em condições determinadas. O trabalho é fundamento ontológico, pois “como criador de valores de uso⁶, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 2017, p.120).

A satisfação das necessidades é condição para a sobrevivência humana, estando esta condição sedimentada em quatro premissas da atividade social, intrinsecamente relacionadas: a primeira premissa de toda existência humana e, portanto, da História, é que para existir História é preciso existir seres humanos vivos para fazê-la, logo “para viver é preciso, sobretudo, comer, beber, vestir-se, ter uma habitação etc.” (MARX; ENGELS, 2005, p.35). É imprescindível que os homens tenham que produzir os próprios meios que lhes permitam satisfazer essas necessidades elementares.⁷ A segunda premissa refere-se à ação e ao instrumento usado para satisfazer as primeiras necessidades o que leva à produção de novas necessidades; terceira, a renovação diária de sua própria vida é outro ponto essencial do desenvolvimento das necessidades primordiais do homem, que ocorre por meio da criação de outros homens, ou seja, eles reproduzem-se.

⁶ “A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso” (MARX, 2017, p.114). Refere-se a utilidade dos objetos em satisfazer uma necessidade.

⁷ “O primeiro fato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material; e isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida” (MARX; ENGELS, 2002, p.21).

Esses três aspectos da atividade social não podem ser compreendidos “[...] como três estágios diferentes, mas tão somente como três aspectos ou, [...] três ‘momentos’ que coexistiram desde o começo da história e desde os primeiros homens, e que ainda hoje se manifestam na história” (MARX; ENGELS, 2002, p.23). A dupla relação de produzir a vida seja pelo trabalho ou pela procriação é ao mesmo tempo uma relação natural e social, cujo modo de produção dos homens, sob determinado estágio, está diretamente ligado ao modo de cooperação que irá determinar, também, o estado social dos indivíduos. Assim, “[...] manifesta-se, portanto, de início, uma dependência material dos homens entre si, condicionada pelas necessidades e pelo modo de produção, e que é tão antiga quanto os próprios homens” (MARX; ENGELS, 2002, p.24).

Trata-se aqui do quarto momento ou premissa que marca o desenvolvimento histórico; a reciprocidade entre o natural e o social na própria produção da vida material: a relação social que se efetiva por meio do trabalho e a relação natural mediante a produção de outra vida, na procriação. Desta forma entrelaçam-se o natural e o social num dado modo de produção. Através do trabalho, na interação com a natureza, os homens retiram dela a matéria natural que se transformará em produtos para satisfazer suas necessidades e a dos outros homens, nesse sentido o trabalho é definido por Marx do seguinte modo:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele se defronta com a matéria natural como com uma potência natural. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mão. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animalescas, do trabalho (MARX, 2017, p.255).

Marx pressupõe o trabalho como uma atividade que é desenvolvida unicamente pelos homens diferenciando-se das demais atividades de sobrevivência que está presente em outras espécies de animais.

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final desse processo e trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente. [...]. (MARX, 2017, p.256).

O ato de pensar sobre o que vai construir e decidir sobre o uso dos objetos produzidos é algo que é realizado pelo homem de forma antecipada. Antes de efetivar seu trabalho o homem pensa sobre ele, é capaz de prefigurar o resultado de sua ação, ou seja, antes de construir um instrumento e tê-lo de fato concretamente, este objeto já (pré) existe idealmente na cabeça do homem, não importando como será o resultado após a sua execução.⁸ Diferentemente, da melhor de todas as aranhas que não são capazes de prefigurar na mente aquilo que irão executar, o processo de trabalho que o homem realiza é

[...] uma atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso - apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpetua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2017, p.261).

No entanto, no processo histórico, a forma como os homens se apropria da natureza por meio do trabalho para produzirem diariamente sua existência, vai se transformando à medida que vai se afastando cada vez mais da natureza. “Seja qual for a forma social do processo de produção, ele tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, os mesmos estágios. Assim como uma sociedade não pode deixar de consumir, tampouco pode deixar de produzir” (MARX, 2017, p.641).

Esse processo de organização e produção da vida material determinará ainda a produção de suas ideias, representações e de sua consciência, ou seja

A produção das ideias, das representações e da consciência está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real. As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens aparece aqui ainda como a emanção direta de seu comportamento material (MARX; ENGELS, 2002, p.18).

Além de determinar as ideias, ou seja, seu pensamento e consciência, a forma como os homens produzem sua vida material determina também a sua produção intelectual nas mais diferentes linguagens como na política, na moral, na religião e etc.

São os homens que produzem suas representações, suas ideias etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações

⁸ Para a elaboração do estudo foi fundamental a leitura da obra de Netto e Braz (2012) que permitiu compreender distinção da atividade entre o homem e os animais.

que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real (MARX; ENGELS, 2002, p.18).

Dessa forma, nenhuma ideia ou pensamento que os homens possam ter, por menor ou mais fantasioso(a) que seja, cai do céu ou é livre das influências de determinações da vida material. Essas determinações influenciam e refletem ainda na forma como os homens aprendem, bem como nas relações desenvolvidas entre si. É nas relações materiais que os homens transformam sua realidade, a qual lhe é própria, assim como também o seu pensamento e os produtos deste, logo “[...] não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 2002, p.20).

É a realidade material na qual os homens vivem que irá determinar suas ideias, pensamentos, relações e modo de agir uns com os outros, bem como as várias formas de organização para produzir sua vida material, condizentes ao desenvolvimento das forças produtivas que ao mesmo tempo implicam formas próprias de divisão do trabalho e de propriedade. Anterior ao capitalismo, os homens se organizaram de muitas outras formas para produzirem sua vida material, num movimento dialético entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas.

Na obra *Formações econômicas pré-capitalistas* Marx (1985) trata diretamente do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais correspondentes. Apreender estas formas é essencial para a apreensão dos processos de individualização do homem que se consolidam na sociedade capitalista. A separação que ocorre na sociedade capitalista entre os meios e o objeto de trabalho refere-se ao próprio percurso de individualização, do movimento histórico de separação entre o trabalhador e o seu laboratório natural, a terra. Constitui-se em um processo de emancipação⁹ frente às suas condições originais de produção, este é o movimento recíproco entre o processo de emancipação e o de individualização. À medida que o homem modifica sua forma de relacionar-se com a natureza para produzir sua vida material, mais ocorre o seu processo de individualização, que só acontece por meio de um processo histórico.

⁹ Aqui emancipação está sendo compreendida como o progresso do homem em relação à natureza e no “[...] seu domínio cada vez maior sobre a mesma. Esta emancipação [...] não apenas afeta as forças produtivas, como também, as relações de produção”. (HOBSBAWM, 1985, p.17).

Essa emancipação afeta tanto as forças produtivas¹⁰ quanto as relações de produção, ou seja, as relações sociais que são estabelecidas entre o homem e a natureza, bem como entre os próprios homens. O indivíduo isolado como o conhecemos é resultado de uma época em que as condições sociais atingiram o mais elevado grau de desenvolvimento. Dessa forma, somente na sociedade burguesa “[...] é que as diferentes formas das relações sociais se erguem diante do indivíduo como um simples meio para seus fins privados, como uma necessidade exterior” (MARX, 2008, p.239). Contrariamente, quanto mais voltarmos na história mais aparece o indivíduo gregário, produtor e dependente, que faz parte de um todo mais amplo e mais ligado a uma primeira forma de organização da vida dos homens, a tribo.

O desenvolvimento e a origem das formações pré-capitalistas a partir da organização das forças produtivas e das relações sociais correspondentes, serviram de base para os processos de individualização do homem que se consolidaram na sociedade capitalista. Tendo em vista que antes de estar nessa sociedade os homens já se organizavam de outras formas para produzir sua vida material, condizentes ao desenvolvimento das forças produtivas que ao mesmo tempo implicavam formas próprias de divisão do trabalho e de propriedade.

Propriedade — [...] — originalmente significa uma relação do sujeito atuante (produtor) (ou um sujeito que reproduz a si mesmo) com as condições de sua produção ou reprodução como suas, próprias. Portanto, conforme as condições de produção, a propriedade terá formas diferentes. O objeto da produção, em si, é reproduzir o produtor em e simultaneamente com aquelas condições objetivas de sua existência. Seu comportamento como proprietário — que não é o resultado, mas a condição prévia do trabalho, ou seja, da produção — toma a existência específica do indivíduo como parte de uma entidade tribal ou comunal (da qual ele próprio é, até certo ponto, propriedade) (MARX, 1985, p.90).

Anterior ao *capital*, a propriedade da terra e a agricultura constituíram-se na base da economia e tiveram como objetivo econômico a produção de valores de uso, ou seja, a produção era destinada apenas para a reprodução dos indivíduos e sua comunidade.

¹⁰ Designa-se por forças produtivas o conjunto dos seguintes elementos: “a) *os meios de trabalho* – tudo aquilo de que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações, etc.), bem como a terra, que é um meio universal de trabalho; b) *os objetos do trabalho* – tudo aquilo (materiais naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre que incide o trabalho humano; c) *a força de trabalho* – trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos em bens úteis à satisfação de necessidades [...]” (NETTO; BRAZ, 2012, p.70).

Assim, Marx considera dois elementos importantes nessas duas formas, quais sejam: a apropriação da terra como instrumento natural de trabalho e a atitude do homem como proprietário em relação a ela.

A evolução de uma formação econômica pré-capitalista para outra não é linear e o que define as distinções existentes entre ambas são as diferentes relações sociais que compõem as forças produtivas. Logo, o desenvolvimento das forças produtivas corresponde a forças sociais que conduzem o homem até chegar às relações sociais modernas, em que ele passa a vender sua força de trabalho. Antes o homem também vendia sua força de trabalho, contudo, não como “trabalho livre” da forma como se constitui no capitalismo.

Sob o capitalismo, o rompimento da relação entre trabalho e propriedade se efetiva à medida que o homem se afasta de sua relação primitiva com a natureza, ocorrendo progressivamente a separação entre trabalho livre e condições objetivas de trabalho. Uma das condições históricas do capital e um dos pressupostos do trabalho assalariado é o trabalho livre e a troca deste por dinheiro. Outro pressuposto importante na sociedade capitalista é que o trabalho livre é separado de suas condições objetivas de efetivação, ou seja, o homem distancia-se cada vez mais da terra e conseqüentemente dos meios e do material que lhe permite realizar seu trabalho (MARX, 1985).

Nesse sentido, vivendo sob estas condições, “[...] o trabalhador desce até o nível de mercadoria, e de miserabilíssima mercadoria” (MARX, 1964, p.157) e é sorte para o trabalhador se ele conseguir que alguém se interesse por ele, pois esta é uma procura da qual depende a sua vida. Ele depende do capricho do rico e do capitalista que queira comprar sua força de trabalho. Sob o domínio do capital “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria, pois

[...] com a *valorização* do mundo das coisas aumenta em proporção direta a *desvalorização* do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e justamente na mesma proporção com que produz bens” (MARX, 1964, p.159, grifo no original).

Ocorre, dessa forma, uma valorização do mundo das coisas numa proporção igual e direta de desvalorização do mundo dos homens, uma vez que o trabalho produz as mercadorias e também os homens. Nesse sentido, na sociedade capitalista, os homens não se reconhecem mais nos objetos que produzem, pois, “o objeto produzido pelo

trabalho, o seu produto, se lhe opõe como *ser estranho*, como um *poder independente* do produtor” (MARX, 1964, p.159). O acúmulo do capital intensifica a divisão do trabalho e esta divisão empobrece o trabalhador e o reduz até a condição de máquina, pois o trabalho, à medida que tem como finalidade a produção de riqueza, torna-se prejudicial ao homem, pois, não é um trabalho “[...] voluntário, mas imposto, *é trabalho forçado*” (MARX, 1964, p.162, grifo no original).

O trabalho diz respeito as condições de sociabilidade da espécie humana, logo a divisão do trabalho, desde as formações econômicas mais primitivas, causa o empobrecimento do trabalhador porque a cada um dos seus vários estágios de desenvolvimento corresponde também diferentes formas de propriedade. “Cada novo estágio da divisão do trabalho determina, igualmente, as relações dos indivíduos entre si no tocante à matéria, aos instrumentos e aos produtos do trabalho” (MARX; ENGELS, 2002, p.12). Assim, ao relacionar-se com o produto do seu trabalho como um objeto que lhe é estranho demonstra que “[...] quanto mais o trabalhador se esgota a si mesmo, tanto mais poderoso se torna o mundo dos objetos, que ele cria perante si, tanto mais pobre ele fica na sua vida interior, tanto menos pertence a si próprio” (MARX, 1964, p.159).

A alienação do trabalhador não se dá apenas na sua relação com os produtos do seu trabalho, mas também no ato da produção, ou seja, no momento de sua atividade produtiva. Os objetos, produto do trabalho que o trabalhador vê como estranho, é só o resumo de sua atividade produtiva. O processo de alienação começa muito antes, no momento da produção:

[...] como poderia o trabalhador estar numa relação alienada com o produto da sua atividade, se não se alienasse a si mesmo no próprio ato da produção? O produto da sua atividade, se não se alienasse a si mesmo no próprio ato da produção? O produto constitui apenas resumo da atividade, da produção (MARX, 1964, p.161-162).

Uma vez que o produto do trabalho humano é resultado de sua exteriorização, então, da mesma forma, a produção desses produtos tem que ser exteriorização ativa de sua atividade. Porém, o que ocorre no processo de alienação do homem frente ao seu objeto é que este objeto, fruto do seu trabalho, se apresenta somente como a exteriorização da própria atividade do trabalho mesmo. O trabalho é externo ao trabalhador, ou seja, não pertence ao ser do homem, de modo que, ele não se afirma no trabalho, mas antes, o nega, sentindo-se infeliz por não desenvolver nenhuma força física ou espiritual de maneira livre. Pelo contrário no trabalho o homem “esgota-se fisicamente e arruína o seu espírito” (MARX, 1964, p.162).

Nesse sentido, Marx afirma que o trabalhador só se sente em si quando não está trabalhando, isto porque, o seu trabalho não é desenvolvido de forma voluntária. É um trabalho forçado e obrigatório que o trabalhador realiza não para lhe satisfazer uma carência, mas somente um meio através do qual satisfaz necessidades fora dele. Marx ressalta que a estranheza do trabalhador diante desse processo, evidencia-se de tal forma que tão logo o homem se vê sem a coerção física, ele foge do trabalho como se estivesse fugindo da peste, uma vez que o trabalho externo no qual ele se exterioriza é um trabalho de auto sacrifício que o mortifica. Assim, “finalmente, a externalidade do trabalho para o trabalhador transparece no fato de que ele não é o seu trabalho, mas o de outro, no fato de que não lhe pertence, de que no trabalho ele não pertence a si mesmo, mas a outro” (MARX, 1964, p.162).

Logo, o trabalhador só se sente livre e ativo quando está realizando suas funções animais de comer, beber e procriar. Tendo em vista que se sente como animal em suas funções humanas, logo, “o elemento animal torna-se humano e o humano animal” (MARX, 1964, p.162). Todavia, o autor adverte que embora comer, beber, procriar e etc., sejam funções verdadeiramente desenvolvidas pelos seres humanos, a separação destas funções das demais atividades humanas faz com que elas sejam apenas funções animais, e o homem não pode se restringir a isso. Até aqui, examinou-se

[...] o ato e alienação da atividade humana prática humana, o trabalho, segundo dois aspectos:1) A relação do trabalhador ao *produto do trabalho* como a um objeto estranho que o domina. Tal relação é ao mesmo tempo a relação ao mundo externo sensível, aos objetos naturais, como a um mundo estranho e hostil; 2) A relação do trabalho ao *ato da produção* dentro do *trabalho*. Tal relação é a relação do trabalhador à própria atividade como a alguma coisa estranha, que não lhe pertence, a atividade como sofrimento (passividade), a força como impotência, a criação como emasculação, a *própria* energia física e mental do trabalhador, a sua vida pessoal – e o que é a vida senão atividade? – como uma atividade dirigida contra ele, independente dele, que não lhe pertence. Tal é a *auto-alienação*, em contraposição com a acima referida alienação da coisa (MARX, 1964, p.163).

O que o trabalho alienado faz é inverter “[...] a relação, uma vez que o homem, enquanto ser consciente, transforma a sua atividade vital, o seu ser, em simples meio da sua *existência*” (MARX, 1964, p.164). O trabalho é a objetivação da vida genérica do homem e é através dela que ele percebe a natureza como sua obra efetivada. O que o trabalho alienado faz é justamente tirar do homem o reconhecimento do objeto de sua produção e conseqüentemente, tira sua vida genérica. Disto, decorre que o trabalho alienado, faz do ser genérico do homem, um ser estranho a ele mesmo e conseqüentemente estranho ao outro

homem, ou seja, “[...] é a *alienação do homem* relativamente ao [próprio] *homem*” (MARX, 1964, p.166).

Mas se o produto do trabalho é estranho ao homem e apresenta-se diante dele como algo que não lhe pertence, a quem pertence então? Pertence a outro homem mesmo, que não é o trabalhador, é o capitalista, o qual é engendrado na relação do homem com o trabalho alienado e exteriorizado. Assim, Marx destaca que “a *propriedade privada* constitui, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do *trabalho alienado*, da relação externa do trabalhador à natureza e a si mesmo” (MARX, 1964, p.168).

A separação entre ser humano e produto do trabalho que é mediado pelas relações que se estabelecem entre os homens, mais precisamente do trabalho dos homens sobre os outros homens, dá-se o nome de alienação do trabalho. Ocorre no capitalismo porque o trabalho é exterior ao trabalhador e este não se reconhece no trabalho que realiza e nem no objeto que produz. Esta alienação inicia-se mesmo no ato da produção haja visto que o trabalho não é desenvolvido pelo homem de forma livre para a satisfação de uma necessidade. O trabalho, sob a forma de trabalho alienado, não é livre e se torna apenas um meio para satisfazer outras necessidades.

Por isso o trabalho aparece ao homem como algo estranho que não o realiza e nem produz reconhecimento. Assim, sempre que pode, busca fugir pois não realiza trabalho livre, mas trabalho forçado. Disso resulta que o trabalhador não se reconhece na exterioridade do seu trabalho; é a perda de si mesmo, pois este trabalho lhe aparece como algo estranho que não lhe pertence e este não reconhecimento do homem em sua atividade vital provoca a alienação em relação a si mesmo e aos outros homens. Nesse sentido, o trabalhador se aliena da natureza e do produto do seu trabalho; de si mesmo, de sua atividade vital e igualmente de sua espécie; do seu ser genérico que lhe aparece como um ser estranho a ele mesmo e, conseqüentemente, aliena-se em relação aos outros homens.

A separação entre ser humano e produto do trabalho, compromete profundamente o processo de formação dos seres humanos. Com a formação humana profundamente deformada pela alienação do trabalho cada vez mais intensa devido ao processo exacerbado de individualização, o homem se coisifica.¹¹ O trabalho é a objetivação da vida genérica do homem e é através dela que ele percebe a natureza e a reconhece como sua obra efetivada. *Ser humano* é uma condição universal, contudo, o

¹¹ A intensificação da coisificação do homem sintetiza-se no conceito de reificação.

indivíduo isolado é condição particular, subordinada à essa particularidade histórica da sociedade capitalista.

Em outros termos, as objetivações humanas não seriam necessariamente alienadas. A alienação é desumanização, desvio, realização desvirtuada da objetivação e só se efetiva sob determinadas condições, na dimensão ontológica estabelecida a partir do desenvolvimento histórico e concreto (RESENDE, 2009, p.79).

A alienação relaciona-se “às condições concretas nas quais as objetivações humanas podem se processar, aos modos concretos e determinados, qualitativa e quantitativamente, da existência humana” (RESENDE, 2009, p.79). Nessas condições o homem se defronta com sua atividade, o trabalho, como se fosse algo objetivo que se torna independente dele e que o domina com leis próprias que lhes são estranhas. Esse processo de alienação culminou no fenômeno da reificação, próprio da relação mercantil. O fenômeno da reificação é descrito por Marx da seguinte maneira:

O caráter misterioso da forma mercantil consiste, portanto, simplesmente em revelar para os homens os caracteres sociais do seu próprio trabalho como caracteres objetivos do produto do trabalho, como qualidades sociais naturais dessas coisas e, conseqüentemente, também a relação social dos produtores com o conjunto do trabalho como uma relação social de objetos que existe exteriormente a eles. [...] os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas que podem ser percebidas ou não pelos sentidos ou serem coisas sociais [...] É apenas a relação social determinada dos próprios homens que assume para eles a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. (MARX, *apud* LUKÀCS, 2003, p.198-199).

Esse é um processo de eliminação das propriedades qualitativas do trabalhador que acontece, na sociedade capitalista, com o desenvolvimento do processo de trabalho.

Se perseguirmos o caminho percorrido pelo desenvolvimento do processo de trabalho desde o artesanato, passando pela cooperação e pela manufatura, até a indústria mecânica, descobriremos uma racionalização continuamente crescente, uma eliminação cada vez maior das propriedades qualitativas, humanas e individuais do trabalhador. (LUKÀCS, 2003, p.201).

A “racionalização continuamente crescente”, oriunda do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais correspondentes, transforma as operações realizadas nesse processo em operações parciais e abstratas interrompendo, dessa forma, a relação entre trabalhador e o produto do seu trabalho. Logo, o trabalho é reduzido a uma ação que se repete mecanicamente. “[...] essa mecanização racional penetra até a “alma” do trabalhador: inclusive suas qualidades psicológicas são separadas do conjunto de sua

personalidade e são objetivadas em relação a esta última, para poderem ser integradas em sistemas especiais e racionais e reconduzidas ao conceito calculador” (LUKÀCS, 2003, p.202).

Este é o princípio da racionalização¹² que tem como base a possibilidade do cálculo. Nele se operam modificações que são decisivas na relação sujeito e objeto do processo econômico. A primeira modificação é o rompimento da unidade orgânica irracional do próprio produto que é sempre condicionada qualitativamente. Para alcançar a racionalização é necessário realizar cálculos cada vez mais exatos e precisos. A segunda dentre as modificações que são decisivas na relação sujeito e objeto está a fragmentação do objeto da produção que implica, necessariamente, na fragmentação do próprio sujeito: “como consequência do processo de racionalização do trabalho, as propriedades e particularidades humanas do trabalhador aparecem cada vez mais como *simples fontes do erro* quando comparadas com o funcionamento dessas leis parciais abstratas, calculado previamente” (LUKÀCS, 2003, p.203).

O homem não aparece objetivamente como portador do processo de trabalho; ao contrário, é incorporado apenas como parte mecanizada em um sistema também mecânico que ele encontra pronto e funcionando com leis prontas de forma independente, às quais ele também deve se submeter. Logo, “como o processo de trabalho é progressivamente racionalizado e mecanizado, a falta de vontade é reforçada pelo fato de a atividade do trabalho perder cada vez mais seu caráter ativo para tornar-se uma atitude *contemplativa*” (LUKÀCS, 2003, p.204, grifo no original). Esta atitude contemplativa que se dá diante desse processo mecanizado, com leis que funcionam independente da consciência dos homens, transformam “também as categorias fundamentais da atividade imediata dos homens em relação ao mundo: reduz o espaço e o tempo a um mesmo denominador e o tempo ao nível do espaço” (LUKÀCS, 2003, p.204).

A mecanização da produção transforma os homens em átomos isolados e abstratos, uma vez que o processo do trabalho não consegue mais reunir os homens “[...] de maneira imediata e orgânica e cuja coesão é, antes, [...] mediada exclusivamente pelas

¹² “[...] a racionalização deve, por um lado, romper com a unidade orgânica de produtos acabados, baseados na *ligação tradicional de experiências concretas do trabalho*: a racionalização é impensável sem a especialização. O produto que forma uma unidade, como objeto do processo de trabalho, desaparece. O processo torna-se a reunião objetiva de sistemas parciais racionalizados, cuja unidade é determinada pelo puro cálculo, que por sua vez devem aparecer *arbitrariamente* ligados uns aos outros. A análise racional e por cálculo do processo de trabalho aniquila a necessidade orgânica das operações parciais que se relacionam umas com as outras e que se ligam ao produto formando uma unidade. A unidade do produto como mercadoria não coincide com sua unidade como valor de uso (LUKÀCS, 2003, p.202-203)”.

leis abstratas do mecanismo ao qual estão integrados” (LUKÀCS, 2003, p.206). A mecanização do processo de trabalho só foi possível porque apareceu a figura do “trabalhador livre” com sua força de trabalho transformada em mercadoria. O trabalhador é “livre” para vender sua força de trabalho a quem quiser comprar, pois esta é a sua única propriedade.

Ao vender essa sua única mercadoria, e visto que ela é inseparável de sua pessoa física, o trabalhador insere a si mesmo e a ela num processo parcial, produzido mecânica e racionalmente, que ele já descobriu pronto, acabado e funcionando sem ele, e no qual ele é inserido como mero número reduzido a uma quantidade abstrata, como um instrumento específico mecanizado e racionalizado (LUKÀCS, 2003, p. 336).

No início do processo que culminou com o aparecimento do “trabalhador livre”, Lukàcs (2003, p.207) afirma que a extração do excedente do trabalho se dava ainda de forma brutal e evidente, “[...], mas o processo de reificação do próprio trabalho e, portanto, também da consciência do operário [eram] muito menos adiantados”. As condições econômicas e sociais que contribuíram para o nascimento do capitalismo agem no sentido de substituir as relações humanas que, até então, se apresentavam de forma mais transparente, por relações racionalmente reificadas.

Resulta daí que a mecanização racional, regida pelo princípio do cálculo abarca, na sociedade capitalista, todos os aspectos da vida do homem e substitui as relações que antes eram mais transparentes por relações que agora são racionalmente reificadas. Nestas, os valores de uso aparecem como mercadorias que adquirem uma nova objetividade e, assim, ganham nova substancialidade que não possuíam quando a troca era feita de forma ocasional, ou seja, quando as trocas eram feitas apenas porque sobrava o excedente. Isso ocorre porque a reificação é um processo social que essencialmente substitui o qualitativo pelo quantitativo e o concreto pelo abstrato

[...] e que está estreitamente ligada à produção para o mercado, principalmente à capitalista – tende, paralelamente ao desenvolvimento dessa produção, a apoderar-se progressivamente de todos os domínios da vida social e a substituir as outras diferentes formas de consciência. (GOLDMANN, 1979, p.138).

Somente na produção mercantil os processos econômicos aparecem como fenômenos autônomos meramente quantitativos que atinge todos os domínios da vida social e intelectual dos homens. O trabalho, fundante do processo de humanização que se

instaura na relação do homem com a natureza e com os outros homens, transforma-se em mercadoria. A produção mercantil não produz apenas as mercadorias, ela também engendra as relações sociais e formas de vida correspondentes.

O processo de reificação alcança as várias instâncias da vida social dos homens, suas instituições e suas formas de (re)produção. Qual a implicação desse processo para a formação humana, particularmente em relação à classe trabalhadora? Em suas relações recíprocas com a sociedade a escola reproduz a contradição fundante desta particularidade histórica, resultante do processo de individualização sob as bases do trabalho alienado. A “escola dual” é emblemática desta discussão: a educação profissional restrita para a classe trabalhadora, visando a formação de mão obra, e a educação propedêutica para formar a classe burguesa dominante.

1.2. Escola e formação numa sociedade de classes antagônicas

As tensões e contradições que atravessam a escola não são novas. Começam mesmo lá na origem, no momento em que os revolucionários burgueses debatiam sobre o papel social da escola. John Locke, por exemplo, “não era favorável à universalização da educação”; Voltaire, frente ao “temor das massas”, receava o esclarecimento do povo (CUNHA, 1977, p.34-37). A escola pública, universal, laica e obrigatória é resultado de um processo histórico em que os princípios liberais materializaram-se em políticas e ações sedimentadas na defesa de uma instituição isenta de interesses de classe, voltada exclusivamente para desenvolver os talentos de cada indivíduo.

A serviço do progresso geral, caberia à escola contribuir para a justiça social à medida que se apresentava como o caminho para o indivíduo ocupar seu lugar na hierarquia social conforme seu mérito individual. A crença no poder da escola atuou como um “cimento ideológico” capaz de unir forças sociais antagônicas no sentido de contribuir para a unificação da língua, crenças e valores no âmbito do Estado-nação, para a capacitação da força de trabalho e para a consolidação da sociabilidade segundo as relações sociais vigentes. Ascensão, prestígio, formação profissional, instituição a serviço da paz e da democracia, dentre outras, são funções da escola que têm garantido sua importância até os dias de hoje (CUNHA, 1977; LOPES, 1981; FRIGOTTO, 1988; PATTO, 2010; SAVIANI, 2018).

No entanto, a escola, atravessada por conflitos e antagonismos, atua como instância de controle social. A escola, nesta particularidade histórica, não pode ser para

todos. Mas é necessário reconhecer sua função social, particularmente quanto à socialização dos conhecimentos científico, filosófico e artístico sob os princípios de uma formação fundada na liberdade, objetivando a construção de uma sociedade efetivamente igualitária. Para esta formação há que se considerar os impasses, dilemas e desafios das condições concretas em que a escola é produzida, marcada pela intensificação dos processos de alienação no âmbito do trabalho.

A contradição entre capital e trabalho, o que vale dizer, a luta de classes, é constitutiva da escola. Voltada inicialmente para consolidar o Estado-nação, tornou-se cada vez mais espaço de formação para a ascensão social, para a obtenção do emprego e, em termos mais radiais, como uma instância de luta de transformação social, para uma sociedade para além do capital. A escola pública, concebida como um espaço de disputa hegemônica, tem enfrentado seus dilemas e desafios (FRIGOTTO, 1988), particularmente quanto às inúmeras tentativas de esvaziamento e desqualificação da sua principal função como instituição responsável pela formação humana.

Para Saviani (2018), a escola cumpre sua função social ao priorizar nos processos educativos da classe trabalhadora, o ensino dos conteúdos historicamente produzidos, uma vez que estes podem se constituir como resistência para a referida classe.

Justamente porque o domínio da cultura constitui instrumento indispensável para a participação política das massas. Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. (SAVIANI, 2018, p.45).

Entretanto, a escola orientada pelo princípio do conhecimento tende a se configurar como um espaço de convivência, de socialidade (MIRANDA, 2005). Estaria em curso sua desqualificação como uma instituição voltada para a emancipação. A escola

[...] deixa de ser orientada por um critério, digamos iluminista, de que a emancipação dos indivíduos deva ocorrer mediante a aquisição de conhecimentos, saberes, técnicas e valores que lhes permitam viver em uma sociedade mediada por esses conhecimentos, saberes, técnicas e valores, passando a orientarem-se por uma noção de socialidade que prescindir da mediação do conhecimento como sua dimensão fundamental, sendo a socialidade *per se* o seu critério (MIRANDA, 2005, p.642).

De acordo com Miranda (2005, p. 641), a escola “[...] orientada para o ensino, sustentando-se em uma didática sobre a arte de tudo ensinar a todos, atenta às necessidades e vicissitudes psicológicas de um aluno que desponta como indivíduo em uma sociedade que disfarça mal, sob o manto da igualdade de direitos, sua realidade injusta e excludente”. Concebida como espaço de “socialidade”, fica obscurecida a dimensão emancipadora da escola ao obscurecer, simultaneamente, a luta de classes que se recria em seus processos e projetos político-pedagógicos.

Por ser constituída na sociedade e ao mesmo tempo ser constituinte das condições sociais (MARX; ENGELS, 1999), a educação pública destinada para a classe trabalhadora tende a ser negligenciada. Afinal, não interessa à burguesia a elevação intelectual da classe trabalhadora. A formação crítica possibilita movimentos da classe trabalhadora em direção a outras formas, menos desumanas, de organização da sociedade. Este é o receio da burguesia. Os operários modernos, os proletários, se constituem nas armas forjadas pela própria burguesia para destruí-la, assim como a burguesia um dia abateu o feudalismo e se tornou classe dominante: “a burguesia [...] não forjou somente as armas que lhe darão morte; produziu também os homens que manejarão essas armas – os operários modernos, os proletários” (MARX, ENGELS, 1999, p.18).

Segundo os autores, “de todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado pelo contrário, é seu produto mais autêntico” (MARX, ENGELS, 1999, p.24). Assim, visando um movimento prático que levaria a classe trabalhadora a apreender e a confrontar “*conscientemente* a realidade objetiva alienada visando substituí-la por outra de socialidade, plena, livremente associada, humana, constitui a ponta da lança da formulação marxiana da *transformação social*” (ANTUNES, 2018, p.176, grifos no original).

Para Antunes (2018), “[...] as categorias da *revolução* e da *emancipação* (humana) – pois o processo revolucionário é *essencialmente* emancipatório e a emancipação *só pode ser* revolucionária -, necessariamente mediadas pela categoria da *consciência*, constituem o terceiro momento da teoria da formação humana em Marx” (ANTUNES, 2018, p.176, grifos no original).

[...] *toda a teoria da formação humana em Marx*, uma vez que seu primeiro momento é aquele do trabalho em sentido universal,

humanizador; seu segundo momento é aquele do trabalho alienado, como particularidade histórica concreta de realização - e inversão – do sentido universal do trabalho; e seu terceiro momento é o da superação dessa forma particular e alienada de trabalho visando sua reorganização em outra forma histórico-concreta radicalmente distinta. (ANTUNES, 2018, p.176, grifos no original).

O trabalho em seu sentido universal, conforme mencionado, produz o homem humanizado. O trabalho alienado, ao contrário, desumaniza. Apenas com a superação desta particularidade histórica, sob as bases da igualdade efetiva, com a superação da propriedade privada, é que o homem se reconhecerá na produção de sua vida. De acordo com Marx e Engels, “a consciência do homem se modifica com toda mudança sobrevinda em suas condições de vida, em suas relações sociais, em sua existência social...” (MARX; ENGELS, 1999, p.39). Esta questão tem implicações significativas para se pensar a questão da formação no âmbito da escola.

Marx e Engels não se dedicaram ao tema da educação e do ensino. “A partir de sua produção não é possível ‘levantar’ um sistema pedagógico ou educativo completo e elaborado” (LOMBARDI, 2011, p.6), mas é possível identificar que o tema atravessa a obra marxiana tendo como base o trabalho e sua determinação no processo de produção do homem, de sua consciência. A questão escolar é tratada na obra marxiana por duas razões: “a primeira delas deriva do fato de que a consolidação do modo de produção capitalista requereu a universalização de uma instrução formal da classe trabalhadora voltada para a preparação para o trabalho nas fábricas” (ANTUNES, 2018, p.162). A segunda razão seria pelo fato de que “por um lado, é necessário modificar as condições sociais para criar um novo sistema de ensino; por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições sociais. Consequentemente é necessário partir da situação atual” (MARX; ENGELS, 2011, p.138).

Mesmo que a educação escolar não seja garantia do despertar da consciência para desvendar e transformar a realidade que está posta, tampouco pode-se prescindir dela e de suas fundamentais contribuições. Marx e Engels (1999, p.43) recomendam a “educação pública e gratuita de todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas [...] Combinação da educação com a produção material, etc.” Para os autores, três pontos são essenciais para o entendimento da educação:

Por educação entendemos três coisas: Primeiramente: *Educação mental*. Segundo: *Educação física*, tal como é dada em escolas de ginástica e pelo exercício militar. Terceiro: *Instrução tecnológica*, que transmite os princípios gerais de todos os processos de produção e,

simultaneamente, inicia a criança e o jovem no uso prático e manejo dos instrumentos elementares de todos os ofícios. (MARX; ENGELS, s/d, s/p)¹³

A educação escolar reporta-se ao projeto emancipatório e, nesse sentido, compõe a luta pela superação da exploração. Contrapõe-se à classe social que detém o poder material e os instrumentos materiais responsáveis pela elaboração do conhecimento. Nesse sentido de acordo com Marx e Engels (2002, p.48), esta

[...] classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de idéias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as idéias de sua dominação.

A combinação de uma educação que prepara para o trabalho, juntamente com a educação mental, com os exercícios físicos e com a instrução politécnica deveria elevar a classe operária “bastante acima do nível das classes superior e média” (MARX; ENGELS, s/d, s/p). Entretanto, haveria necessidade de se qualificar a formação da classe trabalhadora se, dentre outros, interessa ao capitalista manter reduzido o custo da produção? Marx é claro nesta questão ao afirmar que “quanto menor for o tempo de formação profissional exigido por um trabalho, menores serão os custos de produção do operário, menor será o preço de seu trabalho, o seu salário” (MARX, 2010, p.44).

A desigualdade escolar resulta da própria materialidade: a formação do trabalhador refere-se diretamente às exigências da produção. “Nos ramos da indústria em que quase não se exige tempo de aprendizagem, e a mera existência física do operário basta, os custos exigidos para a produção do operário reduzem-se quase somente às mercadorias indispensáveis para mantê-lo vivo em condições de trabalhar” (MARX, 2010, p.44). No âmbito das relações burguesas de produção, “a existência de uma classe que nada possui senão a capacidade de trabalho é uma condição prévia necessária do capital” (MARX, 2010, p.47).

Em sua crítica do ensino burguês, Marx e Engels tecem críticas aos sistemas de ensino cuja organização atende aos interesses da burguesia. À medida que o Estado

¹³ Trata-se do texto “*Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório. As Diferentes Questões*”. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>. Acessado no dia 11/10/2019.

representa interesses dominantes, uma “educação nacional” opera no âmbito destes interesses. Se o sistema de ensino se assenta na racionalidade burguesa, seu ensino tem por base a especialização profissional e os interesses do lucro. A educação, nesse sentido, é “edificada sobre as formas reificadas e alienadas que são as escolas e os manuais que permitem uma apropriação privada e uma promoção individual...” (DANGEVILLE, 1978, p.49).

A educação, sob a racionalidade burguesa, organiza-se com base na divisão do trabalho e em sua fragmentação, fundada na divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual. No contraponto preconiza-se a educação fundada na “onilateralidade”, “considerada objetivamente como o fim da educação” (MANACORDA, 2000, p.67). Esta discussão é recorrente no debate e na pesquisa educacional no Brasil, sendo uma premissa para a defesa de uma escola pública, laica e gratuita. Na defesa da escola pública, gratuita, laica e universal sobressai a preocupação com a formação “omnilateral”.

O tensionamento entre educação e trabalho é uma chave importante para a defesa de um projeto de escola pública que possa resistir e enfrentar os interesses do capital. Nesse sentido, a concepção da formação politécnica é a base de uma escola comprometida com a classe trabalhadora, questão recorrente no debate educacional brasileiro e fundamento de projetos educacionais comprometidos com a classe trabalhadora.

1.3 A escola dual: emblema dos desafios da formação

A educação integral, politécnica e omnilateral, conforme indicado no primeiro capítulo deste trabalho, se contrapõe a uma educação unilateral cujo objetivo é apenas o de “educar para o mercado e formar o cidadão produtivo” (FRIGOTTO, 2009, p.69). Segundo Ramos (2014, p.209),

[...] a omnilateralidade da formação implica a apreensão do mundo pelos homens por meio dos conhecimentos das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte), o que tem sido reconhecido como conhecimentos da formação geral. A politecnia, por sua vez, é materializada a partir do momento em que proporciona aos educandos o acesso a fundamentos científico-tecnológicos, sócio-históricos e culturais da produção moderna, o que permite a realização, de forma mais consciente e autônoma, de suas escolhas profissionais.

A politecnia como princípio educacional não se restringe à dimensão pedagógica. Refere-se aos processos educacionais mais amplos com o propósito de “desenvolver as

bases sociais, culturais e científicas das múltiplas dimensões do ser humano no horizonte da práxis revolucionária, para a transição a um novo modo de produção e organização da vida social” (FRIGOTTO, 2009, p.72). Crítica às relações sociais vigentes, tem no trabalho como princípio educativo sua mediação essencial e na emancipação da classe trabalhadora a base de suas proposições. Ocorre que a educação da classe trabalhadora fica comprometida quanto a possibilidade de uma formação humana com o desenvolvimento de todas as potencialidades criadoras, pois dá ênfase ao preparo de mão de obra para o mercado de trabalho.

Para Frigotto¹⁴ (s/d, p.2), “como princípio educativo, o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito”. O dever diz respeito ao fato de que todos os homens devem contribuir para “a produção dos bens materiais, culturais e simbólicos, fundamentais à produção da vida humana”; pelo fato de ser da natureza, o trabalho é para o homem um direito. O ser humano “necessita estabelecer, por sua ação consciente, um metabolismo com o meio natural transformando em bens para sua produção e reprodução” (FRIGOTTO, s/d, p.2). O trabalho é princípio educativo à medida que é apenas por meio do trabalho que o homem produz a si mesmo, satisfaz suas necessidades básicas, “mas também e não separadamente às necessidades sociais, intelectuais, culturais, lúdicas, estéticas, artísticas e afetivas (mundo da liberdade)” (FRIGOTTO, 2009, p.72).

O trabalho como princípio educativo é um direito do ser humano, pois o trabalho é a atividade fundamental de constituição dos homens em seres sociais. Contudo, nas relações sociais dominantes este direito é reduzido e o trabalho que é a atividade vital do homem se transforma numa mercadoria, a força de trabalho. No âmbito das relações sociais capitalistas “a educação, de direito social e subjetivo, tende a se reduzir a uma preparação psicofísica, intelectual, estética e afetiva subordinada às necessidades unidimensionais da produção mercantil (FRIGOTTO, 2009, p.72).

Mas a escola, apesar da mercantilização da vida em todas as suas instâncias, é concebida como um espaço de formação e de humanização porque tem a ver com a possibilidade de deslindar as contradições de classe, de apropriar-se do conhecimento científico e do compromisso da escola com outro projeto societário igualitário (FRIGOTTO, 1988). Uma formação politécnica e omnilateral para a classe trabalhadora contribui para o desvelamento da realidade e de suas contradições de classe.

¹⁴ Texto disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tra.html>, acessado em: 09/12/2020.

Apesar de essencial, a educação escolar, no entanto, não garante a transformação social. No âmbito do debate sobre a formação politécnica e omnilateral para a classe trabalhadora, Kuenzer (1989, p.21) corrobora com Frigotto no sentido da defesa do trabalho como princípio formativo. Em relação à escola do então 2º grau¹⁵, propõe a superação do “academicismo baseado no velho princípio educativo clássico quanto a profissionalização estreita [ênfatisa uma] organização para o ensino de 2º grau de tal modo que ele seja único enquanto estrutura, seja politécnico quanto ao conteúdo e dialético quanto à metodologia” (KUENZER, 1989, p.21).

Destaca a relevância desta formação para a apropriação “[...] do conteúdo do trabalho e do saber produzido socialmente, através da escola, como estratégia de resistência à desqualificação resultante do processo de controle e distribuição desigual do saber em que se articulam escola, empresa e sociedade” (KUENZER, 1989, p.22). Enfatiza que o próprio trabalhador reconhece a escola como espaço indispensável de apropriação do saber “de modo a lhe permitir superar a parcialização e a fragmentação do aprendizado que ele desenvolve na prática cotidiana” (KUENZER, 1989, p.22). A classe trabalhadora demanda uma escola “que lhe permita, ao mesmo tempo, participar ativamente do processo político e do sistema produtivo, enquanto compreende as relações sociais que determinam seu modo de vida, sua concepção de mundo e sua consciência” (KUENZER, 1989, p.22).

Kuenzer (1989) alerta que se faz necessário um ensino que permita ao aluno trabalhador se apropriar do saber científico-tecnológico e histórico-crítico, pois estes são fundamentais para sua participação no processo produtivo e na vida social e política. É necessário compreender que “a cada estágio de desenvolvimento da sociedade corresponde um determinado princípio educativo, a partir do qual a sociedade formará seus intelectuais, segundo suas necessidades, através da escola” (KUENZER, 1989, p.23)¹⁶. Contudo, esta formação é submetida a uma dualidade estrutural na qual tem-se

¹⁵ Trata-se da escola para o ensino do antigo 2º grau. Para Kuenzer (1989, p.21) o nível tem “por objetivo discutir uma proposta para o ensino de 2º grau à luz do trabalho tomado como princípio educativo. A partir de pesquisas anteriormente realizadas, que evidenciam ser a apropriação do saber articulada ao mundo do trabalho essencial para o trabalhador [...]”.

¹⁶ Em artigo recente, Kuenzer (2017, p.335) afirma que “as novas normas para a educação técnica e profissional, [...], atendem amplamente ao princípio da flexibilização”. Por isso “o ensino médio na atual versão integra a pedagogia da acumulação flexível e tem como finalidade a formação de trabalhadores com subjetividades flexíveis, por meio de uma base de educação geral complementada por itinerários formativos por área de conhecimento, incluindo a educação técnica e profissional; a formação profissional é disponibilizada de forma diferenciada por origem de classe, de modo a levar os que vivem do trabalho a exercer, e aceitar, de forma natural, as múltiplas tarefas no mercado flexibilizado” (KUENZER, 2017, p.341).

as escolas de educação geral, com o ensino de artes, literatura e a cultura universal para formar os dirigentes e as escolas profissionais destinadas a formar os trabalhadores, que exercem funções instrumentais. Ressalta que esta dualidade pode parecer democrática sob o pretexto de se permitir a mobilidade social, no entanto, ela “[...] é conservadora na raiz, por seu conteúdo de classe, e não por sua forma” (KUENZER, 1989, p.23).

Não é pelo fato de ser profissionalizante que a escola deve ser rejeitada, mas pelo fato desta escola restringir-se apenas à instrumentalização da classe trabalhadora. Uma escola voltada para o “saber prático, parcial e fragmentado, e não a posse do saber científico e técnico contemporâneo, socialmente produzido” (KUENZER, 1989, p.23). Afirmo a autora que a dualidade estrutural desta particularidade histórica tem origem na divisão social e técnica do trabalho e que cabe à escola não o poder de superar a dualidade, mas de propiciar o acesso a um saber “que até agora foi apropriado por uma minoria, a qual, não por coincidência, não é a classe trabalhadora”. (KUENZER, 1989, p.23).

A dualidade estrutural abordada por Kuenzer (1989) corrobora com pesquisas mais recentes como a de Miranda (2005), já mencionada, sobre a forma como a escola deixa de se organizar pelo princípio do conhecimento para se tornar um espaço de convivência e se orientar pelo princípio da socialidade. Libâneo (2012), ao destacar que o dualismo atual da escola pública brasileira se tem agravado, constata como a instituição se caracteriza cada vez mais como uma escola de conhecimento para os ricos e uma escola de acolhimento social para os pobres.

Na busca da superação da parcialização e da fragmentação, a afirmação da dimensão politécnica da educação preconiza uma educação geral que consiste na “apropriação dos princípios teórico-metodológicos que permitirão compreender e executar tarefas instrumentais, dominar as diferentes formas de linguagem e situar, a si e ao seu trabalho, em relação ao conjunto das relações sociais das quais participe” (KUENZER, 1989, p.24). Conforme a autora, em sua própria natureza, a separação que se faz entre os conteúdos “gerais”, para compreensão da cultura e os conteúdos “especiais” que forma exclusivamente para o trabalho, não existe metodologicamente, mas antes constitui-se em um problema político. Uma vez que,

Todos os conteúdos – a escrita, o cálculo, a história, a física, a química, a biologia – são ao mesmo tempo instrumentos que permitirão a compreensão das relações sociais e a preparação para a atuação competente no processo produtivo. Se a separação existe, ela é mero reflexo da divisão social e técnica que existe na sociedade, responsável pela distribuição dos homens para o exercício de funções intelectuais

ou instrumentais, segundo sua origem de classe. Pelo contrário, ao nível do trabalho concreto, esta clássica dicotomia não existe, uma vez que todo o trabalho instrumental tem uma dimensão intelectual e vice-versa (KUENZER, 1989, p.24).

O trabalho como princípio educativo implica-se aos embates entre capital e trabalho. Este debate prevalece em relação ao ensino médio e apresenta-se como um emblema para se apreender as implicações da escola dual para a formação. Damasceno (2013) destaca os limites que são colocados na formação dos indivíduos na sociedade capitalista, particularmente em relação à fragmentação do conhecimento e sua funcionalidade às demandas da produção. Lembra que as “[...] características de divisão, organização e gestão do trabalho surgem em função do capital e são determinados pelas relações de produção” (DAMASCENO, 2013, p.44).

Neste modo de produção há apenas dois projetos de formação para os trabalhadores, “[...] um que o trabalho é o centro da formação e tem o trabalho como princípio educativo e [o outro] em que o ensino e as práticas educativas formativas do trabalhador seguem uma lógica de serviço ao mercado” (DAMASCENO, 2013, p.44) na qual se valoriza cada vez mais o desenvolvimento de capacidades e competências básicas que são exigidas ao trabalhador, para que assim, ele possa atender a demanda por uma mão de obra qualificada e barata. Em relação a esta, a escola se limita

[...] a formar os indivíduos para determinadas tarefas e também receber como natural a estrutura que se enquadra o trabalhador. O efeito dessa lógica é que a formação que deveria ser plena é fragmentada, sem relação com a vida e somente servindo a lógica organizativa e produtiva do mercado, a consequência é que além do homem ter uma formação esvaziada de conhecimento científico e filosófico o que é aprendido serve aos interesses de uma só classe, a burguesa. A escola assim tem a função de modelar comportamentos, com ênfase em processos organizativos que visam à aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos úteis para os indivíduos se inserirem no sistema, se enquadrarem nas demandas do mercado saberem como proceder na cadeia produtiva. (DAMASCENO, 2013, p.61),

Na sociedade capitalista há uma escola para a classe trabalhadora para atender as demandas produtiva do mercado, o que provoca uma responsabilização por parte do trabalhador em buscar constantemente por sua qualificação, e outra escola que prepara os filhos da classe dominante para as funções que irão pensar as formas de manter esta sociedade a partir de seus próprios interesses de classe. É a verdadeira dicotomia entre trabalho manual e intelectual, escola para ricos e escola para pobres.

Para Monteiro (2010), o dualismo no processo educacional é histórico e necessita ser superado. A escola como instância de mediação deve “[...] avançar, mesmo com todas as adversidades, na direção de uma formação profissional básica, unitária, politécnica, que articule cultura, conhecimento, tecnologia e trabalho como direito de todos e condição da cidadania efetiva” (MONTEIRO, 2010, p.131). Enfatiza que esta formação profissional é a que prepara tanto os técnicos quanto os dirigentes, pois nesse processo formativo é imprescindível o acesso, “[...] não só aos conhecimentos científicos considerados como fundamentos para a prática profissional, mas a todos aqueles que constituem acervo construído historicamente” (MONTEIRO, 2010, p.131).

Brito (2011) adverte que a formação escolar na escola pública não atende nem à profissionalização e nem à preparação para o ensino superior, em igualdade de condições com os alunos da rede privada. “Acrescenta-se a isto o caráter terminal do Ensino Médio propedêutico para a maioria dos jovens que frequentam as escolas públicas” (BRITO, 2011, p.26). Neste sentido, o autor destaca que são necessárias transformações profundas no modelo de Ensino Médio vigente no Brasil, pois, caso isso não ocorra a desigualdade de oportunidades de acesso ao mercado de trabalho entre os mais ricos e a maioria dos jovens trabalhadores se manterá, e estes ficarão excluídos do sistema produtivo. Destaca que o modelo político e econômico atuante na realidade do Ensino Médio é excludente: muitos brasileiros sofrem uma “[...] dupla exclusão: do mercado de trabalho, enquanto força de trabalho subordinada ao capital; [e] da condição ontológica básica como ponto de partida para a humanização do ser social” (BRITO, 2011, p.196).

Para Marques (2016, p. 33), a função da escola moderna nasce atrelada a necessidade de preparação de mão de obra para a produção, pois, o advento das máquinas exigia certo nível de instrução e devido a separação entre trabalho manual e intelectual, presente na sociedade capitalista, esta instituição de formação assumiu um duplo viés, e assim, “[...] a escola como instituição ideológica ficou incumbida de formar ‘futuros dirigentes’ da guerra, política, cientista *etc.*, enquanto as funções manuais, desvalorizadas, eram destinadas aos que não tinham acesso à escola, tendo como espaço de formação a própria prática profissional”, dessa forma, a escola estabeleceu-se, historicamente, de forma dualista.

Nesse sentido,

[...] a escola de classe que se estabilizou na sociedade vigente veio contra o modelo de Educação que valorizaria o ser integralmente. Compreendemos os limites dessa instituição na Contemporaneidade, porque entendemos que a escola não dá conta de superar a clássica e

ativa dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual” (MARQUES, 2016, p.33).

Percebemos em Marques (2016), o reconhecimento da escola como instância de mediação para formação humana e uma dimensão de crítica, em sentido mais amplo, ao chamar a atenção para o caráter dualista da escola, porém, a autora aponta a questão dos limites da escola como instituição formadora que é o de não conseguir a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual. Essa superação não será facilmente realizada pela escola, uma vez que a própria autora reconhece que essa dicotomia surgiu com a divisão do trabalho presente nas sociedades de classe, na qual predominam a exploração do homem pelo homem.

Na particularidade histórica em que se efetiva a “perda da ontologia de identidade subjetiva e social” (GOERGEN, 2019, p.5), difundir preceitos teóricos comprometidos com a educação pública de qualidade é uma tarefa urgente. Pretende-se discutir o que o periódico revela em relação ao compromisso político com a defesa da escola pública e com a formação humana omnilateral. Inicia-se esta discussão com a apresentação da revista e as temáticas principais de seus editoriais, expostos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II

REVISTA *EDUCAÇÃO E SOCIEDADE*: LINHA EDITORIAL E TEMÁTICAS

A Revista *Educação & Sociedade*, conforme mencionado na introdução deste trabalho, foi criada e publicada pela primeira vez em setembro de 1978, pela Editora Cortez & Moraes constituindo-se, até os dias de hoje, um dos mais importantes periódicos do país na área da educação. Indexada internacionalmente desde 1998, a “revista acumula, após anos de publicação ininterrupta, um grande acervo de análises, informações, debates, fontes teóricas, experiências pedagógicas, entre outros, de grande interesse para cientistas e educadores que atuam nos mais diversos campos do saber”.¹⁷

Desde sua criação tem como compromisso realizar uma análise da realidade educacional brasileira mediante reflexões críticas implicadas com a renovação do conhecimento e das práticas educacionais. O debate e a difusão de ideias imbuídos de um projeto societário que pretende se contrapor ao *status quo* tem se efetivado por meio de estudos de questões candentes da área, sedimentados em “documentação técnica e científica atualizada, sobre o desenvolvimento das ciências”, envolvendo diferentes áreas do conhecimento, conforme indicado em seu primeiro editorial (E&S, nº 1, 1978).

Seu surgimento remonta à década de 1970, momento em que “a ditadura militar, instaurada no Brasil em 1º de abril de 1964, atingia seu auge tanto economicamente, com a euforia do chamado “milagre econômico brasileiro”, como politicamente, com o recrudescimento da repressão” (SAVIANI, 2018, p.796).¹⁸ Entretanto, com o esgotamento do modelo adotado e com a crise econômica mundial, particularmente em relação ao petróleo, efetiva-se, logo no início dos anos de 1970, o processo de reestruturação produtiva e as ações marcadas pelas políticas neoliberais.

No Brasil, com a posse do general Ernesto Geisel, tem início, em 1974, a chamada “abertura lenta, gradual e segura” (SAVIANI, 2018, p.797). Na conjuntura “de crescente contestação ao regime militar” (SAVIANI, 2018, p.797), produziu-se no campo educacional intensa mobilização com a “implementação de propostas de política educacional, como as que ocorreram em decorrência das eleições municipais de 1976”

¹⁷ Fonte de pesquisa: <https://www.cedes.unicamp.br/publicacoes/20>

¹⁸ São marcos deste recrudescimento o Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, e o governo Médici, que assumiria o poder em 30 de outubro de 1969, estendendo-se no poder até 15 de março de 1974.

(SAVIANI, 2018, p.798) em estados como Espírito Santo, Santa Catarina e São Paulo, que reorganizaram seus sistemas de ensino.

A implantação dos Programas de Pós-Graduação em Educação no país representou um momento particularmente importante para a compreensão das relações entre processos educacionais e societários no âmbito das tensões e oposições em relação aos projetos de nação em disputa.¹⁹ A implantação da pós-graduação no Brasil se institucionalizou “em função do projeto militar da “Pátria Grande” ou do “Brasil Potência” que, guiando-se pelo binômio “segurança e desenvolvimento”, buscava a modernização do país pela via de sua integração ao capitalismo de mercado na forma associada e dependente” (SAVIANI, 2018, p.799).

Para implantar este projeto, era necessário um desenvolvimento científico e tecnológico com a formação de um quadro de intelectuais de alto nível. “A pós-graduação se constituiu na via estratégica à qual caberia exatamente o papel de formar os quadros intelectuais de alto nível exigidos para se atingir os objetivos de modernização na construção da “Pátria Grande” (SAVIANI, 2018, p.799). Assim, no momento em que os profissionais da educação (re)organizavam suas entidades representativas, áreas de estudos e pesquisas eram criadas, intensificando-se a “circulação das ideias e propostas pedagógicas e de política educativa” (SAVIANI, 2018, p. 801), foram criados Programas de Pós-Graduação em várias instituições de ensino e áreas do conhecimento.²⁰

Todavia, se o objetivo do regime militar, com a implantação da pós-graduação, era de constituir um quadro de intelectuais que ajudasse na consolidação de seu projeto de nação, esta iniciativa produziu um resultado contraditório: além de formar “agentes alinhados com os interesses dominantes (resultado desejado, mas não proclamado)” formou também “agentes com uma postura crítico-reflexiva diante da situação do país (resultado proclamado, mas não desejado)” (SAVIANI, 2018, p.799).

¹⁹ Tal implantação foi acionada pelo regime militar já no início de 1965, quando o ministro da educação solicitou ao Conselho Federal de Educação que analisasse, visando a sua regulamentação, o dispositivo contido na Alínea b do Artigo 69 da LDB de 1961, referente aos “cursos de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma” (BRASIL, 1961). E o Conselho Federal de Educação respondeu a essa interpelação do ministro da educação por meio do Parecer CFE 977/65, aprovado em 3 de dezembro de 1965, que conceituou a Pós-Graduação, e do Parecer 77/69, de 11 de fevereiro de 1969, que regulamentou sua implantação. (SAVIANI, 2018, p.798-799).

²⁰ Dentre outros, destaca-se pelo papel indutor de formação e consolidação de quadros da pesquisa educacional no Brasil, o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Campinas (UNICAMP), em 1975; o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Educacional, iniciado em 1970 e o Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Educação, iniciado em 1971, ambos na PUC-SP; o Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Educação da UNIMEP, em 1972 e o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em 1976.

Os Programas de Pós-Graduação em Educação contribuíram para o desenvolvimento de “uma tendência crítica, que, gerando estudos consistentes a contrapelo da orientação dominante, alimentou um movimento emergente de propostas pedagógicas contra-hegemônicas” (SAVIANI, 2018, p.799), o que evidentemente não era o desejado pela ditadura. Foi assim que as primeiras dissertações de mestrado foram produzidas em meados da década de 1970 nos Programas de Pós-Graduação em Educação.

A qualidade dos trabalhos suscitou um grupo de professores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)²¹, em colaboração com professores dos “Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP), da UNICAMP e UFSCar”, a providenciar a divulgação dos trabalhos (SAVIANI, 2018, p.800). Assim, foi criada em 1976 a Coleção “Educação Universitária”, publicada pela Editora Cortez & Moraes. Seus primeiros títulos foram lançados em 1978 e em 1979 atingiu o número de 23 títulos publicados, sendo a maioria referente a dissertações de mestrado.

É nesse contexto que um grupo de dez professores da UNICAMP decidiu “lançar a ideia de uma Revista que marcasse o perfil da Faculdade, porém aberta a outras instituições e pessoas que, em caráter individual, [quisessem] participar da programação e da edição dessa Revista” (DE ROSSI; PINO, 2018, p.1). Com esta finalidade, foi criada a revista *Educação & Sociedade*²², publicada pela primeira vez em setembro de 1978, pela própria Editora Cortez & Moraes.

Com a extinção da Editora Cortez & Moraes em 1980, “o grupo de professores que integrava o Conselho Editorial do periódico decidiu repensar o projeto e, para não ficar à mercê dos humores de editores, resolveu constituir sua própria editora”²³

²¹ “Esse grupo era composto por seis professores incluindo, [Saviani], Joel Martins, Casemiro dos Reis Filho, Antônio Joaquim Severino, Maurício Tragtenberg e Walter Esteves Garcia”. (SAVIANI, 2018, p.800).

²² Sobre a razão pela qual se optou por essa denominação Saviani (2018, p.802) afirma que “[...] impunha-se como necessário explicitar a relação entre educação e sociedade como exigência de superação da orientação que o regime militar vinha impondo à educação no país, tanto para mostrar o caráter reprodutor das relações de dominação que marcava a educação, como para se contrapor à orientação dominante caminhando em direção a uma orientação pedagógica articulada com a transformação das relações sociais vigentes. Eis porque se impôs a explicitação da relação entre educação e sociedade materializada no nome da revista que então se lançava”.

²³ “Para efetivar esse novo projeto, o grupo original convidou mais quatro integrantes: Gilberta Sampaio de Martino Jannuzzi, professora da UNICAMP que havia concluído sua dissertação de mestrado, em 1978, na PUC-SP, e que fora publicada na Coleção “Educação Universitária” com o título *Confronto pedagógico: Paulo Freire e Mobraal*, em 1979; Miguel de La Puente, da UNICAMP; Milton de Miranda, do Setor de Contabilidade da PUC-SP; e Moacir Gadotti, então professor da Faculdade de Educação da UNICAMP” (SAVIANI, 2018, p.800)”.

(SAVIANI, 2018, p.800). Assim, constituiu-se um corpo de dez sócios e fundou-se a Editora Autores Associados, que publicaria a revista a partir de então.²⁴ Quanto ao seu editor, o CEDES, Centro de Estudos Educação e Sociedade, foi criado depois da própria revista, em março de 1979, na cidade de Campinas, São Paulo, “como resultado da atuação de alguns educadores preocupados com a reflexão e a ação ligadas às relações da educação com a sociedade”²⁵.

Para Saviani (2018), chama a atenção o fato da criação da revista *Educação & Sociedade* ter precedido a fundação do CEDES. Geralmente ocorre primeiro a criação de uma organização, instituição ou entidade para determinada finalidade e após cria-se uma revista para ser um veículo de comunicação e divulgação de suas ações. Neste caso houve uma inversão, pois, primeiro criou-se a revista e depois o CEDES, órgão cujo protagonismo já é anunciado nas primeiras edições da revista, encarregado de abrir o “caminho, lutando contra a resistência oferecida pela inércia e garantindo a continuidade do nosso trabalho” (E&S, nº 3, maio de 1979, p.3).

Após sua criação, o CEDES passou a editar a *Educação & Sociedade*, mantendo uma publicação de três a seis novos títulos por ano²⁶. A revista tem como marca de origem o pensamento crítico e a pesquisa comprometida com a defesa da escola pública, desde os anos iniciais à Universidade. Publicada no momento que a abertura democrática, “lenta e segura”, era claramente anunciada, ressoa os movimentos educacionais que resultariam, dentre outros, em conferências e seminários de educação, na criação de associações e sindicatos de professores, bem como de revistas científicas na área da educação. Os movimentos e as reivindicações por uma escola pública, laica e de qualidade seriam sintetizadas nas chamadas “pedagogias contra-hegemônicas”, atravessadas por preocupações quanto à formação crítica dos estudantes e da sociedade em geral (SAVIANI, 2007).²⁷

Já no primeiro contato com as revistas é evidenciada a forte presença do debate sobre a educação em seus múltiplos desafios, conforme indicado no *apêndice 2*: “O

²⁴ “Decidiu-se pelo nome “Autores Associados” porque seus criadores eram autores reais ou potenciais que estavam se associando para realizar esse projeto comum, comprometendo-se ainda com os demais autores que, mediante produção científica relevante, viessem a contribuir de modo relevante para o desenvolvimento da educação, particularmente, e da cultura brasileira, de modo geral”.

²⁵ Fonte de pesquisa: <https://www.cedes.unicamp.br/>

²⁶ Além da revista *Educação e Sociedade*, o CEDES edita, desde 1980, outro periódico, o *Cadernos CEDES*. (<http://www.scielo.br/revistas/ccedes/paboutj.htm>)

²⁷ Conforme Saviani (2007, p.411-422), as pedagogias contra-hegemônicas se agrupam em torno das pedagogias da “educação popular”, pedagogias da prática, pedagogia crítico-social dos conteúdos e a pedagogia histórico-crítica.

educador precisa ser educado” (E&S, nº 1, 1978), “Administração, poder e trabalho” (E&S, nº 2, 1979), “Pedagogia do Oprimido - Educação do colonizador” (E&S, nº 3, 1979), “Ilusão política – desilusão pedagógica” (E&S, nº 4, 1979), “Educador = trabalhador” (E&S, nº 5, 1980), “Resistência/Submissão” (E&S, nº 6, 1980), dentre outros. A leitura crítica das relações entre educação e sociedade evidencia-se não só pelas chamadas de capa. A composição do conselho editorial e do conselho de colaboradores, formados por um conjunto de autores que sob diferentes abordagens teóricas e metodológicas, subsidiam reflexões fundantes do pensamento educacional no país até os dias de hoje.

Com a intenção de ilustrar este argumento destaca-se que além de todo o corpo docente da Faculdade de Educação da UNICAMP da época, compunha a equipe de colaboradores do primeiro número da revista autores como Antônio Joaquim Severino, Antônio Cândido de Melo e Souza, Barbara Freitag, Bento Prado Júnior, Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto, Jorge Nagle, Luiz Antônio Cunha, Miriam Jorge Warde, Octavio Ianni, Paulo Freire, Roberto Schwarz, Vanilda Pereira Paiva, dentre outros, tendo como coordenador da redação Moacir Gadotti.

De acordo com Saviani (2018, p.802), “a forma de apresentação da revista Educação & Sociedade constituiu uma estrutura relativamente flexível”, com algumas seções constantes como é o caso das seções intituladas “Artigos” e “Resenhas”. As inovações seguiram as finalidades do projeto da revista, sendo que “[...] uma delas foi a indicação, para cada número, de um tema em destaque, o que vigorou do primeiro ao 20º número”²⁸. A definição dos temas se dava de acordo com as questões postas pela conjuntura do momento e abordadas segundo o escopo da revista.²⁹

A estrutura da revista foi sendo modificada, como a criação das seções ‘Jornal da Educação’ e ‘Análises da prática pedagógica’, ambas introduzidas no número 10, de

²⁸ “Após a sequência contínua dos 20 primeiros números, o destaque a determinados temas voltou a aparecer no número 53, de dezembro de 1995, dedicado especialmente ao tema “Educação e Democracia: limites impostos pelo autoritarismo social”. A partir daí o enunciado dos temas em destaque aparece predominantemente nos números especiais ou organizados na forma de dossiês que, aliás, constituem a maioria dos números publicados entre 1996 e este ano de 2018”. (SAVIANI, 2018, p.802).

²⁹ “A título de exemplificação, chamo a atenção para os temas do nº 1, setembro de 1978 — “O educador precisa ser educado”; nº 3, maio de 1979 — “Pedagogia do oprimido — Educação do colonizador”; nº 8, janeiro de 1981 — “Educação: instrumento de luta”; nº 10, setembro de 1981 — “Dimensão política da ação educativa”; nº 13, dezembro de 1982 — “Após as eleições, o debate continua”, em alusão às eleições diretas para governador estadual, ocorridas em 15 de novembro de 1982, que não eram realizadas desde 1965; nº 15, agosto de 1983 — “Pensar a educação é pensar a sociedade”; nº 16, dezembro de 1983 — “Pensar a educação é pensar a transformação da sociedade”; nº 20, janeiro/ abril de 1985 — “Mudança ou transformação?”. (SAVIANI, 2018, p.802-803).

setembro de 1981; e ‘Imagens & Palavras’, introduzida no número 77, de dezembro de 2001” (SAVIANI, 2018, p.803). Há ainda as seções “Comentários” e “Debates”. “Em “Comentários” abre-se espaço para destacar e interpretar questões ou acontecimentos relevantes do campo educacional; e a seção “Debates” é aproveitada para confrontar posições e trazer à baila questões polêmicas passíveis de uma análise mais aprofundada” (SAVIANI, 2018, p.803).

2.1. Editoriais: questões e temas

Propositiva, a linha editorial da revista alerta que não seria “apenas a palavra, mas, igualmente, a ação, orgânica coesa, em torno de objetivos traçados lucidamente” que orientariam a luta contra a “educação do colonizador” (E&S, nº 3, 1979, p. 3). O projeto seria, desde então, catalizado pelo Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), órgão criado em março de 1979, “reunindo educadores, cientistas da educação e estudantes” (E&S, nº 3, 1979, p. 3) que garantiria a continuidade do trabalho. Neste editorial, onde é anunciada a criação do CEDES, destaca-se também a importância de outras instituições como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e a Associação Nacional de Educação (ANDE) que atuariam na organização dos movimentos educacionais, pois naquele momento reinventar a educação era um grande desafio para os educadores.

Desde sua criação, a Revista *Educação & Sociedade* tem como compromisso realizar uma análise da realidade educacional brasileira mediante reflexões críticas implicadas com a renovação do conhecimento e das práticas educacionais. O debate e a difusão de ideias imbuídos de um projeto societário que pretende se contrapor ao *status quo* tem se efetivado por meio de estudos de questões candentes da área, sedimentados em “documentação técnica e científica atualizada, sobre o desenvolvimento das ciências” envolvendo diferentes áreas do conhecimento, conforme indicado em seu primeiro editorial (E&S, nº 1, 1978).

A revista *Educação & Sociedade* expressa a defesa de uma educação interrogativa e crítica, uma vez que seu cerne é a luta contra a educação do colonizador/educação dominante, concebida como uma educação elitista e autoritária. Em contraposição a isso a revista propõe uma educação que seja interrogativa, crítica e, ainda, “[...] que seja afirmativa, na busca de alternativas válidas. A crítica é certamente necessária, estimulante, mas insuficiente. É preciso indicar os primeiros passos para a

superação das nossas contradições, geradas pela divisão social do trabalho, pela exploração e pela dominação ideológica” (E&S, nº 3, 1979).

A década de 1980 foi umas das mais fecundas na organização do campo educacional com a criação de várias associações dos trabalhadores em educação, tais como: a ANPED, o CEDES e a ANDE, ambas criadas respectivamente, nos anos de 1979, 1977 e 1978. Além destas, “a década de 1980 também se inicia com a constituição de associações, depois transformadas em sindicatos, aglutinando, em âmbito nacional, os professores dos diferentes níveis de ensino e os especialistas nas diversas habilitações pedagógicas” (SAVIANI, 2007, p. 401).

Há que se enfatizar que se trata da década da Constituinte e a transformação de várias associações de educadores em sindicatos só foi possível porque a Constituição de 1988 retirou a restrição à sindicalização de funcionários públicos. Diante disso, a “tendência dessas entidades foi transformar-se em sindicatos, filiando-se, por sua vez, a uma central nacional, via de regra, a Central Única dos Trabalhadores (CUT)” (SAVIANI, 2007, p.401,402). Contribuindo assim para o fortalecimento do movimento de organização dos profissionais da educação em defesa da escola pública.

A década de 1980 também se destaca pela significativa produção acadêmico-científica³⁰ amplamente divulgada por meio da criação de várias revistas, livros e coleções de educação produzidas naquele período por editoras especializadas na área. Dentre as revistas que mais se destacaram estão *Educação & Sociedade* que tinha “[...] como alvo os professores universitários e alunos de pós-graduação” e a revista *ANDE* que “[...] tinha como objetivo principal o desenvolvimento da educação pública no âmbito do que hoje é chamado de educação básica, procurando articular a produção teórica que se adensava nas universidades com o trabalho pedagógico das escolas” (SAVIANI, 2007, p. 408).

Na intensa mobilização do campo educacional, Saviani afirma que o período foi marcado por um refluxo na política educacional com ausência de ações do Estado para o campo educativo a fim de “[...] resolver os graves problemas reiteradamente diagnosticados, denunciados e equacionados no nível das organizações acadêmicas e sindicais. [...]” (SAVIANI, 2007, p. 404). De acordo com o autor, é possível sustentar que

³⁰ Devido ao “[...] avanço do processo de organização e pelo aumento da produção científica e de sua divulgação, a área de educação atingiu, na década de 1980, um nível de amadurecimento que lhe possibilitou a conquista do respeito e reconhecimento da comunidade científica representada pela [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência] SBPC e pelas agências federais de fomento à pesquisa e ao ensino: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), CAPES e Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) (SAVIANI, 2007, p.405)”.

a grande mobilização do campo educacional, ocorrida na década de 1980 teve como argumento principal a falta de “medidas efetivas no âmbito da política educacional” (SAVIANI, 2007, p. 404).

Todavia, ressalta que este argumento precisa ser relativizado tendo em vista que se em nível federal “a política educacional não conseguiu ir muito além de proclamações que não chegaram a ser implementadas, tal constatação não pode ser transferida de forma generalizada para os estados e municípios” (SAVIANI, 2007, p. 404). Argumenta que “desde as gestões municipais oriundas das eleições de 1976, passando pelos governos estaduais surgidos do restabelecimento das eleições diretas para governadores de estado em 1982, as iniciativas de política educacional voltada para as crianças e jovens das camadas populares multiplicaram-se” (SAVIANI, 2007, p. 404). Algumas dessas experiências ganharam destaque em âmbito nacional como é o caso de Boa Esperança no estado do Espírito Santo, Lages em Santa Catarina e Piracicaba no estado de São Paulo que se tornaram referência na busca de um modelo de administração democrática.

Em âmbito estadual, Saviani (2007, p. 404) destaca que governos de oposição ao regime militar foram eleitos em 1982³¹ e ensaiaram “medidas de política educacional de interesse popular³² [...]”. Tais medidas tiveram breve duração porque “esbarraram em sérios obstáculos representados pelos interesses excludentes e pela tradição de descontinuidade na política educacional de nosso país [...]”. Apesar disso, ressalta que estas medidas devem ser contabilizadas como saldo positivo da década de 1980, haja vista que se tratou de tentativas que contribuíram para os educadores encaminharem “formas de política educacional superadoras das desigualdades [...]” (SAVIANI, 2007, p. 404).

³¹ “Com as eleições para os governos dos estados pela via direta, depois de 17 anos em que isto não ocorria, Íris Resende foi escolhido o candidato do PMDB ao governo de Goiás, suplantando, na disputa interpartidária, o senador Henrique Santillo. Na eleição, em novembro de 1982, foi vencedor, obtendo mais de 70% dos votos válidos e derrotando o ex-governador Otávio Laje, candidato do Partido Democrático Social (PDS), apoiado pelo governo federal. Em março do ano seguinte tomou posse no governo de Goiás em meio a grandes festejos e manifestações populares”. Texto disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/iris-resende-machado>

³² “Destacando-se: 1. Minas Gerais, com o Congresso Mineiro de Educação, o combate ao clientelismo e a desmontagem do privatismo, colocando a educação escolar pública no centro das discussões; 2. São Paulo, com a implantação do ciclo básico, o estatuto do magistério, a criação dos conselhos de escola e a reforma curricular; 3. Paraná, com os regimentos escolares e as eleições para diretores; 4. Rio de Janeiro, com os Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS), apesar de seu caráter controvertido; 5. Santa Catarina, onde a oposição não conquistou o governo do estado, mas realizou um congresso estadual de educação que permeou todas as instâncias político-administrativas da educação catarinense” (SAVIANI, 2007, p.404).

Com a vitória, em dez estados³³, dos partidos de oposição, era importante a organização de debates para discutir as propostas de política educacional “[...] cabendo, nesse processo, um papel importante aos centros de estudo e associações de educadores comprometidos com um projeto de transformação da educação brasileira, assim como às associações de professores com caráter mais sindical e as organizações populares representativas” (E&S, nº 13, 1982, p. 4).

Os debates serviriam também para analisar o papel que esses estados poderiam desempenhar no momento de “definição e operacionalização de políticas educacionais democráticas, discutindo-se a forma como colocam seu compromisso com a filosofia da escola pública [...]” (E&S, nº 13, 1982, p. 4). Na tentativa de realizar a transformação da educação brasileira muitos educadores/professores participaram de grupos de estudos durante o contexto do processo eleitoral buscando atuar na organização e formulação de propostas de políticas educacionais, a princípio, para estados e municípios, podendo ser ampliadas posteriormente para toda a população.

O trabalho desses grupos de educadores/professores “[...] parece ter tido como eixo a defesa do compromisso com a filosofia da escola pública contra a política de privatização dominante no país a nível federal e reproduzida nos estados pelos governadores indicados pelo regime autoritário, a qual é calcada sobre a exclusão da maioria da população do acesso à educação” (E&S, nº 13, 1982, p. 5). Nesse sentido, é necessário haver uma preocupação quanto a necessidade de se encontrar caminhos que permitisse “a construção de uma estrutura escolar democrática, que combata os mecanismos de seletividade, assim como garanta o processo de participação na gestão das escolas” (E&S, nº 13, 1982, p. 5).

O projeto de Educação apresentado nos editoriais da *Revista Educação & Sociedade*, referente a década de 1980, expressa o momento histórico de sua criação, marcado pela efervescência do campo educacional no âmbito da mobilização, organização e debate dos educadores; Movimento *Diretas Já*; elaboração da Nova Constituição; e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em 1996.

2.2. Movimentos educacionais

Destaca-se, na análise dos editoriais, a importância da organização e mobilização do campo educacional que tem como centro o movimento dos educadores na luta pela

³³ O editorial não menciona o nome dos dez estados.

defesa dos princípios comprometidos com a escola pública, alguns deles expressos no capítulo destinado à Educação na Constituição, promulgada em 5 de outubro de 1988. De acordo com Gohn (2011, p.342), “[...] os movimentos sociais dos anos 1970/1980, no Brasil, contribuíram decisivamente, via demandas e pressões organizadas, para a conquista de vários direitos sociais, que foram inscritos em leis na nova Constituição Federal de 1988”.

Em relação à educação, Gohn (2011) afirma que a articulação entre movimentos sociais e educação, foi construída vagarosamente no Brasil a partir do final dos anos de 1970,

[...] quando foram criadas novas associações ou ativadas entidades científicas já existentes, a exemplo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e as Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), realizadas bienalmente, que passaram a debater os problemas socioeconômicos e políticos e a destacar os grupos e movimentos sociais envolvidos. (p.334).

A construção da relação movimento social e educação aconteceu “[...] a partir da atuação de novos atores que entravam em cena, sujeitos de novas ações coletivas que extrapolavam o âmbito da fábrica ou os locais de trabalho [...] demandando ao poder público o atendimento de suas necessidades [...]”, tendo em vista os movimentos tratem-se de “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011, p.334, 335).

Tais movimentos desempenhavam um papel educativo para os seus participantes, assim como eram importantes na realização de diagnósticos sobre a realidade social e na construção de propostas, atuando em redes para a construção de “[...] ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social” (GOHN, 2011, p.336). Como é o caso da educação em que os princípios expressos na Constituição são resultado da mobilização e discussões realizadas no âmbito das CBEs, importante movimento constituído pelos educadores/professores brasileiros na década de 1980.

O movimento constituído pelos *trabalhadores na educação* consolidou-se no Brasil na década de 1980 em virtude do debate e luta para a proposição da construção de

uma outra educação. Segundo Saviani (2007, p.402), “[...] é forçoso reconhecer que a década de 1980 foi marcada por um vigoroso movimento organizativo-sindical envolvendo os professores dos três graus de ensino”. Consta no editorial da revista que havia chegado o momento de unificar [as] lutas por uma educação democrática” (E&S, n.5, 1980, p.3), conforme proposto no I Seminário de Educação Brasileira, realizado no período de 20 a 22 de novembro de 1979, que dentre outras conclusões, sugeriu que “[...] E & S fosse um veículo à disposição de educadores e professores na luta pela organização de sua categoria. Revelou-nos, ainda, as possibilidades e limites da ação dos educadores e, ao mesmo tempo, sua força quando conscientes dessas possibilidades e desses limites” (E&S, nº 2, 1979, p.3).

O I Seminário reuniu educadores e não educadores para discutir e aprofundar temas relevantes para a educação brasileira. Tinha como fundamento “[...] propor soluções e manter o intercâmbio necessário para prosseguir na luta comum por melhores condições de trabalho, de pesquisa, de ensino, e de aprendizagem continuada” (E&S, nº 3, 1979, p.3). Proposto, à época, pela equipe³⁴ do Departamento de Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da Unicamp³⁵ que desenvolvia a pesquisa, de âmbito nacional, intitulada “*Análise de currículo e conteúdo programático dos Cursos de Pedagogia com vistas a propostas alternativas de reformulação*”, o I Seminário teve como tema *A formação do educador* sendo “discutido através da Redefinição dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura” (SAVIANI, 2007, p.404).

Destaca-se sua importância histórica no relançamento do movimento dos educadores, por constituir-se “[...] no primeiro momento de reflexão coletiva sobre educação após 64, reunindo educadores e profissionais do ensino de diferentes partes do país” (E&S, 1988, nº 31, p.3). A equipe responsável por desenvolver a pesquisa que deu origem ao I Seminário³⁶ sentiu que era necessário abrir e situar o debate a respeito do

[...] Curso de Pedagogia na problemática da educação brasileira contemporânea, ouvir educadores e professores, perceber enfoques diferentes e discutir as alternativas de mudança do Curso. Por esta razão, organizou-se na Unicamp o *I Seminário de Educação Brasileira*,

³⁴ “A equipe de trabalho foi constituída por Cecília Azevedo L. Collares, Elizabeth de Almeida Silveiras Pompêo de Camargo, Ivany Rodrigues Pino e Martha Rosa Pisani Destro e foi coordenada por Ophelina Rabello e Moacir Gadotti” (ROSSI; PINO 2018, p.7).

³⁵ “[...] hoje de Ciências Sociais Aplicadas à Educação, da Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (FE/UNICAMP)” (ROSSI; PINO 2018, p.7).

³⁶ “[...] realizado em 20 e 22 de novembro de 1978, contou com a participação de 600 pessoas, quase exclusivamente professores e educadores, representando a maioria dos Estados brasileiros. [...] [pois] a pesquisa visava não apenas ao conhecimento da realidade dos Cursos de Pedagogia isoladamente, mas a sua interação com o contexto brasileiro” (BRASIL, 1980, p.21, 22).

cuja temática tentava circunscrever a estrutura e a situação da Pedagogia na educação brasileira” (BRASIL, 1980, p.21, 22).

O I Seminário impulsionou outros movimentos educacionais, pois devido ao “esforço desenvolvido em [...] encontros, congressos e reuniões de educadores” (E&S, nº 5, 1980, p.3), o I Seminário de Educação Brasileira ampliou-se para um evento maior de âmbito nacional e em seu lugar realizou-se a I CBE³⁷, bem como, as demais que se seguiram: II, III, IV e V CBEs.

2.1.1 As Conferências Brasileiras de Educação (CBEs)

Na análise dos editoriais identifica-se a preocupação com a articulação do campo educacional, conclamando os educadores para participarem e articularem movimentos até então interditados pela ditadura militar. No que era possível, a abertura política, no âmbito dos movimentos de educadores, pretendia (re)organizar e redemocratizar o campo educacional, mediante “análise e formulação de políticas públicas da educação, tendo em vista a construção de um projeto para a educação nacional” (PINO, 2010, p.1). Nesse sentido, o apelo aos educadores para mobilizarem-se e defenderem a escola pública, gratuita, democrática e laica em todos os seus níveis e modalidades.

De acordo com Pinheiro e Dal Ri (s/d, s/p),

No período que se inicia no segundo lustro da década de 1970, percorrendo os anos de 1980, o Brasil viveu um forte processo de mobilização em prol da democratização do país e pelo fim do período ditatorial. No campo educacional os movimentos em defesa da educação pública reivindicavam o fim das concepções técnico-burocráticas da administração escolar e a especificidade do trabalho na escola.

A ênfase desses movimentos era em organizar a escola de forma democrática e sem as estruturas hierarquizantes e autoritárias “que inibe o exercício de relações verdadeiramente pedagógicas, intrinsecamente opostas às relações de mando e submissão que [...] vigoravam nas escolas” (PARO, 2007, p.75). A preocupação com a organização dos educadores e seus desdobramentos na proposição de políticas educacionais e implicações no âmbito da própria escola é marcada pela realização das Conferências Brasileiras de Educação (CBEs).

³⁷ A primeira Conferência foi “realizada em São Paulo, no campus da Pontifícia Universidade Católica (PUC), de 31 de março a 3 de abril de 1980, com inscrições de 1.354 educadores e estudantes de 18 estados brasileiros” (ROSSI, PINO, 2018, p.7).

Responsáveis por promover as CBEs, o CEDES, a ANPED e a ANDE eram favoráveis à “[...] contraposição ao modelo de escola da ditadura militar e, ao mesmo tempo, [à] proposição de um modelo de escola no qual a articulação entre o ensino, a educação e a sociedade estivesse presente” (PINHEIRO; DAL RI, s/d, s/p). Logo, a I CBE³⁸ encaminhou “uma ampla discussão a respeito dos problemas educacionais brasileiro não se restringindo somente à avaliação e à crítica da situação [mas, buscando] formas de ação comuns para a superação das contradições evidenciadas” (E&S nº 5, 1980, p.3).

A I CBE constituiu-se, sem dúvida, no evento emblemático que inaugurou essa nova fase da educação brasileira. Preocupada com novas propostas pedagógicas, essa fase abriu espaço para a emergência de concepções contra-hegemônicas” (PINHEIRO; DAL RI, s/d, p.5). Pretendia “retomar, em novas bases, as Conferências Nacionais de Educação organizadas no passado pela Associação Brasileira de Educação [ABE] em diversas cidades do país” (E&S, nº 5, 1980, p.3). A criação da ABE foi “[...] o grande marco da década de 1920” por desempenhar um papel importante nas lutas educacionais que se desenvolveram até a década de 1950, nesse sentido, é que o autor afirma a fecundidade da década de 1980, “[...] rivalizando apenas com a década de 1920” (SAVIANI, 2007, p.400).

Pinheiro e Dal Ri (s/d, s/p) afirmam que a I CBE foi de diagnóstico da situação educacional brasileira; A II CBE dedicou-se ao exame da política educacional, “mas, com ênfase nas iniciativas educacionais da sociedade civil”; a III CBE, realizada no ano de 1984, em Niterói (RJ), resgatou a especificidade da educação, tendo em vista que ela aconteceu em um contexto diferenciado. Pois além de já haver acontecido outras CBEs, nesse momento também ocorria a “ascensão de governos estaduais eleitos por voto popular, havendo um redirecionamento da ação governamental em relação às políticas educacionais e a mobilização para o Movimento *Diretas Já*”, a III CBE foi um “[...] acontecimento vivo, político, humano da educação brasileira” (E&S nº 19, 1984, p.3).

A IV CBE, realizada em Goiânia no período de 2 a 5 de setembro de 1986, é anunciada em E&S do seguinte modo: “tendo como tema central *A Educação e a Constituinte*, ampliará as discussões analisando uma política educacional a ser sancionada

³⁸ “Cunha foi o proponente do evento da CBE e teve participação intensa. Sua sugestão foi aceita e aprovada, compondo de imediato a comissão organizadora. Ele sugeriu também a importância do formato de conferência (para acumular, numa só reunião, os esforços das entidades e possibilitar redução de custos), como as que a Associação Brasileira de Educação realizava nos anos de 1930 e 1940. A temática central e consensual para a ICBE foi a política educacional” (PINO; ROSSI, 2018, p.8).

pela Constituição Brasileira e tratará de outros temas nas perspectivas mais diversas da problemática educacional” (E&S nº 24, 1986, p.3). Consolidou-se “entre entidades de diferentes naturezas, uma proposta de projeto de educação nacional, porque estabelece uma proposta de política pública para a educação apresentada na Carta de Goiânia” (PINHEIRO, DAL RI, s/d, p 6) a qual “inspirou fortemente o capítulo da Educação na *Constituição [...]de 1988*” (ROSSI; PINO 2018, p.8).

A Carta de Goiânia é um documento elaborado que expressa as reivindicações e as propostas aprovadas por cerca de 5.000 participantes da IV CBE. Estas reivindicações “precisa[va]m ser difundidas e discutidas para que [pudessem] adquirir maior amplitude e força social” (E&S, nº 25, 1986, p.3). Esse trabalho deveria ser realizado pelas entidades que promoveram a Conferência: CEDES, ANDE e ANPED. Estas entidades, de cunho acadêmico-científico, preocupavam-se “[...] com o significado social e político da educação, do qual decorre a busca de uma escola pública de qualidade, aberta a toda a população e voltada precipuamente para as necessidades da maioria, isto é, a classe trabalhadora [...]” (SAVIANI, 2007, p.402).

Diante disso, os participantes da IV CBE reivindicaram que a Carta Constitucional deveria consagrar o princípio de direito à educação pública básica, gratuita e laica devendo esta desenvolver-se em estabelecimentos públicos de ensino em todos os níveis para todos os brasileiros. Cabendo ao Estado garantir os meios para promovê-la. De acordo com Pino (2010, p.2), as CBEs “[...] abriram caminhos para outro nível de organização da educação nacional, mais adequado para as lutas e movimentos sociais daquele novo momento: o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na Constituinte”.

O editorial nº 26 anuncia que o Congresso Nacional Constituinte estava instalado, se constituindo no “centro da realização das aspirações brasileiras”. Ressalta, contudo, que era preciso ficar atento em relação às decisões que eram tomadas no Congresso, pois “uma sociedade tão marcada por diferenças de classe, por grupos de interesses diferentes, dificilmente passaria por um período de tal importância de maneira tranquila, linear, sem graves contradições” (E&S, nº 26, 1987, p.3). Um forte embate já é anunciado no editorial n.28 ao abordar a votação das emendas apresentadas e o avanço no processo de elaboração da Constituição Brasileira, uma vez que, “a configuração do Congresso Constituinte permit[ia] prever um forte embate, onde o jogo de forças est[ava] pendendo claramente para favorecer a tendência dos “privatistas” (E&S, nº 28, 1987, p.3).

Destaca, ainda, que naquele momento as preocupações estavam voltadas para a etapa que se seguiria “[...] à homologação da redação definitiva da nova Constituição

brasileira, apontando para as novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (E&S, nº 28, 1987, p.3), haja vista a existência de disputas “entre diferentes concepções de educação e de sociedade [...]” (BOLLMANN, AGUIAR, 2016, p.410).

O debate educacional catalisa-se em torno da V CBE, realizada em Brasília, em agosto de 1988, com o tema: *A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Compromisso dos educadores*. Nesse encontro as entidades promotoras conclamam os educadores para elaborarem as diretrizes que imprimiriam “na Lei Máxima da Educação a marca que reflita o seu compromisso com a educação, a ser expresso na definição de políticas educacionais que garantam os direitos dos cidadãos brasileiros e exijam do Estado o cumprimento de seus deveres, na perspectiva da construção de uma sociedade democrática” (E&S nº 30, 1988, p.3).

Ressalta, ainda, a importância dos educadores terem clareza de que os princípios e as diretrizes comprometidos com a defesa das políticas educacionais que devem atender “aos interesses maiores da sociedade brasileira, contrariam frontalmente aqueles interesses de grupos ou setores da sociedade civil e/ou do Estado que, embora defendendo interesses menores da sociedade, mostraram, claramente, seu poder de pressão na correlação de forças no Congresso Nacional Constituinte” (E&S, nº 30, 1988, p.3).

Segundo Bollmann e Aguiar (2016, p.409-410), as décadas de 1980 e 1990 vivenciaram diferentes projetos de educação em disputa em torno da discussão para a elaboração da nova LDB que “apresentavam diferentes concepções de mundo, homem, sociedade, Estado e educação [...]”. Tais projetos eram representados, de um lado, pelas forças sociais progressistas, populares e democráticas da sociedade civil que tinham ao seu lado, dentre outras entidades, o Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública (FNDEP).

Com origem nas CBEs, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na Constituinte, foi criado oficialmente no dia 9 de abril de 1987 em Brasília, por iniciativa da ANDES em articulação com a ANDE, ANPED e o CEDES, mediante a Campanha Nacional pela Escola Pública e Gratuita, defendendo os princípios pedagógicos que foram aprovados na IV CBE. O Fórum era um “espaço constituído pelas entidades nacionais de educação para debates, ações e formulação de propostas para a educação nacional” (PINO, 2010, p.2).

Como representante das entidades do campo educacional³⁹, defendia uma educação pública, universal, gratuita e de qualidade para todos, essencial à construção de uma sociedade verdadeiramente democrática e socialmente justa. Por outro lado, havia “forças liberal-conservadoras que imp[unham] um projeto educacional neoliberal, privatista e flexível para atender às demandas da sociabilidade capitalista”. (BOLLMANN; AGUIAR, 2016, p.409-410). O projeto educacional defendido pelo Fórum identificava-se claramente “com a defesa intransigente dos princípios contemplados na Carta de Goiânia, alguns incluídos na Constituição de 1988 e presentes nos projetos de LDB [...]” (BOLLMANN; AGUIAR, 2016, p.420).

Era a defesa de princípios éticos que estavam voltados, por um lado, para

[...] a busca de igualdade e de justiça social, explicitando concepções de ser humano, de mundo, de Estado, de sociedade, de democracia, de educação, de autonomia, de gestão, de avaliação, de currículo, radicalmente distintas daquelas que os setores sociais hegemônicos vinham utilizando para manter a lógica perversa e excludente, subordinada aos interesses do capital. De outro, a educação transformava-se, na concepção da Organização Mundial do Comércio (OMC), em uma mercadoria, cujo valor agregado dependia, como qualquer outro produto, das oscilações do mercado. (BOLLMANN; AGUIAR, 2016, p.420).

O fortalecimento da concepção de educação mercantilista devia-se a resignificação na lógica do papel do Estado, e a redução, cada vez mais, de suas “obrigações como agente financiador desse direito social – redução do público em benefício do privado “(BOLLMAN; AGUIAR, 2016, p.420). Esse embate entre ensino público e ensino privado, particularmente quanto à defesa da escola pública é abordado pela primeira vez na revista nº 12 de 1982, posteriormente é retomado no editorial nº 25 de 1986, no período que antecedia a Constituinte, depois volta a ser mencionado em mais dois momentos: na formulação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

³⁹ “Naquele momento, o Fórum era composto por 15 organizações do campo sindical, estudantil, acadêmico-científico e de classe: Associação Nacional de Educação (Ande), Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (AnPed), Associação Nacional de Profissionais da Administração Escolar (Anpae), Confederação dos Professores do Brasil (CPB), atual Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra), Federação Nacional de Orientadores Educacionais (Fenoe), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (Seaf), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) e União Nacional dos Estudantes (UNE)” (BOLLMANN; AGUIAR, 2016, p.411-412)”.

(LDB) (E&S, n. 32, 1989) e na grave crise enfrentada pela educação pública “no bojo das políticas de caráter conservador e neoliberal” (E&S, nº 35, 1990, p.6).

Essa problemática referente a discussão entre público e privado desenvolveu-se no âmbito das CBEs. Por isso, dentre os princípios da Carta de Goiânia estava a preocupação com a destinação das verbas públicas exclusivamente para a escola pública, cabendo ao Estado a obrigatoriedade de “[...] prover os recursos necessários para assegurar as condições objetivas ao cumprimento” (E&S, nº 25, 1986, p.8) da sua obrigatoriedade para com a educação. Consequentemente o embate entre público e privado constituiu-se no grande embate que o Fórum enfrentou na Constituinte (PINO, 2010).

A simples menção aos temas centrais de cada CBE evidencia a preocupação que “as norteava: I CBE: A política educacional; IICBE: Educação: perspectiva na democratização da sociedade; III CBE: Da crítica às propostas de ação; IV CBE: A educação e a Constituinte; V CBE: A lei de diretrizes e bases da educação nacional; VI CBE: Política nacional de educação” (SAVIANI, 2007, p.403). O período analisado nos editoriais, que compreende a década de 1980, só consta até a V CBE. Dentre os embates sobressai a discussão em torno das relações entre público e privado.

2.1.2 Embate entre ensino público e privado e a defesa da Escola Pública, Democrática, Gratuita e Laica

É possível perceber na análise dos editoriais, o embate entre ensino público e ensino privado, particularmente quanto à defesa da escola pública. Essa temática começa a ser abordada em editorial de 1982 quando aparece pela primeira vez o termo “escola pública”, discussão recorrente nos anos posteriores. Há um deslocamento de uma referência mais genérica, educação brasileira, para o termo escola pública: “[...] apesar dos ataques que tem sofrido a Educação no Brasil e a escola pública, em particular, os educadores estão atentos e ativos numa luta constante por uma escola e uma sociedade mais justa” (E&S, 1982, nº 12, p.3).

Naquele momento⁴⁰ voltava a “[...] pairar sobre educadores e alunos brasileiros a perspectiva de uma nova batalha. De um lado os defensores da Escola pública e do outro

⁴⁰ Tratava-se da subida de Ester de Figueiredo Ferraz no cargo de Ministra da Educação, que “durante sua gestão no Ministério da Educação foi responsável pela regulamentação da Emenda Constitucional Calmon, que determina percentuais mínimos de investimentos da União, dos Estados e dos Municípios em educação”, nesse sentido, no âmbito da política para a educação “uma de suas metas era o fim do ensino

os atacantes, defensores da Escola paga”. Havia ainda o alerta quanto ao perigo de que na batalha entre Escola Pública x Escola Paga pudesse haver confusão, “os combatentes às vezes se confundem e as armas verbais, misturando-se no campo, muitas vezes emitem sons do tipo “Escola Pública/Escola Gratuita” (E&S, 1982, nº 12, p.3). Esta aproximação é perigosa porque podia gerar engano, uma vez que,

[...] não há escola gratuita no Brasil. Quem paga a escola pública somos nós. Os bem-assalariados com os impostos que lhes taxam até o ar, ficção que ele respira, os espoliados pela economia concentracionista, com o sangue que perdem dia a dia na venda de seu corpo, transformado em salário de fome no mercado da exploração de muitos por uns poucos. [...] Todo brasileiro paga a escola até mesmo antes de nascer (E&S, 1982, nº 12, p.3, 4).

O debate entre público e privado será retomado no editorial (E&S, 1986, nº 25, p.4) quando se destaca a necessidade de situar, no período que antecedia à Constituinte, as “[...] tendências existentes com relação ao debate Escola pública/Escola privada. Frente a elas precisamos clarificar, com argumentação sólida e “sem meias palavras”, o que entendemos por ensino público, gratuito e laico” (E&S, nº 25, 1986, p.4). É nesse sentido que Cunha (1986) indica no texto *A Educação na nova Constituição*, escrito para a abertura da IV CBE, o que é ensino público, democrático, gratuito e laico⁴¹.

De acordo com Cunha (1986, p.3), o ensino público “é aquele ministrado por instituições oficiais, isto é, pela União, pelos estados e pelos municípios”. Alerta que existiria muitos ideólogos tentando embaralhar as palavras para confundir a definição de público e privado alegando que “existiria ensino público não estatal”, conforme as características de sua entidade mantenedora, quer tivesse finalidade religiosa ou se dedicasse a trabalhos “comunitários”.

Após qualificar o que é o ensino público, Cunha (1986, p.3) ressalta que a Constituição deveria “defini-lo como democrático, gratuito e laico”, pois o ensino democrático tem de ser aquele que além de permitir o acesso de todos que o buscam, deve oferecer também qualidade, a qual “não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais”. Cunha enfatiza que o ensino democrático

[...] é aquele que sendo estatal, não está subordinado ao mandonismo de castas burocráticas, nem sujeito às oscilações dos administrados do

público superior gratuito. [...] [com a] a polêmica cobrança de anuidade nas universidades federais [...]”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ferraz-ester-figueiredo>

⁴¹ Para este estudo acessou-se o texto *A Educação na nova Constituição*, publicado no jornal Correio Brasiliense/UnB de 25 de outubro de 1986. Disponível eletronicamente em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/117813/1986_OUTUBRO_076b.pdf?sequence=3

momento. Ensino democrático é, também, aquele cuja gestão é exercida pelos interessados, indiretamente, pela intermediação do Estado (que precisamos fazer democrático), seja diretamente, pelo princípio da representação e da administração colegiada. (CUNHA, 1986, p.3).

Para Cunha (CUNHA, 1986, p.3), um ensino público e democrático só pode ser gratuito, no entanto, muitos ideólogos do privatismo procuravam confundir as ideias daqueles que defendiam a gratuidade do ensino, dizendo que todo ensino custava dinheiro e era pago por alguém. Sob esta alegação, os ideólogos propunham a ideia de cobrança do ensino público de 2º grau e do superior.

Esta forma de agir tinha como finalidade “[...] justificar as anuidades dos estabelecimentos particulares e, por via de consequência, o subsídio, governamental aos empreendimentos privados sob o disfarce de bolsas de estudos para os “estudantes carentes”, conforme mencionado anteriormente no editorial (E&S, nº 29, 1988) em relação a prática de destinar verbas públicas para escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

Ainda de acordo com Cunha, o ensino público, democrático e gratuito tem que ser laico, apesar de que quando se fala em ensino laico há aqueles que fazem confusão e entendem como se fosse um ensino ateu ou anti-religioso. Para o autor, “essa confusão tem sido semeada pelas sociedades religiosas que se beneficiaram das políticas educacionais dos regimes autoritários no Brasil, tanto o dos anos 30 e 40, quanto o da mais recente ditadura militar” (CUNHA, 1986, p.3).

Os governos desses regimes autoritários, mencionados anteriormente, abriram as escolas públicas para que “certas sociedades religiosas utilizassem o horário normal de aula para o ensino da religião com o equívoco critério da disciplina facultativa, dispensados apenas aos que o requeressem” (CUNHA, 1986, p.3). Diante disso, estas sociedades religiosas passaram a exercer sua influência religiosa e política por meio das escolas públicas de 1º grau, além de terem seus professores pagos pelo governo, os quais eram “[...] seus agentes mais conservadores, ativos na difusão da ideologia do conformismo e da ordem, tão a gosto das ditaduras” (CUNHA, 1986, p.3).

Após definir o que é ensino público, democrático, gratuito e laico Cunha adverte ainda que não se poderia permitir que a Constituição incorporasse “o ensino privado travestido de ensino público, beneficiando, portanto, com os recursos que tanta falta fazem ao ensino oficial, isto é, estatal” (CUNHA, 1986, p.3). Segundo o autor, havia um avanço nas denúncias de “transferência de recursos públicos para instituições privadas de ensino”.

Tratava-se de um momento importante e difícil da educação na Constituinte que exigia, por parte dos educadores um “posicionamento claro e efetiva participação”. Nesse sentido, “foi entregue, pelas entidades que comp[umham] o Fórum, ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulisses Guimarães, a proposta de Emendas ao Projeto Constituinte, elaborada pelo Fórum Nacional da Educação que conseguiu, com o seu trabalho, coletar 300.000 assinaturas” (E&S, 1987, nº 27, p.3).

A defesa dessa proposta estava prevista na Comissão de Sistematização⁴², no entanto, o que se viu foi o avanço do privatismo, pois ao acompanhar os constituintes da Comissão de Sistematização sobre a discussão da Educação, a diretoria do CEDES percebe

[...] através dos discursos dos representantes dos diferentes partidos, duas vertentes: uma defendendo corajosamente o ensino público gratuito e outra defendendo o ensino privado. Parece que o “privatismo” talvez possua maior força entre os constituintes. No momento da elaboração de uma Constituição, onde se coloca a questão das relações de um Estado democrático com o ensino público, essa discussão temática demonstrou claramente as tendências atualmente com relação ao debate escola pública/escola privada. Mostrou como ideólogos de um ensino privado, “travestido de público”, estão fundamentando posições defendidas por muitos constituintes” (E&S, 1987, nº 27, p.3-4).

A força dos privatistas advinha, segundo o constituinte Florestan Fernandes, pilar da defesa da escola pública, dos “36 ‘conservadores’ que compeliram os 27 ‘progressistas’ a travar uma luta política ingrata e inglória, que deslustra a Assembleia Nacional Constituinte”. Para o autor, o que se viu foi um autoritarismo que reproduzia “[...] as lições da ditadura militar e um mandonismo digno dos antigos senhores de escravos ou da velha oligarquia da Primeira República [que] na verdade serviram de biombo para esconder uma acintosa pirataria” (FERNANDES, 2014, p.111).

⁴² A comissão de sistematização era a comissão final, de um total de oito que foram criadas no processo de elaboração da Constituição. Segundo Florestan Fernandes (2014, p.68), os temas tratados na elaboração da Constituição tinham uma ordenação de trabalho que obedecia “a um plano lógico, aparentemente dotado de uma racionalidade inatacável”. Nesse sentido, constituiu-se oito comissões “subdivididas cada uma em três subcomissões, [que] permitiriam distribuir os vários assuntos ou temas por grupos de deputados e senadores constituintes mais afeitos às questões pertinentes e à sua complexidade. É uma comissão final, de recomposição do todo, a Comissão de Sistematização”. Em 1º/04/1987 ocorreu a instalação das 8 Comissões Temáticas; em 07/04/1987 a instalação das 24 subcomissões temáticas e em 09/04/1987 a instalação da Comissão de Sistematização (Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/30-anos-da-constituicao-da-cidadania>, acessado em 03/09/2020).

Sobre os ‘conservadores’, Florestan Fernandes (2014) nos diz que estes são representantes

[...] daquele momento trágico são os mesmos que arruinam o processo constituinte, na condição de parlamentares, e são os próceres dos partidos da ordem, os grandes industriais, comerciantes e fazendeiros que tomaram a ANC de assalto. São pessoas e grupos que andam livremente por toda a parte do monumental conjunto arquitetônico do Parlamento, orientam os seus representantes constituintes a rédea curta, ocupam as galerias e nelas realizam tumultos, que não são coibidos – em suma, são os donos do poder e os que mandam. Eles se olham como a sociedade civil e o *povo* – ditam o que a Constituição deve conter, para que o Brasil seja um “país civilizado” e “viável”! (p.239).

Para Florestan Fernandes (2014), tudo isso contribuiu para reeditar, ainda com mais vigor, “o anti-republicanismo dos defensores das escolas privadas, que tornou a colocar na mesma trincheira o mercantilismo da indústria do ensino e o farisaísmo das escolas confessionais católicas [...]”, tendo em vista a disputa dos recursos públicos para a educação. “Os líderes e os mandantes da maioria ‘conservadora’ não queriam *um acordo*. Pretendiam uma rendição incondicional, que assegurasse o atendimento de suas exigências, em sua essência um assalto ao erário público [...]” (FERNANDES, 2014, p.111-112).

O que se viu, segundo o autor, foi de estarrecer e demonstrava o desrespeito de como os donos do poder manipulavam a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) para definir e defender seus interesses particulares. Aquele momento exigiu dos educadores “um grande trabalho no sentido de clarificar esse debate. Um trabalho de convencimento e mesmo de pressão sobre os constituintes [...], para que não [votassem] contra os interesses da maioria da população” (E&S, nº 27, 1987, p.3).

O editorial nº 29 registra que o Capítulo referente a Educação na Nova Constituição ia se delineando e em sua primeira votação teve algumas conquistas e perdas, decorrente das “condições objetivas em que as negociações foram possíveis”.

As conquistas foram:

[...] a igualdade de acesso e a permanência na escola; a gestão democrática de ensino público; a garantia legal para o pluralismo de ideias, de concepção pedagógica e de instituições de ensino; a valorização dos profissionais do ensino através da garantia de planos de carreira para o magistério público, em cada nível de ensino, contendo piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos. Este último tema, especialmente, acende uma chama de esperança pela sobrevivência da escola pública” (E&S, nº 29, 1988, p.3).

Em relação a perda, referia-se justamente à “destinação das verbas públicas para as escolas comunitárias confessionais ou filantrópicas [que] continuará se configurando numa sangria aos cofres públicos e num incentivo a uma escola diferenciada para camadas diferenciadas da população” (E&S, nº 29, 1988, p.3). A este respeito a Carta de Goiânia, publicada na revista (E&S, nº 25, 1986, p.7) advertia quanto a

[...] a questão das verbas públicas para a educação, destinadas sobretudo aos projetos de impacto político e não às prioridades efetivas, e frequentemente desviadas para instituições privadas. Esta situação tende a agravar-se com as ações dos grupos privatistas organizados para assegurar seus interesses na Carta Constitucional.

Perante isso, destaca-se a necessidade de um grande trabalho por parte dos educadores “no sentido de clarear e de aprofundar o conceito de público e de privado, enquanto categorias do Estado moderno, assim como no sentido de avançar propostas em defesa do ensino público, democrático, gratuito e laico” (E&S, nº 32, 1989, p.4).

Constata-se uma preocupação da revista com a mobilização da área educacional tanto no âmbito da organização de sindicatos e de associações científicas quanto em relação à escola e seu projeto formativo comprometido com a classe trabalhadora. No próximo capítulo discute-se os pontos e contrapontos do movimento de defesa da escola pública sintetizado no “novo projeto educacional” veiculado nos editoriais de *Educação e Sociedade* nos anos de 1980.

CAPÍTULO III

UM NOVO PROJETO EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

Constata-se nos editoriais da revista *Educação e Sociedade* o entrecruzamento de três movimentos inter-relacionados: o primeiro diz respeito ao compromisso com os princípios de uma educação pública voltada para a formação criticamente orientada, particularmente para os trabalhadores; o segundo à mobilização dos educadores para o engajamento na defesa de uma escola pública, laica e gratuita e o terceiro, à preocupação com a formulação de políticas públicas educacionais que viabilizassem uma educação efetivamente democrática.

Estes movimentos sintetizam-se na contraposição à “herança de 16 anos de descaso pela educação”, na proposição de “um *novo projeto educacional*” e de “uma nova política” que seria “posta em marcha sem “prescindir dos educadores” (E&S, nº 8, 1981, p.3, grifo no original). Afirma-se que a escola não é aquela que reproduz “mecanicamente a sociedade de classes, mas pelo contrário, ela representa [...] um lugar privilegiado onde essa luta se faz presente. A escola não foge ao conflito social e político que se trava hoje no interior da sociedade brasileira” (E&S, nº 8, 1981, p.3).

Conforme discutido no capítulo I deste trabalho, a escola pública é um espaço de disputa hegemônica que tem enfrentado seus dilemas e desafios históricos sob as vicissitudes da sociedade do capital (FRIGOTTO, 1988). A escola, nessa perspectiva, objetiva formar cidadãos que possam exercer seus direitos no âmbito de uma sociedade de classes antagônicas (LOPES, 1981). Para esta formação há que se considerar os impasses, dilemas e desafios das condições concretas em que a escola é produzida, marcadas pela intensificação dos processos de alienação no âmbito do trabalho (MARX, 2002). A escola cumpre sua função social ao priorizar, nos processos educativos da classe trabalhadora, o ensino dos conteúdos historicamente produzidos, uma vez que estes podem se constituir como resistência para classe trabalhadora (SAVIANI, 2018).

Possivelmente é por isso que as diversas formas de dominação presentes na sociedade capitalista estão tentando destituir a escola de seu sentido formativo, fazendo com que ela deixe de se orientar pelo princípio do conhecimento para se tornar um espaço de convivência, de socialidade. A análise dos editoriais permite constatar em que medida

os editores da revista, engajados com a formação da classe trabalhadora, captam e intensificam reivindicações sociais por uma educação e por uma sociedade democráticas.

O reconhecimento de que os anos de 1980 é considerado o “melhor momento” para a implantação do “novo projeto educacional” (E&S, nº 8, 1981, p.3) capta a dinâmica da área que vivia uma efervescência em relação ao movimento “diretas-já”, à organização de sindicatos e associações, à produção do conhecimento no âmbito da pesquisa educacional nas Universidades e ao debate em torno das políticas educacionais. Em tempos de Constituinte, não é exagero afirmar que naquele momento parecia estar na formulação de uma legislação educacional crítica da relação educação e sociedade as bases de uma escola efetivamente democrática e voltada para os interesses da classe trabalhadora. Pretende-se, neste capítulo, retomar esta discussão de modo a indicar os principais movimentos dos editoriais em torno da escola e da formação.

3.1. Para além da escola dual: superação do *economicismo* na educação

Durante o período em que o Brasil viveu sob o regime militar efetivou-se um projeto político no qual “foram gestadas a reforma universitária (Lei nº 5.540/68) e a reforma dos antigos ensinos primário e secundário que, a partir da promulgação da Lei nº5.692/71, passaram a ter a denominação de primeiro e segundo graus”. Com a reforma universitária, o governo militar tinha o objetivo de “formar quadros de nível superior, de modo a dar substância ao crescimento econômico gerado pelo chamado “milagre brasileiro”; com a reforma do primeiro e segundo graus objetivava alcançar uma dupla finalidade; por um lado, visava conter a demanda ao ensino superior e de outro “promover a profissionalização de nível médio” (VIEIRA, 2008, p.21).

De acordo com Shiroma *et al* (2007, p.34-35), o segundo grau profissionalizante era “muito mais uma forma de controlar o acesso ao ensino superior, do que realizar apropriadamente a qualificação do nível médio”. Para as autoras, “a falácia da função profissionalizante da escola trouxe, como uma de suas mais graves consequências, a desarticulação da já precária escola pública de 2º grau. Um crime cujos efeitos só fizeram se agravar com as políticas educacionais posteriores”.

A discussão sobre a “escola dual” se implica à concepção das reformas educacionais dos anos de 1960 e 1970, prevalecendo a defesa da formação em termos de capital humano. Trata-se da subordinação da educação ao mercado de trabalho e ao atendimento da “modernização de hábitos de consumo, integração da política educacional

aos planos gerais de desenvolvimento e segurança nacional, defesa do Estado, repressão e controle político-ideológico da vida intelectual e artística do país (SHIROMA *et al.*, 2007, p. 28).

Segundo as autoras, junto com a política desenvolvimentista articulou-se também “uma significativa reorganização do Estado em vista dos objetivos que deveria efetivar para atender aos interesses econômicos vigentes. Assim, não surpreende que se houvesse adotado uma perspectiva “economicista” em relação à educação” (SHIROMA *et al.*, 2007, p.29). Segundo Frigotto (2006, p.7),

A teoria do capital se apresentou nos anos 70 como uma teoria do desenvolvimento econômico. Postulava explicar, ao mesmo tempo, as desigualdades de desenvolvimento entre as nações e as desigualdades individuais. Para esta teoria a vergonhosa e crescente desigualdade que o capitalismo monopolista explicitava e se tornava cada vez mais difícil de esconder, devia-se, fundamentalmente, ao fraco investimento em educação, esta tida como o *gérmen* gerador de capital humano ou maior e melhor capacidade de trabalho e de produtividade. A fórmula seria simples: maior investimento social ou individual em educação significaria maior produtividade e, conseqüentemente, maior crescimento econômico e desenvolvimento em termos globais e ascensão social do ponto de vista individual.

Na década de 1970 tem início, na América Latina, as políticas educacionais “vincadas pelo vesgo reducionista do economicismo e resultante tecnicismo e cuja operacionalização se efetiva mediante a fragmentação dos sistemas educacionais e dos processos de conhecimento” (FRIGOTTO, 2006, p.8). Estas políticas foram impostas por violentas ditaduras, sendo o caso brasileiro bem emblemático, haja visto que as reformas educacionais, acima mencionadas, “completam um ciclo de ajuste da educação ao projeto do golpe civil-militar de 1964” (FRIGOTTO, 2006, p.8). A teoria do capital humano esconde as “relações capitalistas efetivas de produção, cuja lógica é, ao mesmo tempo, de acumulação, concentração e exclusão” (FRIGOTTO, 2006, p.8).

Nos editoriais constata-se a preocupação com o economicismo na educação quando, por exemplo, é mencionado os acordos realizados entre o governo brasileiro e o norte-americano no âmbito dos acordos MEC-USAID. Desse modo, este ponto a respeito dos acordos internacionais é abordado no editorial (E&S, nº 7, 1980, p.3) quando menciona a ação imperialista da política americana para a educação brasileira

[...] a ação imperialista e burguesa visando à inculcação dos ideais americanos através do sistema escolar. Trata-se da *política educacional americana para o Brasil*, que é a política educacional “brasileira”. Ela

está presente na legislação que transplantou reformas educacionais cujos resultados negativos estamos colhendo hoje, notadamente no ensino superior.

Muito mais do que inculcar a ideologia “democrática” ou a imagem do “amigo americano”, o que a *política educacional americana para o Brasil* visava mesmo era “essencialmente a lançar as bases que permitissem uma exploração econômica mais ampla e eficaz do trabalhador brasileiro” (E&S, nº 7, 1980, p.3). As reformas promovidas pelos governos do regime militar para a educação brasileira foram fortemente balizadas

[...] por recomendações advindas de agências internacionais e relatórios vinculados ao governo norte-americano (Relatório Atcon) e ao Ministério da Educação nacional (Relatório Meira Mattos). Tratava-se de incorporar compromissos assumidos pelo governo brasileiro na Carta de Punta del Este (1961) e no Plano Decenal de Educação da Aliança para o Progresso – sobretudo os derivados dos acordos entre o MEC e a AID (Agency for International Development), os tristemente célebres Acordos MEC-USAID” (SHIROMA *et al*, 2007, p.28).

Nesse sentido, o editorial nº 8 aponta que o ano de 1981 iniciou-se “sombrio para todos aqueles que suporta[vam] o ônus da crise do “modelo econômico” do regime militar: os trabalhadores e oprimidos. A inflação corroendo os salários dos professores. As condições de trabalho caindo com a crescente omissão governamental em matéria de educação e cultura. [...]” (E&S, nº 8, 1981, p.3).

Florestan Fernandes, em discurso proferido durante a sessão de 9 de julho de 1987 na Assembleia Nacional Constituinte, ressalta que o Brasil sofreu pressões externas agravando a solução de seus dilemas, o ensino público gratuito é um exemplo desse agravamento, pois

Sob a ditadura militar, os Estados Unidos dirigiram sobre o Brasil uma bateria programada de modernização cultural controlada à distância. O ensino público gratuito sofreu um fortíssimo impacto negativo: o estudante só poderia avaliar corretamente aquele ensino que compartilhasse a condição de mercadoria. Constituíram-se as comissões MEC-USAID, que definiram as linhas das futuras reformas do ensino, em todos os graus. Daí decorreram uma expansão da indústria do ensino e do ensino orientado pela Igreja Católica, e o enfraquecimento progressivo da escola pública. Rompeu-se a tendência do desenvolvimento quantitativo e qualitativo do ensino público, substituída por uma nova tendência, que privilegiava simultaneamente a acumulação de capital através do ensino comercializado e a conquista de mentes e corações por parte do ensino confessional (FERNANDES, 2014, p.100).

No contraponto a uma educação dominante que foi, arbitrariamente, “implantada de cima para baixo, por decreto, sem discussão no interior da sociedade civil”, o novo projeto educacional precisaria “partir das bases, de uma ampla discussão da educação” (E&S, nº 8, 1981, p.4), pois,

a questão da educação não e[ra] mais a de montar novos programas, novas técnicas, novas metodologias, ignorando as finalidades, as estruturas. A questão da educação é política. Por isso a educação que interessa aos que [...] suportam o peso da crise é aquela que é para eles instrumento de luta, aquela que é comunicação, cultura, sobrevivência”. (E&S, nº 8, 1981, p.4).

A questão da educação é política porque ela é uma atividade humana e na medida em que é social, é também política. Por isso, ela pode “servir tanto a política da classe dominante ou dos explorados” (E&S, nº 10, 1981, s/p.). Nesse sentido, há no editorial de número 10 uma crítica a educação que serve a política da classe dominante, pois esta seria reprodutivista, uma vez que “a educação que se realiza através da escolarização, seja da assim chamada escola particular ou do Estado, tende a inculcar no seu público normas de agir, sentir e pensar conforme os modelos da classe dominante, onde o professor cumpre papel de agente de reprodução” (E&S, nº 10, 1981, s/p).

Por outro lado, o editorial destaca que “no processo social onde as forças populares têm hegemonia, a ação educativa é uma parte da luta mais ampla entre as classes sociais pela hegemonia. Por isso é inconcebível separar a prática educativa da prática organizatória e da prática política” (E&S, nº 10, 1981, s/p). Nesse sentido, há no editorial de número 11 a defesa de uma educação sem tutelas

Lutamos por uma educação sem tutelas e ao mesmo tempo entendemos como exercício da liberdade a auto-organização autônoma fundada nos locais de trabalho, como elementos estruturais para o desenvolvimento de um processo de luta fundado na **autonomia** dos assalariados e na luta pela **inclusão** de todos aqueles que não têm nada a perder. (E&S, nº 11, 1982, p.3-4, grifos no original).

A luta contra a exclusão se realizaria por meio da “luta contra a exclusão escolar que se realiza através das escolas, onde o pobre, por ter menos capital cultural, aprendizagem mais lenta da leitura e escrita, tende a ser excluído do sistema escolar” (E&S, nº 11, 1982, p.4). Neste ponto, o posicionamento da revista é ambíguo e podem incorrer naquilo que estão criticando, uma vez que, ao referir-se ao processo educacional do aluno pobre, ela resvala-se para as explicações da privação cultural e implicações para a educação compensatória.

Segundo Patto (1999, p.74) a ‘teoria da carência cultural’ explica as dificuldades de aprendizagem baseada numa visão preconceituosa em relação as crianças pobres e suas famílias, “dizem para o oprimido que a deficiência é dele e lhe prometem uma igualdade de oportunidades impossível através de programas de educação compensatória que já nascem condenados ao fracasso quando partem do pressuposto de que seus destinatários são menos aptos à aprendizagem escolar”. Ainda de acordo com Patto, “a crença na incompetência das pessoas pobres é generalizada em nossa sociedade” e mesmo munidos de referenciais teóricos-críticos nem os pesquisadores estão livres dela.

No âmbito da *questão educacional*, a discussão sobre o Estado e o oferecimento da educação para a população é recorrente nos editoriais. O posicionamento é claro: se a população não tem oportunidades de acesso à educação não é porque o Estado não tem condições de oferecer, mas antes deve-se à sua falta de compromisso e ao “seu caráter ilegítimo, antipopular e antidemocrático”, que prefere “colocar sua máquina a serviço de uma minoria privilegiada. Defendendo o ensino pago, o MEC defende a política econômica e a pretensa política social do Governo” (E&S, nº 12, 1982, p.4). Conforme discutido no capítulo II deste trabalho, o embate entre ensino público e ensino privado é recorrente nos editoriais.

O compromisso com o ensino gratuito em todos os níveis e modalidades da educação é o mote para o chamamento dos governadores eleitos em 1982 para a proposição de políticas educacionais centradas no “[...] sistema formal público de ensino dentro de uma concepção voltada para as classes populares, garantindo-lhes o acesso e a permanência” (E&S, nº 13, 1982, p.5). Nesse sentido, alerta para a necessidade de se “encontrar caminhos para a construção de uma estrutura escolar democrática, que combata os mecanismos de seletividade, assim como garanta o processo de participação na gestão das escolas” (E&S, nº 13, 1982, p.5).

O compromisso da defesa do sistema formal público de ensino voltado para as classes populares foi assumido “[...] pelos partidos de oposição na campanha eleitoral e, entre eles, reconhecemos como mais importante o da defesa da filosofia da escola pública” (E&S, nº 13, 1982, p.5). Segundo Shiroma “a eleição direta de governadores, a partir de 1982 – mesmo situacionista, em sua maioria -, possibilitou-lhes uma relativa autonomia para implementar políticas educacionais próprias” (SHIROMA *et al*, 2007, p.37).

O momento considerado fértil para a mudança social é claramente explicitado ao conclamar os políticos eleitos no pleito de 1982:

Por que não movimentam a população com todo esse aparato de agora para uma verdadeira revolução econômica, para derrubar o modelo econômico tão abominado em discursos, para deslocar os donos ilegítimos do poder? Por que não movimentam a população para a construção de uma sociedade que não seja um mercado de miséria para a exploração nacional e mundial? Por que não movimentam a sociedade para que haja educação verdadeira para todos e não planos e palavras no papel e acabem as carteiras vazias nas escolas e escolas vazias de carteiras e alunos que não podem chegar a elas porque a inanição emperra suas pernas? Pode uma população esfomeada, analfabeta e desnutrida dar passos firmes para chegar até a urna e colocar seu voto direto? (E&S, nº 16 1983, p.4).

Avanço social com as eleições diretas, denúncia dos problemas sociais enfrentados pela população brasileira e cobrança dos partidos políticos para resolvê-los, empenho para a mobilização e a luta pelas eleições diretas são claramente associados à defesa da “democracia alimentar, educacional, da saúde, do bem-estar e acesso à cultura” (E&S, nº 16, 1983, p.4). No entanto, conforme consta nos editoriais, os partidos esquecem “[...] que a luta efetiva contra a miséria e a economia selvagem atual é o caminho direto para as diretas. A luta pela democracia na educação é caminho também” (E&S, nº 16, 1983, p.4).

Não se ignora, no entanto, os desafios relacionados às reformas educacionais, mesmo aquelas consideradas críticas:

[...] a educação brasileira sempre encontrou críticos, pregando reformas capazes de atender – segundo pensavam – as necessidades do País. De reformas em reformas, escreveu-se uma História da Educação Brasileira, como se fora manancial de interpretação de leis relativas ao ensino e à organização escolar (E&S, nº 14, 1983, p.3).

O tom dos editoriais se eleva à medida que se torna possível a execução de ações mais próximas do que a revista defendia: a democratização da educação comprometida com a classe trabalhadora. Nesse sentido, há uma crítica à crítica da situação do Brasil que parece incomodar a editoria da revista, particularmente a crítica daqueles considerados progressistas:

[...] desconhecendo [...] o processo histórico do País, agem autoritariamente em nome da liberdade, misturam autoridade com disciplina, e são libertários da boca para fora. O conservadorismo no Brasil, inclusive o pedagógico, não possui limites, a bem da verdade. Mas, não é menos verdade que seus opositores, por vezes, não lhe são superiores: vivem a propagar a liberdade de impor” (E&S, nº 14, 1983, p.3).

A análise diz respeito à necessidade de se fazer a crítica da realidade educacional e ao mesmo tempo ser propositivo no sentido de expor “[...] sinceramente alternativas aos problemas, de forma clara e simples, pondo uma luz na escuridão da Educação Brasileira, se não for possível iluminá-la por inteiro” (E&S, nº 14, 1983, p.4). Rodrigues (2018, p.247), na análise dos editoriais da revista, enfatiza o tom contundente do editorial sobre o posicionamento da revista “[...] a respeito do teor que deve ter as propostas para a educação brasileira”. O “[...] sério momento de crise, por que passa o Estado e a Sociedade no Brasil, peculiar em nossa História, está a exigir cada vez mais rapidamente que o ensino crítico ponha na mesa de discussões um conjunto de legítimas alternativas e que este ensino inspire a coragem dos atos verdadeiros em Educação” (E&S, nº 14, 1983, p.4).

A relação educação e sociedade, pensada criticamente, é tratada em vários editoriais:

Pode parecer que a frase: “pensar em educação é pensar a sociedade” se constitua em grande obviedade. Porém, a análise das reflexões que os educadores de todo o país têm feito sobre a questão pedagógica nos faz reavivar a afirmação acima e, recolocar a discussão sobre a preocupação que dever ser central para os educadores – “Qual é o objeto da questão educacional?” (E&S, nº 15, 1983, p.3).

Dizer que “[...] o objeto é político e que a ação pedagógica deve ser orientada por um claro posicionamento ideológico é novamente, usarmos frases de há muito repetidas; mas, é sobre elas que queremos iniciar a discussão” (E&S, nº 15, 1983, p.3). Quando se focaliza a educação como processo amplo “[...] não podemos deixar de lado a análise das relações sociais, da constituição de tais relações, da sua institucionalização, enfim, do todo refletido na normatização estatal e, dos valores contidos nas reivindicações da sociedade” (E&S, nº 15, 1983, p.3). Mas esta tese não é incorporada por muitos educadores que falam de

[...] “educação e política” como se educação existisse e pudesse ser “feita” sem que o educador esteja voltado para a universalidade de sua ação, não só estando informado sobre os temas que interessam a toda a sociedade mas, sobre eles também discutindo, se posicionando e, orientando, a sua ação pedagógica que, aí sim, será efetivamente “política”, tornando a própria educação o espaço de reflexão dos problemas sociais (E&S, nº 15, 1983, p.3).

Nesta discussão, são propostos questionamentos que repõem o debate em torno da dimensão política da educação em sentido amplo: “como se falar em educação e não se colocar o problema da Justiça? Como se falar em “direito à escolarização” sem discutir os princípios que orientam o Direito na sociedade brasileira?” (E&S, nº 15, 1983, p.3). Enfatiza que essas questões iniciariam “[...] a discussão política da educação em termos mais amplos. Estamos colocando novos questionamentos para os educadores, ampliando suas preocupações e, esperamos, ajudando a orientar a discussão educacional segundo um critério político mais abrangente, mais real, desencadeador de uma ação transformadora efetiva” (E&S, nº 15, 1983, p.3).

No final de 1983 o tema das eleições diretas movimentava o país: “a maioria sem poder apoia, a minoria no poder nega e segura aquilo que parece ser o caminho natural de uma democracia: eleições diretas para tudo e principalmente para o poder supremo” (E&S, nº 16, 1983, p.3). Ressalta-se, de modo provocativo, a defesa do voto associado à defesa da democracia econômica: “a democracia do voto só pode existir na democracia de todas as partes importantes da sociedade. E a democracia econômica não deve vir antes?” (E&S, nº 16, 1983, p.3). Trata-se do enfrentamento dos problemas do povo brasileiro envolvendo as condições precárias de alimentação, violência, corrupção, predomínio do

[...] capital financeiro mandando e desmandando, corrupção não punida, escândalos abafados, a exploração desumana do trabalhador no arraso do desemprego, o mercado da saúde em mão de empresas interessadas somente na doença que rende lucros para o exterior, a educação atolada no brejo na ausência de verbas e da incultura oficial (E&S, nº 16, 1983, p.3).

Segundo Rodrigues (2018, p.241), “após a primeira metade da década de 1980, a sociedade brasileira vivenciou um novo contexto com o fim da ditadura bastante diferente do almejado pelos setores mais progressistas, pois não houve a possibilidade de eleições diretas que poderiam significar uma real ruptura com a ditadura”. Isso também impossibilitou que fosse eleita uma Assembleia Nacional Constituinte “livre e soberana”. Este ponto é debatido pela revista, indicando o tom de frustração pelo impedimento do avanço democrático do país.

[...] em tempos de iniquidades, torpezas, injustiças, crises econômicas, de caráter, de humanidade, miséria material e cultural, enfim, nestes tempos do Brasil hoje, o ensino, as escolas, não estão em porto seguro. Águas escuras, odores suspeitos rodeiam-nas. Algumas já foram invadidas, navegantes mortos. Outras resistem com barreiras de pedras e ideias (E&S, nº 17, 1984, p.3-4).

Educar é preciso, mas o ensino nas escolas, não estava em porto seguro: “[...] a Educação, numa sociedade em clima de violência civil, miséria de todos e riqueza de poucos, o porto tranquilo é uma ilha da ficção oficial” (E&S, nº 17, 1984, p.4).

Um “[...] país em que vigora parcialmente uma “democracia representativa” na qual não podemos, nós, o povo, escolher nossos mais altos representantes. Um país em que elegemos apenas aqueles que elegerão o que nos comandará. Digamos que é uma tropical democracia na grande caserna que é esse país” (E&S, nº 18, 1984, p.3).

Diante disso, põe um questionamento a respeito das prioridades dadas na organização social, haja vista que as áreas prioritárias recebem poucos investimentos, por exemplo, “a parcela de recursos destinada às Forças Armadas e Órgãos de Segurança supera, em muito, à atribuída à Educação e Saúde” (E&S, nº 18, 1984, p.3).

A partir da segunda metade da década de 1980 os editoriais voltam-se explicitamente para a discussão das políticas educacionais, captando e dinamizando o debate sobre o capítulo da educação na Constituição e sobre a nova LDB: “nesse período, o tom da revista não se volta à crítica contundente contra o Estado, tal como no período ditatorial, ela torna-se espaço primordial dos debates em torno da legislação que daria as diretrizes para a educação brasileira [...]” (RODRIGUES, 2018, p.241).

3.2. Público e privado e a legislação educacional

De acordo com Rodrigues (2018, p.249), “[...] com o fim da ditadura, a crítica contundente às ingerências do Estado na educação deixa de ocupar espaço na Revista” e os temas centrais nas discussões dos próximos editoriais passam a girar em “torno da legislação educacional, em especial, a elaboração do tema da educação na Constituição Federal e a formulação da nova LDB, [...]”. De fato, é possível perceber que o tema principal nos editoriais envolve o debate em torno do capítulo da educação na Assembléia Constituinte e o processo de elaboração da nova LDB, engendrando o intenso embate entre público e privado, conforme discutido no capítulo II deste trabalho.

A elaboração da nova Constituição é apresentada como um “um tema forte [que] polariza as opiniões (...) A movimentação no sentido de interferir nas regras que deverão reger a nação é perceptível. Contudo, as posições quanto às reais condições de uma constituinte representativa são as mais diversas” (E&S, nº 24, 1986, p.3).

Com base na Carta de Goiânia elaborada na IV CBE esperava-se ampliar as discussões a respeito da “política educacional a ser sancionada pela Constituição

Brasileira” (E&S, nº 24, 1986, p.3). O debate entre escola pública/escola privada e a necessidade de esclarecer o que se entendia por ensino público, gratuito e laico estava no centro das preocupações da revista. Florestan Fernandes, em discurso proferido na Assembleia Nacional Constituinte, “[...] reflete sobre a reforma Educacional e seus compromissos, situando os grandes dilemas da educação nacional e sua problemática, mostrando como a ‘educação aparece como o dilema social número um e a principal técnica social para transformar a situação histórica existente’” (E&S, nº 28, 1987, p.3). O discurso é repercutido na revista:

[...] dificuldades da subcomissão e da Comissão na elaboração das Disposições Constitucionais, sob o peso dos compromissos partidários e o jogo de interesses, o Professor Fernandes afirma que “ficou faltando a coragem de converter o projeto de texto em passo decisivo na direção de uma reforma educacional irreversível e radical” dando os parâmetros limites da LDB (E&S, nº 28, 1987, p.3).

A respeito das dificuldades e do jogo de interesses, enfatiza-se que “a luta travada no seio da sociedade brasileira continua[va] se refletindo nos embates registrados diariamente entre os constituintes na Assembleia Nacional. Pouco a pouco vai-se delineando a Nova Carta trazendo esperanças e frustrações à maioria da população” (E&S, nº 29, 1988, p.3). A luta travada no seio da sociedade é a luta de classes, cujo embate se dá “[...] entre o conjunto dos capitalistas, a classe capitalista, e o conjunto dos trabalhadores, a classe trabalhadora” (MARX, 2017, p.309).

Segundo Florestan Fernandes (2014, p.245), “a base social do modo de produção capitalista está no regime de classes. Portanto, é impossível atingir, para modificar ou extinguir, o modo de produção capitalista sem tocar mais ou menos profundamente no regime de classes sociais”. À classe trabalhadora propõe-se a escola pública de qualidade que seria financiada pelo Estado, mas as forças privatistas avançam em suas propostas de destinar verbas públicas à escola privada: “um ensino privado, “travestido de público”, está fundamentando posições defendidas por muitos constituintes” (E&S, nº 27, 1987, p. 3-4).

Reitera-se a necessidade de os educadores ficarem atentos em relação ao que se entendia por ensino público, gratuito e laico, a fim de que os constituintes não votassem contra os interesses da população. Entretanto, alerta a revista, a tendência privatista já avançava para a proposta de elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). De fato, até o final de 1989, o tema central dos editoriais diz respeito às articulações em

torno da LDB (RODRIGUES, 2018). Nesse sentido, é definida a V CBE com o tema “*A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Compromisso dos educadores.*”

A preocupação com os embates e disputas presentes na Assembleia Constituinte que se desloca para a LDB, leva à elaboração de editoriais que conclamam os educadores para ficarem atentos, pois a defesa dos interesses da maioria da sociedade iria contrariar interesses de grupos que, embora defendendo interesses menores na sociedade, tinham mais poder e exerciam mais pressão. Logo, os educadores não deveriam esperar que suas posições, discutidas e tomadas ao longo da V CBE, obtivesse hegemonia junto aos constituintes e nem que seriam incorporadas “[...] no novo texto da LDB. Ao contrário, aquelas posições deve[riam] constituir a “bandeira” de luta nos embates que teremos de travar junto com as outras entidades componentes do Fórum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público Gratuito” (E&E, nº 30, 1988, p.3).

O debate acerca da LDB envolve diferentes questões em editoriais diversos como a desvalorização da universidade e da escola pública, a desqualificação dos educadores, os baixos salários, dentre outros. Sobressai, no entanto, o debate entre público e privado. No âmbito da formulação da LDB a necessidade de se clarear e aprofundar o conceito de público e privado é claramente explicitado. Trata-se de um debate que “perpassou o processo de elaboração da Constituição Federal, com relação ao capítulo da Educação” (E&S, nº 32, 1989, p.3) e que se reproduzia no âmbito da LDB.

Provavelmente, as mesmas forças divergentes que estiveram presentes nesse conflito, no processo de elaboração da Constituição Federal e que polarizam o debate ao nível das propostas educacionais, estão presentes e rearticuladas em torno do debate das Constituições Estaduais e, talvez de forma mais intensa, em torno da LDB (E&S, nº 32, 1989, p.3).

Destaca-se que além de clarear e de aprofundar o conceito de público e de privado, considera-se necessário “avançar propostas em defesa do ensino público democrático, gratuito e laico (E&S, nº 32, 1989, p.4). Na última edição de 1989 é destacado a qualidade dos trabalhos de um grupo de parlamentares que estava trabalhando na elaboração da LDB “pelo caráter democrático imprimido ao processo, tendo o cuidado de ouvir os grupos organizados da sociedade civil e pesquisadores do campo da educação” (E&S, nº 34, 1989, p.3).

Contudo, é motivo de preocupação as articulações que ocorrem “[...] em defesa de um projeto de lei que propõe a dispensa da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, afirmando a suficiência da Constituição no que tange às Diretrizes da

Educação” (E&S, nº 34, 1989, p.3). Diante disso, ressalta a necessidade de permanente mobilização por parte dos educadores naquele momento importante para a defesa de uma escola e de uma sociedade democráticas.

O editorial (E&S, nº 35, 1990, p.6) reitera sua preocupação em relação a grave crise pela qual passava a educação pública naquele momento com a adoção de soluções de “[...] caráter privatista que o Ministério da Educação tem endossado. Tratam-se de medidas inseridas no bojo das políticas de caráter conservador e neoliberal [...]”. Estas soluções inspiravam o Governo Collor cuja meta principal era derrotar a inflação, tendo como

[...] pressuposto de que esta é uma decorrência do déficit público e não uma luta distributiva entre as classes sociais. Isto muito nos preocupa: sabemos que os países que adotaram o receituário neoliberal, de fato, tiveram os seus índices inflacionários diminuídos, porém a custo do aumento do desemprego, da miséria social das suas populações e, portanto, da estagnação das suas perspectivas economias (E&S, nº 35, 1990, p.6).

O editorial expressa ainda o descontentamento com o corte “[...] indiscriminado de verbas e de pessoal para as universidades públicas e institutos de pesquisa, com a destruição de equipes e de uma estrutura de pesquisa que resultou de ingentes esforços e consumiu anos a fio de trabalho”. Bem como protesta veementemente sobre fato dos

[...] membros da comunidade acadêmica e científica — responsáveis pelo desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, pela formação de recursos humanos em todas as áreas do conhecimento (em nível de graduação e pós-graduação) e pela prestação de serviço a extensas parcelas de nossa população — sejam agora vistos (esta é a caricatura fornecida pelo governo) como “indolentes” que consomem verbas públicas. Registre-se, pois, o nosso repúdio a esta atitude irresponsável e danosa ao futuro do país (E&S, nº 35, 1990, p.6).

O editorial nº 35 é o último do período analisado, nesse sentido, é possível compreender que na defesa da escola pública, gratuita, laica, como parte da tentativa de construção de um novo projeto educacional, os profissionais da educação enfrentaram o embate entre público e privado na defesa dos princípios da educação na Constituição e posteriormente na LDB. Este embate expressa a contradição da luta de classes travada no seio da sociedade entre a classe dominante capitalista e a classe dos trabalhadores.

Ele se repõe no processo de elaboração da Constituição e da LDB onde se expressa a contradição de classe por meios das forças conservadoras da burguesia, representada por quem defende os interesses privados em busca de manter sua posição de

classe dominante explorando a força de trabalho da classe trabalhadora, representada por aqueles que estavam defendendo os interesses público da maioria da população. Tendo em vista que, tudo que é entendido socialmente como conquista para a classe trabalhadora é obtido a partir da luta de classes para que seja estabelecido como direito, (GOUVEIA, 2020).

É o caso da regulamentação da jornada de trabalho que segundo Marx (2017, p.309) “[...] se apresenta, na história da produção capitalista, como uma luta em torno dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o conjunto dos capitalistas, classe capitalista, e o conjunto dos trabalhadores, classe trabalhadora”. E no direito à escola pública, gratuita, laica, cabendo ao Estado a responsabilidade por garantir tal direito. No próximo item retoma-se o movimento dos editoriais com a finalidade de evidenciar os movimentos que articulam a defesa da educação pública de qualidade.

3.3. Um novo projeto educacional em andamento

É possível sintetizar a revista, pelo menos nos anos analisados, como a materialização de um projeto político pedagógico que se contrapõe ao *status quo*. A força do projeto implica-se à força das ideias que o sustenta e nos modos com que o Cedes, responsável pelo periódico, opera no sentido de produzir e movimentar as ideias situando-as nas relações intrínsecas entre educação e sociedade. O protagonismo do Cedes atravessa os editoriais, mantendo as finalidades de aprofundar os temas de interesse da área, fortalecer a troca entre pares, dentre outros, “para prosseguir na luta comum por melhores condições de trabalho, de pesquisa, de ensino e de aprendizagem continuada” (E&S, nº 3, 1979, p.).

Há que se enfatizar que se trata da década da Constituinte e a transformação de várias associações de educadores em sindicatos só foi possível porque a Constituição de 1988 retirou a restrição à sindicalização de funcionários públicos. Diante disso, a “tendência dessas entidades foi transformar-se em sindicatos, filiando-se, por sua vez, a uma central nacional, via de regra, a Central Única dos Trabalhadores (CUT)” (SAVIANI, 2007, p.401402). Este processo contribuiu para consolidar o forte movimento de organização dos profissionais da educação em defesa da escola pública.

No entanto, o que parecia ser um avanço para a educação pública, acabou não se efetivando. Para Goergen (2019), vivemos tempos em que se percebem sinais de um novo autoritarismo. Mas o “novo” autoritarismo não é tão novo assim. Nos dias atuais

evidencia-se a necessidade de se defender direitos considerados efetivados. Em edição comemorativa de seu 40º aniversário e do 30º aniversário da Constituição Federal Brasileira, o editorial nº 145 de dezembro de 2018 intitulado, *Educação e Constituinte: Carta de Goiânia revisitado*, enfatiza que

Educação & Sociedade, em seus 40 anos de existência, acompanhou de perto todo o processo de redemocratização, a abertura que resultou no texto constitucional de 1988 e os enfrentamentos antes, durante e após o processo constituinte, sempre com o propósito de, por intermédio da difusão e divulgação do conhecimento produzido, amplificar e qualificar o debate sobre os desafios postos à consolidação de um sistema nacional de educação público, igualitário, gratuito, laico e de qualidade social. (E&S, v.39, n.145, 2018, s/p).

O editorial relembra a atuação que os movimentos em defesa da escola pública tiveram na elaboração do capítulo da Educação na Constituição de 1988 e relembram que “já no Manifesto de Abertura da IV CBE, foram apresentados os princípios de uma política nacional que mereceriam proteção na Constituição a ser redigida e aprovada” (E&S, v.39, nº 145, 2018, s/p). Dessa forma, ao final da IV CBE, formulou-se, conforme já mencionado neste trabalho, a *Carta de Goiânia* contendo os 21 princípios que expressaria a “concepção de educação, sociedade e Estado, propostos para serem inscritos no texto constitucional” (E&S, v.39, nº 145, 2018, s/p).

O editorial traz a transcrição dos 21 princípios e ressalta que isso é necessário por diversas razões, pois

[...] essa Carta foi balizadora da organização dos movimentos da educação na Constituinte e influenciou decisivamente a estrutura do texto constitucional. Aqueles princípios inscritos na Constituição acabaram por influenciar, por sua vez, o reordenamento da educação brasileira na nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB). O projeto de reorganização do campo da educação em decorrência da IV CBE, por sua vez, desembocará na iniciativa de criação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, tanto na Constituinte quanto nos debates que levaram à LDB, sendo precursor dos movimentos e fóruns contemporâneos. (E&S, v.39, nº 145, 2018, s/p).

O texto da Constituição passou por muitas e profundas alterações que reconfiguraram o texto da proposta de 1988,

[...] em alguns casos, o propósito de reconfiguração resultou, na verdade, em desconfiguração. Isso porque o projeto democratizador de 1988 foi quase que imediatamente abalado por reformas constitucionais cujo objetivo foi tornar o texto constitucional palatável a uma nova hegemonia em construção - o neoliberalismo (E&S, v.39, nº 145, 2018, s/p).

Contudo, o editorial ressalta que os 30 anos da Constituição Brasileira não são caracterizados apenas por retrocessos e desconfigurações, pois à parte os retrocessos, as décadas seguintes atestaram a efetiva atuação do Fórum Nacional no âmbito do CEDES, da ANPED e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), contando ainda com o reforço fundamental da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, criada em 2001. Estas entidades científicas, sindicais e populares

[...] conseguiram reverter, em parte, os retrocessos do período anterior, ampliaram as fontes de financiamento, o escopo de direitos e garantias fundamentais do direito à educação na Constituição, fortaleceram o Plano Nacional de Educação (PNE) e incluíram na Constituição a demanda por um sistema nacional de educação. Algumas dessas emendas tiveram o claro intuito de inserir princípios de educação pública democrática não contemplados no texto original de 1988 (E&S, nº145, 2018, s/p).

Se na década de 1980 era o momento da redemocratização do país, hoje estamos vivendo um momento obscuro em que

[...] repetem-se os enfrentamentos históricos que vêm opondo decisivamente os defensores da escola pública, desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, aos setores privatistas e religiosos que querem limitar o campo de ação do Estado na educação, bem como o sentido público da escola. Esses setores também influenciaram decisivamente o processo constituinte de 1987-1988, limitando decisivamente o avanço constitucional em temas como a gestão democrática do ensino e impondo novamente os seus interesses sobre a educação escolar. Dois pontos são emblemáticos nesse processo, com efeitos nefastos que se tornam mais evidentes, sobretudo no atual contexto de retrocessos e ameaças às conquistas de 1988: a autorização de repasse de recursos públicos para a iniciativa privada e o ensino religioso nas escolas públicas de ensino fundamental. (E&S, nº 145, 2018, s/p).

Os enfrentamentos e disputas dos setores privados e religiosos, que a muito está presente na educação e contra os quais a Revista *Educação & Sociedade* se posicionou explicitamente no processo da Constituinte, continua ainda hoje. Estes setores pretendem mudar o sentido público da escola, aprofundando o dualismo à medida que parece nem se tratar mais da escola em termos de preparação para o trabalho, mas de conformar as crianças e jovens à sociedade vigente no âmbito de uma escola de conhecimento para os ricos, “assentada no conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias”, e uma escola de acolhimento social, “da integração social, voltada aos pobres e dedicada,

primordialmente, a missões sociais de assistência e apoio às crianças” (LIBÂNEO, 2012, p.16).

Miranda (2005, p.640) afirma que foi em decorrência das políticas neoliberais que ocorreu esta principal mudança na educação destinada às massas. O principal objetivo das reformas nas políticas educacionais é a “[...] consolidação de uma racionalidade que deverá orientar a educação de massas no mundo ocidental globalizado”. Nessa mudança, o princípio do conhecimento que constitui a escola está sendo substituído pelo “princípio da socialidade” e isto muda a forma de conceber a escola, uma vez que traz implicações muito importantes para a relação entre educação e sociedade.

Ao mudar a forma de conceber a escola, ela deixa de se orientar “por uma lógica vinculada aos processos de aquisição do conhecimento” (princípio do conhecimento) para orientar-se pelo “princípio da socialidade”. Nesse sentido, ao deixar de se orientar pelo princípio do conhecimento para se tornar um espaço de convivência, de socialidade, a escola tende a ser destituída de sua importância se tornando quase prescindível, deixando de ser, segundo Coêlho (2012), *instituição de educação e formação humana*.

Ao revisitar a *Carta de Goiânia*, a revista Educação & Sociedade reafirma seu compromisso em continuar a luta pela defesa e ampliação das conquistas democráticas do campo educacional, bem como, seu propósito em “[...] seguir firmes propiciando este espaço de divulgação científica e de reflexão crítica sobre os graves desafios colocados à educação e à sociedade brasileira” (E&S, nº 145, 2018, s/p). A Revista volta a este emblemático documento num momento em que novamente se faz necessário defender e reafirmar a escola como espaço de conhecimento, direitos anteriormente conquistados por ocasião da luta pela elaboração da nova Constituição e a garantia de direitos no Capítulo da Educação.

Após 30 anos da Constituição, é necessário que estes direitos, duramente conquistados, sejam novamente defendidos, pois estão em risco de se perder. A revista *Educação e Sociedade*, desde sua primeira publicação e durante os anos de 1980, captou e desenvolveu um momento muito fértil para proposição de um novo projeto educacional comprometido com a classe trabalhadora. Um projeto contra hegemônico que se sintetiza no compromisso com a qualidade da escola pública em todos os seus níveis e modalidades, laica e democrática.

CONSIDERAÇÕES

A análise dos editoriais da revista Educação e Sociedade conta a história da mobilização da área educacional, da organização dos sindicatos e das associações de pesquisadores em educação, dos debates acerca da formação de professores que rompesse com a dicotomia entre formação técnica e formação política, dos contrapontos entre concepções pedagógicas voltados para a cultura do aluno e os conteúdos escolares, dos embates da Constituinte e dos primeiros movimentos em torno da LDB, dentre outros. Todos estes pontos sintetizam-se na história de “um novo projeto educacional” difundido pelos criadores da revista em consonância com movimentos do próprio campo da educação e da sociedade que se mobilizavam na contraposição ao governo militar. Pode-se afirmar que o movimento “diretas já” traduzia-se nos editoriais na urgência de uma escola pública, laica e de qualidade que de fato atendesse à classe trabalhadora.

Os editoriais, além de nos permitir entender a dinâmica de organização do campo educacional, nos permitiu, ainda, entender como os próprios editoriais veiculam o projeto do Cedes, que passou a editar a revista a partir de 1979, ano da sua criação. Destaca-se o protagonismo do Cedes na defesa de um projeto educacional para a educação pública brasileira. Além de operar na dinâmica do campo, ela própria constitui o campo educacional.

A revista implica-se à dinâmica do campo educacional, por meio da proposição e defesa de seu projeto educacional, fundado em pelo menos três pontos principais: o primeiro diz respeito ao compromisso com os princípios de uma educação pública voltada para a formação criticamente orientada, particularmente para os trabalhadores; o segundo, à mobilização dos educadores para o engajamento na defesa de uma escola pública, laica e gratuita e, o terceiro, à preocupação com a formulação de políticas públicas educacionais que viabilizassem uma educação efetivamente democrática.

Na análise dos editoriais, identificamos o momento de criação da revista que nasceu comprometida com a análise e reflexão crítica da realidade educacional brasileira em todos os níveis. A revista expressa a defesa de uma educação interrogativa e crítica, uma vez que seu cerne é a luta contra a educação do colonizador/educação dominante, concebida como uma educação elitista e autoritária. Em contraposição a isso, a revista propõe uma educação “[...] que seja afirmativa, na busca de alternativas válidas. A crítica é certamente necessária, estimulante, mas insuficiente. É preciso indicar os primeiros passos para a superação das nossas contradições, geradas pela divisão social do trabalho,

pela exploração e pela dominação ideológica” (E&S, nº 3, 1979). O intenso movimento de organização/mobilização dos professores, voltado para a formação de uma consciência de classe, contribuiria para a superação destas contradições. Desse modo, os editoriais expressam, desde o início, uma concepção de educação, de escola e de sociedade justa e igualitária.⁴³

Sob condições históricas determinadas, o homem produz a si mesmo, suas formas de sociabilidade e as condições para a reprodução de sua vida material e social. Os desafios e os dilemas inerentes à escola e seu projeto formativo estão implicados no desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais correspondentes, sintetizadas no modo de produção capitalista. A escola e um projeto formativo comprometido com os interesses da classe trabalhadora é intrinsecamente vinculado às contradições de uma sociedade em que o trabalho se subordina ao capital. Na área da educação esta contradição tem sido enfrentada de diferentes modos, sobressaindo a defesa de uma *formação omnilateral* no contraponto à escola dual, uma escola para a qualificação precoce para o mundo do trabalho e outra escola, propedêutica, para a formação da classe dirigente.

O “novo projeto educacional”, expresso na revista Educação & Sociedade, tem por base o enfrentamento das contradições inerentes à produção da vida material que se efetiva nas relações de exploração do trabalhador. O enfrentamento é marcado pela defesa da destinação das verbas públicas exclusivamente para a escola pública. Destinadas para as escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas continuaria “se configurando numa sangria aos cofres públicos e num incentivo a uma escola diferenciada para camadas diferenciadas da população” (E&S, 1988, nº 29, p.4). Nesse sentido, a organização do movimento dos professores, identificado na análise dos editoriais, foi importante para a luta em defesa da escola pública, gratuita e laica tendo em vista que as CBEs contaram com intenso debate e reflexão de pesquisadores e trabalhadores na educação, constituindo-se em importante “espaço de resistência e elaboração de propostas para as políticas educacionais” (RODRIGUES, 2018, p.245).

O entrecruzamento dos três movimentos inter-relacionados apreendidos nos editoriais na revista Educação e Sociedade sintetizam-se na contraposição à “herança de 16 anos de descaso pela educação”, na proposição de “um novo projeto educacional” e

⁴³ Em alguns momentos educação e escola apresentam-se como termos intercambiáveis. No entanto, não são. Educação diz respeito aos processos formativos que ocorrem em todas as instancias educativas, dentre elas a escola, a qual ressaltamos como instituição formal de ensino.

de “uma nova política” que seria “posta em marcha sem “prescindir dos educadores” (E&S, nº 8, 1981, p.3, grifo no original). A escola não é aquela que reproduz “mecanicamente a sociedade de classes, mas pelo contrário, ela representa [...] um lugar privilegiado onde essa luta se faz presente. Nesse sentido, vimos que a escola é constitutiva da luta de classes, constituindo-se como um espaço de disputa hegemônica. Ela (re)produz as contradições da sociedade capitalista ao organizar a educação de forma dualista, ou seja, uma educação profissional restrita para a classe trabalhadora, visando a formação de mão obra, e uma educação propedêutica destinada à burguesia.

No entanto, o que parecia ser um avanço para a educação pública, acabou não se efetivando. Para Goergen (2019), que analisou os editoriais da revista desde sua primeira publicação até 2018, vivemos tempos em que se percebem sinais de um novo autoritarismo. Nos dias atuais evidencia-se a necessidade de se defender direitos considerados efetivados, pois, se na década de 1980 era o momento de redemocratização do país e de abertura política, dentro do possível, hoje estamos vivendo um momento obscuro no qual o debate e a mobilização não se atualizam.

Com a realização deste trabalho, percebemos que o embate da década de 1980, presente nos editoriais, ainda é atual. O “novo” autoritarismo não é tão novo assim. Embates e disputas se desenvolveram e ficaram ainda piores, tendo em vista que se apresentam hoje de forma mais desenvolvida. Isto que se repõe hoje refere-se às contradições estruturais de desenvolvimento do capital que hoje se atualiza sob bases neoliberais.

Ainda temos que lutar pela defesa de direitos que já pensávamos estar garantidos, os direitos em relação a educação pública, gratuita e laica, dentre outros. Vemos um retrocesso absurdo, uma retirada de direitos já constituídos por lutas anteriores e que agora estão sendo destruídos. Um verdadeiro desrespeito à Constituição que na sua elaboração teve intensa mobilização e participação do movimento dos trabalhadores da educação da década de 1980 e demais movimentos organizados da sociedade.

Um dos embates que se repõe ainda hoje refere-se à temática entre público e privado na educação, emblemático da luta de classes forjada na contradição entre capital e trabalho. Romper com o tecnicismo e com o economicismo na educação escolar implica romper com a desigualdade inerente à sociedade de classes antagônicas.

A história é movimento e sabemos que o “novo projeto educacional” continua em andamento, com suas tensões e contradições. Na continuidade do estudo, acreditamos ser imprescindível avançar no estudo do conceito de classe social no âmbito da

contradição entre capital e trabalho para, assim, compreendermos melhor o desenvolvimento deste projeto até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Caio. *A Escola do Trabalho: Formação Humana em Marx*. Campinas: Papel Social, 2018.

APPLE, Michael W. *Educando à Direita: Mercados, Padrões Deus e Desigualdade*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. Revisão técnica de José Eustáquio Romão. São Paulo. Cortez, Instituto Paulo Freire, 2003, Biblioteca freiriana, v. 5.

AZEVEDO, Ana Paula Lima. *Ensino médio integrado à educação profissional: formação omnilateral ou unilateral?* Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Redefinição do Curso de Pedagogia*. Brasília: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, 1980.

BOLLMANN Maria da Graça Nóbrega; AGUIAR Letícia Carneiro. LDB: projetos em disputa da tramitação à aprovação em 1996. *In: Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 10, n. 19, p. 407-428, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

BRITO, Wanderley Azevedo de. *Ensino Médio Público: formação humana ou para o mercado?* Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

CATANI, Denice Bárbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *In: Educação e Filosofia*, 10 (20), p.115-130, jul./dez. 1996.

CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Mara Helena Câmara. *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

COÊLHO, Ildeu Moreira. Escritos sobre o sentido da escola: uma introdução. Qual o sentido da escola? *In: Escritos sobre o sentido da escola*. Organizador: Ildeu Moreira Coêlho. Campinas, SP. Mercado de letras, 2012.

CUNHA, Luis Antônio. *Educação e desenvolvimento social no Brasil*. Rio de Janeiro; F. Alves, 1977.

_____. *A educação na nova Constituição*. Correio Brasilense/UnB. 29 de outubro de 1986. Trecho da conferência de abertura da IV Conferência Brasileira de Educação, Goiânia, 2 a 5 de setembro de 1986. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/117813/1986_OUTUBRO_07_6b.pdf?sequence=3, acessado em 09/12/2020.

DAMASCENO, Livia Silva. *Experiência da escola popular Orocílio Martins Gonçalves e a formação política de trabalhadores da construção civil*. Dissertação - (Mestrado) –

Universidade Federal De Minas Gerais, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Conhecimento e Inclusão Social, Belo Horizonte (MG), 2013.

DANGEVILLE, Roger. *Crítica da educação e do ensino*. Lisboa: Moraes Editora, 1978. [Textos selecionados de Marx-Engels sobre a educação].

DE ROSSI, Vera Lúcia Sabongi; PINO, Ivany Rodrigues. Editorial - Revista Educação & Sociedade – 40 anos: entre lembranças e sonhos. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 39, nº. 142, p.1-15, jan.-mar., 2018.

Educação e Sociedade. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano I, N. 1, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, setembro de 1978.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano I, N. 2, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, janeiro de 1979.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano I, N. 3, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, maio de 1979.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano I, N. 4, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, setembro de 1979.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano II, N. 5, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, janeiro de 1980.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano II, N. 6, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, junho de 1980.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano II, N. 7, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora e Autores Associados, setembro de 1980.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano III, N. 8, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora e Autores Associados, março de 1981.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano IV, N. 10, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora e Autores Associados, setembro de 1981.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano IV, N. 11, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, janeiro de 1982.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano IV, N. 12, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, setembro de 1982.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano IV, N. 13, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, dezembro de 1982.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano V, N. 14, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, maio de 1983.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano V, N. 15, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, agosto de 1983.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano V, N. 16, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, dezembro de 1983.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano VI, N. 17, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, abril de 1984.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano VI, N. 18, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, agosto de 1984.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano VI, N. 19, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, agosto de 1984.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano VIII, N. 24, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, agosto de 1986.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano VIII, N. 25, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, dezembro de 1986.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano IX, N. 26, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, abril de 1987.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano IX, N. 27, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, setembro de 1987.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano IX, N. 28, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, dezembro de 1987.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano X, N. 29, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, julho de 1988.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano X, N. 30, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, agosto de 1988.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano X, N. 31, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, dezembro de 1988.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano X, N. 32, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, abril de 1989.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano X, N. 34, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, Cortez editora, dezembro de 1989.

Educ. Soc. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. Ano XI, N. 35, Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, SP, edições Vértice, abril de 1990.

Educ. Soc. Revista de Ciências da Educação, vol.39 no.145 Campinas out./dez. 2018.

FERNANDES F. *Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo Expressão Popular, 2014.

FERREIRA, Evandson Paiva. *Filosofia, democracia e autonomia: o pensamento de Cornelius Castoriadis e a formação humana*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. In: *Trab. Educ.* Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 67-82, 2009.

_____. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. 8. ed. - São Paulo: Cortez, 2006.

_____. *Educação e Crise do Trabalho*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

_____. Trabalho. Disponível em:

<http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/tra.html>, acessado em: 09/12/2020

GOLDMANN, Lucien. A Reificação. In: *Dialética e Cultura*. Tradução de Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. 2ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, pp.107-152.

GOERGEN, Pedro. *Educação & Sociedade* e as políticas públicas em educação. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 40, e0215966, 2019.

GOUVÊA, Marina Machado. *Curso de Extensão Lendo O Capital na quarentena*. Promovido pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ), realizado no período de 02 de maio a 05 de setembro de 2020.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, maio-ago. 2011.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

KUENZER, Acácia Zeneida. O trabalho como princípio educativo. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, (68): 21-22, fevereiro, 1989.

_____. Trabalho e escola: e flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 38, nº. 139, p.331-354, abr.-jun., 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. *O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres*. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.38, n.1, p.13-28, 2012.

LIPOVETSKY, Noêmia. *Formação e trabalho docente: da crítica ideal à crítica construída*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

LOPES, Eliane M. S. Teixeira. *As origens da educação pública: a instrução na Revolução Burguesa do século XVIII*. Edições Loyola, São PAULO, 1981.

LUKÁCS, György. A reificação e a consciência do proletariado. In: *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Tradução: Rodnei Nascimento. Revisão da tradução: Karina Jannini. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

MANACORDA, Mario Alighiero. *Marx e a pedagogia moderna*. São Paulo: Cortez, 2000.

MARQUES, Daniele Luciano. *Entre a escola unitária e a mercadológica: a trajetória para o mundo do trabalho dos egressos das EEEPS do Ceará*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2016.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Introdução de Eric Hobsbawm. Tradução de João Maia, revista por Alexandre Addor. Coleção pensamento crítico. 4ª edição, vol. 3. Editora: Paz e Terra. 1985.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Artur Morão, edições 70, 1964.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução e notas: Jesus Raniere, editora Boitempo, 2004.

_____. *Contribuição à Crítica da Economia da Economia Política*. Tradução e Introdução de Florestan Fernandes - 2ª ed. - São Paulo, Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital e salário, preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. *O capital: crítica da economia política*. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle, 2 ed., São Paulo, Boitempo, 2017.

_____; ENGELS, Friedrich, *A Ideologia Alemã*. Tradução Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo. Ed. Martins Fontes. 2002.

_____ ; ENGELS. Instruções para os Delegados do Conselho Geral Provisório. As Diferentes Questões. In: *Obras Escolhidas em três tomos*. Traduzido por José Barata-Moura. Editorial Avante! Edições Progresso, Lisboa - Moscovo, 1982. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>. Acessado no dia 11/10/2019.

_____ ; ENGELS. *Manifesto do partido comunista*. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigat Mores (www.jahr.org., [1999].

_____. *A Ideologia Alemã - Teses sobre Feuerbach*. Tradução: Silvio Donizete Chagas. São Paulo/Centauro, 2005.

_____ ; ENGELS. *Textos sobre Educação e Ensino*. Coord. José Claudinei Lombardi Campinas, SP: Navegando, 2011.

MIRANDA, Marília Gouvea de. Sobre tempos e espaços da escola: do princípio do conhecimento ao princípio da socialidade. In: *Educ. Soc.* [online]. 2005, vol.26, n.91, pp.639-651.

MONTEIRO, Fabíola da Conceição Lima. *Relação escola-empresa e os desafios na formação de “novas” competências no Instituto Federal do Maranhão – IFMA*. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Luís (MA), 2010.

NETTO, José Paulo. BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 8 ed. São Paulo, editora Cortez, 2012. - Biblioteca básica de serviços social; v. 1.

NOGUEIRA, Nayara Guimarães. *Educação ou barbárie: a concepção de violência em T. W. Adorno*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

PATTO, Maria Helena de Souza. *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PARO, Vitor. H. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. In: *Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal*. (org). OLIVEIRA, R. P.; ADRIANO, T. São Paulo: Xamã, 2001.p. 73-81.

PAZ, Welington Rodrigues da. *Sociedade do espetáculo e formação humana: mercado, tecnologia e cultura*, Tese (Doutorado em Ciências Humanas), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

PINHEIRO, Camila Mendes. DAL RI, Neusa Maria. *Democratização da Educação na década de 1980: o Fórum de Educação na Constituinte e a IV Conferência Brasileira de Educação (1986)*. s/d.

PINO, Ivany R. Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição

docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM. Disponível também em: <http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=22>

RAMOS, Marise. Filosofia da práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores In: *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v.23, n.1, p. 207-218, jan-abr, 2014.

RESENDE, Anita C. de Azevedo. *Para a crítica da subjetividade reificada*. Goiânia: Editora UFG, 2009.

RIBEIRO, Cleunice Terezinha da Silva. A prática da leitura de poesia para a formação humana e crítica do aluno no ensino médio. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

RODRIGUES, Fabiana de Cássia. *A Revista Educação & Sociedade: uma leitura dos editoriais de 1978 a 1996*. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 39, nº. 142, p.237-254, jan.-mar., 2018.

SAVIANI, Dermeval. *Histórias das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007, Coleção Memória da Educação.

_____. 40 anos: Educação & Sociedade seção comemorativa. Educação & Sociedade 40 anos: revisitando sua trajetória à guisa de quase-depoimento. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 39, nº. 144, p.795-809, jul.-set., 2018.

SAVIANI, Dermeval. *Histórias das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007, Coleção Memória da Educação.

_____. *Escola e democracia*. 43. Edição Revista. Campinas, SP. Autores Associados, 2018.

_____. 40 anos: Educação & Sociedade seção comemorativa. Educação & Sociedade 40 anos: revisitando sua trajetória à guisa de quase-depoimento. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 39, nº. 144, p.795-809, jul.-set., 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23 ed. Revista e Atualizada, São Paulo: Cortez, 2007.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. *Política Educacional*. 4. Ed., Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche. *Política Educacional em Tempos de Transição 1985 – 1995*. Brasília: Plano, 2000 / Liber Livro (2ª edição, 2008).

Apêndice

APÊNDICE 1

Roteiro para leitura dos editoriais

1. Identificação do Editorial

2. Objetivo

3. Tema

Tema em destaque:

Sim () Não ()

4. Autores citados:

Sim () Não ()

Se sim, quais?

5. Nível: Educação Básica () Ensino Superior ()

6. Modalidade:

Educação de Jovens e Adultos (EJA) ()

Educação Especial ()

Educação Profissional e Tecnológica ()

Educação Básica do Campo ()

Educação Escolar Indígena ()

Educação Escolar Quilombola ()

Educação a Distância ()

7. Dependência Administrativa da escola:

Pública () Privada ()

8. Concepção de escola

9. Concepção de Formação

10. Relação escola e trabalho

11. Outras questões:

APÊNDICE 2

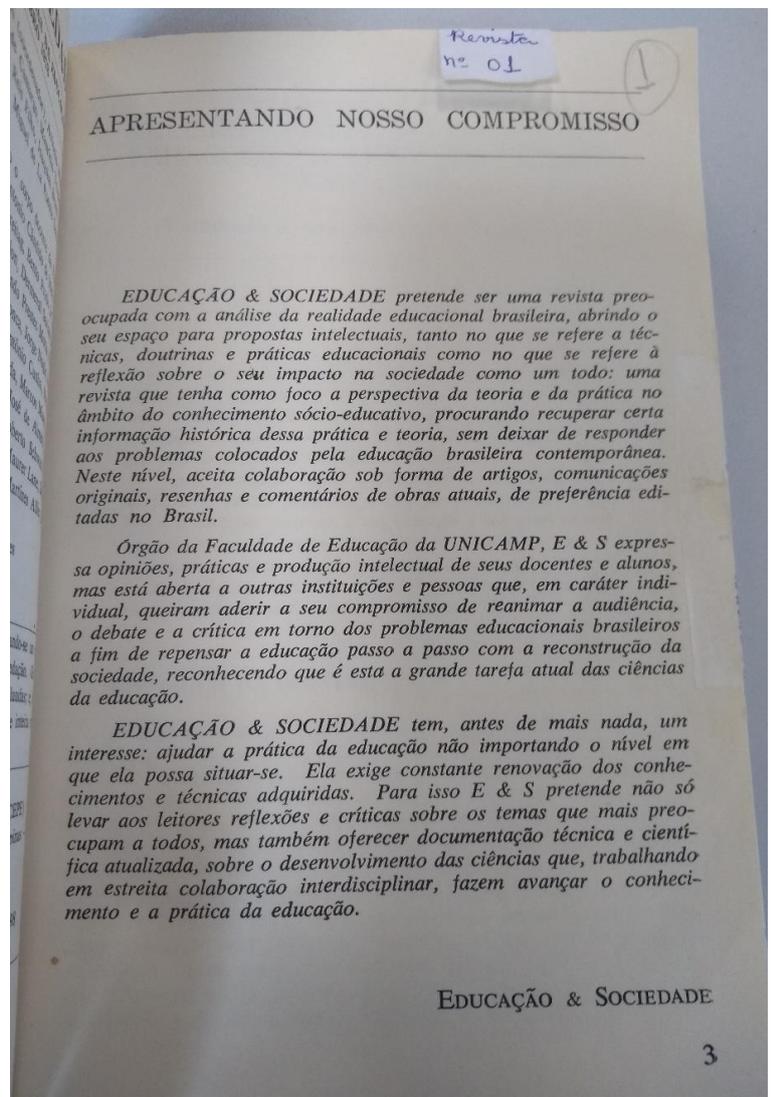
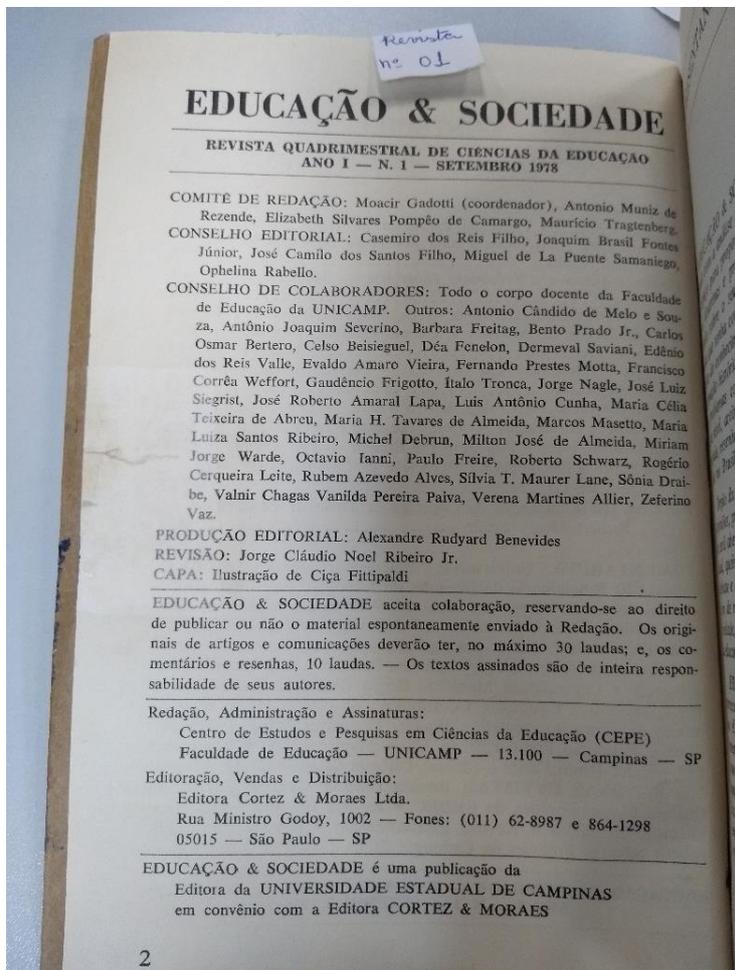
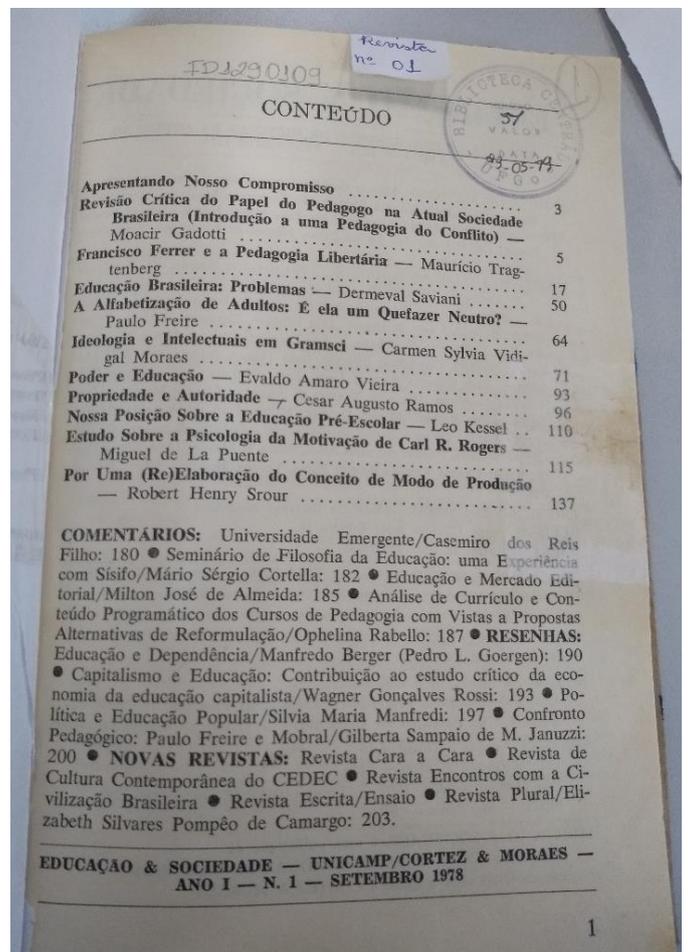
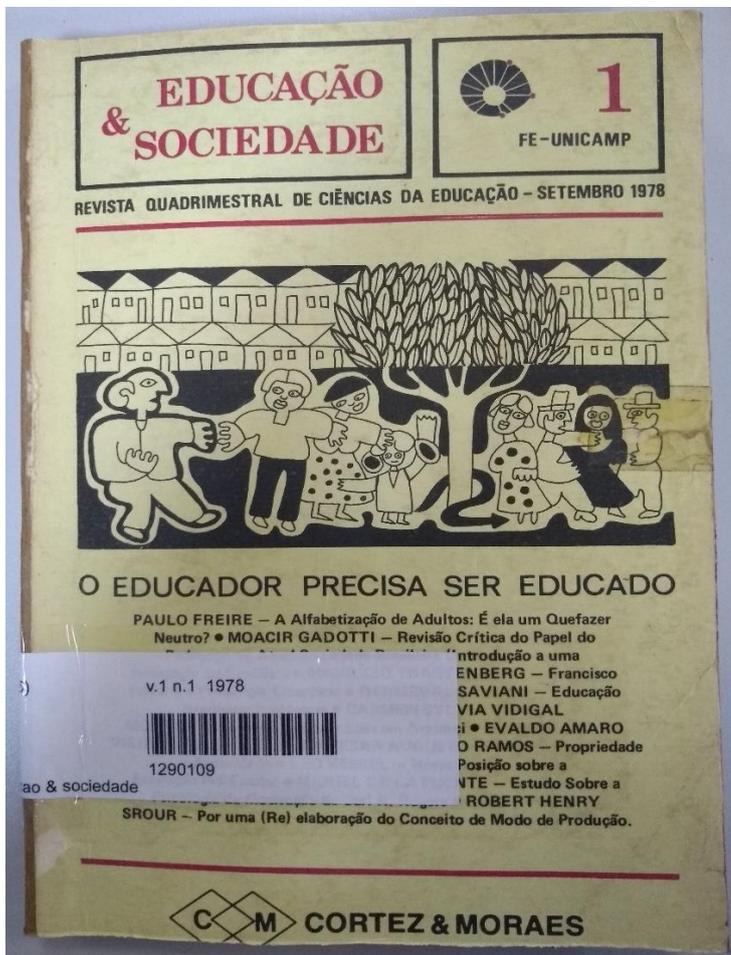
Temas explicitados na capa das revistas do N. 1 ao N. 20*

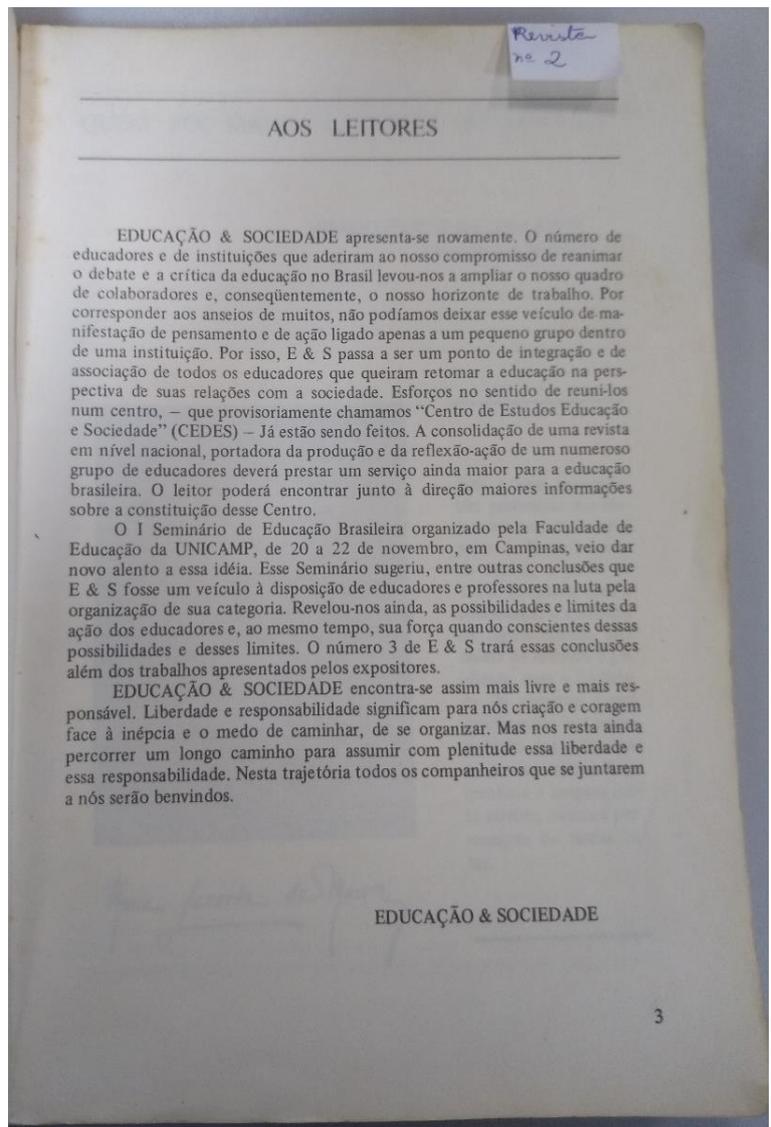
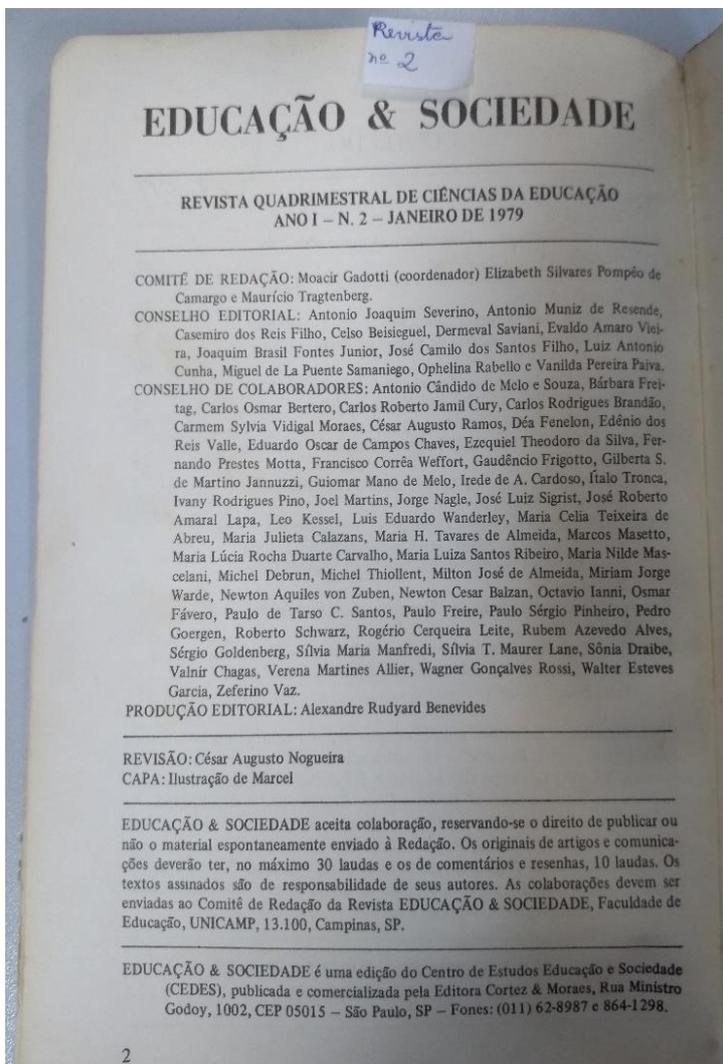
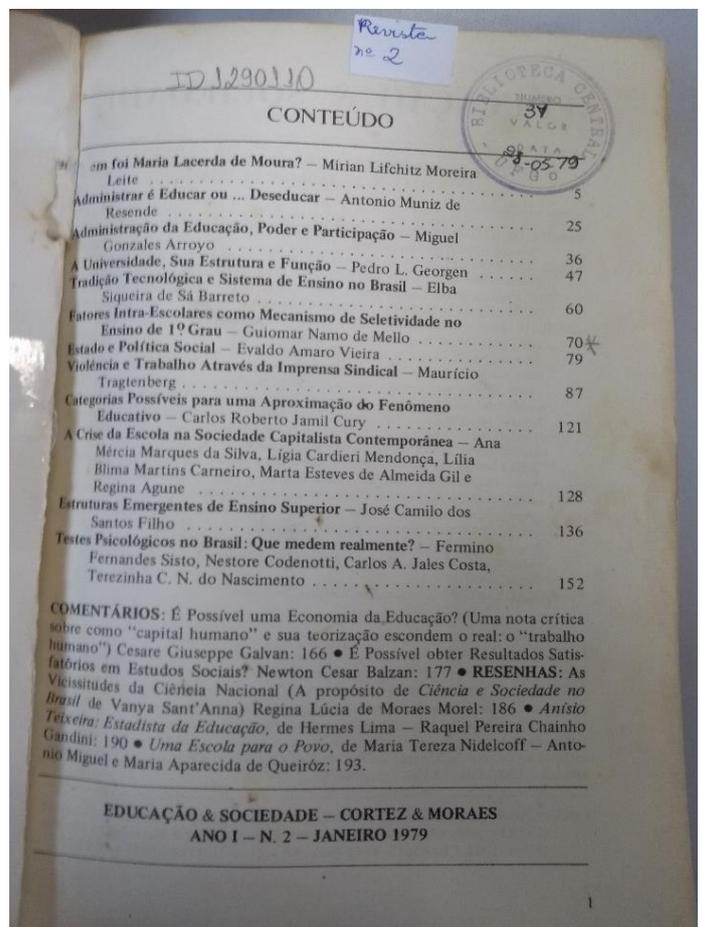
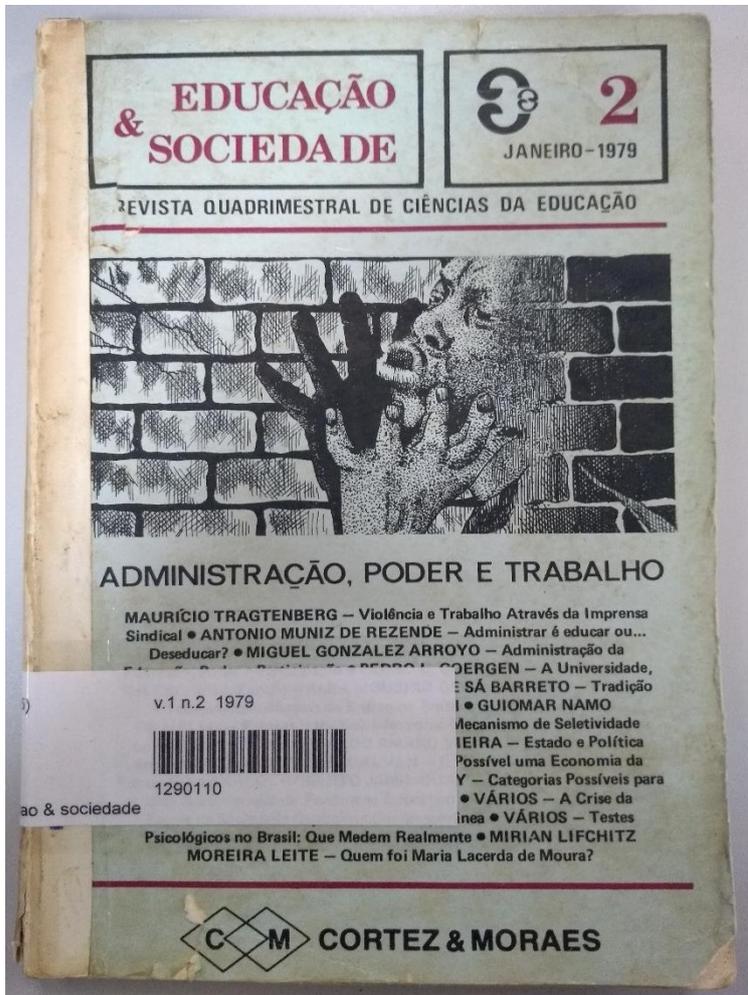
*A partir desta numeração as revistas não apresentaram mais títulos nas capas.

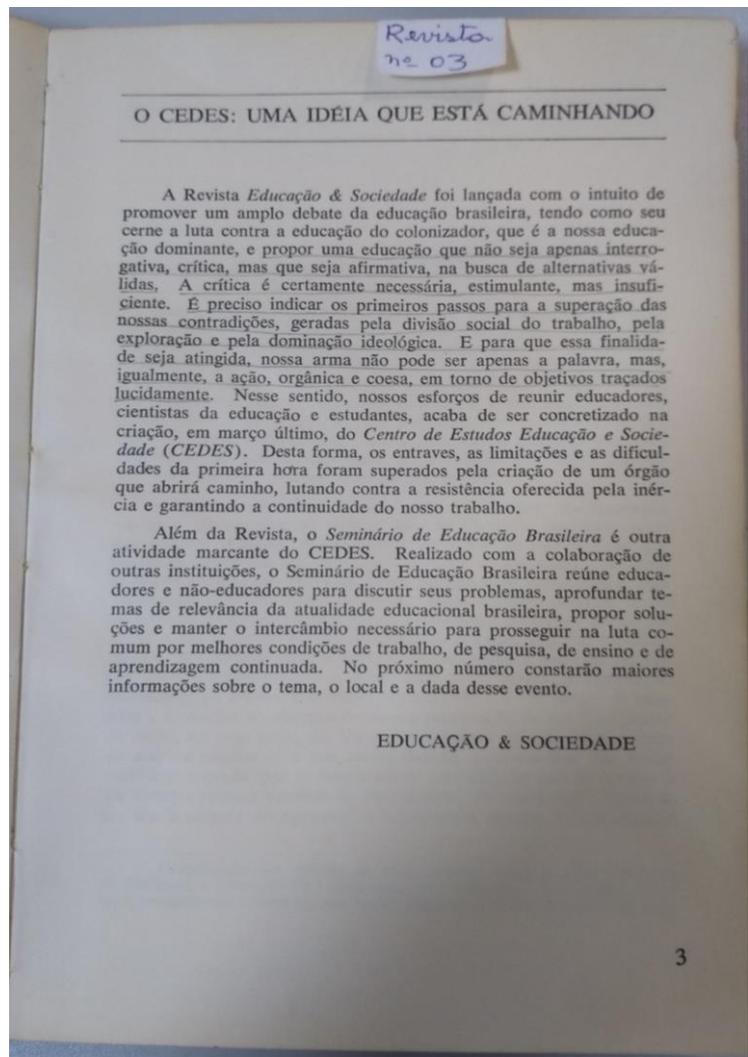
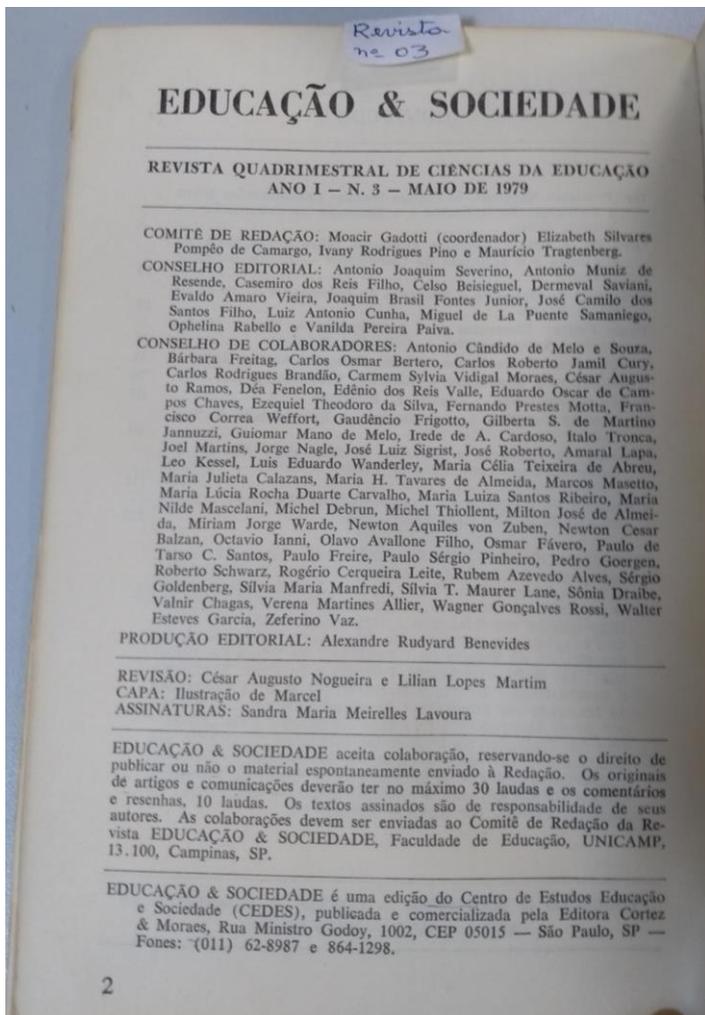
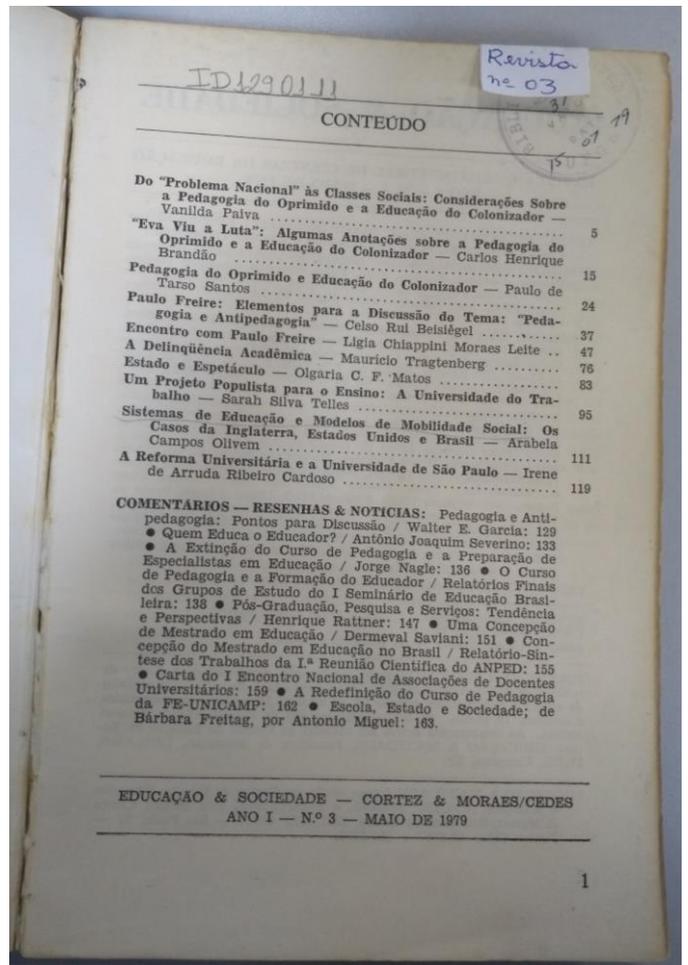
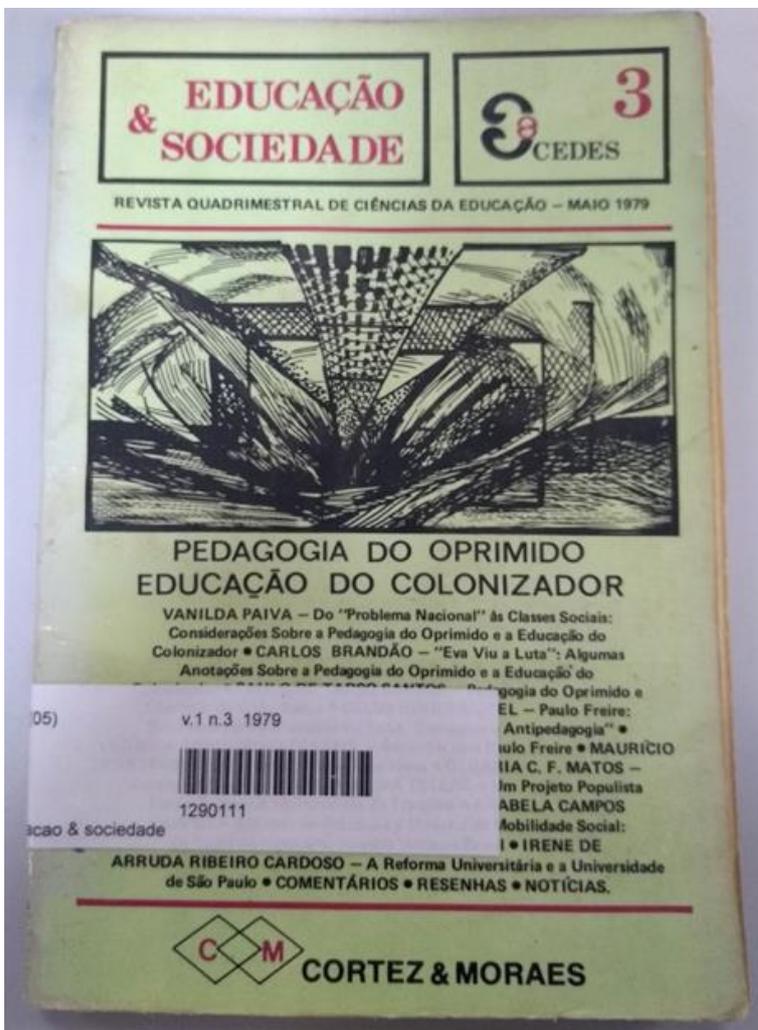
Edição	Título
N. 1 – setembro de 1978	O EDUCADOR PRECISA SER EDUCADO
N. 2 – janeiro de 1979	ADMINISTRAÇÃO, PODER E TRABALHO
N. 3 – maio de 1979	PEDAGOGIA DO OPRIMIDO EDUCAÇÃO DO COLONIZADOR
N. 4 – setembro de 1979	ILUSÃO POLÍTICA DESILUSÃO PEDAGÓGICA
N. 5 – janeiro de 1980	EDUCADOR = TRABALHADOR
N. 6 – junho de 1980	<i>RESISTÊNCIA/SUBMISSÃO</i>
N. 7 – setembro de 1980	EDUCAÇÃO E IMPERIALISMO
N. 8 – março de 1981	EDUCAÇÃO: INSTRUMENTO DE LUTA
N. 9 – maio de 1981	LUTA PELA ORGANIZAÇÃO DOS EDUCADORES
N. 10 – setembro de 1981	DIMENSÃO POLÍTICA DA AÇÃO EDUCATIVA
N. 11 – janeiro de 1982	A LUTA PELA AUTONOMIA E CONTRA A EXCLUSÃO
N. 12 – setembro de 1982	AVANÇANDO NA LUTA
N. 13 – dezembro de 1982	APOÓS AS ELEIÇÕES, O DEBATE CONTINUA
N. 14 – maio de 1983	A CRÍTICA E A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO
N. 15 – agosto de 1983	PENSAR A EDUCAÇÃO É PENSAR A SOCIEDADE
N. 16 – dezembro de 1983	PENSAR A EDUCAÇÃO É PENSAR A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
N. 17 – abril de 1984	EDUCAR É PRECISO
N. 18 – agosto de 1984	EDUCAÇÃO: Educar – saber – resistir - lutar
N. 19 – agosto de 1984	A EDUCAÇÃO EM REVISTA* *Na capa desta revista uma etiqueta, com anotações de organização do acervo, cobre parte do título, é possível ler apenas esta parte.
N. 20 – abril de 1985	MUDANÇA OU TRANSFORMAÇÃO?

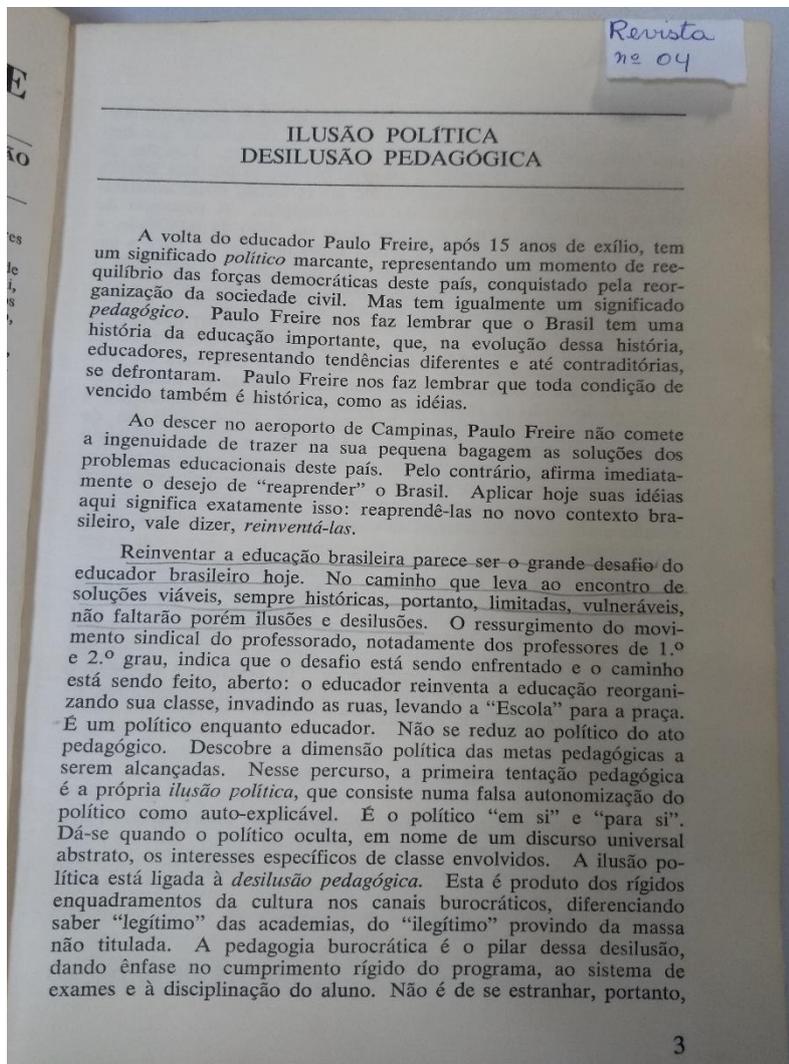
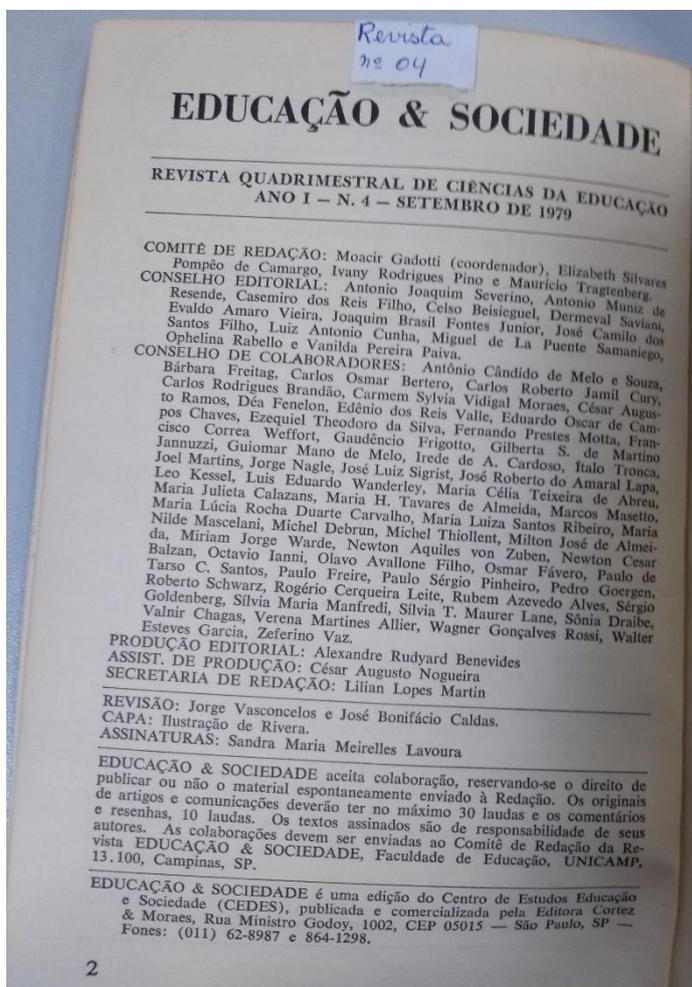
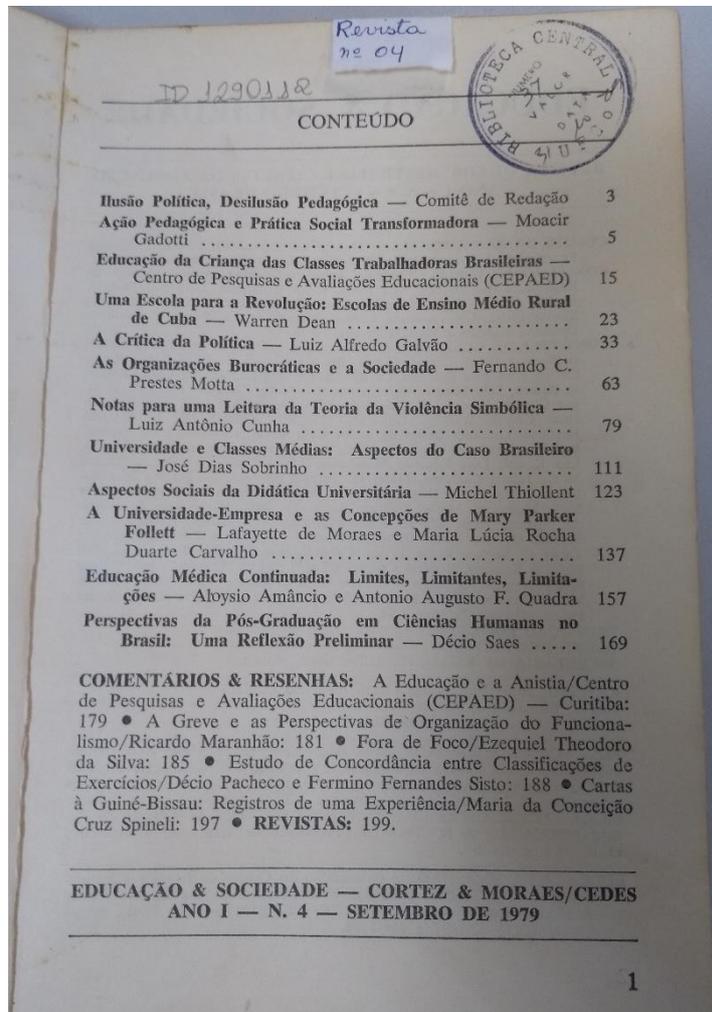
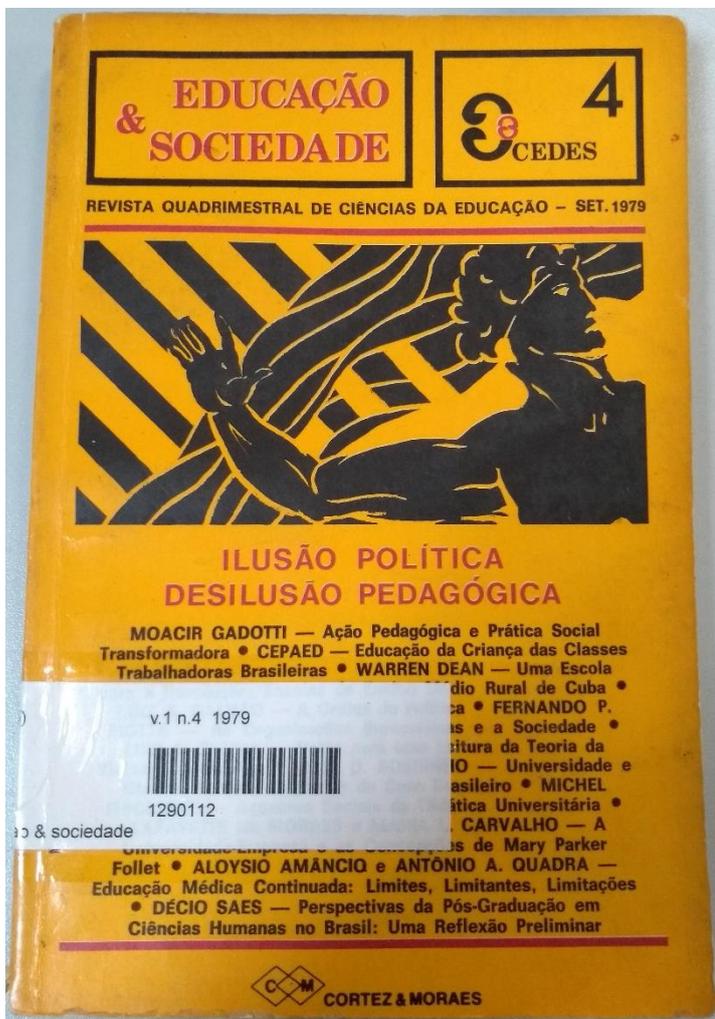
Fonte: elaborado pela pesquisadora

Anexos









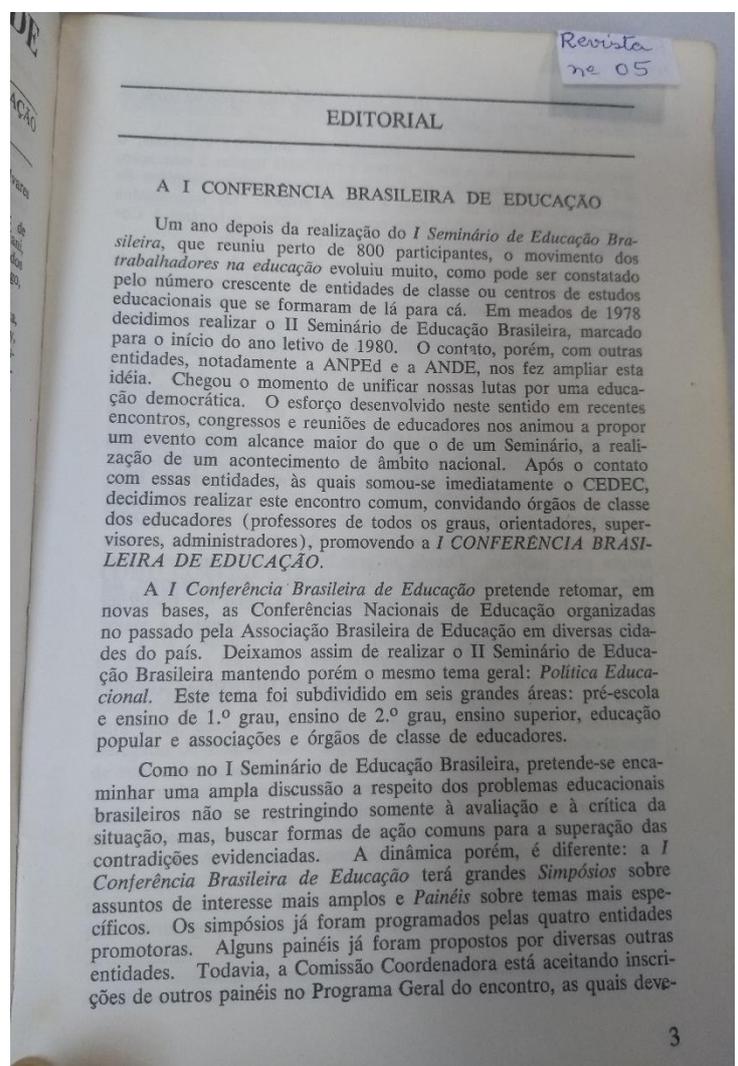
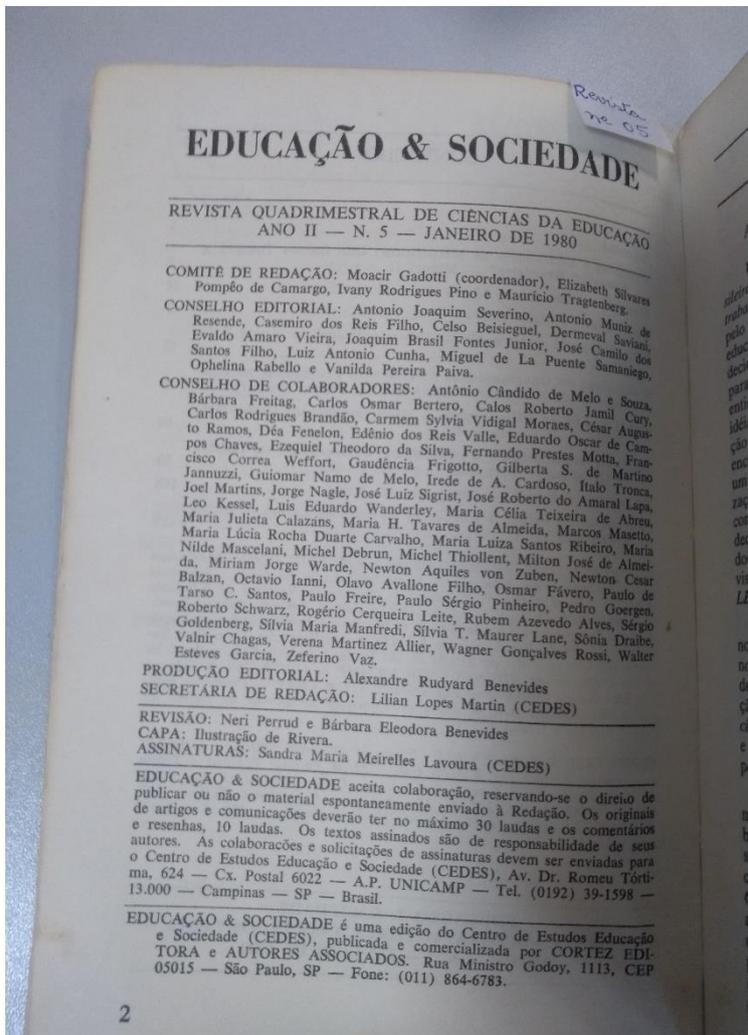
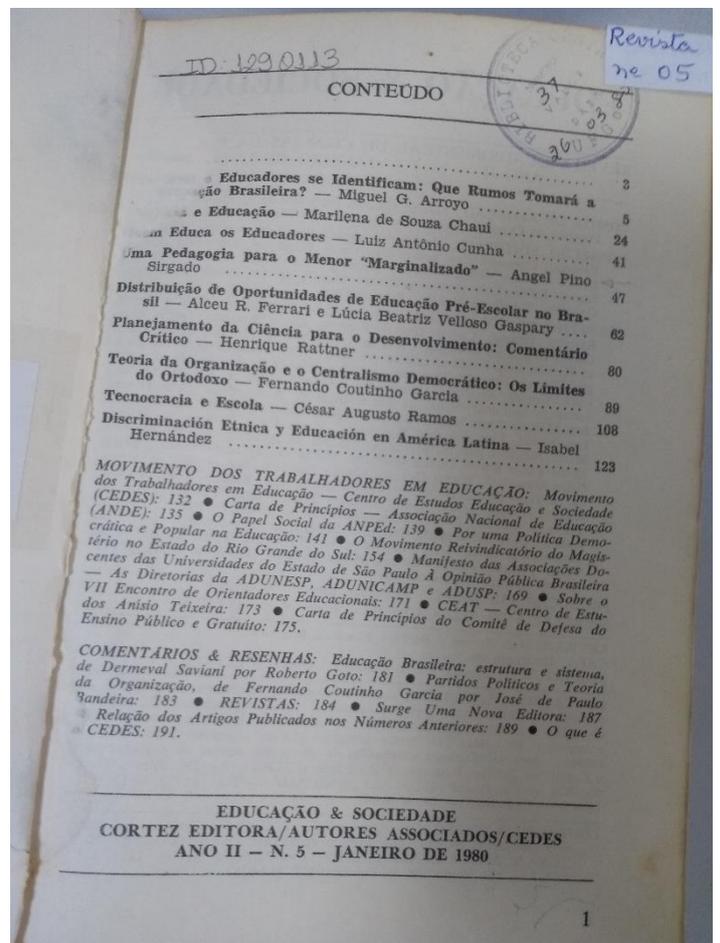
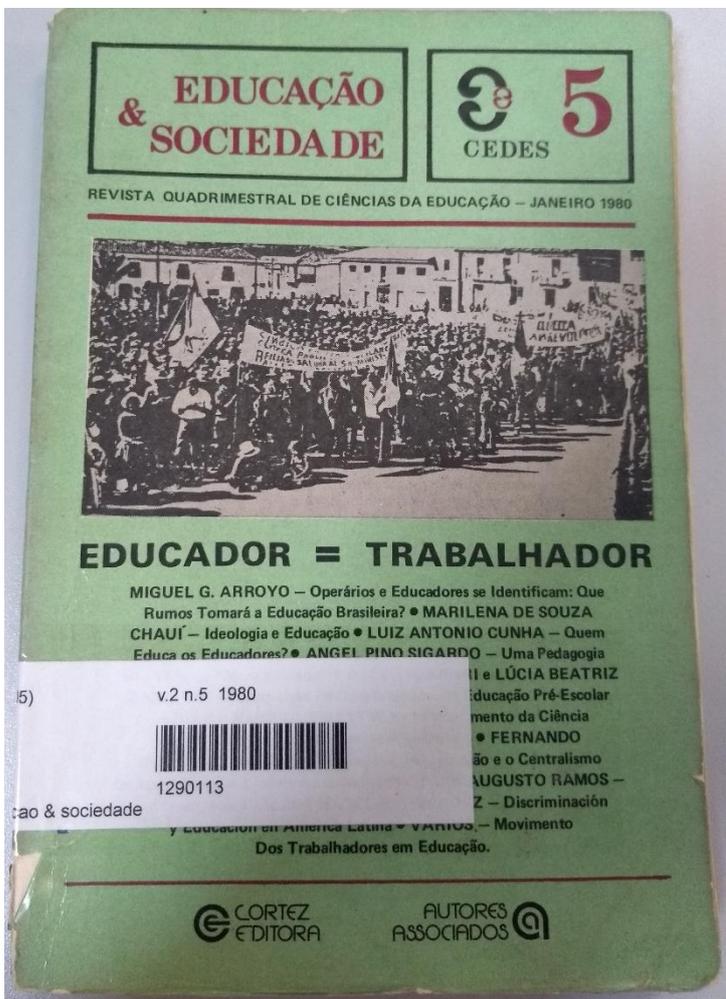
que nesse contexto político-pedagógico que hoje é o nosso, um contexto que se modifica rapidamente, apareçam sectarismos que tentam frear o movimento de uma educação libertadora. Posições rígidas, dogmáticas. O caminho até aqui percorrido por esta Revista permite chegar a um conjunto de novas idéias, novas constatações e implicações a respeito do ato pedagógico. A passagem do micro para o macrossistema, a insistência na visão da totalidade, a ênfase no questionamento e na crítica como mecanismos para a superação da ingenuidade pode levar, por outro lado, a privilegiar a abordagem política dos problemas e das propostas educacionais, deixando de lado as relações pessoais e as questões concretas, particulares. O geral não explica o particular como o particular não explica o geral. Não podemos, por medo de não enxergar a floresta, deixar de ver as pequenas árvores. Paradoxalmente, a conquista do político pode levar à desilusão pedagógica, isto é, à fuga na ilusão política. A desilusão se traduz hoje pelo sentimento de impotência e pela conseqüente inoperância, pela descrença e pela ausência de propostas concretas. A desilusão pedagógica é ainda explicável pelo arrocho pedagógico pelo qual passamos e ainda estamos passando, pelo aviltamento dos salários dos educadores, transformados em sacerdotes pelo messianismo pedagógico do regime militar. Essa desilusão pode, por isso mesmo, nos conduzir à ilusão política, igualmente ingênua.

Diante da ilusão política e a desilusão pedagógica resta o "historicamente possível", no dizer de Paulo Freire. Entenda-se, porém, esse "possível", esse viável histórico. O possível não é o que é permitido ser feito, mas o que é conquistado, o que é projetado. Fazer o que é possível historicamente significa abrir possibilidades, ampliar e estender os espaços já conquistados. O possível é também a utopia de hoje que, graças a uma prática social transformadora de hoje, será a realidade de amanhã.

* * *

O II Seminário de Educação Brasileira será realizado em Campinas na primeira quinzena de fevereiro de 1980, em colaboração com a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED). Tema geral: "Política educacional brasileira". Aguardamos comunicações, sugestões e propostas de todos os nossos leitores.

COMITÊ DE REDAÇÃO



rão ser efetuadas até o dia 10 de março; para isso contamos com os leitores da Revista *Educação & Sociedade*.

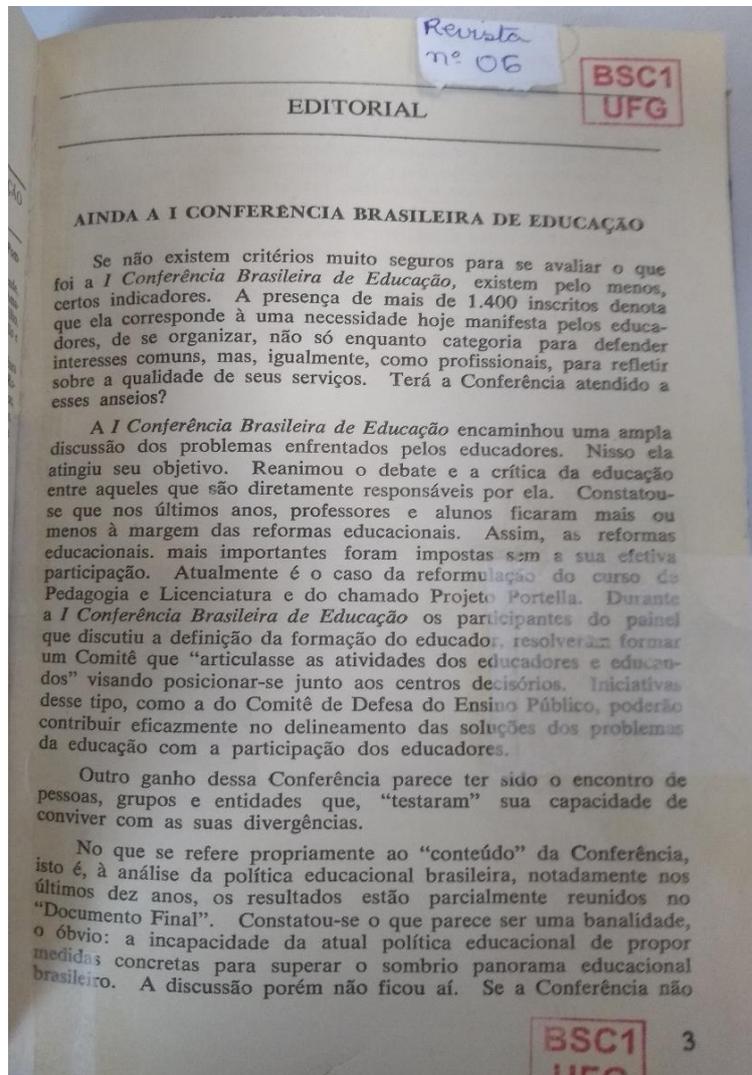
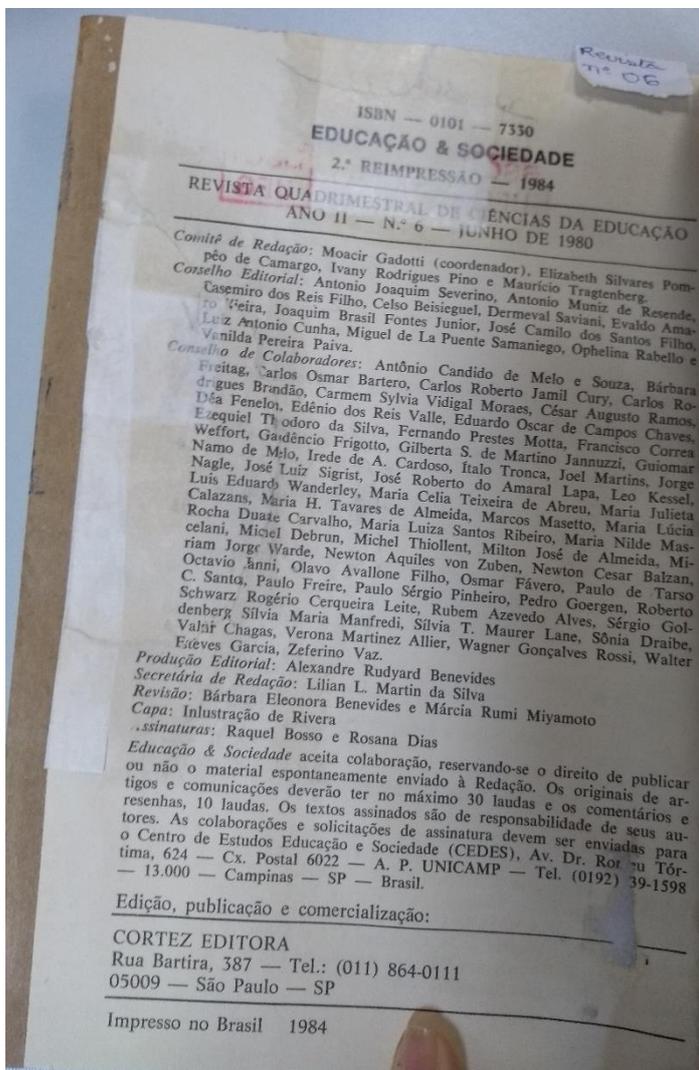
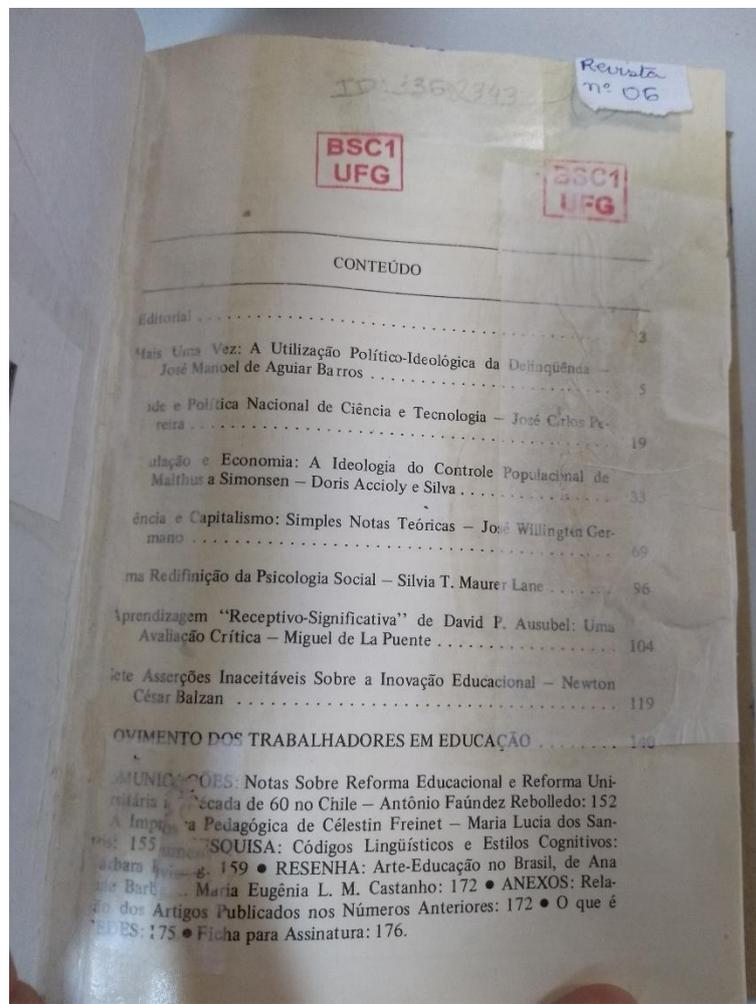
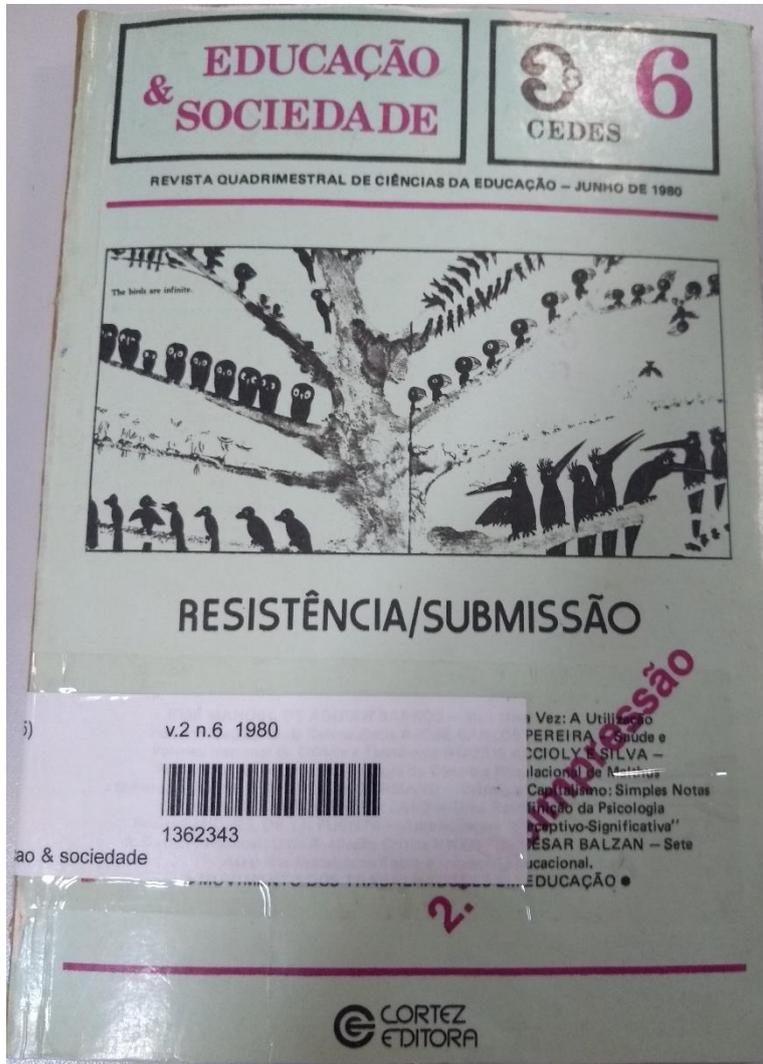
A fim de promover, paralelamente aos simpósios e painéis, o encontro nacional de pessoas, grupos e entidades ligadas à educação, a *I Conferência Brasileira de Educação* previu também reuniões de associações, centros de estudos e outros grupos. Os interessados deverão encaminhar pedido para reserva de espaço e horário à Comissão Coordenadora também até o dia 10 de março.

Veja na quarta capa deste número de *Educação & Sociedade* outras informações e procure na Faculdade ou Universidade mais próxima folhetos e fichas de inscrição. Caso não encontre, solicite a ficha de inscrição pelo correio ou por telefone à Secretaria Geral cujo endereço encontra-se também na última capa.

*
*
*

Desde o número 4 a Revista *Educação & Sociedade* sai com uma tiragem inicial de 10.000 (dez mil) exemplares. A partir deste número *Educação & Sociedade*, revista do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) passa a ser publicada e comercializada por *CORTEZ EDITORA* e *EDITORIA AUTORES ASSOCIADOS*. Agradecemos a colaboração de inúmeros educadores que nos enviam artigos para publicar. Devido ao grande número de matéria recebida, programamos para março, o lançamento dos *Cadernos do CEDES* e, estamos estudando a possibilidade de editar um *Jornal da Educação*. Com isso, teremos a possibilidade de atender a maior número de colaboradores.

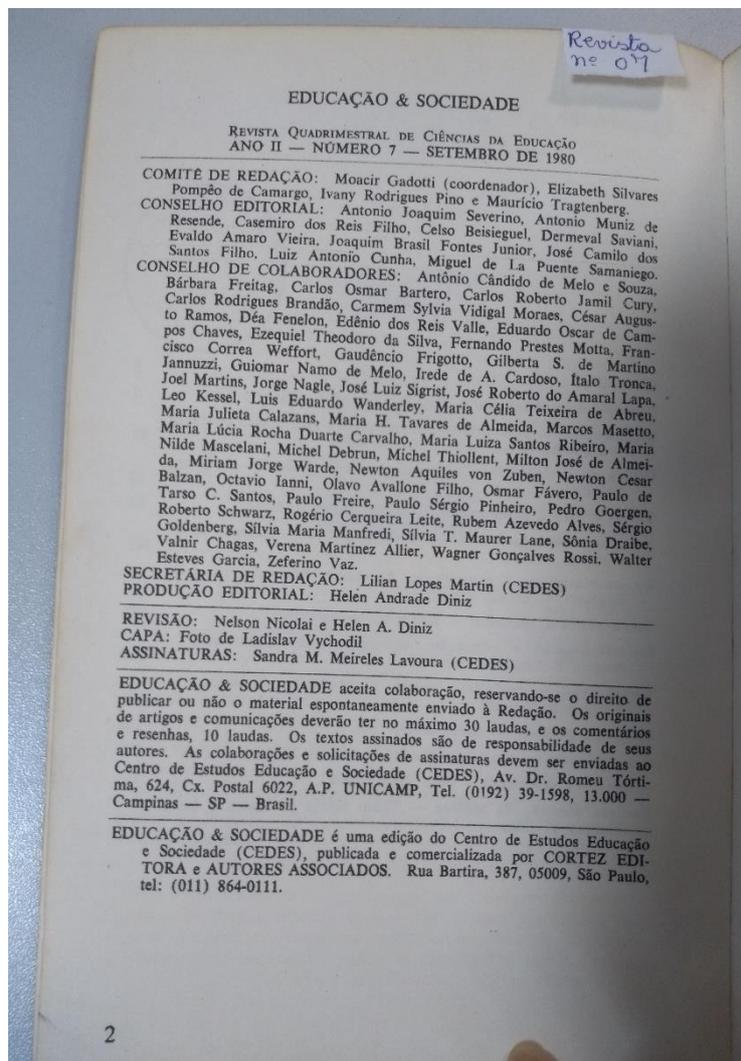
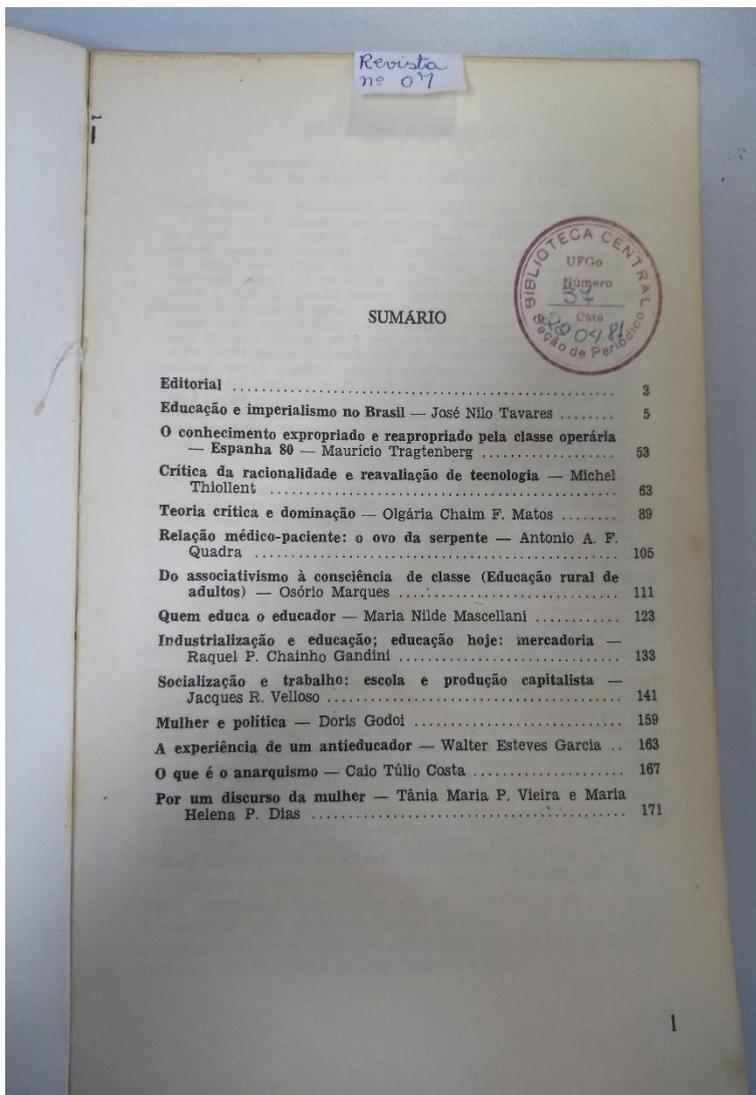
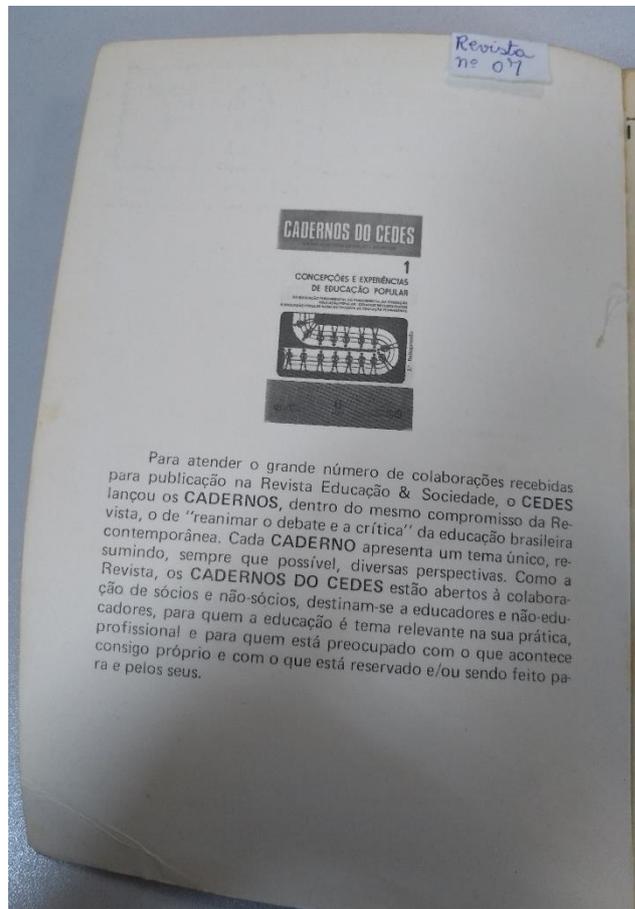
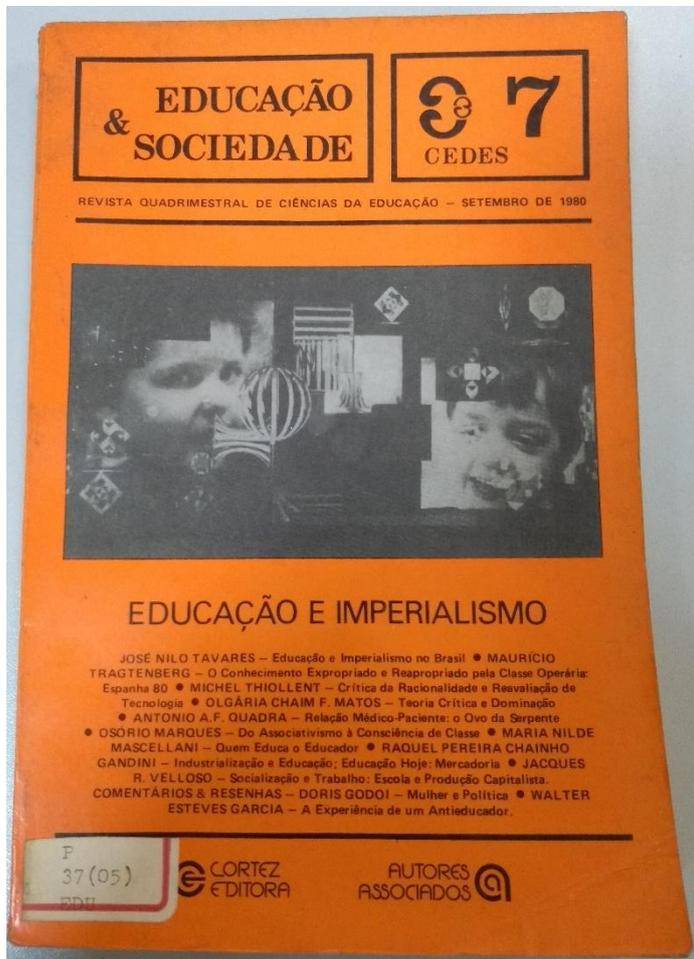
COMITÊ DE REDAÇÃO



apresentou propostas alternativas reformistas ao sistema vigente, melhorou, em muito a qualidade do discurso, não ficando puramente na análise ideológica da educação. Como o *I Seminário de Educação Brasileira*, a *I Conferência Brasileira de Educação* garantiu aos educadores o espaço para se posicionarem face ao poder que até então vem tutelando a educação brasileira.

Deixamos de publicar na *Revista Educação & Sociedade* os principais textos dessa Conferência para não duplicar esforços, mas concentrá-los na elaboração dos "Anais" que sairão em breve. Entretanto, apresentamos aos leitores, na Seção "Movimentos dos Trabalhadores na Educação", o documento de abertura, — *Manifesto aos Participantes* —, algumas *noções* e o *Documento Conclusivo*, solicitando para que sejam amplamente divulgados.

COMITÊ DA REDAÇÃO



EDITORIAL

Educação e Imperialismo

O ministro da Educação, Eduardo Portella, vem repetindo que a educação brasileira está em "crescente decomposição em todos os seus níveis". Entretanto, tem dificuldade de admitir todas as suas causas. Ele demonstrou que entre suas causas está o baixo salário dos profissionais do ensino, razão do desânimo, do pouco estímulo pela qualidade e do desprestígio da carreira do magistério. Admitiu, principalmente, a falta de verbas, o que vem demonstrar que o governo não dá a importância que a educação mereceria entre as prioridades nacionais. Reconhece o ministro — através do III Plano Setorial da Educação, Cultura e Desporto — que o ensino fundamental foi sistematicamente boicotado. Entretanto, custa a admitir que tudo isso é herança da política educacional de um regime entreguista, que não soube oferecer educação de "boa qualidade" nem sequer para as suas próprias elites.

A Revista *Educação & Sociedade*, enfrentando as dificuldades de todo veículo de divulgação independente, tem oferecido suas páginas a colaboradores que, repetidas vezes, procuraram diagnosticar a situação da educação nacional, apontar suas causas, indicar estratégias de ação para combatê-las. Neste número destacamos um assunto do qual muito se tem falado, mas faltava um estudo mais detalhado e uma informação mais sólida: a ação imperialista e burguesa visando à inculcação dos ideais americanos através do sistema escolar. Trata-se da *política educacional americana para o Brasil*, que é a política educacional "brasileira". Ela está presente na legislação que transplantou reformas educacionais cujos resultados negativos estamos colhendo hoje, notadamente no ensino superior.

Publicamos neste número muita informação sobre acordos e convênios educacionais que visavam não só à inculcação da ideologia "democrática" ou a imagem do "amigo americano", mas visava essencialmente a lançar as bases que permitissem uma exploração econômica mais ampla e eficaz do trabalhador brasileiro.

Certamente, para arrancar as raízes profundas que o colonialismo e o imperialismo conseguiram plantar entre nós, é preciso um grande esforço, um tempo de ruptura e a criação de uma outra educação e de uma outra cultura. Mas certamente isso será insuficiente ainda, se um autêntico desenvolvimento cultural não se fizer simultâneo às lutas sociais e políticas, visando à transformação das estruturas autoritárias, implantadas pela ditadura de uma classe. Surge, assim, para os educadores brasileiros, o momento de transformarem a educação num instrumento de luta a serviço daqueles que dela não se beneficiaram até hoje.

COMITÊ DE REDAÇÃO



EDUCAÇÃO: INSTRUMENTO DE LUTA

MOACIR GADOTTI — Concepção Dialética da Educação e Educação Brasileira Contemporânea • ROSISKA DARCY DE OLIVEIRA — Os Movimentos Sociais Reinventam a Educação • DERMEVAL SAVIANI — Extensão Universitária: Uma Abordagem Não-extensionista • PEDRO DEMO — A Pobre Educação Pobre: Alguns Problemas da Falta de Recursos • MAURÍCIO TRAGTENBERG — Educação e Política: A Proposta Integralista • HEINZ-PETER GERHARDT — Alfabetização em Guiné-Bissau • REGINA ZILBERMAN — Literatura Infantil e Ensino

COMENTÁRIOS & RESENHAS

IVANI CATARINA ARANTES FAZENDA — A Arte no Ensino de 1º grau
• MAURÍCIO TRAGTENBERG — FMU: A Escola do Regime • Ideologia e Hegemonia A velhice — Um Ensaio sobre a Revolução Sexual após Reich e Kinsey

37 (05)
RDD

CORTEZ EDITORA

AUTORES ASSOCIADOS

Revista nº 08

SUMARIO



Editorial
Concepção dialética da educação e educação brasileira contemporânea — Moacir Gadotti 5
Os movimentos sociais reinventam a educação — Rosiska Darcy de Oliveira 33
Extensão universitária: uma abordagem não-extensionista — Dermeval Saviani 61
A pobre educação pobre — alguns problemas da falta de recursos — Pedro Demo 75
Educação e política: a proposta integralista — Maurício Tragtenberg 97
Alfabetização em Guiné-Bissau — Heinz-Peter Gerhardt 111
Literatura infantil e ensino — Regina Zilberman 119

Comentários e resenhas: A arte no ensino do 1.º grau — Ivani C. A. Fazenda, 145 • FMU: a escola do regime — Maurício Tragtenberg, 148 • Ideologia e hegemonia — As condições da produção da educação — Vanessa Paiva, 151 • A velhice — a realidade incômoda — Sonia A. A. Marrach, 153.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE

REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Ano III — número 8 — março de 1981

COMITÊ DE REDAÇÃO: Moacir Gadotti (coordenador), Elizabeth Silveiras Pompêo de Camargo, Ivany Rodrigues Pino e Maurício Tragtenberg.
CONSELHO EDITORIAL: Antonio Joaquim Severino, Antonio Muniz de Resende, Casemiro dos Reis Filho, Celso Beisiegel, Dermeval Saviani, Evaldo Amaro Vieira, Joaquim Brasil Fontes Junior, José Camilo dos Santos Filho, Luiz Antonio Cunha, Miguel de La Puente Samaniego.
CONSELHO DE COLABORADORES: Antônio Cândido de Melo e Souza, Barbara Freitag, Carlos Osmar Bartero, Carlos Roberto Jamil Cury, Carlos Rodrigues Brandão, Carmem Sílvia Vidigal Moraes, César Augusto Ramos, Déa Fenelon, Edênio dos Reis Valle, Eduardo Oscar de Campos Chaves, Ezequiel Theodoro da Silva, Fernando Prestes Motta, Francisco Correa Weffort, Gaudêncio Frigotto, Gilberta S. de Martino Jannuzzi, Guiomar Namó de Melo, Iredé de A. Cardoso, Italo Tronca, Joel Martins, Jorge Nagle, José Luiz Sigrist, José Roberto do Amaral Lapa, Leo Kessel, Luis Eduardo Wanderley, Maria Célia Teixeira de Abreu, Maria Julieta Calazans, Maria H. Tavares de Almeida, Marcos Masetto, Maria Lúcia Rocha Duarte Carvalho, Maria Luiza Santos Ribeiro, Maria Nilde Mascelani, Michel Debrun, Michel Thiollent, Milton José de Almeida, Miriam Jorge Warde, Newton Aquiles von Zuben, Newton Cesar Balzan, Octavio Ianni, Olavo Avallone Filho, Osmar Fávero, Paulo de Tarso C. Santos, Paulo Freire, Paulo Sérgio Pinheiro, Pedro Goergen, Roberto Schwarz, Rogério Cerqueira Leite, Rubem Azevedo Alves, Sérgio Goldenberg, Sílvia Maria Manfredi, Sílvia T. Maurer Lane, Sônia Draibe, Valnir Chagas, Verena Martinez Allier, Wagner Gonçalves Rossi, Walter Esteves Garcia, Zeferino Vaz.

SECRETÁRIO DE REDAÇÃO: Joaquim B. Fontes Jr.
PRODUÇÃO EDITORIAL: Helen Andrade Diniz

REVISÃO: Nelson Nicolai e Geraldo O. Fernandes
CAPA: Foto do arquivo da revista IstoÉ.
ASSINATURAS: Alberta Pedrusian e Raquel Solange Bosso

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas, e os comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações e solicitações de assinaturas devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Av. Dr. Romeu Tórtima, 624, Cx. Postal 6022, A.P. UNICAMP, Tel. (0192) 39-1598, 13.000 — Campinas — SP — Brasil.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE é uma edição do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), publicada e comercializada por CORTEZ EDITORA e AUTORES ASSOCIADOS. Rua Bartira, 387, tel.: (011) 864-0111, 05009, São Paulo - SP.

Revista nº 08

EDITORIAL

EDUCAÇÃO: INSTRUMENTO DE LUTA

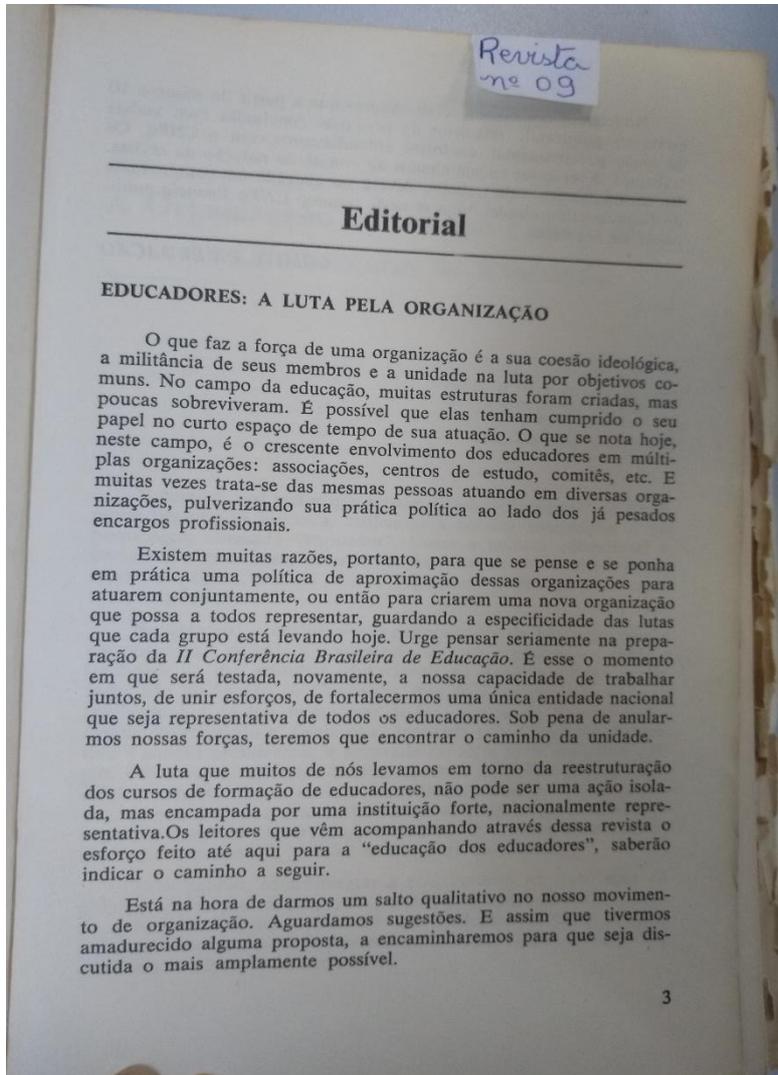
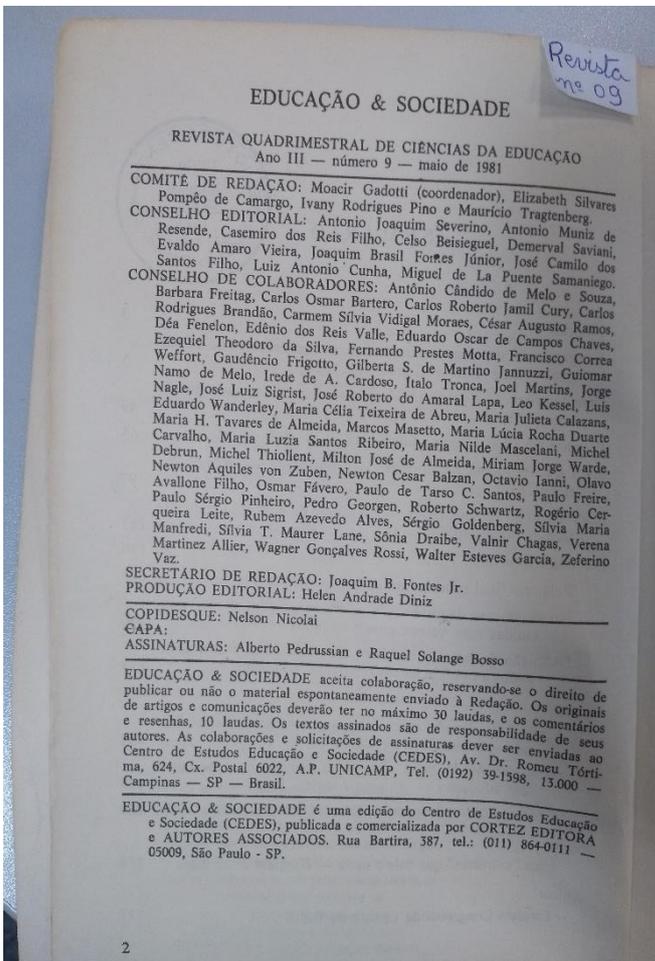
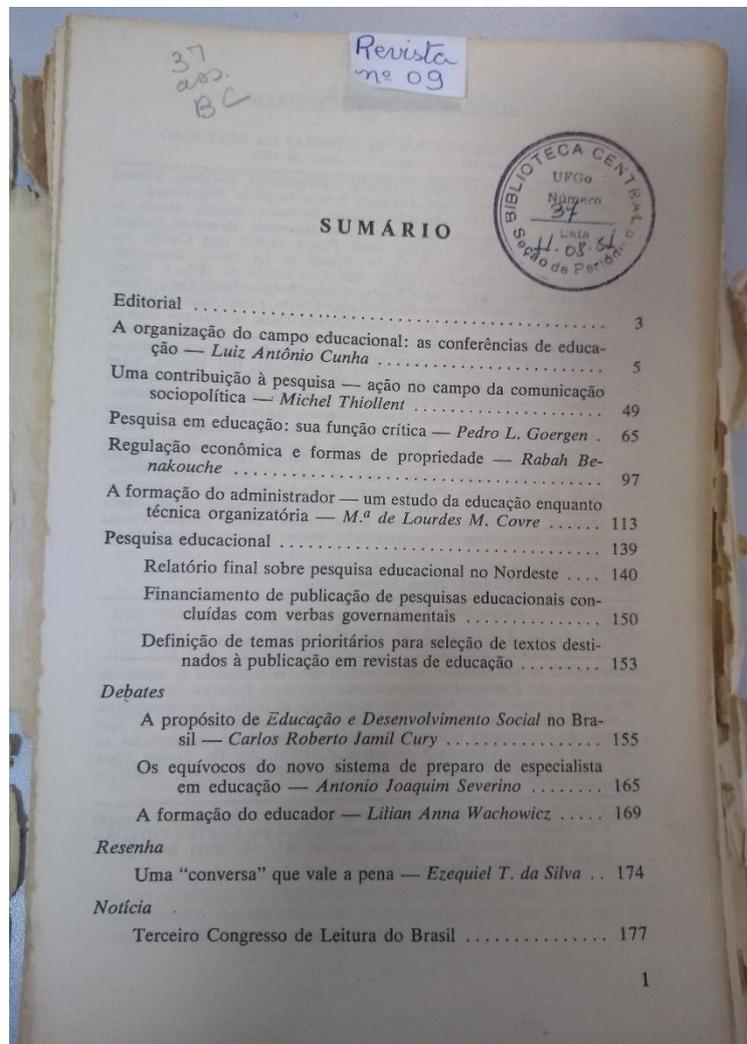
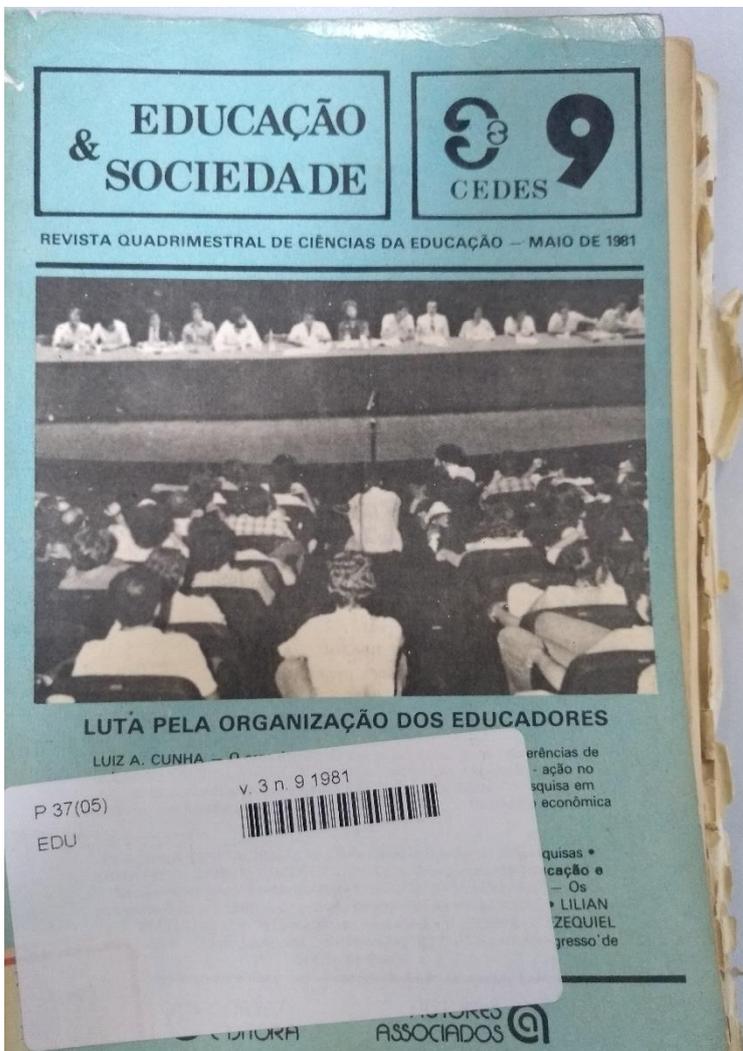
O tema pelo qual introduzimos este número é menos uma proposição a ser demonstrada do que um programa a ser realizado, um desafio a enfrentar. Não entendemos que a escola reproduza mecanicamente a sociedade de classes, mas, pelo contrário, ela representa hoje um lugar privilegiado onde essa luta se faz presente. A escola não foge ao conflito social e político que se trava hoje no interior da sociedade brasileira.

Entretanto, o ano de 1981 começa sombrio para todos aqueles que suportam o ônus da crise do "modelo" econômico do regime militar: os trabalhadores e oprimidos. A inflação corroendo os salários dos professores. As condições de trabalho caindo com a crescente omissão governamental em matéria de educação e cultura. Enfim, o desânimo crescente e a falta de qualquer estímulo para iniciar um ano letivo que, por todas essas razões, promete ser conturbado.

Diante desse quadro, parece animador apenas o avanço da consciência de classe que os educadores de todos os graus do ensino demonstraram no ano que passou. Parece animador o fato de que essa consciência levará, em breve, esses profissionais a criarem entidades nacionais que se constituirão em instrumento de luta para a educação e a cultura. O ex-ministro da Educação, Prof. Eduardo Portella, afirmou que a educação brasileira passava pelo seu "pior momento". Sem dúvida essa é a herança de 16 anos de descaso pela educação. Entretanto, dialeticamente, esse é também o "melhor momento", na medida em que essa situação-limite da educação no Brasil não pode mais ser ignorada e um novo projeto educacional, uma nova política, precisa ser posta em marcha. E desta vez não pode mais prescindir dos educadores, já que estes se encontram organizados.

Se a educação dominante foi implantada de cima para baixo, por decreto, sem discussão no interior da sociedade civil, um projeto educacional que se oponha ao que aí está, um projeto das oposições brasileiras, precisa partir das bases, de uma ampla discussão da educação. A revista *Educação & Sociedade* quer contribuir com esse debate e abrir suas páginas para quantos queiram participar. A *questão da educação* não é mais a de montar novos programas, novas técnicas, novas metodologias, ignorando as finalidades, as estruturas. A questão da educação é política. Por isso a educação que interessa aos que hoje suportam o peso da crise é aquela que é para eles *instrumento de luta*, aquela que é comunicação, cultura, sobrevivência.

COMITÊ DE REDAÇÃO

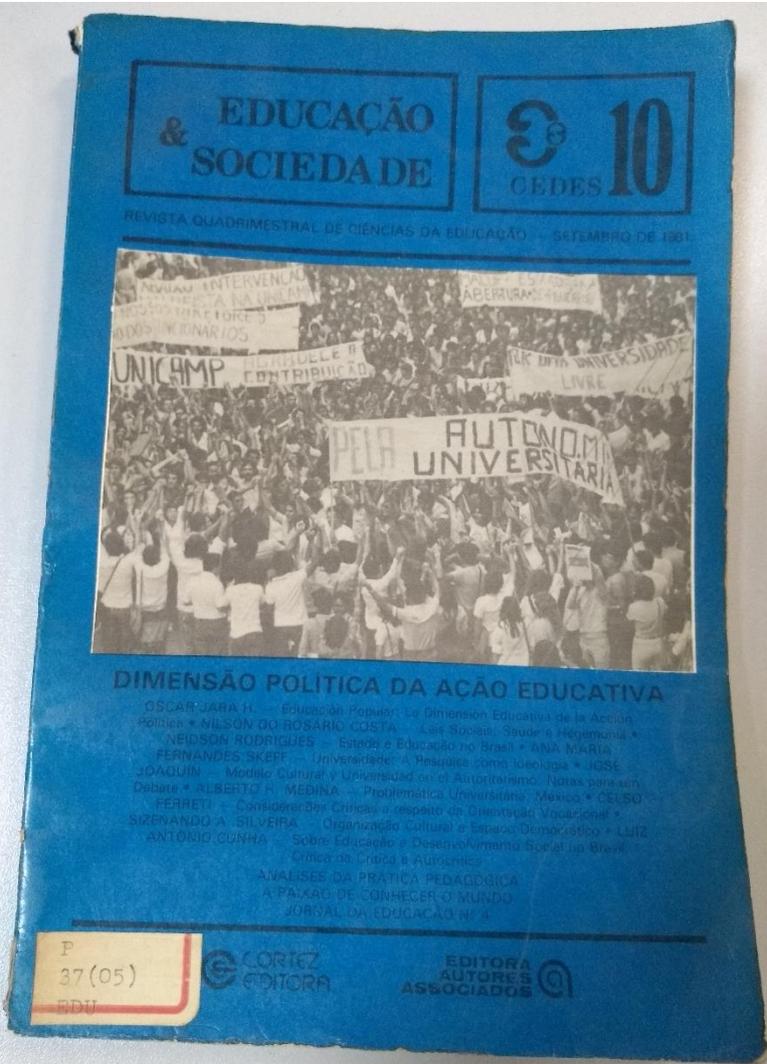


Revista
nº 09

Noticiamos aos nossos colaboradores que a partir do número 10 estaremos publicando relatórios de pesquisas concluídas com verbas de órgão governamental, conforme entendimentos com o CNPq. Os trabalhos deverão ser encaminhados ao comitê de redação da revista. No encaminhamento do trabalho deverá ser anexado um comprovante do financiamento obtido. Veja-se neste número *CNPq financia publicação de pesquisas*.

COMITÊ DE REDAÇÃO

[Faint, illegible text, likely the names of the editorial committee members]



Revista nº 10
37
an. 80

BIBLIOTECA CENTRAL
UFPA
Número 37
Data 01/08/80
Mês de Período

SUMÁRIO

Educación Popular: La Dimensión Educativa de la Acción Política 5
Oscar Jara H.

Leis Sociais, Saúde e Hegemonia 29
Nilson do Rosário Costa

Estado e Educação no Brasil 41
Neidson Rodrigues

Universidade: a Pesquisa como Ideologia 55
Ana Maria Skeff

Modelo Cultural y Universidad en el Autoritarismo: Notas para um Debate 63
José Joaquín Bruner

Problemática Universitária: México 73
Alberto H. Medina

Considerações Críticas a respeito da Orientação Vocacional .. 89
Celso Ferreti

Organização Cultural e Espaço Democrático 107
Sizenando A. Silveira

Sobre Educação e Desenvolvimento Social no Brasil: Crítica da Crítica e Autocrítica 123
Luiz Antônio Cunha

Análises da Prática Pedagógica

A Paixão de Conhecer o Mundo 134

Jornal da Educação 153

Revista nº 10

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE

REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Ano IV — número 10 — setembro de 1981

COMITE DE REDAÇÃO: Moacir Gadotti (coordenador), Elizabeth Silveiras Pompo de Camargo, Ivany Rodrigues Pino e Maurício Tragtenberg.

CONSELHO EDITORIAL: Antonio Joaquim Severino, Antonio Muniz de Resende, Casemiro dos Reis Filho, Celso Beisiegel, Dermeval Saviani, Evaldo Amaro Vieira, Joaquim Brasil Fontes Júnior, José Camilo dos Santos Filho, Luiz Antonio Cunha, Miguel de La Puente.

CONSELHO DE COLABORADORES: Antônio Cândido de Melo e Souza, Barbara Freitag, Carlos Osmar Bartero, Carlos Roberto Jamil Cury, Carlos Rodrigues Brandão, Carmem Sílvia Vidigal Moraes, César Augusto Ramos, Déa Fenelon, Edênio dos Reis Valle, Eduardo Oscar de Campos Chaves, Ezequiel Theodoro da Silva, Fernando Prestes Motta, Francisco Correa Weffort, Gaudêncio Frigotto, Gilberta S. de Martino Jannuzzi, Guiomar Namó de Melo, Iredé de A. Cardoso, Italo Tronca, Joel Martins, Jorge Nagle, José Luiz Sigríst, José Roberto do Amaral Lapa, Leo Kessel, Luis Eduardo Wanderley, Maria Célia Teixeira de Abreu, Maria Julieta Calazans, Maria H. Tavares de Almeida, Marcos Masetto, Maria Lúcia Rocha Duarte Carvalho, Maria Luzia Santos Ribeiro, Maria Nilde Mascelani, Michel Debrun, Michel Thiollent, Milton José de Almeida, Miriam Jorge Wardé, Newton Aquiles von Zuben, Newton Cesar Balzan, Octavio Ianni, Olavo Avallone Filho, Osmar Fávero, Paulo de Tarso C. Santos, Paulo Freire, Paulo Sérgio Pinheiro, Pedro Goergen, Roberto Schwartz, Rogério Cerqueira Leite, Rubem Azevedo Alves, Sérgio Goldenberg, Sílvia Maria Manfredi, Sílvia T. Maurer Lane, Sônia Draibe, Valnir Chagas, Verena Martínez Allier, Wagner Gonçalves Rossi, Walter Esteves Garcia.

SECRETÁRIO DE REDAÇÃO: Joaquim B. Fontes Jr.

PRODUÇÃO EDITORIAL: Helen Andrade Diniz

COPIDESQUE: Bruno Fuser

ARTE-FINAL: Jerônimo Oliveira

ASSINATURAS: Alberto Pedrussian e Raquel Solange Bosso

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas, e os comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Av. Dr. Romeu Tórtima, 624, Cx. Postal 6022, A.P. UNICAMP, Tel. (0192) 39-1598, 13.000 — Campinas — SP — Brasil. Solicitações de assinaturas devem ser feitas à Cortez Editora e à Editora Autores Associados.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE é uma edição do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), publicada e comercializada por CORTÉZ EDITORA e EDITORA AUTORES ASSOCIADOS. Rua Bartira, 387, tel.: (011) 864-0111 — 05009, São Paulo — SP.

— 2 —

Revista nº 10

EDITORIAL

EDUCAÇÃO E POLÍTICA

Toda atividade humana na medida em que é social é política, a dimensão do político não é privilégio do Estado nem dos partidos políticos. O mesmo ocorre com a educação: ela pode servir à política da classe dominante ou dos explorados.

A educação que se realiza através da escolarização, seja da assim chamada escola particular ou do Estado, tende a inculcar no seu público normas de agir, sentir e pensar conforme os modelos da classe dominante, onde o professor cumpre papel de agente de reprodução.

No processo social onde as forças populares têm hegemonia, a ação educativa é uma parte da luta mais ampla entre as classes sociais pela hegemonia. Por isso é inconcebível separar a prática educativa da prática organizatória e da prática política.

Da mesma maneira que a insurreição popular na Nicarágua foi o ponto de partida pedagógico, a resistência de estudantes, professores e alunos à invasão da Unicamp pelas máfias burocráticas se constitui no ponto de partida para pensar melhor o que significa prática, conscientização e participação.

Essa resistência ensinou aos participantes muito mais do que poderiam aprender de manuais sebosos, que somente cristalizam um tipo de saber, o "saber legítimo", a serviço da dominação.

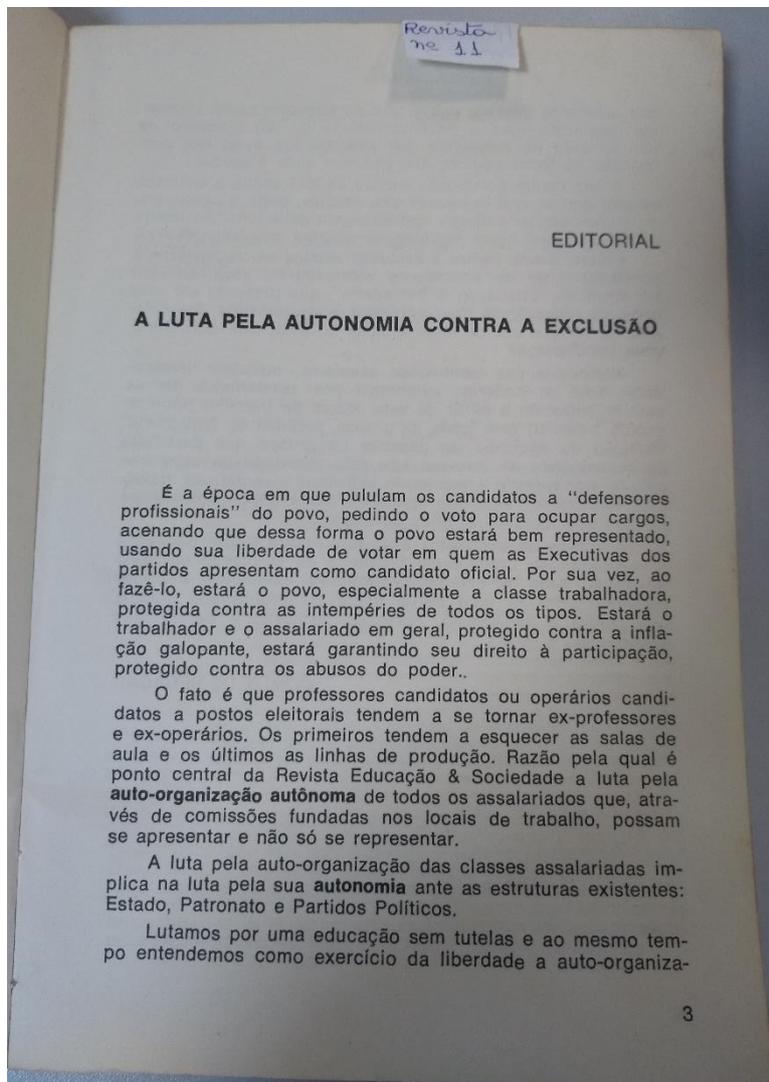
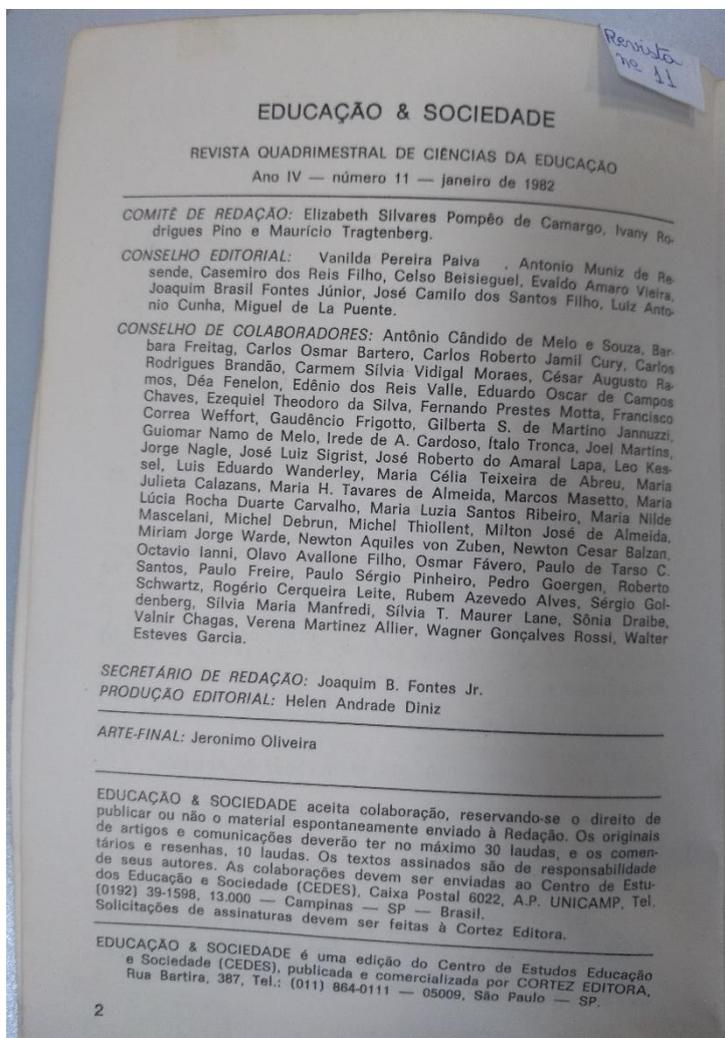
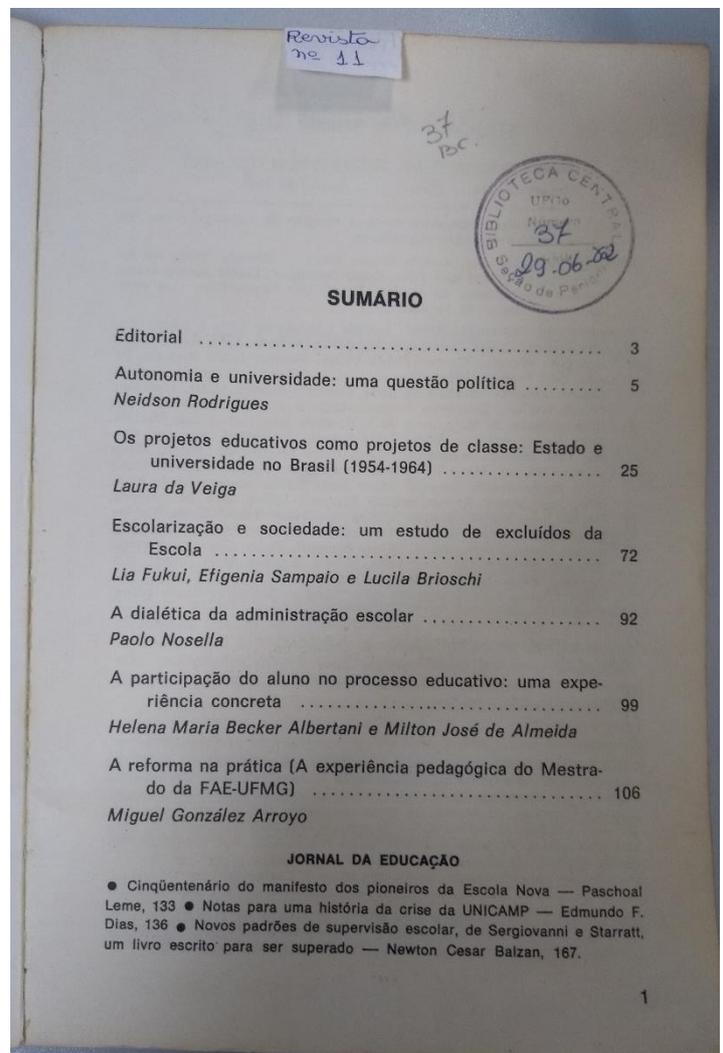
Por tudo isso, a mobilização havida na Unicamp teve um profundo sentido educativo, na medida em que a luta é a grande educadora e a organização surgida da luta é a grande escola.

É claro que não cabem idealizações, a luta no contexto Unicamp tem seus parâmetros limitados por fatores internos. Esses fatores que se articulam através dos grupos de interesse dominante entre os professores de várias unidades, se constituíram em fatores de freagem da luta na medida em que negociações em separado com

Revista
nº 10

a reitoria, por parte de unidades, outras unidades procurando ganhar seu quinhão hegemônico canalizando o sentido da luta para isso, esvaziaram paulatinamente as assembléias. A base pouco a pouco abandonava a arena, porém, constitui-se uma lei geral dos movimentos sociais: toda vez que a base abandona o espaço a burocracia ocupa seu lugar. Esse é o maior perigo que a mobilização havida na Unicamp tem a enfrentar, seus "fantasmas" internos além dos externos, o que já é muita coisa.

COMITÊ DE REDAÇÃO



ção autônoma fundada nos locais de trabalho, como elementos estruturais para o desenvolvimento de um processo de luta fundado na **autonomia** dos assalariados e na luta pela **inclusão** de todos aqueles que não têm nada a perder.

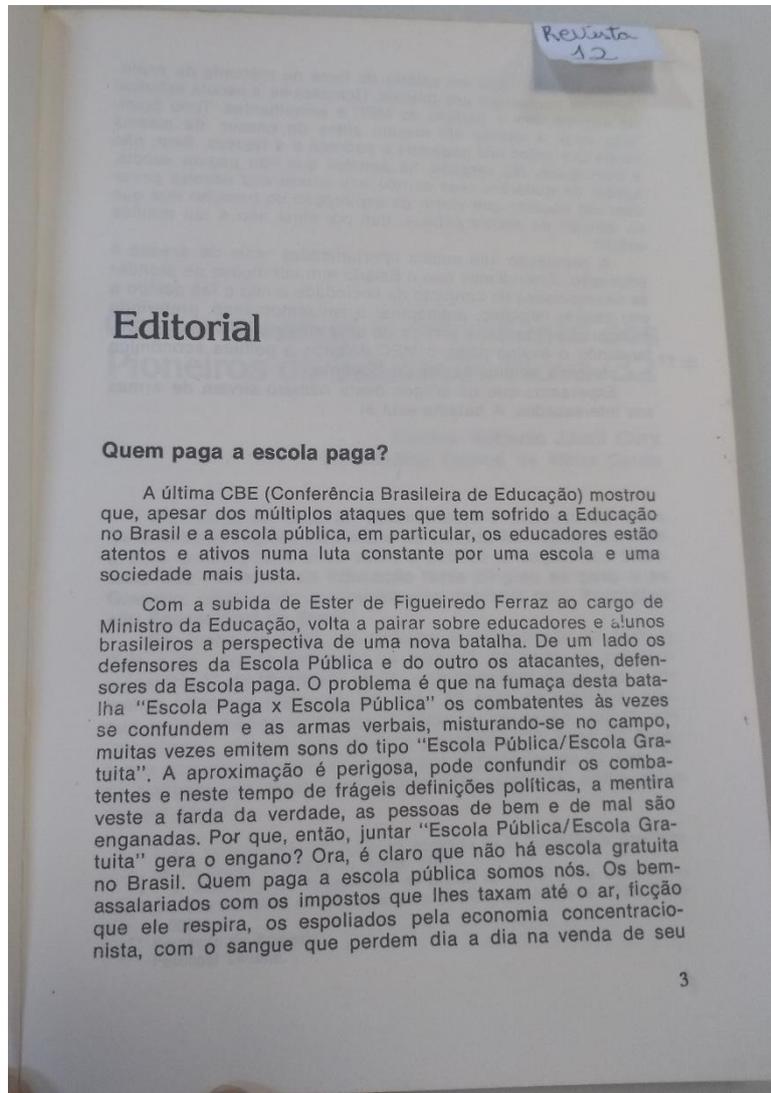
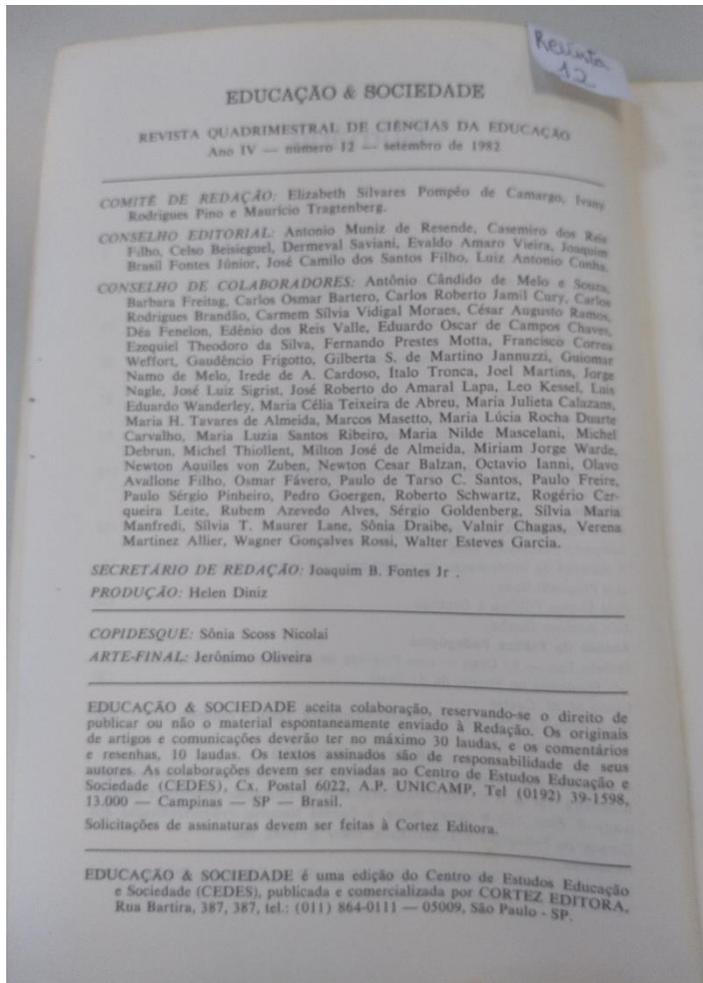
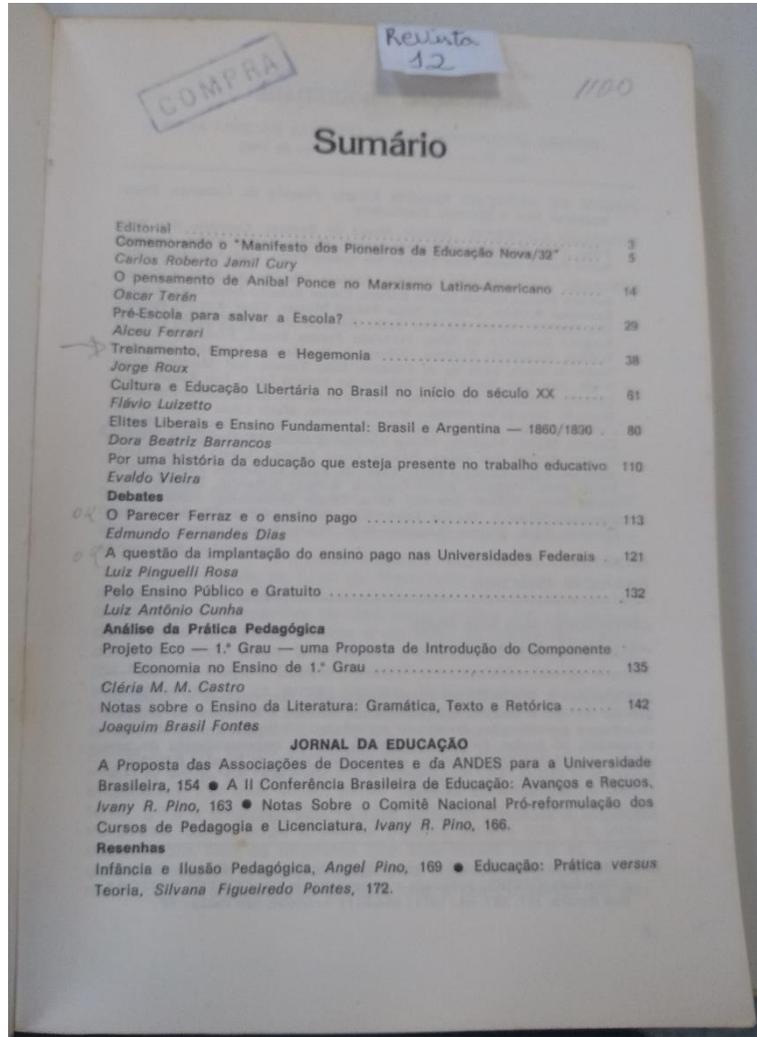
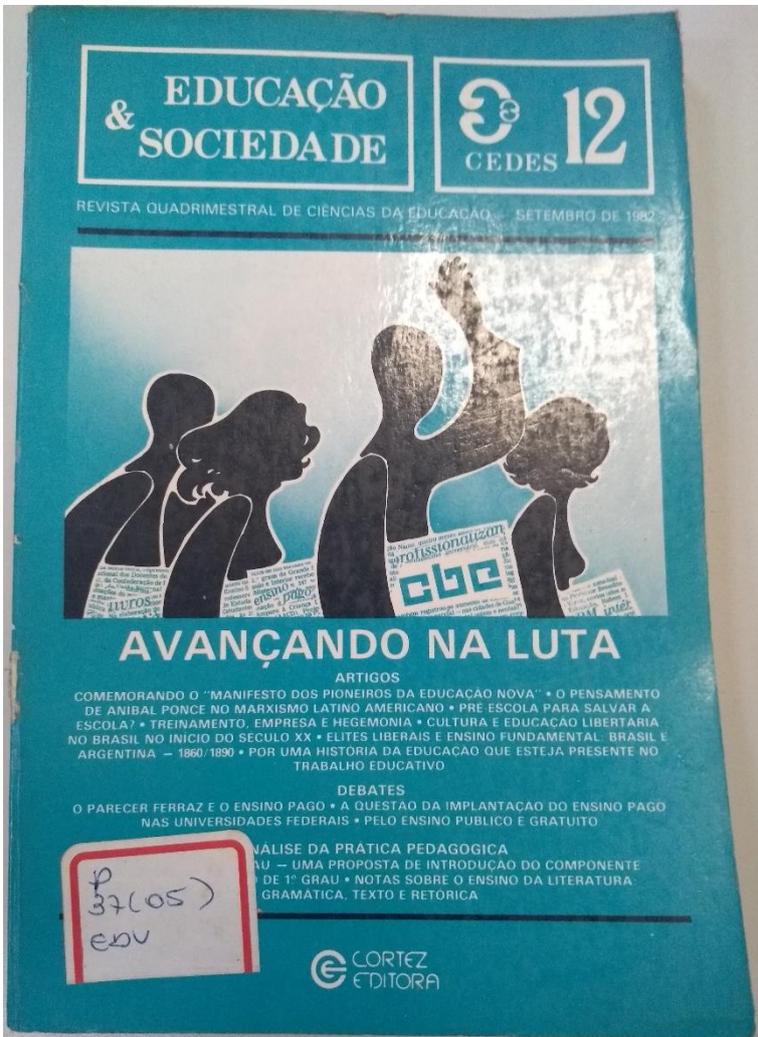
A luta contra a exclusão implica na luta contra a exclusão escolar que se realiza através das escolas, onde o pobre, por ter menos capital cultural, aprendizagem mais lenta da leitura e escrita, tende a ser excluído do sistema escolar.

Porém, a luta contra a exclusão implica em reconhecer a necessidade de os educadores concentrarem seus esforços em torno de "Educação & Sociedade", que pretende ser uma caixa de ressonância dos problemas e da temática dos colegas, de norte a sul, de leste a oeste do país, sem discriminações provincianas.

Autonomia das instituições escolares, inclusive universidade, ante os poderes, autonomia dos assalariados em se auto-organizarem a partir de seus locais de trabalho (fábrica, escola, hospital) sem tutela de grupos, partidos ou burocracia. Rejeição da exclusão de pessoas ou grupos que partilhem a necessidade de travar a luta pela liberdade de organização, de pensamento e expressão individual e social sem patrulhas ideológicas, seja dos aparelhos burocráticos dominantes ou dos que aspiram a deles participar.

A prática da autonomia e da luta contra a exclusão será a realização da Conferência Brasileira de Educação em Belo Horizonte, onde os colegas professores, estudantes e trabalhadores formarão uma frente única compromissada com a luta contra a exploração, opressão, exclusão e defesa das autonomias.

COMITÊ DE REDAÇÃO

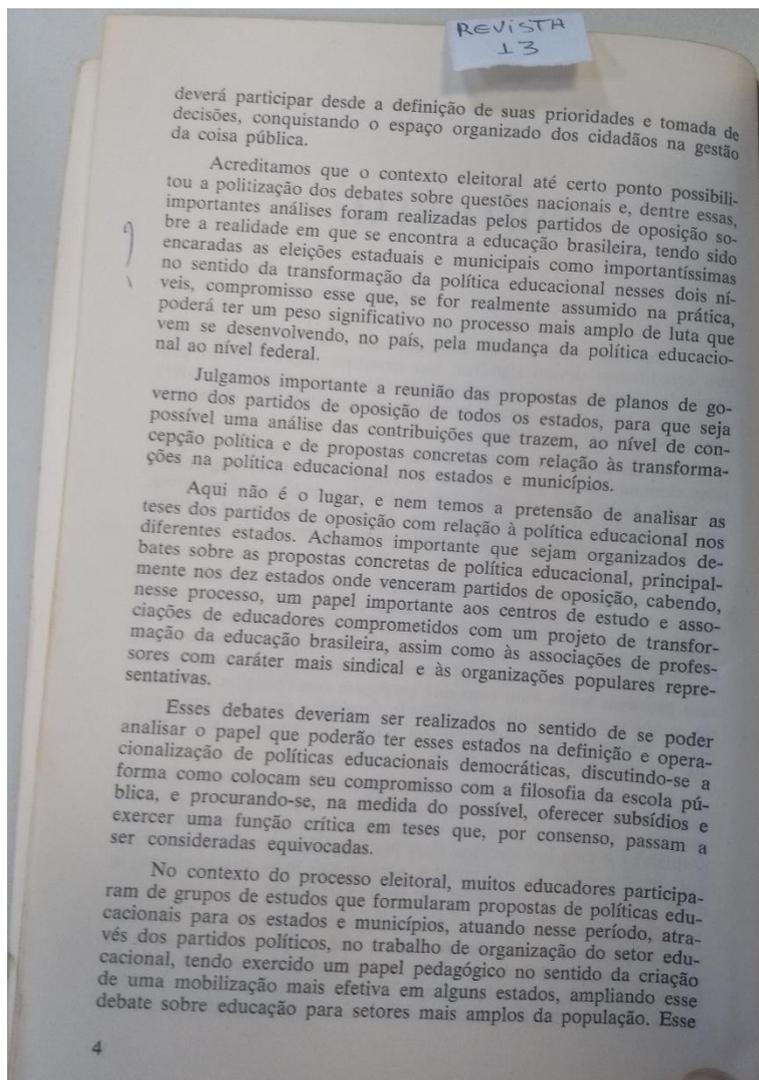
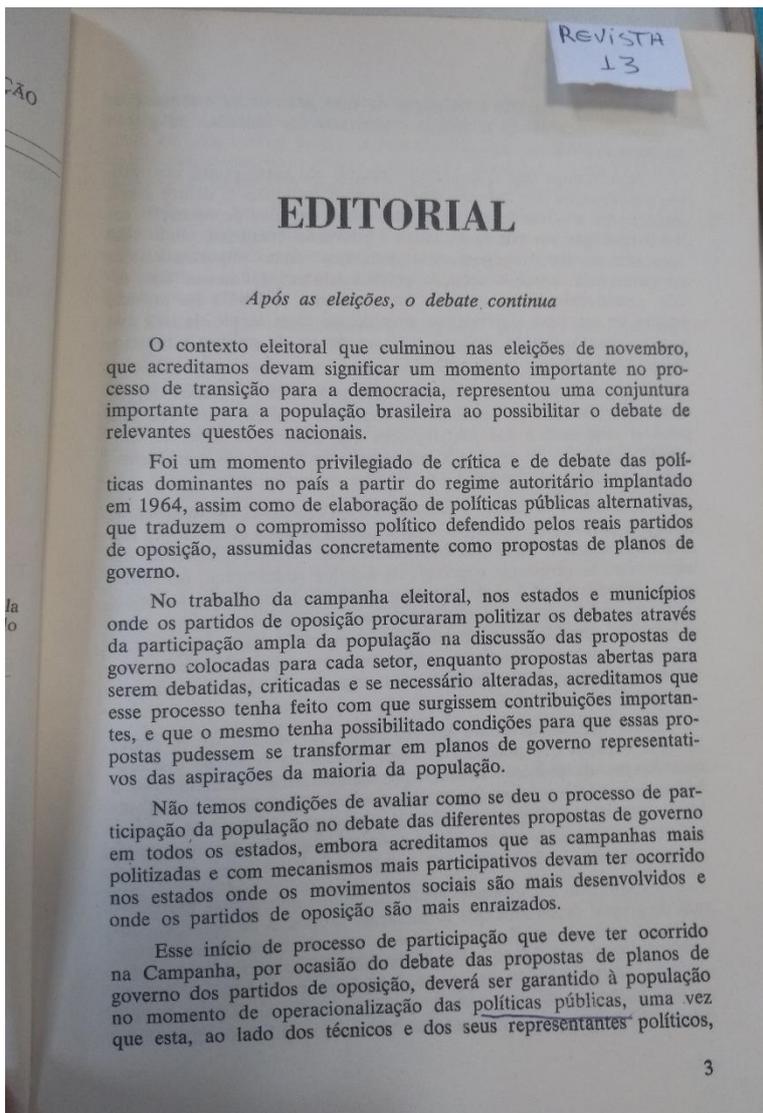
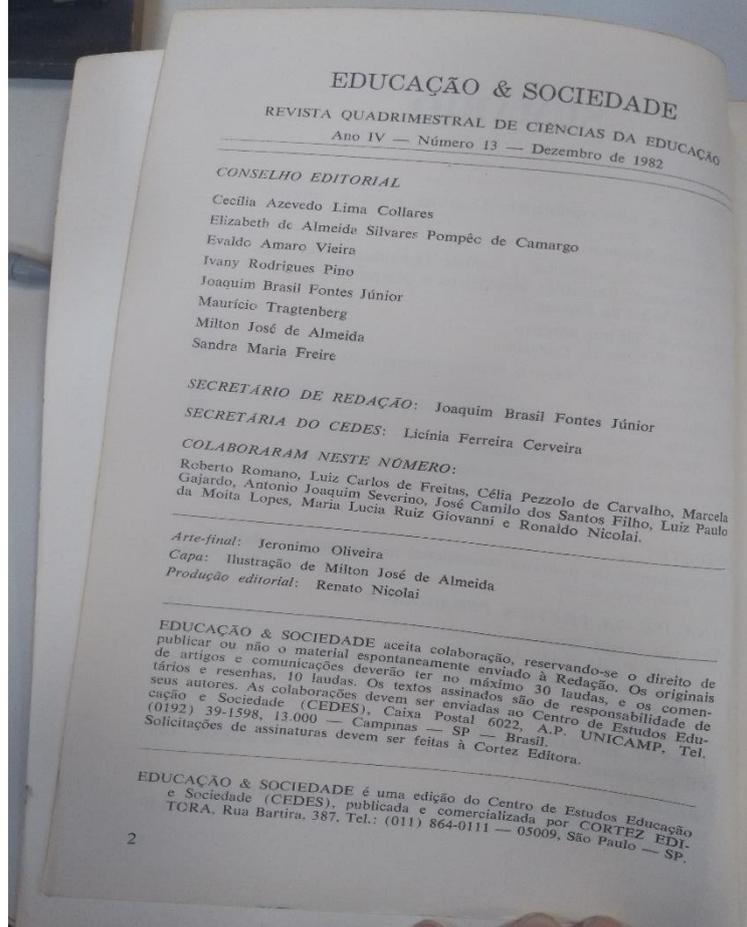
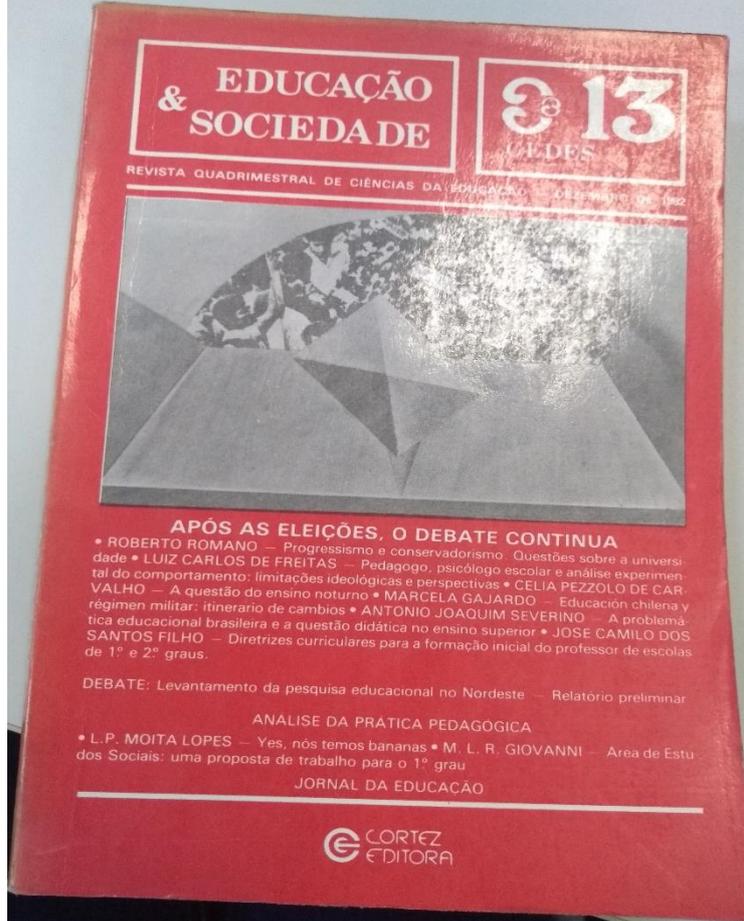


corpo, transformado em salário de fome no mercado da exploração de muitos por uns poucos. Compare-se a escola estadual da esquina com o palácio do MEC e semelhantes. Todo brasileiro paga a escola até mesmo antes de nascer, da mesma forma que todos nós pagamos a pobreza e a riqueza, da mesma é bem assim. Na verdade, há aqueles que não pagam escola, apesar de quitarem seus carnês nos caixas das escolas privadas: são aqueles que vivem da exploração do trabalho dos que se utilizam da escola pública, que por sinal não é tão pública assim!

A população não possui oportunidades reais de acesso à educação. Entendemos que o Estado tem condições de atender às necessidades do conjunto da sociedade e não o faz devido a seu caráter ilegítimo, antipopular e antidemocrático, preferindo colocar sua máquina a serviço de uma minoria privilegiada. Defendendo o ensino pago, o MEC defende a política econômica e a pretensa política social do Governo.

Esperamos que os artigos deste número sirvam de armas aos interessados. A batalha está aí.

Revista
12



REVISTA
13

trabalho parece ter tido como eixo a defesa do compromisso com a filosofia da escola pública contra a política de privatização dominante no país a nível federal e reproduzida nos estados pelos governadores indicados pelo regime autoritário, a qual é calcada sobre a exclusão da maioria da população do acesso à educação.

Julgamos que, nos estados onde as propostas foram elaboradas a partir de diagnósticos sérios sobre sua realidade educacional, talvez se tenha elementos importantes para uma análise de como se encontra atualmente o processo de privatização, cuja realidade deve variar de estado para estado.

Sabemos que esse processo atinge hoje, ao nível dos diferentes estados, dimensões muito fortes, e é no sentido de combate a essa realidade que acreditamos devam se voltar concretamente os partidos de oposição, atualmente no poder em dez estados, defendendo o sistema formal público de ensino dentro de uma concepção voltada para as classes populares, garantindo-lhes o acesso e a permanência. Deverá haver uma preocupação no sentido de se encontrar caminhos para a construção de uma estrutura escolar democrática, que combata os mecanismos de seletividade, assim como garanta o processo de participação na gestão das escolas.

Compromissos foram assumidos pelos partidos de oposição na campanha eleitoral e, entre eles, reconhecemos como o mais importante o da defesa da filosofia da escola pública. Nos dez estados onde foram eleitos partidos de oposição, os compromissos terão que ser concretizados, pois essa é a esperança e a expectativa da população que os elegeram.

Grandes questões existem para serem assumidas e o fundamental é que, na caminhada, não se percam em discussões sem importância, que tenham clareza de que terão de operacionalizar, da melhor forma, as propostas feitas na campanha.

Nessa conjuntura, quando começam a ser definidos os nomes dos secretários da Educação nos estados, e quando se vive a corrida na luta pelos cargos, que haja clareza na escolha das pessoas que julgamos devam ser representativas e que acreditamos comprometidas com a luta democrática, não apenas pelo seu discurso, mas pela sua prática. Que se combata, na escolha para os cargos, os esquemas "Clientelistas", tão criticados no partido do governo, "oportunistas" e "adesismos".

Que todo o esforço desenvolvido, pelos partidos de oposição que atualmente estão no poder, na luta contra o autoritarismo, assim como o esforço desenvolvido na campanha não se percam. Esperamos que os programas sejam operacionalizados da melhor forma e

que as eleições possam realmente significar um avanço na luta pela conquista da democracia.

Dentro desse contexto, o CEDES continua seu trabalho, procurando atuar no movimento de organização dos educadores e exercendo sua função crítica. Na sua revista são publicados textos que revelam diferentes políticas nas análises das questões educacionais e conjunturais, os quais, embora por caminhos diferentes, revelam seu compromisso com um projeto de transformação da sociedade e da educação brasileira.

Conselho Editorial

REVISTA
13



A CRÍTICA E A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO

- Heinz P. Gerhardt - Angicos/RN - A primeira experiência com o "Sistema Paulo Freire"
- Maria Laura P. Barbosa Franco, Maria Inês S. Durigan, e Marelene D. Orth - Áreas críticas e distorções do ensino do segundo grau no município de São Paulo
- Ana Maria Canesqui - Práticas pedagógicas referentes à sexualidade e à reprodução
- Roberto Jarry Richardson - Pobreza rural, desenvolvimento e educação
- Sílvia Tatiana Lane (e colab.) - Ideologia no nível individual
- DEBATES - Paolo Nosella - O compromisso político como horizonte da competência técnica
- ANÁLISE - Rosario Di Gregorio e Sílvia M. Manfredi (Introdução) - Uma experiência concreta de educação para e com os trabalhadores, na Itália
- RESENHA - Fernando C. Prestes Motta - Que outra escola?
- JORNAL DA EDUCAÇÃO - Célia Pezzolo de Carvalho e Doris Accioly e Silva - O operário faz a educação.

P
37 (05)
EDU

CORTEZ EDITORA

Revista 14

37



INDICE

EDITORIAL	3
ARTIGOS	
Angicos - Rio Grande do Norte - 1962/63. - A primeira experiência com o "Sistema Paulo Freire" Heinz Peter Gerhardt	5
Áreas críticas e distorções do ensino de II grau no Município de São Paulo Maria Laura P. Barbosa Franco Maria Inês Sarteschi Durigan Marelene Domingos Orth	35
Práticas pedagógicas referentes à sexualidade e à reprodução Ana Maria Canesqui	60
Pobreza rural, desenvolvimento e educação Roberto Jarry Richardson	71
Ideologia no nível individual Sílvia Tatiana Mauter Lane e Colab.	83
DEBATES Compromisso político como horizonte da competência técnica Paolo Nosella	91
ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA Uma experiência concreta de Educação para e com os trabalhadores na Itália Rosario Di Gregorio e Sílvia M. Manfredi (Introdução)	99
RESENHA Que otra escuela? - Gonzalo Amaya Fernando C. Prestes Motta	121
JORNAL EDUCAÇÃO Quando o operário faz a educação Célia Pezzolo de Carvalho Doris Accioly e Silva	123

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Ano V - número 14 - maio de 1983

Conselho editorial:

Cecília Azevedo Lima Collares, Elizabeth de Almeida Silveiras Pompéo de Camargo, Evaldo Amaro Vieira, Ivany Rodrigues Pino, Joaquim Brasil Fontes Júnior, Maurício Tagtenberg, Milton José de Almeida, Sandra Maria Freire.

Colaboraram neste número:

Heinz Peter Gerhardt, Maria Laura P. Barbosa Franco, Maria Inês Sarteschi Durigan, Marilene Domingos Orth, Roberto Jarry Richardson, Paolo Nosella, Rosario di Gregorio, Sílvia M. Manfredi, Fernando C. Prestes Motta, Célia Pezzolo de Carvalho e Doris Accioly e Silva.

Produção Editorial: Antonio de Paulo Silva

Capa: Jeronimo Oliveira

Ilustração da capa: Gilberto de Carvalho

Composição: Anselmo - Assessoria e Artes Gráficas

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas, e os comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Caixa Postal 6022, A. P. UNICAMP, Tel. (0192) 39-1598, 13.000 - Campinas - SP - Brasil.

Publicação, comercialização e assinaturas:

CORTEZ EDITORA E LIVRARIA
Rua Bartira, 387 - Tel.: (011) 864-0111
05.009 - São Paulo - SP.

EDITORIAL

A Educação Brasileira sempre encontrou críticos, pregando reformas capazes de atender - segundo pensavam - as necessidades do País. De reformas em reformas, escreveu-se uma História da Educação Brasileira, como se fora manancial de interpretação de leis relativas ao ensino e à organização escolar. A Filosofia da Educação, por seu turno, colocou-se como um campo de estudos em que se fixam pressupostos filosóficos, em busca da especificidade educacional. Neste sentido, ao descobrir-se a especificidade educacional, construía-se uma visão de Educação a ser utilizada neste mundo e no outro também...

Perderam-se no idealismo educacional e no discurso do "dever ser", dando a entender que a realidade jamais anda bem, em matéria de ensino. Uma certa crítica mais atual da Educação Brasileira não palmilha caminhos diferentes.

Ao contrário, rejeitando o idealismo educacional em nome da historicidade, esta crítica mais atual a esquece logo após o primeiro parágrafo. Muitas das manifestações desta nova crítica educacional tornam-se meras receitas pedagógicas, estranhas a qualquer movimento da vida. Confundem a história da receita com a receita da história! Como críticos da Educação Brasileira, responsáveis por já ampla produção intelectual sobre matéria educacional nos dias de hoje, vários deles acabam em elegias ao idealismo. Apenas aparentemente ligam-se aos sacrifícios e aos embates da maioria da população brasileira.

Não há razão por que se assustar com a prática expressa por muitos educadores, sobretudo diante da crítica situação do Brasil, mesmo por quem se acha progressista. Desconhecendo geralmente o processo histórico do País, agem autoritariamente em nome da liberdade, misturam autoridade com disciplina, e são libertários da boca para fora. O conservadorismo no Brasil, inclusive o pedagógico, não possui limites, a bem da verdade. Mas, não é menos verdade que seus opositores, por vezes, não lhe são superiores: vivem a propagar a liberdade de impor.

A crítica pela crítica comprova que a realidade educacional está errada, mas tal crítica se esgota aí mesmo. É imprescindível uma crítica que fuja ao radicalismo da classe média intelectualizada, e que repile o irracionalismo. É imprescindível uma crítica que exponha sinceramente *alternativas* aos problemas, de forma clara e simples, pondo uma luz na escuridão da Educação Brasileira, se não for possível iluminá-la por inteiro.

A prática educacional não pode viver de mitos, ou melhor, não pode "ser da legião dos grandes mitos, transformando a juventude num exército de aflitos", como diz a canção. A prática educacional, ao contrário, precisa repousar-se *na verdade dos atos concretos*. Qualquer que seja o nível intelectual dos alunos e dos professores, dos mais humildes aos mais sofisticados, somente o exemplo dos atos coerentes com as palavras ditas em classe figura como a autêntica prática do ensino crítico, essência da Educação Libertária.

Fora disto, o resto consiste em preciosismos das técnicas pedagógicas, valiosas mas não fundamentais. O sério momento de crise, por que passam o Estado e a Sociedade no Brasil, peculiar em nossa História, está a exigir cada vez mais rapidamente que o ensino crítico ponha na mesa de discussões um conjunto de legítimas alternativas e que este ensino inspire a coragem dos atos verdadeiros em Educação.

Revista
14

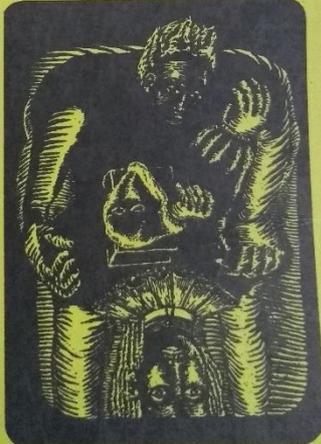
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE

CEDES 15

REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO — AGOSTO DE 1983

PENSAR A EDUCAÇÃO É PENSAR A SOCIEDADE

• José Manoel de Aguiar Barros — A ILUSÃO OPERÁRIA NO PARAÍSO DO DIREITO • Betty Oliveira — APRENDENDO A SER EDUCADOR TÉCNICO + POLÍTICO • Remy Fontana — GOVERNO AMIN — UM VOTO DE CONFIANÇA • Raquel P. Chainho Gandini — A DIDÁTICA DO ESQUECIMENTO • Lúcia M. Wanderley Neves — O ESTADO E A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO • Luiz Antonio Cunha — A REFORMA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA VISTA DE DENTRO • Rita Maria R. de Carvalho — DEMOCRACIA, ESTADO E PENSAMENTO AUTORITÁRIO NO BRASIL • DEBATES — Dermeval Saviani — COMPETÊNCIA POLÍTICA E COMPROMISSO TÉCNICO • Eliane Barreto, Mariana Gritz, Suzana Vieira e Vera Pagliari — A INTERAÇÃO TERAPEUTA-PACIENTE EM CONTEXTO DE TERAPIA FONOAUDIOLÓGICA • ANÁLISE — Tânia Maria Piacentini — LITERATURA E ENSINO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES • RESENHAS — Antonio Rosa — EDUCAÇÃO E LUTA DE CLASSES • Francisco Fernandes Cortez — ORELLANA, LA ASAMBLEA EN LA ESCUELA • JORNAL DA EDUCAÇÃO — Moacyr de Góes — RESGATA-SE A MEMÓRIA DOS ANOS 60.



P
37(05)
EDU

CORTEZ EDITORA

Sumário

EDITORIAL	3
ARTIGOS	
A ilusão operária no paraíso do direito	5
José Manoel de Aguiar Barros	
Aprendendo a ser Educador Técnico + Político	20
Betty Oliveira	
Governo Amin — Um voto de desconfiança — A "Opção pelos pequenos" como meio de realizar a política dos grandes	32
Remy Fontana	
A Didática do esquecimento	61
Raquel Pereira Chainho Gandini	
O Estado e a privatização do ensino — Mecanismos de Sustentação da Empresa Privada de Ensino	66
Lúcia Maria Wanderley Neves	
A Reforma da Universidade Brasileira vista de dentro	75
Luiz Antonio Cunha	
Democracia, Estado e pensamento autoritário no Brasil	89
Rita Maria Ribeiro de Carvalho	
DEBATES	
Competência Política e Compromisso Técnico ou (o pomo da discórdia e o fruto proibido)	111
Dermeval Saviani	
A Interação Terapeuta-paciente em contexto de terapia fonoaudiológica	144
Eliane Martins Paes Barreto	
Marina Gritz	
Suzana Magalhães Maia Vieira	
Vera Lúcia Figueiredo Pagliari	
ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Literatura e Ensino: algumas considerações	157
Tânia Maria Piacentini	
RESENHA	
Educação e Luta de Classes	163
Antonio Rosa	
Orellana, La Asamblea en la Escuela	167
Fernando C. Prestes Motta	
JORNAL EDUCAÇÃO	
Resgata-se a memória dos anos 60.	171
Moacyr de Góes	

ISSN — 0101 — 7330
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE
REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Ano V — número 15 — agosto de 1983.

Conselho editorial:

Cecília Azevedo Lima Collares, Elizabeth de Almeida Silveira Pompéo de Camargo, Evaldo Amaro Vieira, Ivany Rodrigues Pino, Joaquim Brasil Fontes Júnior, Maurício Tragtenberg, Milton José de Almeida, Sandra Maria Freire.

Colaboraram neste número:

José Manoel de Aguiar Barros, Betty Oliveira, Remy Fontana, Raquel Pereira Chainho Gandini, Lúcia Maria Wanderley Neves, Luiz Antonio Cunha, Rita Maria R. de Carvalho, Dermeval Saviani, Eliane Martins Paes Barreto, Marina Gritz, Suzana Magalhães Maia Vieira, Vera Lúcia Figueiredo Pagliari, Tânia Maria Piacentini, Antonio Rosa, Francisco Fernandes Cortez e Moacyr Góes.

Produção Editorial: Antonio de Paulo Silva

Capa: Jerônimo Oliveira

Ilustração da capa: Gilberto de Carvalho

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas, e os comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Caixa Postal 6022, A.P. UNICAMP, Tel. (0192) 39-1598, 13.100 — Campinas — SP — Brasil.

Publicação, comercialização e assinaturas:

CORTEZ EDITORA E LIVRARIA
Rua Bartina, 387 — Tel.: (011) 864-0111
05.009 — São Paulo — SP.

Impresso no Brasil
1983

Editorial

Podem parecer que a frase "Pensar em educação é pensar a sociedade" se constitua em grande obviedade. Porém, a análise das reflexões que os educadores de todo o país têm feito sobre a questão pedagógica nos faz reavivar a afirmação acima e, recolocar a discussão sobre a preocupação que deve ser central para os educadores — "Qual é o objeto da questão educacional?"

Dizemos que o objeto é político e que a ação pedagógica deve ser orientada por um claro posicionamento ideológico é novamente, usarmos frases de há muito repetidas; mas, é sobre elas que queremos iniciar a discussão.

Quando focalizamos a educação como um processo amplo não podemos deixar de lado a análise das relações sociais, da constituição de tais relações, da sua institucionalização, enfim, do todo refletido na normatização estatal e, dos valores contidos nas reivindicações da sociedade.

E, é isto o que acontece?

O que temos é um conjunto de educadores falando de "educação e política" como se educação existisse e pudesse ser "feita" sem que o educador esteja voltado para a universalidade de sua ação, não só estando informado sobre os temas que interessam a toda sociedade mas, sobre eles também discutindo, se posicionando e, orientando, sua ação pedagógica que, aí sim, será efetivamente "política", tomando a própria educação o espaço de reflexão dos problemas sociais.

Como se falar em educação e não se colocar o problema da Justiça?

Como se falar em "direito à escolarização" sem discutir os princípios que orientam o Direito na sociedade brasileira?

As questões acima apenas iniciam a discussão política da educação em termos mais amplos. Estamos colocando novos questionamentos para os educadores, ampliando suas preocupações e, esperamos, ajudando a orientar a discussão educacional segundo um critério político mais abrangente, mais real, desencadeador de uma ação transformadora efetiva.

PENSAR A EDUCAÇÃO É PENSAR A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

• Marluce Medeiros - ORGANIZAÇÃO RACIONAL DO TRABALHO E EDUCAÇÃO • Maria Aparecida da Silva - O CURRÍCULO DE 2º GRAU E A ESTRUTURA SOCIAL BRASILEIRA • Maria de Lourdes A. Fávero - UNIVERSIDADE: poder e participação • Maria Alice L. G. Nogueira - A GÊNESE DA ESCOLA PÚBLICA • Regina Helena F. Campos - A FUNÇÃO SOCIAL DO PSICÓLOGO • Eglê Pontes Franchi - A NORMA ESCOLAR E A LINGUAGEM DA CRIANÇA • ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA - Nivalde José de Castro - EXPERIÊNCIA DE CURSO DE INTRODUÇÃO À ECONOMIA • L. Hasenclever, Maria B. Levy, Maria José C. Monteiro, Nivalde J. de Castro - INTEGRAÇÃO INTER-DEPARTAMENTAL NO ENSINO • Vários autores - A UNIDADE ESCOLAR DE AÇÃO COMUNITÁRIA DO VALE DO RIBEIRA • JORNAL DA EDUCAÇÃO - Waldemar Rossi - QUANDO O TRABALHADOR EDUCA • DEBATES - Milton José de Almeida - O ENSINO PÚBLICO NÃO É NEM PÚBLICO NEM GRATUITO • Eni Pulcinelli Orlandi - A ESCOLA E SUAS MEDIÇÕES • João Carlos Canuto - A EXTENSÃO RURAL NUMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO POPULAR • RESENHAS - Eloísa de Mattos Hofling - PEDAGOGIA RADICAL: Subsídios • Nelson Carvalho Marcellino - LIBERALISMO, TECNOCRACIA E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL NO BRASIL • Omar de Paulo Morad - A UNIVERSIDADE DA COMUNHÃO PAULISTA • Lígia Averback - USOS E ABUSOS DA LITERATURA NA ESCOLA



CORTEZ EDITORA

SUMÁRIO

Revista 16

Editorial	3
ARTIGOS	
Organização racional do trabalho e educação	5
Marluce Medeiros	
O Currículo de 2.º Grau e a estrutura social brasileira	27
Maria Aparecida da Silva	
Universidade: poder e participação	42
Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero	
A gênese da escola pública — elementos para uma economia política da educação	62
Maria Alice L. G. Nogueira	
A função do Psicólogo	74
Regina Helena de Freitas Campos	
A norma escolar e a linguagem da criança	85
Eglê Pontes Franchi	
ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Experiência de curso de Introdução à Economia	103
Nivalde José de Castro	
Integração interdepartamental no ensino: Uma experiência de introdução à economia	106
Lia Hasenclever	
Maria Bárbara Levy	
Maria José Cynlar Monteiro	
Nivalde José de Castro	
A Unidade Escolar de ação comunitária do Vale do Ribeira	113
Vários Autores	
JORNAL DA EDUCAÇÃO	
Quando o trabalhador educa	127
Waldemar de Rossi	
DEBATES	
O Ensino público não é nem público nem gratuito	133
Milton José de Almeida	
A Escola e suas medições: como se usa o material didático	138
Eni Pulcinelli Orlandi	
A extensão rural numa perspectiva de educação popular	146
João Carlos Canuto	
RESENHAS	
Pedagogia Radical: Subsídios	151
Eloísa de Mattos Hofling	
Liberalismo, Tecnoocracia e Planejamento Educacional no Brasil	154
José Silvério Baía Horta	
A Universidade da Comunhão Paulista	159
Irene Cardoso	
Usos e Abusos da Literatura na Escola	164
Mariza Lajolo	

P 37603
EDU

ISSN — 0101 — 7330
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE
REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Ano V — número 16 — dezembro de 1983

Conselho editorial:

Cecília Azevedo Lima Collares, Elizabeth de Almeida Silveiras Pompéo de Camargo, Evaldo Amaro Vieira, Ivany Rodrigues Pino, Joaquim Brasil Fontes Junior, Maurício Tragtenberg, Milton José de Almeida, Sandra Maria Freire.

Colaboraram neste número:

Marluce Medeiros, Maria Aparecida da Silva, Maria de Lourdes de Albuquerque Fávero, Maria Alice L. G. Nogueira, Regina Helena de Freitas Campos, Eglê Pontes Franchi, Nivalde José de Castro, Lia Hasenclever, Maria Bárbara Levy, Maria José Cynlar Monteiro, Luíza Alonso da Silva, Líbia de Mattos Bueno Dantas, Eronílides dos Santos, Lilaz de Paula Silva, Odília Amélia Veiga, Ednei de Andrade Fontes, Idalina Aparecida Cardoso, Juvelina de Souza Pereira, Maria Benedita Lopes, Maria Elisa, Aparecida Barco Soles Huet, Waldemar Rossi, Milton José de Almeida, Eni Pulcinelli Orlandi, João Carlos Canuto, Eloísa de Mattos Hofling, Nelson Carvalho Marcellino, Omar de Paulo Morad, Lígia Averback.

Produção editorial: Antonio de Paulo Silva.

Capa: Jerônimo Oliveira.

Ilustração de capa: Milton José de Almeida.

Revisão: Alexandre Severiano de Faria e Maria Clara de Faria.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas, e os comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos de Educação e Sociedade (CEDES), Caixa Postal 6022, A.P. UNICAMP. Tel.: (0192) 39-1598, 13.100 — Campinas-SP — Brasil.

Publicação, comercialização e assinaturas:

CORTEZ EDITORA E LIVRARIA
Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111
05.009 — São Paulo-SP.

Impresso no Brasil
1983

Editorial

Revista 16

As eleições diretas movimentam o país. Camisetas e faixas. Os artistas se pronunciam. Pessoas na rua e políticos na televisão e no rádio falam diariamente no assunto. A maioria sem poder apóia, a minoria no poder nega e segura aquilo que parece ser o caminho natural de uma democracia: eleições diretas para tudo e principalmente para o poder supremo. O problema político iluminado de tal forma como está sendo enganado e esconde. A democracia do voto só pode existir na democracia de todas as partes importantes da sociedade. E a democracia econômica não deve vir antes? Povo mal alimentado, miséria e violência na cidade e no campo, o país afundado e arrasado na e pela economia mundial, o capital financeiro mandando e desmandando, a corrupção não punida, escândalos abafados, a exploração desumana do trabalhador no arraso do desemprego, o mercado da saúde em mão de empresas interessadas somente na doença que rende lucros para o exterior, a educação atolada no brejo na ausência de verbas e da incultura oficial. Enfim, tantos problemas que atormentam todos há tanto tempo não mereceram a união e o empenho dos partidos políticos como agora acontece quando se lança a campanha pelas eleições diretas com todo aparato mercadológico, comunicação em massa, manchetes diárias nos jor-

nais, e até se espera que em alguma novela da TV haja personagens discutindo o assunto.

Os problemas básicos são sempre levantados como promessas de solução nas campanhas eleitorais. Afundados na burocracia da permanência no poder, nas concessões prometidas, os partidos, após usarem a miséria e o desencanto da população como mola de eleição, passam discutir a si próprios, no falso movimento de uma locomotiva emperrada e soltando fumaça. Por que não movimentam a população com todo esse aparato de agora para uma verdadeira revolução econômica, para derrubar o modelo econômico tão abominado em discursos, para deslocar os donos ilegítimos do poder? Por que não movimentam a população para a construção de uma sociedade que não seja um mercado de miséria para a exploração nacional e mundial? Por que não movimentam a sociedade para que haja educação verdadeira para todos e não planos e palavras no papel e acabem as carteiras vazias nas escolas e escolas vazias de carteiras e alunos que não podem chegar a elas porque a inanição emperra suas pernas? Pode uma população esfomeada, analfabeta e desnutrida dar passos firmes para chegar até a urna e colocar seu voto direto? Podemos imaginar que para as próximas eleições o povo será levado de ambulância e muletas até os postos de votação. Eleições diretas agora e sempre, não se discute, são importantes e briguemos por elas. Mas não esqueçamos que elas são consequência da democracia alimentar, educacional, da saúde, do bem-estar e acesso à cultura. Na inversão de causa e consequência, os partidos se acovardam nas lutas profundas, se enredam nas disputas internas, se diluem na conciliação. Repentinamente se unem, após o presidente ter dito uma frase solta na África, amornam divergências e histórias recentes. Afinal, a luta pelo poder sempre une. Esquecem que a luta efetiva contra a miséria e a economia selvagem atual é o caminho direto para as diretas. A luta pela democracia na educação é caminho também.

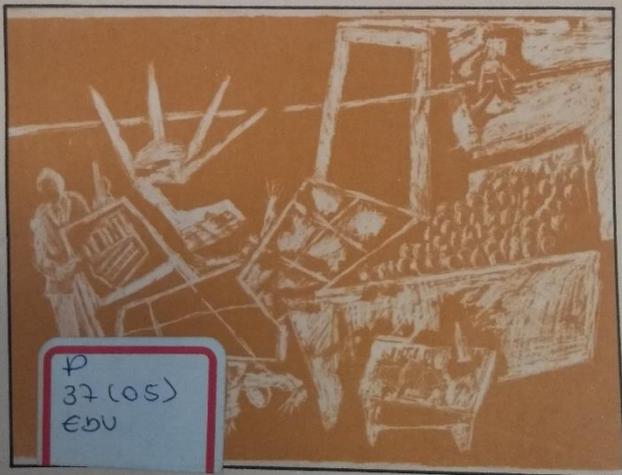
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE



REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO — ABRIL DE 1984

EDUCAR É PRECISO

• Doris Accioly e Silva — JEAN PAUL SARTE: O marxismo numa leitura libertária • Maria de Lourdes Manzini Covre — TECNOCRACIA E EDUCAÇÃO: Recursos humanos e direitos sociais • Elza Nadai — O PROJETO REPUBLICANO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO • José Eustáquio Romão — MATERIALISMO DIALETICO E PSICANÁLISE • Venício A. de Lima — QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA EDUCAÇÃO POPULAR • ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA • Olavo de Faria Galvão — REFLEXÕES SOBRE A UNIVERSIDADE E A ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS • Zélia Domingues Mediano — A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE PRÁTICA DE ENSINO • DEBATES — ATITUDE QUE UM EDUCADOR NÃO DEVE TOMAR • Gilberto de Carvalho — POEMA DEDICADO A TODA UNIVERSIDADE BURGUESA • RESENHAS — Alceu de Mello Viana — 1930 — O SILÊNCIO DOS VENCIDOS • Nelson Carvalho Marcelino — FUNDAMENTOS ESTÉTICOS DA EDUCAÇÃO • Lázaro José Donadelli — SOBRE EDUCAÇÃO, POLÍTICA E SINDICALISMO • JORNAL DA EDUCAÇÃO — III CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO.



P
37 (05)
EBU

CORTEZ EDITORA

SUMÁRIO

Editorial	3
ARTIGOS	
Jean Paul Sartre: O marxismo numa leitura libertária Doris Accioly e Silva	5
Tecnocracia e Educação: "Recursos humanos" e "direitos sociais" Maria de Lourdes Manzini Covre	51
O Projeto Republicano de Educação Superior e a Universidade de São Paulo Elza Nadai	91
Materialismo Dialético e Psicanálise José Eustáquio Romão	107
Questões Fundamentais da Educação Popular Venício A. de Lima	114
ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Reflexões sobre a universidade e a alfabetização de adultos Olavo de Faria Galvão	127
A formação do professor de prática de ensino Zélia Domingues Mediano	138
DEBATES	
Atitude que um educador não deve tomar Gilberto de Carvalho	149
Poema dedicado à toda universidade burguesa Gilberto de Carvalho	151
RESENHAS	
1930 — O Silêncio dos Vencidos Edgar De Decca	153
Fundamentos Estéticos da Educação João Francisco Duarte Júnior	156
Sobre Educação, Política e Sindicalismo Maurício Tragtemberg	160
JORNAL DA EDUCAÇÃO	
III Conferência Brasileira de Educação	164

COMPRA
Revista 17

Universidade Federal de Goiás
Biblioteca Setorial do Campus I
Seção de Periódicos

ISSN — 0101 — 7330

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE

REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO

Ano VI — número 17 — abril de 1984

Conselho editorial:

Cecília Azevedo Lima Collares, Elizabeth de Almeida Silveiras Pompéo de Camargo, Evaldo Amaro Vieira, Ivany Rodrigues Pino, Joaquim Brasil Fontes Júnior, Maurício Tragtemberg, Milton José de Almeida, Sandra Maria Freire.

Colaboraram neste número:

Doris Accioly e Silva, Maria de Lourdes Manzini Covre, Elza Nadai, José Eustáquio Romão, Venício A. de Lima, Olavo de Faria Galvão, Zélia Domingues Mediano, Gilberto de Carvalho, Alceu de Mello Viana, Nelson Carvalho Marcelino.

Produção editorial: Antonio de Paulo Silva.

Capa: Jerônimo Oliveira.

Ilustração de capa: Milton José de Almeida

Revisão: Wilson F. Ramos

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas, e os comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Caixa Postal 6022, A. P. UNICAMP. Tel.: (0192) 39-1598, 13.100 — Campinas-SP — Brasil.

Publicação, comercialização e assinaturas:

CORTEZ EDITORA E LIVRARIA
Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111
05.009 — São Paulo-SP.

Impresso no Brasil

1984

EDITORIAL

EDUCAR É PRECISO. Esta frase, propositalmente, lembra "Navegar é preciso". Navegar e educar, duas ações, duas políticas, dois trabalhos, dois impulsos, humanos, bonitos, fundamentais. Levar pessoas, nós mesmos, partir juntos, por águas diversas, chegar em portos, juntar outras pessoas. Novamente partir. Navegar é ir ao encontro, educar é transformar esse encontro em porto geral, onde navegantes de mares e rios, claros, turvos, falam e constroem o cais, a vida, combinam novas partidas. Mares e rios jogam, à frente de navegantes inquietos, suas águas tumultuadas. Outros trabalham a tranquilidade do porto, a paz aparente de uma enseada. Navegar mares e rios, transformar suas águas, palavras e coisas desconhecidas em paisagens conhecidas, cidades e homens de verdade é trabalho de instrumentos e fazer pensar durante as pausas nos portos, encontro de iguais para viagens diferentes. Nos portos se pensam os movimentos das águas e do tempo. Têm-se a impressão de alguma regularidade nesses movimentos, a vaidade das previsões. Nas águas de rios e mares o imprevisível se faz de regular e as águas e o tempo mostram verdades em seus intervalos, breves, de paz. As verdades dos portos são seres aprisionados de mares bravios e difíceis, são brilhos de noites marinhas e profundas.

Em tempos de iniquidades, torpezas, injustiças, crises econômicas, de caráter, de humanidade, miséria material e cultural, enfim, nestes tempos do Brasil de hoje, o ensino, as escolas, não estão em porto seguro. Águas escuras, odores suspeitos rodeiam-nas. Algumas já foram invadidas, navegantes mortos. Outras re-

Revista 17

Universidade Federal de Goiás
Biblioteca Setorial do Campus I
Seção de Periódicos

sistem com barreiras de pedras e idéias. Estas mostram que para a Educação, numa sociedade em clima de violência civil, miséria de todos e riqueza de poucos, o porto tranqüilo é uma ilha da ficção oficial. Marinheiros que acreditam na navegação sabem que, hoje, ainda, não é hora do porto tranqüilo, sabem que a hora é de enfrentar as águas difíceis dos rios e mares da sociedade a ser transformada. Os navegantes, educadores, hoje, sabem que a hora é da escola ser porto-navegante. Enfrentar o clima hostil com instrumentos já comprovados do passado, mas, e principalmente, com instrumentos novos, construídos com as mãos de todos durante esse navegar humano nos barcos da Educação.

Em outubro, acontece a III Conferência Brasileira de Educação, organizada pela ANDE, ANPED e CEDES. Essa III CBE pretende ser um porto geral para que educadores de todo o Brasil se encontrem, troquem instrumentos, contem suas viagens e discutam novas rotas. O local é Niterói, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, à beira do mar da Guanabara. É o encontro mais importante de educadores brasileiros. Informações podem ser conseguidas junto às entidades organizadoras. Hoje, mais do que nunca, "educar é preciso".

Revista
17

EDUCAÇÃO: Educar — saber — resistir — lutar

• Vanilda Paiva — PEDAGOGIA E LUTA SOCIAL NO CAMPO PARAIBANO • Milton José de Almeida — INFORMÁTICA E SEGURANÇA NACIONAL: profetas do novo viver fascista • Luís Alfredo Galvão — CIÊNCIA, ÉTICA E POLÍTICA • Agueda Bernardete Uhle — O ISOLAMENTO SOCIAL DA UNIVERSIDADE • Roberto Lyra Filho — MARX E O DIREITO • José Wellington Germano — ACERCA DOS CONCEITOS DE MODO DE PRODUÇÃO E FORMAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL • ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA • Marisa Ramos Barbieri — A CIÊNCIA FEITA EM CASA • Marisa Ramos Barbieri, Zilma M. Ramos de Oliveira e Maria Lúcia Gilberti — DOZE ANOS DE PRÁTICA DE ENSINO • DEBATES • Cecília Montag Hirschzon e Melany Copit — PSICANÁLISE E PAULO FREIRE • RESENHAS • Eleutério Pinotti — A USAID E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA • Maria Cristina da Silva — CULTURA POPULAR — da livre expressão à repressão.



CORTEZ EDITORA

SUMÁRIO

Editorial	3
ARTIGOS	
Pedagogia e luta social no campo paraibano	5
Vanilda Paiva	
Informática e Segurança Nacional: profetas do novo viver fascista	57
Milton José de Almeida	
Ciência, Ética e Política	68
Luís Alfredo Galvão	
O isolamento social da universidade	90
Agueda Bernardete Uhle	
Marx e o Direito	97
Roberto Lyra Filho	
Acerca dos conceitos de modo de produção e formação econômico-social	116
José Wellington Germano	
ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
A ciência feita em casa	139
Marisa Ramos Barbieri	
Doze anos de prática de ensino	144
Marisa Ramos Barbieri	
Zilma M. Ramos de Oliveira	
Maria Lúcia Gilberti	
DEBATES	
Psicanálise e Paulo Freire	153
Cecília Montag Hirschzon	
Melany Copit	
RESENHAS	
A USAID e a Educação Brasileira — José de Oliveira Arapiraca	163
Eleutério Pinotti	
Cultura Popular: da livre expressão à repressão — Antonio Augusto Arantes	165
Maria Cristina da Silva	

Revista 18

ISSN — 0101 — 7330
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE
REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Ano VI — número 18 — agosto de 1984

Conselho editorial:

Cecília Azevedo Lima Collares, Elizabeth de Almeida Silveiras Pompéo de Camargo, Evaldo Amaro Vieira, Ivany Rodrigues Pino, Joaquim Brasil Fontes Júnior, Maurício Tragtemberg, Milton José de Almeida, Sandra Maria Freire.

Colaboraram neste número:

Vanilda Paiva, Milton José de Almeida, Luís Alfredo Galvão, Agueda Bernardes Uhle, Roberto Lyra Filho, José Wellington Germano, Marisa Ramos Barbieri, Zilma M. Ramos de Oliveira, Maria Lúcia Gilberti, Cecília Montag Hirschzon, Melany Copit, Eleutério Pinotti e Maria Cristina da Silva.

Produção editorial: Antonio de Paulo Silva.

Capa: Jerônimo Oliveira.

Ilustração de capa: Gilberto de Carvalho

Revisão: José Garcia Filho.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas, e os comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Caixa Postal 6022, A. P. UNICAMP. Tel.: (0192) 39-1598, 13.100 — Campinas-SP — Brasil.

Publicação, comercialização e assinaturas:

CORTEZ EDITORA E LIVRARIA
Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111
05.009 — São Paulo-SP.

Impresso no Brasil
1984

EDITORIAL

Um país em que vigora parcialmente uma “democracia representativa” na qual não podemos, nós, o povo, escolher nossos mais altos representantes. Um país em que elegemos apenas aqueles que elegerão o que nos comandará. Digamos que é uma tropical democracia na grande caserna que é esse país.

A partir desse colocar de coisas, que prioridades são dadas na organização social? Basta olharmos o orçamento nacional. A parcela de recursos destinada às Forças Armadas e Órgãos de Segurança supera, em muito, à atribuída à Educação e Saúde.

Um país que trata seus professores com o descaso com que vêm sendo premiadas as Universidades Federais, não pode ser honesto.

Todos os empresários são obrigados por lei, a reajustar semestralmente os salários de seus empregados mas, o governo que “representa” a sociedade, está isento dessa obrigatoriedade. O funcionário estatal, porém, está sujeito a pagar os aumentos semestralmente e a enfrentar a inflação sempre crescente.

Seria esperado de um educador que, ao menos, não fosse refratário ao diálogo mas, a posição da sra. Ministra da Educação, quando os professores reivindicam seus salários mais justos e maiores verbas para atender aos alunos, é a de declarar a paralização de atividades ilegal!

Revista 18

Ora, ilegal é o fato de não ser destinada verba para que o trabalho educacional seja condignamente realizado!

Só podemos ficar perplexos ante tal insensibilidade de alguém que se diz educador e, lamentar lutarmos por educação num país em que os objetos principais são os de "manter a segurança nacional" e pagar uma dívida (que o povo não contraiu) mesmo que custe nossa soberania.

Realmente, não é que não sejamos um país honesto, o fato é que para sermos país precisamos ter governantes que ajam dignamente. Ou será que temos o que merecemos por aceitarmos sempre, dando um "jeitinho brasileiro"?

Em que educação acreditamos?

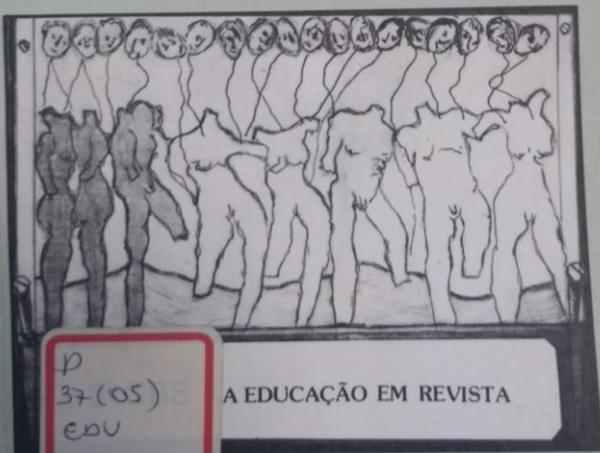
Somos educadores (?) pretendendo realizar uma tarefa política e social?

Este é um momento de séria reflexão e, mais que discursos, é hora de ação!

Unamo-nos e arregacemos as mangas que a tarefa que nos espera é a de não transigir e, de construir um país digno do nome!

Revisão
18

• Paulo Nosella - ASPÉCTOS TEÓRICOS DA PESQUISA EDUCACIONAL • Carlos Rodrigues Brandão - OS CAMINHOS CRUZADOS • Sonia Aparecida A. Marrach - VISÃO DE MUNDO DOS FERROVIÁRIOS APOSENTADOS • Antonio Faundez - NOTAS SOBRE A CULTURA ORAL, A CULTURA ESCRITA E O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NAS ILHAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE • Silvio A. Sánchez Gamboa - ALTERNATIVAS METODOLÓGICAS EM EL EJERCICIO DE LA INVESTIGACION EDUCATIVA • Maria Nobre Damasceno - A PRÁTICA EDUCATIVA POPULAR DA IGREJA E AS DIFICULDADES DESTA EM LIDAR COM A DIFERENCIAÇÃO ECONÔMICA DO CAMPESINATO • ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA - Elza Nadai - O ENSINO DE HISTÓRIA NO 2º GRAU • DEBATES - May Guimarães Ferreira e Maria de Fátima Costa Félix - COMO AMPLIAR O ESPAÇO POLÍTICO DAS FACULDADES DE EDUCAÇÃO DA REGIÃO NORTE? • Vanilda Paiva - OS 50 ANOS DO GOVERNO PEDRO ERNESTO



P
37(05)
EDU

A EDUCAÇÃO EM REVISTA

CORTEZ EDITORA

Revista 19

COMPRA

Handwritten signature

SUMÁRIO

Editorial	3
ARTIGOS	
Aspectos teóricos da pesquisa educacional: da metafísica ao empírico, do empírico ao concreto	5
Paolo Nosella	
Os caminhos cruzados	21
Carlos Rodrigues Brandão	
Visão do mundo dos ferroviários aposentados e seu mundo	46
Sonia Aparecida Alem Marrach	
Notas sobre a cultura escrita e o processo de alfabetização nas Ilhas de São Tomé e Príncipe	73
Antonio Faundez	
Alternativas metodológicas em el ejercicio de la investigación eucativa: un análisis epistemológico	91
Silvio A. Sánchez Gamboa	
A prática educativa popular da igreja e as dificuldades desta em lidar com a diferenciação econômica do campesinato	112
Maria Nobre Damasceno	
Análise da prática pedagógica - O ensino de História no 2º grau: Problemas, deformações e perspectivas	134
Elza Nadai	
DEBATES	
Como ampliar o espaço político das faculdades de educação da região norte?	147
May Guimarães Ferreira	
Maria de Fátima Costa Félix	
Os 50 anos do governo Pedro Ernesto	157
Vanilda Paiva	

ISSN — 0101 — 7330
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE
REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Ano VI — número 19 — agosto de 1984

Conselho editorial:

Cecilia Azevedo Lima Collares, Elizabeth de Almeida Silveiras Pompéo de Camargo, Evaldo Amaro Vieira, Ivany Rodrigues Pino, Joaquim Brasil Fontes Júnior, Mauricio Tragtemberg, Milton José de Almeida, Sandra Maria Freire,

Colaboram neste número:

Paolo Nosella, Carlos Rodrigues Brandão, Sonia Aparecida Alem Marrach, Antonio Faundez, Silvio A. Sánchez Gamboa, Maria Nobre Damasceno, Elza Nadai, May Guimarães Ferreira, Maria de Fátima Costa Félix, Maria de Lourdes M. Covre e Vanilda Paiva.

Coordenação editorial: Antonio de Paulo Silva.

Produção editorial: José Garcia Filho.

Ilustração e capa: Milton José de Almeida.

Revisão: Osvaldo Lopes Filho.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas, e os comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Caixa Postal 6022, A. P. UNICAMP. Tel.: (0192) 39-1598, 13.100 — Campinas - SP — Brasil.

Publicação, comercialização e assinaturas:

CORTEZ EDITORA E LIVRARIA
Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111
05009 — São Paulo - SP.

Impresso no Brasil
1984

Revista 19

EDITORIAL

Este Editorial é uma homenagem à esperança e à confiança nos educadores brasileiros; pessoas que, trabalhando em educação dentro das enormes dificuldades que se apresentam desde a escolinha perdida no meio da Amazônia, até a escola perdida no meio do concreto das grandes cidades, hoje, nesse mês de outubro da vida brasileira, encontram alento para virem até Niterói trocar palavras que verbalizarão as mil facetas que concretizam o trabalho complexo chamado educação.

O editorial, hoje, é o acontecimento vivo, político, humano da educação brasileira, revista nas vozes que participam da III Conferência de Educação, em Niterói.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE 20

Revista Quadrimestral de Ciências da Educação - Jan./Abril de 1985

MUDANÇA OU TRANSFORMAÇÃO?



P 37(05)

v. 7 n. 20 1985

EDU



1645890

Educação & sociedade

CORTEZ EDITORA

CEDES

SUMÁRIO

Editorial	3
ARTIGOS	
Manifesto aos participantes da II Conferência Brasileira de Educação	5
Saúde escolar e merenda: desvios do pedagógico?	5
Cecília Azevedo Lima Collares	
Maria Aparecida Affonso Moysés	
Gerson Zanetta de Lima	10
Ensino Supletivo	
Sérgio Haddad	22
Relações de poder na escola	
Maurício Tragtenberg	40
Desacertos da Educação — o professor e o ensino rural	
Maria Aparecida de Queiroz	46
Teorias da diferença e teorias do déficit: os programas de intervenção na pré-escola e na alfabetização	
Cláudia T. G. de Lemos	75
A cidadania em livros didáticos de estudos sociais	
Eloisa de Mattos Hofling	90
Burocracia: Estrutura de Dominação ou Submissão?	
Aldemir Gracelli	94
O reino do crime	
José Manoel de Aguiar Barros	102
DEBATES	
Os vinte anos de regime autoritário e sua influência na Universidade brasileira	
Maria Arleth Pereira	115
Treinamento: a Política da Servidão	
Milton José de Almeida	115
ANÁLISE	
Uma proposta política de ensino de matemática	
Ana Maria Beltrame	
Eleni Bisognin	
Ilda Righi Damke	
Irineu Magnago	
Vanilde Bisognin	133
Recriando o ábaco e o sistema de numeração	
Newton Duarte	141
JORNAL DA EDUCAÇÃO	
O 1.º Congresso Regional de Educação de Campinas - APEOESP	158
RESENHA	
Repensando a História	
Evaldo Vieira	161

Revista 20 40 a 45 - Sivas DOAÇÃO

IMPORTANTE NÃO RASQUE NÃO ARRANQUE FOLHAS Você é Responsável por este Livro pesquise Fácil Locadora de Livros

ISSN — 0101 — 7330
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE
REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Ano VII — número 20 — abril de 1985

Conselho editorial:
Cecília Azevedo Lima Collares, Elizabeth de Almeida Silveiras Pompéo de Camargo, Evaldo Amaro Vieira, Ivany Rodrigues Pino, Joaquim Brasil Fontes Júnior, Maurício Tragtenberg, Milton José de Almeida, Sandra Maria Freire.

Colaboraram neste número:
Cecília Azevedo Lima Collares, Maria Aparecida Affonso Moysés, Gerson Zanetta de Lima, Sérgio Haddad, Maurício Tragtenberg, Maria Aparecida de Queiroz, Cláudia T. G. de Lemos, Eloisa de Mattos Hofling, Ademir Gracelli, José Manoel de Aguiar Barros, Maria Arleth Pereira, Milton José de Almeida, Ana Maria Beltrame, Eleni Bisognin, Ilda Righi Damke, Irineu Magnago, Vanilde Bisognin, Newton Duarte, Evaldo Vieira.

Coordenação editorial: Antonio de Paulo Silva.
Produção editorial: José Garcia Filho.
Ilustração de capa: Francisco Ortiz de Carvalho.
Arte de capa: Paulo Leite.
Revisão: José Eduardo Andrade.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE aceita colaboração, reservando o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas, e os comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Caixa Postal 6022, A. P. UNICAMP. Telefone: (0192) 39-1598, 13100 — Campinas - SP — Brasil.

Publicação, comercialização e assinaturas:
CORTEZ EDITORA E LIVRARIA
Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111
05009 — São Paulo - SP.

Impresso no Brasil
1985

EDITORIAL

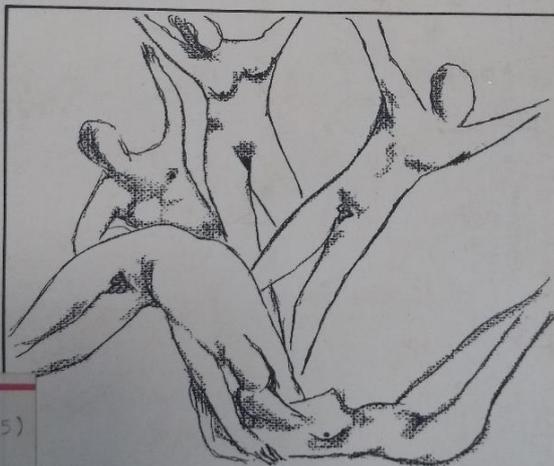
O que representa o vigésimo número de uma revista que se propôs a discutir a educação e a sociedade é o significativo fato de que, apesar do descaso financeiro, técnico e político com que diferentes governos vêm tratando a educação, educadores e outras pessoas, leitores enfim, têm respondido de maneira inversa, interessando-se, discutindo e tomando posição frente às diversas maneiras com que pode ser vista a educação, sua produção e acontecer sociais.

Também é significativo que desde sua fundação até o momento, um grande número de pessoas levou à frente a sua produção, desde seu fazer editorial até a escritura dos inúmeros artigos que de maneira completa colocaram aos leitores a sociedade vista e revista, passado e presente mostrando o agir educativo, interno e externo, articulado intensamente com o todo social. Ilusões e desilusões, utopias e cruéis realidades passaram pelos escritos da revista, por nós, editores e leitores, durante todo este tempo. Educar e viver não é fácil. Continuar é preciso.

Revista 20

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE 21

Revista Quadrimestral de Ciências da Educação - Maio/Ago. de 1985



P
37(05)
EDU

CORTEZ EDITORA

CEDES

SUMÁRIO

Revista 21

BIBLIOTECA CENTRAL UFPA
37
14/08/85

Editorial	3
III CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO	
Homenagem a Paschoal Lemme	5
Pronunciamento de Paschoal Lemme	8
ARTIGOS	
O discurso da servidão voluntária	
Maurício Tragtenberg	33
O estudo da classe média na sociologia da educação	
Arabela Campos Oliven	41
A crise do poder na UFSCar — descaminhos de um modelo?	
Waldemar Sguissardi	53
Ato de fé ou conquista do conhecimento?	
Rodolpho Caniato	83
A gestão política dos profissionais da educação: uma revisão histórica	
Clarice Nunes	92
DEBATES	
Que política educacional queremos?	
Vanilda Paiva	121
Participação ou legitimação	
Raquel Pereira C. Gandini	140
ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
O corpo, a aula, a disciplina, a ciência	
Milton José de Almeida	145
Consumo e Educação em Química	
Mansur Lutfi	149
Colégio da UNICAMP — Colégio de aplicação — auxílio ou obstáculo a democratização?	
Dorotéia Cuevas Fracalanza	153
JORNAL DA EDUCAÇÃO	
O Povo existe: quem tem medo do povo?	
Maria de Lourdes Covre	158

ISSN — 0101 — 7330
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE
REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Ano VII — número 21 — agosto de 1985

Conselho editorial:

Aqueda Bernardete Uhle, Cecília Azevedo Lima Collares, Elizabeth de Almeida Silveira Pompeo de Camargo, Eloisa de Mattos Hoffling, Evaldo Amaro Vieira, Helena Costa Lopes de Freitas, Joaquim Brasil Fontes Júnior, Leticia Bicalho Cenedo, Lucila Schwantes Arouca, Maria Aparecida Z. Struckl, Maurício Tragtenberg, Milton José de Miranda, Newton Antonio Paucilli Bryan e Sandra Freire.

Colaboraram neste número:

Maurício Tragtenberg, Arabela Campos Oliveira, Waldemar Sguissardi, Rodolpho Caniato, Clarice Nunes, Vanilda Paiva, Raquel Pereira C. Gandini, Milton José de Almeida, Mansur Lutfi, Dorotéia Cuevas Fracalanza e Maria de Lourdes Covre.

Coordenação editorial: Antonio de Paulo Silva.

Produção editorial: José Garcia Filho.

Ilustração de capa: Milton José de Almeida

Arte de capa: Paulo Leite.

Revisão: Suelly Bastos

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE aceita colaboração, reservando o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas, e os comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação & Sociedade (CEDES), Caixa Postal 6022, A. P. UNICAMP, Telefone: (0192) 39-1598, 13100 — Campinas - SP — Brasil.

Publicação, comercialização e assinaturas:

CORTEZ EDITORA E LIVRARIA
Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 884-0111
05009 — São Paulo - SP

Impresso no Brasil
1985

EDITORIAL

Revista 21

Com a entrada em cena (a que se mostra ao público) de atores que ensaiavam pequenas peças em teatros nem sempre abertos, repentinamente, viram-se nos palcos principais. A grande cena negociada nos camarins, agora exhibe atores encantados com o seu brilho e poder, esquecidos da humildade de suas origens, ou exagerando os traços de seus personagens obliquamente enriquecidos enquanto se apresentava a tragédia da concentração econômica e da distribuição da miséria. Faixas do poder iludem atores e platéia, enquanto autores dividem a bilheteria. O poder assumido polariza os discursos e os conflitos são vistos pela ótica dos que "estão conosco" e "os outros". Os horrores de tempos recentes jogaram uma luz conformista sobre o passado e fomos inundados por palavras batizadas por "RE": refazer, repensar, recuperar, como se a história fosse um vagão atrasado em trilhos corroídos, à espera de maquinistas iluminados e um novo polimento. O verbo duvidar foi substituído pelo questionar e este adquiriu a roupagem do afirmar. Todos questionam, afirmando. A universidade e a intelectualidade mostram, pesquisam, demonstram, expõem a realidade. E os trabalhadores, professores, bancários, faxineiros e as pessoas ditas comuns não estão felizes... estranho descompasso? ou alguma coisa indefinível entre o saber e o poder? É preciso exercitar o verbo duvidar, não só academicamente, mas, e acima de tudo, politicamente.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE 22

Revista Quadrimestral de Ciências da Educação - Set./Dez. de 1985



P
37 (05)
EDU

CORTEZ EDITORA

CEDES

SUMÁRIO

Editorial	3
ARTIGOS	
Luiz Pereira: um educador no front Carmen Sylvia Vidigal Moraes	5
Notas sobre a especificidade do pedagogo e sua responsabilidade no estudo da teoria e prática pedagógicas Luiz Carlos de Freitas	12
Autonomia universitária — Uma questão de prática democrática Wolfgang Leo Maar	20
A função social do ensino técnico agrícola Maria Laura P. Barbosa Franco	28
A formação do operário negro Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva	56
Alfabetização — Estratégia do código ou confronto da história? Sarita Affonso Moysés	84
Leitura — Questão lingüística, pedagógica ou social? Eni Orlandi	93
A Arquitetura do desmonte — Uma proposta de remoção do entulho institucional Luiz Cavalieri Bazilio	99
Dependência e educação comparada Jacques Velloso	105
O papel dos "especialistas" na escola pública Sérgio Antonio da Silva Leite	120
Pedagogia vadia Darcy Ribeiro	132
O populismo e a educação no Rio de Janeiro: resposta a Darcy Ribeiro Vanilda Paiva	134
ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Ciência e livros didáticos de biologia Hilário Fracalanza	138
RESENHA	
A descolonização da África e da Ásia — Leticia Bicalho Canêdo Águeda Bernardete Uhle	149
Trabalho e capital monopolista — a degradação do trabalho no século XX — Harry Braverman Lúcia Helena Berni	150
JORNAL DA EDUCAÇÃO	156

Revista
22



ISS - 0101 - 7330

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE

REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Ano VII - número 22 - set. dez. de 1986

Conselho editorial:

Águeda Bernardete Uhle, Cecília Azevedo Lima Collares, Elizabeth de Almeida Silveiras Pompeu de Camargo, Eloisa de Mattos Hoffling, Evaldo Amaro Vieira, Helena Costa Lopes de Freitas, Joaquim Brasil Fontes Júnior, Leticia Bicalho Canêdo, Lucila Schwantes Arouca, Maria Aparecida Z. Struckl, Maurício Tragtenberg, Milton José de Almeida, Newton Antonio Pauciull Bryan e Sandra Freire.

Colaboraram neste número:

Carmen Sylvia Vidigal Moraes, Luiz Carlos de Freitas, Wolfgang Leo Maar, Maria Laura P. Barbosa Franco, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Sarita Affonso Moysés, Eni Orlandi, Luiz Cavalieri Bazilio, Jacques Velloso, Sérgio Antonio da Silva Leite, Darcy Ribeiro, Vanilda Paiva, Hilário Fracalanza, Águeda Bernardete Uhle e Lúcia Helena Berni.

Coordenação editorial: Antonio de Paulo Silva.

Produção editorial: José Garcia Filho.

Ilustração de capa: Milton José de Almeida.

Arte de capa: Paulo Leite.

Revisão: Suely Bastos.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE aceita colaboração, reservando o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas, e os comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidades de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação & Sociedade (CEDES), Caixa Postal 6022, A. P. UNICAMP.

Telefone: (0192) 39-1588, 13100 - Campinas - SP - Brasil.

Publicação, comercialização e assinaturas:

CORTEZ EDITORA E LIVRARIA
Rua Bartira, 387 - Tel.: (011) 864-0111
05009 - São Paulo - SP

Impresso no Brasil
1985

EDITORIAL

A diretoria do CEDES e o Conselho Editorial da Revista *Educação & Sociedade*, prestam neste número, com o artigo escrito por Carmen Sylvia Vidigal Moraes, a sua homenagem ao professor Luiz Pereira, que faleceu em São Paulo, com apenas 51 anos de idade, em 6 de julho de 1985.

Reconhecemos ter sido Luiz Pereira realmente um "sociólogo no front", como muito bem escreveram, em artigo publicado na Revista *Senhor*, Heloisa Rodrigues Fernandes e Brasília Sallum Júnior.

Julgamos, também, ter sido Luiz um "educador no front", como muito bem demonstra Carmen Sylvia no seu artigo que estamos publicando.

Como "sociólogo e como educador no front", assumiu, ao lado de "grandes mestres" da USP, a defesa da escola pública.

Soube defendê-la como bandeira e compromisso de luta ao nível mais amplo da sociedade brasileira, como também agiu de forma muito concreta quando o "grupo de Sociologia I" da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em consequência do autoritarismo do golpe de 64, enfrentou as "cassações e as fugas".

Como lembram Heloisa e Brasília, os professores que ficaram "receberam o encargo de continuar uma obra que acabava de ser destruída a golpes de martelo". (Revista *Senhor*, n.º 266, p. 80).

Luiz Pereira, como todos sabemos, foi um dos que ficaram.

Lembram Heloisa e Brasília que: "ficou para dizer, lembrar, bradar, em todos os momentos, em todas as brechas e por qualquer fresta, que ainda havia pelo que lutar; que era necessário prosseguir, retomando do zero, se preciso, um projeto sempre obrigado a renascer das próprias cinzas; o de transformar a sociedade brasileira" (ibidem, p. 80).

Na sua trajetória, assumiu a defesa da escola pública, como professor da USP, assim como nas diferentes frentes de luta de que participou com o seu trabalho intelectual.

Temos clareza sobre a importância de sua obra sociológica e de como, na sua produção intelectual, ele contribuiu para a análise da educação brasileira.

A educação foi uma de suas preocupações intelectuais, tendo sabido também, no seu itinerário, atribuir uma importância significativa aos educadores no trabalho de transformação da sociedade.

Carmen, no seu artigo, "Luiz Pereira: um educador no front", procura, ao destacar a sua obra sociológica, "ressaltar a sua contribuição ao pensamento educacional, bem como o significado da educação, para ele, na transformação da sociedade brasileira".

Revista
22

Com esse texto homenageamos de uma forma simples Luiz Pereira, deixando registrado o nosso reconhecimento sobre a importância do seu trabalho intelectual, que tanto atuou sobre a nossa formação.

A doença que o acometeu a partir de 1979, que o levou a enfrentar um "doloroso período de enfermidade", privou-nos, neste ano, de sua presença "humana, íntegra e afetuosa".

Como lembram Heloisa e Brasília: "Não obstante, sua obra permanece como lição de vida e bem ao gosto sartriano: o que importa não é o que fizeram de mim, mas o que faço com aquilo que de mim fizeram" (ibidem, p, 81).

* * *

Os artigos apresentados neste número representam temáticas relevantes a serem analisadas no campo educacional.

Fiel ao nosso compromisso de "reanimar a audiência, o debate e a crítica em torno dos problemas educacionais brasileiros a fim de repensar a educação passo a passo com a reconstrução da sociedade", publicamos na seção DEBATES os textos "O populismo e a educação no Rio de Janeiro: resposta a Darcy Ribeiro" de autoria de Vanilda Paiva e "Pedagogia Vadia" de autoria de Darcy Ribeiro. Estes textos retratam áspera e dura polêmica. Trata-se, evidentemente, de atitudes diferentes face à política e à educação: as defendidas, de um lado, pelo Professor Darcy Ribeiro, e as opostas, assumidas pela Professora Vanilda Paiva. O assunto é de interesse público, e não se restringe à perspectiva puramente técnica, no horizonte acadêmico. Ambas as posições não esgotam a polifacetada e múltipla gama de pensamentos, da qual se nutrem as idéias pedagógicas e universitárias brasileiras. Consideramos oportuno colocar, diante dos olhos de nossos leitores, a **letra** integral dos discursos conflitantes. O juízo sobre o **espírito** que os guia, é tarefa que só cabe aos únicos críticos legítimos: os integrantes do público-cidadãos maiores e auto-conscientes que se interessam pela forma e conteúdo efetivos das teorias e práticas educativas em nosso país. Em termos puramente deontológicos, entretanto, cabe lamentar a falta de polidez e **decorum**, que tem sido a regra em muitos debates importantes, em nosso hesitante regime democrático. A arte de bem administrar as diferenças, sem atingir as subjetividades antagonistas será, um dia, signo da renovação espiritual que possibilitará, de fato e de direito, nossa passagem para uma sociedade regida horizontalmente pelo modo de vida democrático e livre.

Revista
22

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE 23

Revista Quadrimestral de Ciências da Educação - Abril de 1986



F 37(05)

CORTEZ EDITORA

CEDES

Universidade Federal de Goiás
Biblioteca Setorial do Campus I
Seção de Periódicos

Revista 23

SUMÁRIO	
Editorial	3
ARTIGOS	
A educação nas constituições brasileiras: Análise e Propostas	5
Luiz Antonio Cunha	
O computador na Educação: Parte da solução ou parte do problema?	25
Michael W. Apple	
Tecnoburocracia e educação formal	50
Fernando C. Prestes Motta	
Educação em Cuba	79
Zoila Franco Hidalgo	
Marx/Bakunin: ou marxismo e anarquismo	84
Maurício Tragtenberg	
DEBATES	
Educadores do corpo e pastores da morte	104
Heloisa R. Fernandes	
Educação tradicional e educação moderna	106
Paolo Nosella	
Reelaboração da didática e história concreta	136
Paulo Ghiraldelli Jr.	
RESENHA	
A Universidade crítica	148
Luiz Antonio Cunha — Maria de Lourdes Covre	
JORNAL DA EDUCAÇÃO	
Declaracion final de los participantes al Congreso Pedagogia'86,	152
Encuentro de Educadores por un mundo mejor	154
Piaget Hoje	
Regina de Assis	
III Seminário de pesquisa em educação região sudeste	155
Maria Inês Fini	
IV Conferência Brasileira de Educação/Goiania	158

ISSN — 0101 — 7330
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE
REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Ano VIII — número 23 — abril de 1986

Conselho editorial:

Agueda Bernardete Uhle, Cecília Azevedo Lima Collares, Elizabeth de Almeida Silveiras Pompeo de Camargo, Eloisa de Mattos Hofling, Evaldo Amaro Vieira, Helena Costa Lopes de Freitas, Vanir Rodrigues Pino, Joaquim Brasil Fontes Júnior, Leticia Bicalho Canedo, Lucila Schwantes Arouca, Maria Aparecida Z. Struckl, Maurício Tragtenberg, Milton José de Miranda, Newton Antonio Paucili Bryan e Sandra Freire.

Colaboraram neste número:

Luiz Antonio Cunha, Heloisa Fernandes, Michel Apple, Fernando Motta, Maurício Tragtenberg, Paulo Nosella, Paulo Ghiraldelli, Maria de Lourdes Covre, Maria Ines Fini, Regina de Assis.

Arte de Capa: Paulo Ferreira Leite

Divulgação e propaganda: Eloisa Rocha

Produção: José Garcia Filho

Revisão: Suely Bastos

Supervisão editorial: Antonio de Paulo Silva

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE aceita colaboração, reservando o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas, e os comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação & Sociedade (CEDES), Caixa Postal 6022, A. P. UNICAMP, Telefone: (0192) 39-1598, 13100 — Campinas - SP — Brasil.

Publicação, comercialização e assinaturas:
CORTEZ EDITORA E LIVRARIA

Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111
05009 — São Paulo - SP

Impresso no Brasil
1986

EDITORIAL

Selecionar textos para uma publicação é sempre uma tarefa difícil. E quando se tem como preocupação central temas ligados à educação, a questão parece ainda mais complexa: a presença de temas já abordados em outras situações é inevitável. A sensação do "já conhecido", periodicamente surge no trabalho de organização da Revista.

Detendo-nos na análise dos diferentes textos, porém, o que nos fica claro é que se os problemas voltam à tona, é porque eles continuam em cena. Além disso, os temas muitas vezes se repetem, mas não o enfoque, não a metodologia usada, e nem mesmo o contexto em que eles aparecem.

É o caso, por exemplo, do texto "Computadores na Educação" de Michel Apple. A questão não é nova, muito já se escreveu sobre, mas — além das qualidades do texto — é ainda uma questão para ser melhor debatida, especialmente quando olhamos a nossa volta e vemos nas Universidades cursos, seminários, assim como projetos financiados para a implantação de computadores na rede de escolas de 1.º e 2.º graus. É um texto que coloca em questão a política de implantação e a prioridade de projetos desta natureza deve estar presente numa Revista que se propõe a discutir questões relativas à educação em nossa sociedade.

Poderíamos continuar assinalando as "novas" contribuições que trazem a alguns "velhos" temas os artigos desta Revista. Mas não é o caso.

O que é significativo é que acreditamos contribuir para o debate da educação brasileira selecionando textos tanto de cunho "mais teórico", quanto mais circunstancial — e nem por isso "menos teórico" — que nos contam como andam as discussões, os debates de pontos relevantes no campo educacional — tanto interna como externamente ao Brasil.

As questões parecem nunca se esgotar e é preciso olhá-las de frente sempre, indo além delas próprias. É preciso conhecer cada vez mais e melhor as posições, as concepções que muitos educadores têm hoje escolhido como seu referencial teórico, evitando-se modismos, evitando-se uma identificação mais formal do que real com uma postura teórica, e dificultando-se assim, os caminhos dos "pastores da morte" sempre rondando o cenário da educação — e da sociedade — brasileira.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE 24

Revista Quadrimestral de Ciências da Educação - Ago. 1986



CORTEZ EDITORA

CEDES

SUMARIO

Editorial	3
ARTIGOS	
Pressupostos autoritários da Constituição e da Educação no Brasil <i>Roberto Romano</i>	5
O movimento anarquista em São Paulo: A experiência da escola moderna n.º 1 (1912-1919) <i>Flávio Luizetto</i>	18
Sobre as relações entre as questões da Educação e do Populismo: Uma contribuição <i>Dácio Tavares Lôbo Júnior</i>	48
Ideologia e burocracia na rotulação de estudantes <i>Raquel Pereira Chainho Gandini</i>	61
Educação, alimentação e economia: uma relação de coerência ou contradição? <i>Roseli Fischmann</i>	75
Algumas considerações em torno da questão metodológica do trabalho interdisciplinar <i>Victor Vincent Valla</i>	99
ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
A saga das escolas comunitárias de Olinda e Recife <i>Antonio Montenegro</i>	104
O Ensino da ciência como prática da democracia <i>Diva Lopes da Silveira</i>	110
DEBATES	
A vara teimosa (debatendo com Paulo Nosella) <i>Paulo Ghiraldelli Jr.</i>	116
A questão da municipalização do ensino <i>Vanilda Paiva e César Paiva</i>	146
VIII Conferência Nacional de Saúde (O poder municipal no rumo do Sistema Unificado de Saúde) <i>Nelson Rodrigues dos Santos</i>	152
RESENHA	
Análisis de las perturbaciones en el proceso de aprendizaje escolar de la lecto-escritura <i>Ferreiro, E., Palacio M. G. et alii — Luciana M. G. Foina</i>	161
A miséria da teoria ou um planetário de erros <i>E. P. Thompson — Dulce M. P. C. Leme</i>	163
Os homens da "Nova República" <i>Vários — Evaldo Vieira</i>	165
Metodologia da pesquisa-ação <i>Michel Thiollent — Doraci A. Lopes</i>	167

ISSN — 0101 — 7330
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE
REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Ano VIII — número 24 — agosto de 1986

CONSELHO EDITORIAL:

Agueda Bernardete Uhle, Cecília Azevedo Lima Collares, Elizabeth de Almeida Silveiras Pompeio de Camargo, Eloisa de Mattos Hoffling, Evaldo Amaro Vieira, Helena Costa Lopes de Freitas, Ivany Rodrigues Pino, Joaquim Brasil Fontes Júnior, Leticia Bicalho Canedo, Lucila Schwantes Arouca, Maria Aparecida Z. Struckl, Maurício Tratenberg, Milton José de Almeida, Newton Antonio Paucelli Bryan e Sandra Freire

COLABORAM NESTE NÚMERO:

Roberto Romano, Dácio Tavares Lôbo Júnior, Flávio Luizetto, Raquel Pereira Chainho Gandini, Roseli Fischmann, José Maria de Oliveira Silva, Victor Vincent Valla, Antonio Montenegro, Diva Lopes da Silveira, Paulo Ghiraldelli Júnior, Vanilda Paiva, Cesar Paiva, Nelson Rodrigues dos Santos e Luciane de Mello Gomide.

Capa (criação): Ponto de Fuga

Capa (desenho): Francisco Ortiz de Carvalho

Arte de Capa: Paulo Ferreira Leite

Divulgação e propaganda: Eloisa Rocha

Produção gráfica: Ciça Corrêa

Revisão: Suely Bastos

Produção editorial: José A. Cardoso

Supervisão editorial: Antonio de Paulo Silva

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE aceita colaboração, reservando o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas e os de comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação & Sociedade (CEDES), Caixa Postal 6022, A. P. UNICAMP, Telefax: (0192) 39-1596, 13100 — Campinas — SP — Brasil.

Publicação, comercialização e assinaturas:

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111
05009 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil
1986

EDITORIAL

Educadores e estudantes mais uma vez se movimentam para nova rodada de discussões sobre os problemas mais relevantes da educação nacional. São discussões que se renovam a cada dois anos nas Conferências Brasileiras de Educação — CBE.

Este ano, um tema forte polariza as opiniões; trata-se da nova carta constitucional brasileira prestes a ser firmada. A movimentação no sentido de interferir nas regras que deverão reger a nação é perceptível. Contudo, as posições quanto às reais condições de uma constituinte representativa são as mais diversas.

O CEDES, sem defender uma posição ingênua diante de questão tão controversa, é tentado a apostar no movimento dos educadores brasileiros, pois a dinâmica da dominação e do poder disciplinar em especial requer uma luta contínua e em todas as instâncias da sociedade.

Convém, neste momento, tentar detectar a mecânica do poder em suas explicações mais miúdas. Perceber o autoritarismo expresso na legislação, no aparelho de Estado, é um trabalho já bastante elaborado. Todavia, identificar o autoritarismo nas formas cotidianas de relacionamento na escola, na família ou nos grupos sociais, esta nos parece uma obra mais trabalhosa.

Análises já feitas sobre pequenas expressões socialmente aceitas no Brasil têm demonstrado como ainda não alcançamos a condição de "cidadão" e certamente este não é um problema legal, pois legalmente somos todos cidadãos com direitos e deveres iguais.

Neste sentido a CBE, tendo como tema central Educação e Constituinte, ampliará as discussões analisando uma política educacional a ser sancionada pela Constituição Brasileira e tratará de outros temas nas perspectivas mais diversas da problemática educacional.

Assim também "Educação & Sociedade" publica neste número textos com abordagens de diferentes tendências teóricas e políticas. Promovendo o debate de temas polêmicos como é o caso da Municipalização do Ensino de 1.º Grau, ou analisando a prática pedagógica em escolas espalhadas por todo o país, ou estudando e recuperando a história da escola como em "O Movimento Anarquista em São Paulo (1912-1919)", ou ainda criticando os fundamentos da ideologia anticonstitucional e antidemocrática que impregna o pensamento autoritário brasileiro, nossa revista espera apresentar novos elementos ao debate travado no dia-a-dia das escolas, das entidades organizadoras de professores e estudantes e onde quer que existam pessoas interessadas na causa da educação.

Revista
24

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE

Revista Quadrimestral de Ciências da Educação - Dez. 1986



CORTEZ EDITORA

CEDES

Revista 25

SUMÁRIO

Editorial	3
IV Conferência Brasileira de Educação — Carta de Goiânia ..	5
ARTIGOS	
Financiamento do ensino superior e constituinte <i>Jacques Velloso</i>	11
Tendências do ensino no Brasil hoje <i>Carlos Roberto Jamil Cury</i>	44
A acumulação de capital simbólico <i>Beatriz Couto e Gama</i>	55
O homem no pelourinho <i>Franco Basaglia</i>	73
Formação teórica e prática pedagógica do professor de História <i>Nelma Baldin</i>	96
Escola, democracia e trabalhadores <i>Valdemar Sguissardi</i>	111
ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Ensinar, pesquisar, aprender: uma experiência de formação de professores <i>Raquel Volpato Serbino, Sônia Maria Grego Veiga, Maria José Leitão Machado, Gilberto Luiz de Azevedo Borges</i> ..	129
DEBATES	
Reflexões sobre a educação de professores como a prática da supervisão pedagógica <i>Maria Isabel da Cunha</i>	141
A Universidade é um lugar de trabalho <i>Marcos A. da Silva</i>	151
RESENHA	
Opinião pública e debates políticos — subsídios metodológicos <i>Michel Thiollent — Maria Inês Rosa</i>	156

ISSN — 0101 — 7330
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE
REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Ano VIII — número 25 — dezembro de 1986

CONSELHO EDITORIAL

Agueda Bernardete Uhle, Cecília Azevedo Lima Collares, Elizabeth de Almeida Silveiras Pompeu de Camargo, Eloisa de Mattos Hofling, Evaldo Amaro Vieira, Helena Costa Lopes de Freitas, Ivany Rodrigues Pino, Joaquim Brasil Fontes Júnior, Leticia Bicalho Canedo, Lucila Schwantes Arouca, Maria Aparecida Z Struckl, Mauricio Tragtenberg, Milton José de Almeida, Newton Antonio Paulini Bryan e Sandra Freire.

COLABORAM NESTE NÚMERO:

Jacques Velloso, Carlos Roberto Jamil Cury, Beatriz Couto e Gama, Franco Basaglia, Nelma Baldin, Valdemar Sguissardi, Raquel Volpato Serbino, Sônia Maria Grego Veiga, Maria José Leitão Machado, Gilberto Luiz de Azevedo Borges, Maria Isabel da Cunha, Marcos A. da Silva e Maria Inês Rosa.

Capa (criação): Ponto de Fuga
Arte de capa: Paulo F. Leite
Divulgação: Eloisa Rocha
Produção gráfica: Ciza Corrêa
Produção editorial: José A. Cardoso
Revisão: Neido Rigo
Supervisão editorial: Antonio de Paulo Silva

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE aceita colaboração, reservando o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas e os de comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação & Sociedade (CEDES), Caixa Postal 6022, A. P. UNICAMP, Telefone: (0192) 39-1598. 13100 — Campinas — SP — Brasil.

Publicação, comercialização e assinaturas:
CORTEZ EDITORA
Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111
05009 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil
1986

Revista 25

EDITORIAL

Estamos publicando, neste número, as resoluções votadas pelos educadores presentes por ocasião do encerramento dos trabalhos da IV Conferência Brasileira de Educação, realizada em Goiânia, no período de 2 a 5 de setembro de 1986, onde o tema geral foi "Educação e Constituinte", tendo como entidades promotoras: ANDE (Associação Nacional de Educação), ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação) e CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade).

A chamada "Carta de Goiânia" foi aprovada por 5.000 participantes da IV CBE, vindos de todos os Estados do país, expressando as suas reivindicações e as suas propostas para o Congresso Constituinte.

O trabalho de debate e de difusão da "Carta de Goiânia" vem sendo realizado pelas entidades promotoras da IV CBE.

Julgamos que esse trabalho de mobilização na difusão da "Carta de Goiânia" deverá ser mais acentuado nesse período que antecede o Congresso Constituinte, ampliando-se o seu debate no interior do próprio campo educacional e nos demais movimentos organizados existentes na sociedade brasileira. As reivindicações feitas na IV CBE precisam ser difundidas e discutidas para que possam adquirir maior amplitude e força social.

Com relação aos parlamentares eleitos para o Congresso Constituinte, julgamos ser necessário debater com eles a "Carta de Goiânia". A partir de um estudo sobre a composição e tendências deste Congresso, julgamos que o nosso trabalho no sentido da mobilização e organização neste período que antecede a Constituinte deverá caminhar procurando fazer o máximo no sentido de pressioná-los para que, com relação à questão da educação e em outras áreas, possam ter um número significativo de constituintes que não venham a trabalhar contra os interesses da maioria da população.

Como indica Luiz Antônio Cunha, no texto que escreveu para a sessão de abertura da IV CBE, com o título "A Educação na nova Constituição", ao fazer referência aos "lamentos a respeito dos limites da Assembléia Nacional Constituinte": — "Organizemo-nos para aproveitar ao máximo o espaço definido por esses limites. Se não o fizermos, haverá quem o ocupe, com a força que a inércia política e ideológica propiciam" (p. 1).

Precisamos, neste período que antecede à Constituinte, situar as tendências existentes, com relação ao debate escola pública/escola privada. Frente a elas precisamos clarificar, com argumentação sólida e "sem meias palavras", o que entendemos por ensino público, gratuito e laico.

Luiz Antônio Cunha, no texto que indicamos, realiza uma contribuição importante nesse sentido, localizando e explicando essas tendências, explicando ponto por ponto o que considera ser ensino público democrático, gratuito e laico. Julgamos que esse texto, que será publicado nos Anais da IV CBE, é um material importante para ser utilizado no debate atual.

Como contribuição, também, na localização dessas tendências, no estudo de suas concepções e propostas quanto aos principais elementos que devem integrar uma nova política de financiamento do ensino superior, estamos publicando o texto de Jacques Velloso, "Financiamento do ensino superior e Constituinte".

O texto de Carlos Roberto Jamil Cury, "Tendências do ensino no Brasil hoje", representa uma contribuição relevante no sentido do estudo das posições existentes, tendo como eixo a "relação transição-ruptura, ou seja, liberalização-democratização".

O texto "Formação teórica e prática pedagógica do professor de História", de Nelma Baldin, é uma contribuição no sentido de uma reflexão sobre a formação teórica e a prática pedagógica do professor de História de 1.º e 2.º Graus.

Na mesma direção vai o texto "Ensinar, pesquisar, aprender: uma experiência de formação de professores", de Raquel Volpato, Sônia Veiga, Maria José Machado e Gilberto Borges, procurando pensar a formação do licenciado em Ciências Biológicas.

Beatriz Couto e Gama, no texto "A acumulação de capital simbólico", discute a "produção do saber técnico dentro de instituições burocratizadas".

Maria Izabel da Cunha discute "A supervisão pedagógica como prática da educação de professores".

Marcos A. da Silva escreve "A universidade é um lugar de trabalho".

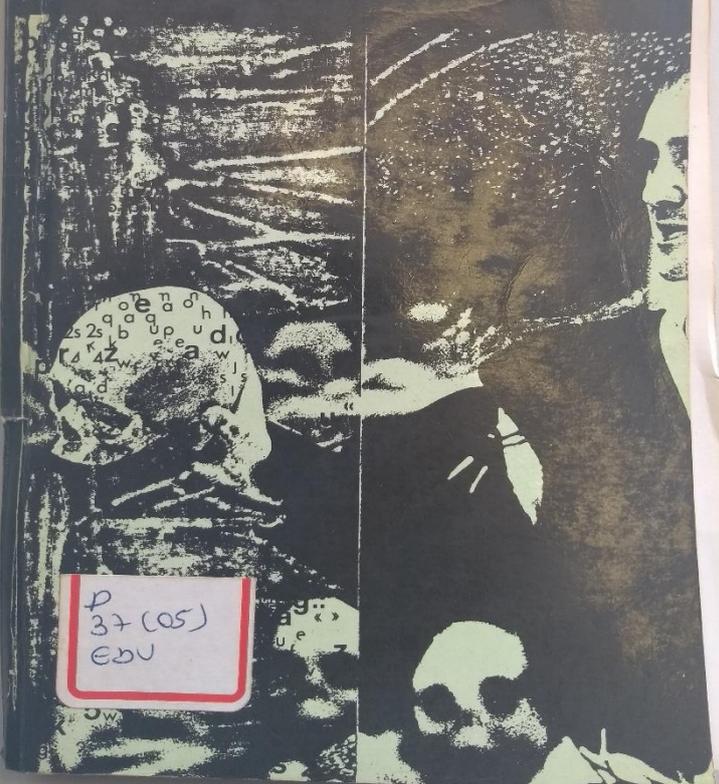
Waldemar Squissardi, no texto "Escola, democracia e trabalhadores" discute essa questão num quadro de retrospectiva histórica e política.

É desnecessário, a nosso ver, qualquer comentário sobre a importância da contribuição do texto de Franco Basaglia "O homem no pelourinho", que também estamos publicando.

Os ed
sileira de
vêm a púb
dos trabalh
— ANDE (A
Nacional de
(Centro de E
tes, vindos d
blemática ed
propostas pa
Os profis
responsabili
seus cidadãos
criminação de
debater, analis
educação brasi
dade profissio
obstáculos que
qualidade para
A IV Confer
básicos a serem
enfrenta graves
trutura, que en
sociedade. Tem
te de tais
ção das

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE 26

Revista Quadrimestral de Ciências da Educação - Abr./1987



SUMÁRIO
Editorial 3

ARTIGOS
Escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul, o nazismo e a política de nacionalização
César Paiva 5
Os protagonistas da pedagogia escolar: suas convergências e divergências
Célia Frazão Soares Linhares 29
Alguns impasses da socialização do saber na Educação de Adultos
Betty Oliveira 44
Educação libertadora: utopia e alienação na escola particular
Maria Tereza Papaléo, Rosetta Mammarella e Dorilda Grolli 52
Introdução à evolução das idéias pedagógicas no Brasil
Paulo Ghiraldelli Jr. 85

DEBATES
Equipe interdisciplinar, educação e ideologia
Celso João Ferretti 105
Escola unitária, a moda "primavera-86"
Maria do Carmo Alves Barbosa 121
Agruras e futuro do INEP
Pedro Demo 126
Alfabetização na pré-escola: conceitos e preconceitos
Maria Regina Maluf 132

RESENHAS
Educação, ideologia e contra-ideologia
Antonio Joaquim Severino — Maria Aparecida Viggiani Bicudo 145
Linguagem e escola — uma perspectiva social
Magda Soares — Maria José Favarão 146
No mundo da escrita — uma perspectiva psicolinguística
Mary A. Kato — Maria Regina Maluf 148

JORNAL DA EDUCAÇÃO
Documento conclusivo do II Encontro de Revistas Brasileiras de Educação 150
II Encontro Nacional da Comissão Nacional dos Cursos de Formação do Educador — Documento final 152

ISSN — 0101 — 7330

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE

REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
Ano IX — número 26 — abril de 1987



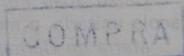
CONSELHO EDITORIAL

Agueda Bernardete Uhle, Cecília Azevedo Lima Collares, Elizabeth de Almeida Silveiras Pompeo de Camargo, Eloisa de Mattos Hoffling, Evaldo Amaro Vieira, Helena Costa Lopes de Freitas, Ivany Rodrigues Pino, Joaquim Brasil Fontes Júnior, Letícia Bicalho Canedo, Lucila Schwantes Arouca, Maria Aparecida Z. Struckl, Maurício Tragtenberg, Milton José de Almeida, Newton Antonio Paucili Bryan e Sandra Freire.

COLABORAM NESTE NÚMERO:

César Paiva, Célia Frazão Soares Linhares, Betty Oliveira, Maria Tereza Papaléo, Rosetta Mammarella, Dorilda Grolli, Paulo Ghiraldelli Jr., Celso João Ferretti, Maria do Carmo Alves Barbosa, Pedro Demo, Maria Regina Maluf, Maria Aparecida Viggiani Bicudo e Maria José Favarão.

Arte de capa: Paulo F. Leite
Capa (criação): Ponto de Fuga
Divulgação: Eloisa Rocha
Produção gráfica: Ciça Corrêa
Produção editorial: José A. Cardoso
Revisão: José A. Cardoso
Supervisão editorial: Antonio de Paulo Silva



EDUCAÇÃO & SOCIEDADE aceita colaboração, reservando o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas e os de comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação & Sociedade (CEDES), Caixa Postal 6022, A. P. UNICAMP, Telefone: (0192) 39-1598, 13100 — Campinas — SP — Brasil.

Publicação, comercialização e assinaturas:
CORTEZ EDITORA
Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111
05009 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil
1987

EDITORIAL

O Congresso Nacional Constituinte está aí. Instalado. Exaltado. Questionado. Centro da realização das aspirações brasileiras. Centro da movimentação de parte dos políticos que comparecem às sessões.

Não acreditamos que qualquer das afirmações polarizadas — otimistas ou pessimistas — devam ser os parâmetros para nosso posicionamento frente aos fatos de nossa história atual, e, especificamente, a elaboração da nova Constituição Brasileira: nem esperar demais, nem retirar deste processo toda possibilidade que possa ter. Uma sociedade tão marcada por diferenças de classe, por grupos de interesses diferentes, dificilmente passaria por um período de tal importância de maneira tranqüila, linear, sem graves contradições.

Pensamos que cabe a nós, sociedade como um todo, "estar de olho", de "antenas ligadas", denunciando, aplaudindo, desaprovando, apoiando decisões que são tomadas no Congresso, as quais nos atinjam como cidadãos brasileiros. E dentro deste processo, especificamente, nos cabe maior vigilância quando o assunto é educação. Nestes termos, nós da Revista estamos atentos, continuando nosso trabalho visando contribuir para o debate das questões educacionais, ao mesmo tempo em que nos dispomos a trabalhar para ver nossas reivindicações incorporadas na próxima Constituição Brasileira.

Assim, publicamos neste número "Escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul, o nazismo e a política de nacionalização", de César Paiva, o qual, entre outros aspectos, enriquece a discussão sobre as escolas alemãs e as atividades de propaganda política desenvolvidas pelo Partido Nazista (NSDAP), tratando-as não como algo linear, simplista, sem dificuldades, mas atentando para os limites da penetração do Partido nas associações teuto-brasileiras do Estado sulista.

O texto de Célia Frazão Linhares, "Os protagonistas da pedagogia escolar — suas convergências e divergências", discute os papéis dos profissionais da educação, coloca questões importantes relativas à tendência tradicionalmente seguida pela escola e a "ruptura" que se direciona para uma outra escola — voltada para o "anexo educacional das camadas periféricas" —, definindo assim novos papéis para os profissionais da escola. O texto reforça a necessidade da profissionalização do setor educacional, ou seja,

Revista
25

compete a profissionais da educação tratar da pedagogia escolar, que não é um campo de atuação para pessoas distanciadas do "nosso saber fazer" específico.

Betty Oliveira em "Alguns impasses da socialização do saber na educação de adultos" caracteriza — como bem enuncia o título — três dos impasses que vêm impossibilitando este processo, ou seja: 1. a não compreensão de como se dá a relação entre o conteúdo e a forma de processo da transmissão-assimilação do saber pedagógico em sala de aula; 2. a não percepção do mecanismo do democrático na educação de adultos, tanto do ponto de vista pedagógico propriamente dito, quanto do ponto de vista da organização do ensino; 3. a falta de condições de trabalho da maior parte dos grupos ("raros") voltados para a questão de socialização do saber escolar na Educação de Adultos.

O texto "Educação libertadora: utopia e alienação na escola particular" de Maria Tereza Papaléo, Rosetta Mammarella e Dorilda Grolli nos coloca questões essenciais quanto aos limites — e até mesmo a impossibilidade — da efetivação de um processo libertador de educação no contexto das escolas particulares e de confissão católica, a partir de uma experiência vivenciada, desenvolvendo uma "análise sob os enfoques pedagógico e teológico das relações sagrado-autoridade, poder-saber e unidade-liberdade", revelados no regimento escolar e em outros documentos da escola focalizada.

Abrangendo um amplo período (de 1889 a 1986), o texto de Paulo Ghiraldelli Jr., "Introdução à evolução das idéias pedagógicas no Brasil", aborda a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Nova, a Pedagogia Libertária, a "Pedagogia Socialista", a Pedagogia Libertadora, a Pedagogia Tecnicista, as Pedagogias Não-Diretivas, as Teorias Crítico-Reprodutivistas e a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos (Pedagogia Histórico-Crítica), localizando-as nos momentos históricos que abrangem toda a República.

Os artigos que compõem a seção Debates abordam questões presentes — algumas sempre em discussão — no nosso trabalho, como a diferenciação entre equipe e trabalho interdisciplinar e conjunto multidisciplinar na escola, colocadas por Celso João Ferretti; uma avaliação da IV CBE sob a ótica de Maria do Carmo Alves Barbosa; colocações quanto a expectativas e possibilidades de atuação e limitações objetivas do INEP, feitas pelo Diretor Geral do Instituto, Pedro Demo; e a sempre polêmica questão de se alfabetizar ou não na pré-escola, desenvolvida por Maria Regina Maluf.

Ainda publicamos três Resenhas e notícias no Jornal da Educação, com o intuito de veicular um pouco do que acontece e do que se produz na área educacional.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE 27

Revista Quadrimestral de Ciências da Educação - Set. / 1987



A
37 (05)
EDU

SUMÁRIO

Universidade Federal de Goiás
Biblioteca. S. ... de Campos J
Seção de Periódicos

Editorial	3
ARTIGOS	
O público, o privado e o comunitário na educação <i>Sofia Lerche Vieira</i>	5
O conteúdo e o método nos livros didáticos de 1ª a 4ª série do 1º grau <i>Nilda Alves</i>	13
Estrutura e ator: a teoria da prática em Bourdieu <i>Carlos Benedito Martins</i>	33
A estrutura de poder interno na universidade: as propostas para sua democratização, dos anos 60 à atualidade <i>Elizabeth Cassimiro Freitas</i>	47
México: Estado laico, Iglesia y educación <i>Guadalupe Teresinha Bertussi</i>	65
Educación popular en Nicaragua: un proceso en marcha desde la educación formal <i>Marco P. Lammerink</i> <i>Gerardo Prinsen</i> <i>Ma. Blanca de Diego</i>	70
A pesquisa no cotidiano da escola e o repensar da didática <i>Marli E. D. A. André</i>	84
Manoel Bomfim e a sociedade do futuro <i>José Maria de Oliveira Silva</i>	93
ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
A questão da interdisciplinaridade no ensino <i>Ivani Catarina Arantes Fazenda</i>	113
DEBATES	
Projeto histórico, ciência pedagógica e "didática" <i>Luiz Carlos de Freitas</i>	122
Guia curricular - contribuição à prática docente ou documento oficial? Reflexões sobre o ensino de física <i>Maria José P. M. de Almeida</i>	141
RESENHAS	
A cidadania que não temos <i>Maria de Lourdes Manzini Covre - Agueda B. Uhle</i>	144
Capital, sindicatos e gestores <i>João Bernardo - Maurício Tragtenberg</i>	145
Tributo a Álvaro Veira Pinto <i>Dermeval Saviani</i>	147

M. F. F. F.

ISSN - 0101 - 7330
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE
REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
Ano IX - número 27 - setembro de 1987

CONSELHO EDITORIAL

Agueda Bernardete Uhle, Cecília Azevedo Lima Collares, Elizabeth de Almeida, Silvares Pompeo de Camargo, Eloisa de Mattos Hofling, Evaldo Amaro Vieira, Helena Costa Lopes de Freitas, Ivany Rodrigues Pino, Joaquim Brasil Fontes Júnior, Leticia Bicalho Canedo, Lucila Schwantes Arouca, Maria Aparecida Z. Struckl, Maurício Tragtenberg, Milton José de Almeida, Newton Antonio Paucioli Bryan e Sandra Freire.

COLABORAM NESTE NÚMERO:

Sofia Lerche Vieira, Nilda Alves, Carlos Benedito Martins, Elizabeth Cassimiro de Freitas, Guadalupe Teresinha Bertussi, Marc P. Lammerink, Gerardo Prinsen, Ma. Blanca de Diego, Marli E. D. A. André, José Maria de Oliveira Silva, Ivani Catarina Arantes Fazenda, Luiz Carlos de Freitas, Maria José P. M. de Almeida, Maria de Lourdes Manzini Covre, Agueda Bernardete Uhle, João Bernardo e Maurício Tragtenberg.

Arte de capa: Paulo F. Leite

Capa (criação): Ponto de Fuga

Ilustração: GOYA - "Antigo y moderno, Origen del orgullo"

Produção editorial: José A. Cardoso

Produção gráfica: Ciça Corrêa

Revisão: José A. Cardoso

Supervisão editorial: Antonio de Paulo Silva

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE aceita colaboração, reservando o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas e os de comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação & Sociedade (CEDES), Caixa Postal 6022, A. P. UNICAMP. Telefone: (0192) 39-1598, 13100 - Campinas - SP - Brasil.

Publicação, comercialização e assinaturas:

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 387 - Tel.: (011) 864-0111
05009 - São Paulo - SP

Impresso no Brasil
1987

EDITORIAL

Atravessa-se hoje uma conjuntura importante e difícil em relação às definições da educação na Constituinte, o que exige dos educadores posicionamento claro e efetiva participação.

De 15-07 a 15-08, no calendário da Constituinte, foi o período estratégico em que o Anteprojeto esteve em Plenário para emendas (inclusive abaixo-assinados de "iniciativa popular"). O dia 12-08-87 foi o Dia Nacional de Entrega das Iniciativas Populares na Constituinte.

O CEDES esteve presente, em Brasília, nesse ato, ao lado das demais entidades que compõem o Fórum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito.

Com a participação de inúmeras caravanas de diferentes Estados do país, foi entregue, pelas entidades que compõem o Fórum, ao Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, Deputado Ulisses Guimarães, a proposta de Emendas ao Projeto Constituinte, elaborada pelo Fórum Nacional da Educação que conseguiu, com o seu trabalho, coletar 300.000 assinaturas.

Essa proposta de Emenda será provavelmente defendida por um representante, escolhido pelas entidades, no período de 25 a 30 de agosto, na Comissão de Sistematização.

No dia 13-08-87, os constituintes, na Comissão de Sistematização, discutiram a temática da Educação. A diretoria do CEDES que assistiu a essa discussão temática pôde perceber, através dos discursos dos representantes dos diferentes partidos, duas vertentes: uma defendendo corajosamente o ensino público gratuito e outra defendendo o ensino privado. Parece que o "privatismo" talvez possua maior força entre os constituintes.

No momento da elaboração de uma Constituição, onde se coloca a questão das relações de um Estado democrático com o ensino público, essa discussão temática demonstrou claramente as tendências existentes atualmente

com relação ao debate escola pública/escola privada. Mostrou como os ideólogos de um ensino privado, "travestido de público", estão fundamentando posições defendidas por muitos constituintes.

O momento exige dos educadores um grande trabalho no sentido de clarificar esse debate. Um trabalho de convencimento e mesmo de pressão sobre os constituintes faz-se necessário, para que não venham a votar contra os interesses da maioria da população.

Enquanto entidade, o CEDES atuará nessa fase, de uma forma ainda mais decisiva, dando sua "contribuição pedagógica" na luta pelo que considera ser ensino público democrático, gratuito e laico.

Os artigos apresentados neste número representam temáticas relevantes a serem analisadas no campo educacional. Estamos apresentando, no final da revista, o texto de Dermeval Saviani intitulado "Tributo a Álvaro Vieira Pinto".

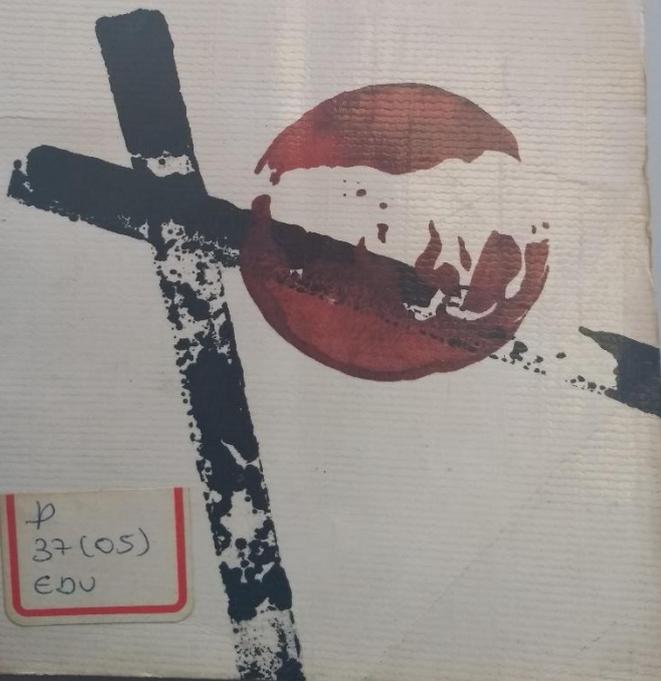
Consideramos que seria importante publicá-lo pois, independente das posições que possamos ter com relação às formulações ideológicas feitas por Álvaro Vieira Pinto, é inegável a importância de sua produção intelectual.

Revista
37

Universidade Federal de Goiás
Biblioteca Setorial do Campus
Seção de Periódicos

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE 28

Revista Quadrimestral de Ciências da Educação - Dez./1987



P
37 (05)
EDU

Revista 28

COMPRA

SUMÁRIO

M. Galeiro

Editorial	3
ARTIGOS	
A reforma educacional <i>Florestan Fernandes</i>	5
Avanços, retrocessos e impasses da política de educação pré-escolar no Brasil <i>Sonia Kramer</i> <i>Solange Jobim e Souza</i>	12
A questão do menor e o significado da infância na sociedade burguesa <i>Angel Pino</i>	32
Caminhos e descaminhos na alfabetização <i>Regina Leite Garcia</i>	51
Ensino superior: descompromisso do estado e privatização <i>Fernanda A. da Fonseca Sobral</i> <i>Maria Francisca Sales Pinheiro</i> <i>Sadi Dal Rosso</i>	67
As políticas sociais e a cidadania no Brasil <i>Janete Maria Lins de Azevedo</i>	93
Marx, o ensino e a cultura técnica <i>Maria Alice Nogueira</i>	106
ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Prática pedagógica e pesquisa articuladas para a melhoria da qualidade do ensino superior <i>Maria Vorraber Costa</i> <i>Maria Izabel Bujes</i>	117
DEBATES	
Crisis financiera de la educación en America Latina <i>Philip H. Coombs</i>	132
Políticas públicas em orientação educacional <i>Mirian Paura Sabrosa Zippin Grinspun</i>	138
RESENHA	
O que todo cidadão precisa saber sobre ideologia <i>Ciro Marcondes Filho</i> <i>Evaldo Vieira</i>	150

ISSN - 0101 - 7330
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE
REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
Ano IX - número 28 - dezembro de 1987

CONSELHO EDITORIAL:
Agueda Bernardete Jhlie, Cecília Azevedo Lima Collares, Elizabeth de Almeida Silveiras Pompeo de Camargo, Eloisa de Mattos Hofling, Evaldo Amaro Vieira, Helena Costa Lopes de Freitas, Ivany Rodrigues Pino, Joaquim Brasil Fontes Júnior, Letícia Bicalho Canedo, Ludé Schwantes Arouca, Maria Aparecida Z. Struckl, Maurício Tragtenberg, Milton José de Almeida, Newton Antonio Paucili Bryan e Sandra Freire.

COLABORAM NESTE NÚMERO:
Angel Pino, Evaldo Vieira, Fernanda A. da Fonseca Sobral, Florestan Fernandes, Janete Maria Lins de Azevedo, Maria Alice Nogueira, Maria Francisca Sales Pinheiro, Maria Izabel Bujes, Maria Vorraber Costa, Mirian Paura Sabrosa Zippin Grinspun, Philip H. Coombs, Regina Leite Garcia, Sadi Dal Rosso, Solange Jobim e Souza e Sonia Kramer.

Arte de capa: Paulo F. Leite
Capa (criação): Ponto de Fuga
Divulgação: Eloisa Rocha
Produção gráfica: Ciça Corrêa
Produção editorial: José A. Cardoso
Revisão: José M. Bichara e Adriana L. Moysés
Supervisão editorial: Antonio de Paulo Silva

A Revista *Educação & Sociedade* é uma edição do Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), o qual aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas, e os comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação & Sociedade (CEDES), Caixa Postal 6022, A. P. UNICAMP. Telefone: (019) 39-1598, 13100 - Campinas (SP) - Brasil.

Produção, comercialização e assinaturas:
CORTEZ EDITORA
Rua Barlira, 387 - Tel.: (011) 864-0111
05009 - São Paulo - SP

Impresso no Brasil
1987

Revista 28

EDITORIAL

Em 17 de novembro de 1987, foi concluído pelos 93 membros da Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte o exame e a votação de emendas ao "Substitutivo Cabral" apresentado em julho. O projeto de Carta, contendo 271 artigos e mais as disposições transitórias, será encaminhado aos 559 membros do plenário, para o debate inicial, avançando na nova etapa do processo de elaboração da nova Constituição Brasileira.

A configuração do Congresso Constituinte permite prever um forte embate, onde o jogo de forças está pendendo claramente para favorecer a tendência dos "privatistas", cuja ideologia do discurso já aqui mereceu denúncia*, em detrimento dos interesses maiores da população brasileira.

É, portanto, importante que os educadores de toda a Nação continuem a pressionar seus representantes na Assembleia Nacional Constituinte e estejam vigilantes quanto às suas alianças extra-partidárias e aos seus votos, especialmente o capítulo "Da Educação" no título da "Ordem Social".

O CEDES continua a se fazer presente no Congresso Nacional, no sentido de firmar sua posição relativa aos princípios da Educação Nacional expressos na Carta de Goiânia e consolidados na proposta do Fórum Nacional da Educação na Constituinte, em defesa do Ensino Público e Gratuito. Sua presença nesse movimento e sua "contribuição pedagógica" na luta pela instauração de uma nova ordem social, política e econômica, que poderá ser inscrita na nova Constituição, norteia-se pela defesa dos direitos do cidadão e exigência do reconhecimento dos deveres do Estado e da Sociedade quanto à educação.

Entretanto, no momento, as preocupações do CEDES, bem como das demais entidades responsáveis pela organização das CBEs, levaram-nos a prepararmos para a etapa que se seguirá à homologação da redação definitiva da nova Constituição brasileira, apontando para as novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tema da V CBE a realizar-se em Brasília em agosto de 1988.

Neste sentido, alguns artigos deste número da *Revista Educação & Sociedade*, procurando aprofundar questões educacionais candentes, apontam para temas que sugerem reflexões e debates que estarão presentes na elaboração da nova LBD.

O Professor Florestan Fernandes, no discurso proferido na Assembleia Nacional Constituinte, reflete sobre a reforma educacional e seus compromissos, situando os grandes dilemas da educação nacional e sua problemática, mostrando como a "educação aparece como o dilema

*Ver Editorial da *Revista Educação & Sociedade*, n.º 27, set. 1987.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE 3

social número um e a principal técnica social para transformar a situação histórica existente". Apontando dificuldades da subcomissão e da Comissão na elaboração das Disposições Constitucionais, sob o peso dos compromissos partidários e o jogo de interesses, o Professor Fernandes afirma que "ficou faltando a coragem de converter o projeto de texto em passo decisivo na direção de uma reforma educacional irreversível e radical" dando os parâmetros limites da LBD. Kramer & Souza, analisando os avanços e retrocessos da política de educação pré-escolar, partem de um breve histórico e da evolução do atendimento da criança de 0 a 6 anos. Identificam os impasses que precisam ser superados naquela política para assegurar no texto constitucional o direito de todas as crianças à pré-escola.

A questão do menor no artigo do Pino é analisada sob o enfoque do significado da infância na sociedade burguesa. A partir desta ótica o autor "desmonta" as teorias interpretativas e desvela os pressupostos ideológicos dos discursos oficiais e das políticas sociais pós-64, de atendimento ao menor.

Desconstruindo certas crenças sobre a explicação do fracasso escolar, Garcia desvenda como, no interior da escola, professores provocam o "movimento de transformação da prática pedagógica", na construção de "alternativas pedagógicas que possibilitem aos alunos das classes populares apropriarem-se" dos conhecimentos socializados na escola burguesa.

Sobral, Pinheiro & Rosso explicam a crise universitária a partir da análise sociológica das relações Estado e Política Universitária. Assim, os autores desmontam a estrutura universitária pública, nas dimensões da privatização, da pesquisa e do ensino: iluminando a política privatizante do Estado em relação à educação superior pública, desnudando o "modelo político educacional e geral (de desenvolvimento do país, supondo política extra-universitária de pesquisa) em jogo nas contradições vividas pela universidade brasileira" e demonstrando a perda do poder aquisitivo dos docentes.

Refletindo sobre o papel das políticas sociais na criação da "democracia possível", Azevedo vincula à sua *démarche*, privilegiados os aspectos políticos, o conceito de cidadania, identificando as "condições historicamente forjadas do tipo de cidadão" que temos e apontando para aquelas possíveis da construção da cidadania que queremos.

O olhar de Nogueira na obra de Marx resulta na "construção" de uma proposta pedagógica onde se combinam instrução e trabalho produtivo, como a "contribuição mais importante de Marx".

Na seção "Análise da Prática Pedagógica" publica-se o artigo de Costa & Bujes cuja tônica está na superação da tão provalada "crise da universidade" para alcançar suas tentativas na procura de novos rumos, na recomposição de sua trajetória e conquista de sua identidade.

"Debates", a seção da Revista *Educação & Sociedade* onde se evidencia o maior movimento de construção para fortalecer (ou criar?) a "sociedade do discurso" no campo da educação, publica os artigos de Coombs e Crispum. Aquele será respondido no próximo número por Jacques Vêloso e fica a provocação aos leitores da área de Orientação Educacional lançada por Crispum.

Com a resenha do livro *O que todo cidadão precisa saber sobre ideologia*, encerramos o presente número.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE 29

Revista Quadrimestral de Ciências da Educação - Jul./1988



SUMÁRIO

Editorial	3
ARTIGOS	
Introdução à tradução alemã do "Discurso da Servidão Voluntária", de Etiënne de la Boétie <i>Heinz-Joachim Heydorn</i>	5
Subsidiando a análise da estrutura de poder interno da Universidade Federal de Pernambuco <i>Elizabeth Cassimiro de Freitas</i>	31
Educação popular: libertação das classes populares ou socialização da verba pública? <i>Victor Vincent Valla</i>	73
Viabilidade da escola pública de tempo integral <i>Vitor Henrique Paro, Celso João Ferretti, Cláudia Pereira Vianna e Denise Trento Rebello de Souza</i>	86
Educação-produção: as distorções do sistema <i>Maria Laura P. B. Franco e Dagmar M. L. Zibas</i>	100
Da estrutura do ensino à educação brasileira: reflexões sobre uma prática <i>Ana Waleska P. C. Mendonça e Isabel Alice O. Lellis</i> ..	122
DEBATES	
As disciplinas humanas nos currículos de formação de profissionais da área de saúde <i>Thereza Marini</i>	130
O Estado e a Universidade: a luta pela sobrevivência na escola pública <i>Agueda Bernardete Uhle</i>	140
A administração escolar entre a realidade e a aparência <i>Leticia Bicalho Canêdo</i>	152
Carta do Prof. José Carlos Libâneo	166
JORNAL DA EDUCAÇÃO	
Seminário: "A escola de 1.º grau e as novas propostas curriculares"	167
V CBE	168

ISSN — 0101 — 7330
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE
REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
Ano X — número 29 — julho de 1988

CONSELHO EDITORIAL

Agueda Bernardete Uhle, Cecília Azevedo Lima Collares, Elizabeth de Almeida, Silveiras Pompeo de Camargo, Eloisa de Mattos Hofling, Evaldo Amaro Vieira, Helena Costa Lopes de Freitas, Ivany Rodrigues Pino, Joaquim Brasil Fontes Júnior, Leticia Bicalho Canêdo, Lucila Schwantes Arouca, Maria Aparecida Z. Struckl, Maurício Tregtenberg, Milton José de Almeida, Newton Antonio Pauciull Bryan e Sandra Freire.

COLABORAM NESTE NÚMERO:

Agueda Bernardete Uhle, Ana Waleska P. C. Mendonça, Celso João Ferretti, Cláudia Pereira Vianna, Dagmar M. L. Zibas, Denise Trento Rebello de Souza, Elizabeth Cassimiro de Freitas, Heinz-Joachim Heydorn, Isabel Alice O. Lellis, José Carlos Libâneo, Leticia Bicalho Canêdo, Maria Laura P. B. Franco, Thereza Marini, Victor Vincent Valla e Victor Henrique Paro.

Produção editorial: José A. Cardoso
Produção gráfica: Adriana Moysés
Revisão: José A. Cardoso e Wilson F. Ramos
Supervisão editorial: Antonio de Paulo Silva

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE aceita colaboração, reservando o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas e os de comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação & Sociedade (CEDES), Caixa Postal 6022, A. P. UNICAMP. Telefone: (0192) 39-1598, 13100 — Campinas — SP — Brasil.

Publicação, comercialização e assinaturas:
CORTEZ EDITORA
Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111
05009 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil
1988

Ilustração de capa de Milton José de Almeida.

EDITORIAL

A luta travada no seio da sociedade brasileira continua se refletindo nos embates registrados diariamente entre os constituintes na Assembléia Nacional. Pouco a pouco vai-se delineando a Nova Carta trazendo esperanças e frustrações à maioria da população.

O Capítulo Da Educação, Da Cultura e Do Desporto já sofre a primeira votação e registra, sem dúvida, algumas conquistas. Trata-se do resultado advindo do esforço de um grupo de constituintes comprometidos com os interesses da Nação brasileira que, respaldados pelos educadores sempre presentes, acompanhando passo a passo o jogo de forças no plenário, conseguem enfim um pequeno saldo favorável.

Não se pode hoje deixar de ressaltar o significado de avanços como: a igualdade de acesso e a permanência na escola; a gestão democrática de ensino público; a garantia legal para o pluralismo de idéias, de concepção pedagógica e de instituições de ensino; a valorização dos profissionais do ensino através da garantia de planos de carreira para o magistério público, em cada nível de ensino, contendo piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos. Este último tema, especialmente, acende uma chama de esperança pela sobrevivência da escola pública. Os educadores, já trôpegos pelo cansaço das constantes greves a que

têm sido obrigados, para continuar em pé diante de seus alunos, querem agora acreditar na existência de uma carreira justa e de um salário digno para toda a categoria. Todavia, em paralelo aos avanços, devemos registrar também perdas ocasionadas fundamentalmente pelas condições objetivas em que as negociações foram possíveis. A destinação das verbas públicas para as escolas comunitárias confessionais ou filantrópicas continuará se configurando numa sangria aos cofres públicos e num incentivo a uma escola diferenciada para camadas diferenciadas da população.

O CEDES, através de seus representantes, não se furtou em nenhum momento à luta pela qualidade do ensino público e gratuito em todos os níveis. Neste momento alerta seus leitores e associados para continuar a postos e vigilantes até que se promulgue não apenas a nova Constituição, como também a LDB. Neste sentido, marca *encontro* para todos os educadores e também os homens públicos, em Brasília, de 2 a 5 de agosto, quando a realização da V CBE deverá firmar os rumos da luta por uma LDB que garanta a implementação dos princípios da Nova Constituição.

Este número da Revista *Educação & Sociedade* trás alguns temas relevantes em discussão nos meios educacionais do país, na tentativa de continuar incentivando a produção científica na área da Educação.

O Conselho Editorial agradece a colaboração dos colegas Angel Pino Sirgado, Luis Carlos de Freitas, Gilberta Januzzi que prontamente atenderam à solicitação para assessorar nos trabalhos de julgamento de textos para esta revista.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE 30

Revista Quadrimestral de Ciências da Educação - Ago./1988



SUMÁRIO

Editorial	3
ARTIGOS	
A nova lei de Diretrizes e Bases da Educação e o financiamento do ensino: pontos de partida	5
<i>Jacques Velloso</i>	
Papert, as máquinas e o movimento	43
<i>Laymert Garcia dos Santos</i>	
Democratización de la educación: proceso y perspectivas	63
<i>Daniel Filmus</i>	
Da universidade "modernizada" à universidade "disciplinada": Atcon e Meira Mattos	87
<i>Maria de Lourdes A. Fávero</i>	
ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Ensino de biologia no 2.º grau: da competência "satisfatória" à nova competência	134
<i>Reinaldo Montalvão de Moraes Cunha</i>	
DEBATES	
Municipalização do ensino e salário-educação	154
<i>José Eustáquio Romão</i>	
RESENHAS	
Instituição e relações afetivas: o vínculo com o abandono — Marlene Guirado	162
<i>Maria Inês Rosa</i>	
Tá pronto, seu Lobo? — Ivani C. A. Fazenda (coord.)	167
<i>Mariza Del Cioppo Elias</i>	

ISSN - 0101 - 7330
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE
REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Ano X - número 30 - agosto de 1988

CONSELHO EDITORIAL:

Agueda Bernardete Uhle, Cecília Azevedo Lima Collares, Elizabeth de Almeida Silveiras Pompeo de Camargo, Eloisa de Mattos Hoffling, Evaldo Amaro Vieira, Helena Costa Lopes de Freitas, Ivany Rodrigues Pino, Joaquim Brasil Fontes Júnior, Leticia Bicalho Canedo, Lucila Schwantes Arouca, Maria Aparecida Z. Struckl, Maurício Tragtenberg, Milton José de Almeida, Newton Antonio Paucioli Bryan e Sandra Freire.

COLABORARAM NESTE NÚMERO:

Daniel Filmus, Jacques Velloso, José Eustáquio Romão, Laymert Garcia dos Santos, Maria de Lourdes A. Fávero, Maria Inês Rosa, Mariza Del Cioppo Elias, Reinaldo Montalvão de Moraes Cunha.

Arte de capa: Adonias Pereira

Capa (criação): Milton José de Almeida

Divulgação: Eloísa Rocha

Ilustração de capa: Paul Gauguin

Produção gráfica: Adriana Moysés

Produção editorial: José A. Cardoso

Revisão: José B. Santos

Supervisão editorial: Antonio de Paulo Silva

A Revista *Educação & Sociedade* é uma edição do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), o qual aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas, e os comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), Caixa Postal 6022, A. P. UNICAMP. Telefone: (0192) 39-1598, 13100 - Campinas (SP) - Brasil.

Produção, comercialização e assinaturas:

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 387 - Tel.: (011) 864-0111
05009 - São Paulo - SP

Impresso no Brasil
1988

EDITORIAL

O processo de elaboração da nova Carta está entrando na fase final em que o texto é objeto de um segundo turno de emendas supressivas, podendo ainda ter alterada a sua configuração.

O CEDES não só se mantém vigilante a estas alterações, eventualmente substanciais aos princípios que defende, como também volta-se atento, agora, para a fase da elaboração das leis ordinárias e complementares — entre elas a da educação — necessárias para que a nova Constituição vigore em sua plenitude. Na previsão desta etapa — importante politicamente para a educação — é que a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd), a Associação Nacional de Educação (ANDE) e o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) definiriam o tema para a V CBE: A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Compromisso dos Educadores.

A importância do período que agora se inicia leva o CEDES, ao lado das outras entidades promotoras da V CBE, a conclamar os educadores a elaborarem diretrizes que imprimam na Lei Máxima da Educação a marca que reflita o seu compromisso com a educação, a ser expresso na definição de políticas educacionais que garantam os direitos dos cidadãos brasileiros e exijam do Estado o cumprimento de seus deveres, na perspectiva da construção de uma sociedade democrática.

Nesta direção, as entidades promotoras da CBE, ouvindo seus associados, traçaram os temas geradores dos simpósios, painéis e outras atividades previstas na V CBE.

É importante que os educadores tenham clareza de que os princípios e diretrizes comprometidos com a defesa de políticas educacionais que respondam aos interesses maiores da sociedade brasileira, contrariam frontalmente aqueles interesses de grupos ou setores da sociedade civil e/ou do Estado que, embora defendendo interesses menores da sociedade, mostram, claramente, seu poder de pressão na correlação de forças no Congresso Nacional Constituinte.

Por isto, é ilusório esperar que as posições dos educadores, discutidas e tomadas ao longo da V CBE obtenham a hegemonia junto aos Constituintes e sejam incorporadas no novo texto da LDB. Ao contrário, aquelas posições devem constituir a "bandeira" de luta nos embates que teremos de travar junto com as outras entidades componentes do Fórum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público Gratuito. Daí a necessidade de nos articularmos entre nós — educadores — e entre as diferentes enti-

dades que compõem o Fórum da Educação na Constituinte, na construção de um trabalho orgânico, forte, vigoroso, moderno, capaz de somar as convergências e trabalhar as divergências.

Se de um lado a V CBE é um espaço de conclamação dos educadores a elaborarem as diretrizes para a LDB, ela deve, por outro lado, pontuar o início de uma longa trajetória, cunhada pela divulgação das posições da V CBE e ampliação das discussões que, certamente, elas provocarão no campo educacional. Nesta trajetória, prevê-se uma dura luta a ser travada no Congresso Nacional por ocasião das discussões, das negociações, dos acordos e das votações que moldarão o texto base da futura LDB.

No sentido de facilitar o avanço do debate dos temas centrais da nova LDB, a Revista *Educação & Sociedade* abre o presente número com a publicação do artigo de Velloso sobre a questão do financiamento do ensino. O autor discute os fundamentos de uma nova legislação básica do financiamento do ensino, abordando o tema, como o centro do princípio da defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis, "condição primeira para a democratização da escola e da Universidade". Na contraposição do público e do privado, traça os caminhos que apontam para a resistência à "nova onda do avanço privatista", anunciada na nova Carta, trabalha teoricamente novas categorias introduzidas no debate e desenha um esboço de artigos a respeito da matéria. Trata da gratuidade do ensino público; o ensino privado (comunitários) e os recursos públicos; a vinculação de recursos para o ensino e as diferentes instâncias de governo; o salário-educação, os Estados e os Municípios; os recursos da Universidade pública e a questão da autonomia.

Na seção "Debates", o artigo de Romão sobre Municipalização do Ensino e Salário-Educação retoma uma vertente da temática analisada por Velloso, com pontos de aproximação e outros de divergência.

Filmus analisa a questão da democratização da educação como um processo necessário e de difícil construção, procurando visualizar e indicar caminhos que a permitam.

O artigo de Fávero, tendo em vista o entendimento do "movimento da reforma universitária: 58-68", analisa o Plano Atcon e o Relatório da Comissão Meira Mattos.

O artigo de Santos aborda questões levantadas pelas novas relações do homem com a máquina, instauradas pela evolução das máquinas pensantes: os microcomputadores. Esta temática constitui um desafio à educação, não só porque questiona as relações tradicionais do ensino, como pelas suas implicações na produção e aquisição do conhecimento.

Na "Análise da Prática Pedagógica", Cunha analisa a questão da competência "satisfatória", a nova competência no ensino da Biologia.

Na seção "Resenhas" são publicados os artigos de Rosa sobre o livro *Instituição e relações afetivas* — O vínculo com o abandono, e de Elias sobre o livro *Tã pronto, seu Lobo?*

A nova
Bases
do en

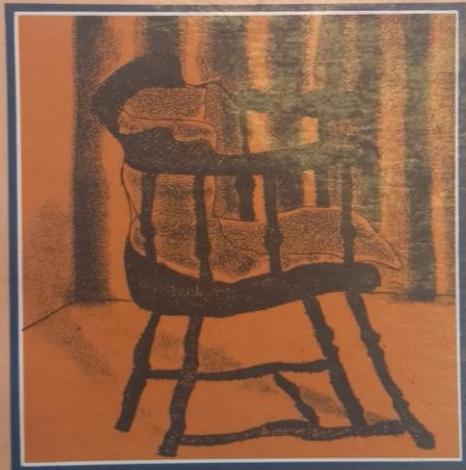
Te
tituinte
Consti
nova C
asterár
entre e
de part
Lei de
ensino.

A c
do ensi
meira pe
to apro
gra, uma
popular
artigo de
IV. dispô

* O p
Grupo de
Nacional de
meio de tte
eles anterio
concedido de

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE 31

Revista Quadrimestral de Ciências da Educação - Dez./1988



Revista 31

m. das Graças Ferreira

SUMÁRIO

UFG
FE

Editorial	3
Declaração de Brasília – V Conferência Brasileira de Educação	5
ARTIGOS	
“Formação do planejador”: educação articulando prática-teoria <i>Maria Julieta Costa Calazans</i>	9
Formação na empresa, educação escolar e socialização familiar: uma comparação França-Brasil-Japão <i>Helena Sumiko Hirata</i>	29
Los procesos institucionales y la discriminación educativa en los colegios secundarios en la Argentina <i>Nora Krawczyk</i>	48
Produção, conhecimento e educação: a conexão que falta <i>Tomaz Tadeu da Silva</i>	79
Teorias da resistência e a prática educativa <i>Marli E.D.A. André</i>	91
DEBATES	
Qual universidade? <i>Luiz Antônio Cunha</i>	105
RESENHA	
A moderna tradição brasileira – cultura brasileira e indústria cultural <i>Niuvenius J. Paoli</i>	129
JORNAL DA REVISTA:	
Encontro do CEDES: criação de núcleos regionais	133

ISSN - 0101 - 7330
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE
REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
Ano X - número 31 - dezembro de 1988

CONSELHO EDITORIAL:

Agueda Bernardete Uhle, Cecília A. L. Collares, Elizabeth de Almeida, Silveira P. de Camargo, Eloisa de Mattos Hoffling, Evaldo Amaro Vieira, Helena Costa Lopes de Freitas, Ivany Rodrigues Pino, Joaquim B. Fontes Júnior, Letícia Bicalho Canedo, Lucília Schwantes Arouca, Maria Aparecida Z. Struckl, Maurício Tragtenberg, Milton José de Almeida, Newton Antonio P. Bryan e Sandra Freire.

COLABORAM NESTE NÚMERO:

Maria Julieta Costa Calazans, Helena Sumiko Hirata, Nora Krawczyk, Tomaz Tadeu da Silva, Marli E. D. A. André, Angelina Peralva, Luiz Antônio Cunha, Niuvenius J. Paoli.

Coordenação editorial: Ana Cândida Costa
Revisão: Liege Marucci
Supervisão editorial: Antonio de Paulo Silva
Ilustração de capa: Amiet Chahim

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE aceita colaboração, reservando o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas e os de comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao Centro de Estudos Educação & Sociedade (CEDES). Caixa Postal 6022. A. P. UNICAMP. Telefone: (0192) 39-1598, 13100 – Campinas – São Paulo – Brasil.



A PRESENTE PUBLICAÇÃO CONTOU COM O APOIO FINANCEIRO DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS – INEP, NO ANO DE SEU CINQUENTENÁRIO, DENTRO DO PROGRAMA DE APOIO A PERIÓDICOS CIENTÍFICOS EM EDUCAÇÃO, ATRAVÉS DO CONVÊNIO INEP/UFRRGS Nº 76/87

Publicação, comercialização e assinaturas:
CORTEZ EDITORA
Rua Barreira, 387 - Tel.: (011) 864-0111
05009 - São Paulo - SP

Impresso no Brasil
1988

Revista 31

EDITORIAL

A publicação deste número da Revista *Educação & Sociedade* nos faz relatar momentos marcantes no movimento de educação nacional, especialmente, os dez anos de realização do “I Seminário de Educação Brasileira” e os dez anos de criação da Revista *Educação & Sociedade*.

Do “I Seminário”, realizado na UNICAMP em 1978, queremos destacar a importância histórica que teve no relançamento do movimento dos educadores, não só pelo seu tema – A formação do educador, discutido através da Redefinição dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura – como também por constituir o primeiro encontro e o primeiro momento de reflexão coletiva sobre educação após 64, reunindo educadores e profissionais do ensino de diferentes partes do país. O II Seminário de Educação Brasileira, que deveria ter sido realizado em 1979, foi absorvido pela I CBE, dando-se origem ao atual ciclo bianual das Conferências Brasileiras de Educação.

O primeiro número da *Educação & Sociedade*, em setembro de 1978 – cujo lançamento e a realização do I Seminário de Educação Brasileira deram origem ao CEDES – traz explícitos os objetivos essenciais desta publicação, mantidos vivos ao longo dos seus 31 números, até hoje: “*Educação & Sociedade*... está aberta a outras instituições e pessoas que, em caráter individual, queiram aderir a seu compromisso de reanimar a audiência, o debate e a crítica em torno dos problemas educacionais brasileiros a fim de repensar a educação passo a passo com a reconstrução da sociedade, reconhecendo que é esta a grande tarefa atual das ciências da educação” (*Educação & Sociedade*, nº 1, p. 3).

No bojo deste processo e da dinâmica do movimento de educação no país, está a realização das Conferências Brasileiras de Educação. Este número 31 é o primeiro após a V CBE, realizada em Brasília, em agosto deste ano, que teve como tema: “A Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Compromisso dos Educadores”. A V CBE reuniu em Brasília cerca de 6.000 pessoas ligadas à educação, convergindo para uma mesma preocupação que é a elaboração da nova LDB, tarefa prioritária após a promulgação da Constituinte. Simpósios, painéis, mesas-redondas, atividades diversas forneceram valiosos elementos para esta tarefa.

A V CBE, através das discussões feitas e das moções que aprovou em seus simpósios, reforçou a posição de que a nova LDB deve ter como eixo a universalização do ensino fundamental e a organização de um sistema nacional que, numa de suas dimensões, assegure a articulação orgânica dos diversos níveis e modalidades de ensino e na esfera fe-

deral, estadual e municipal, e que, na outra, propicie a continuada melhoria de sua qualidade e sua crescente democratização.

A V CBE atingiu seu objetivo central, o de se constituir em importante instância de mobilização dos educadores do país em torno da elaboração da nova LDB. No entanto, esse trabalho de mobilização deve continuar, deve significar efetivamente a presença das posições e expectativas dos educadores na formulação da LDB. Uma das etapas deste trabalho é a ampla divulgação da *Declaração de Brasília*, o que fazemos no presente número. Outras etapas, outras formas de atuação são pensadas e devem ser objeto de todo esforço de articulação entre nós educadores, para que façamos frente a grupos que defendem interesses contrários aos da maioria da população brasileira.

Este mesmo esforço tem nos unido no movimento em defesa da Universidade Pública, fazendo-nos lutar pela autonomia universitária efetivamente exercida; por maiores verbas para o ensino e pesquisa; por condições de trabalho dignas para que se desenvolvam a produção e reprodução do conhecimento no âmbito da Universidade. Estamos assistindo a um assustador processo de desvalorização da Universidade Pública, especialmente as do Estado de São Paulo, que poderá levar a um irreversível esvaziamento científico, tecnológico e cultural do país. Não somente a Universidade, mas toda a Escola Pública é ameaçada com tal política educacional, que caminha contrariamente à melhoria da qualidade e democratização da educação no Brasil.

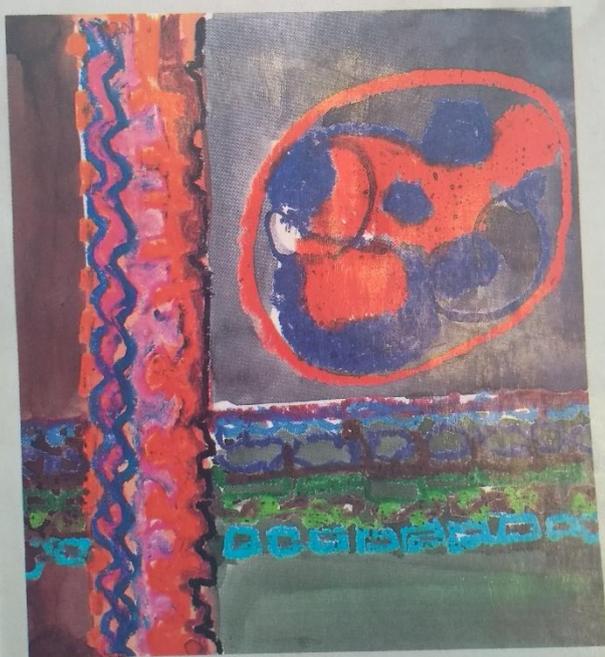
O CEDES tem participado ativamente destas diferentes "frentes" em defesa da educação pública. Tem estado presente, tem encaminhado moções, tem participado de debates e manifestações, mantendo vivo seu compromisso em defesa da educação brasileira.

É com esta mesma perspectiva que trazemos para os leitores este número 31, com textos que seguramente enriquecerão o debate das questões no momento colocadas para nós, educadores e cidadãos brasileiros, na busca de uma educação de melhor qualidade no seio de uma sociedade mais justa e democrática.

da
da
qu
ava
disc
dos
no p
ditadu
que re
educar
Estado
de Edu
que o C
dos plan
Ne
las em ed

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE 32

Revista Quadrimestral de Ciências da Educação - Abr./1989



SUMÁRIO

Revista 32
RL1000
Darcy Costa

Editorial	3
ARTIGOS	
Thompson e o método de Marx <i>José Willington Germano</i>	7
Educação: território livre ou ocupado? <i>Aparecida Jolly Gouveia</i>	23
Autoritarismo, mercados e conhecimento: evolución de las políticas de educación superior en Chile en los '80 <i>Cristián Cox D.</i>	27
Trabalho e educação. E a nova LDB? <i>Iracy S. Picanço</i>	51
A escola como mercado de trabalho: uma contribuição ao debate sobre a formação do educador <i>Olgamir Francisco de Carvalho</i>	59
Educação, saúde e formação da cidadania na escola <i>Cecilia A. Lima Collares e Maria Aparecida A. Moisés</i>	73
Administrar la calidad académica de la universidad latinoamericana <i>Hebe M. C. Vessuri</i>	88
ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
A democratização do ensino na zona rural: uma experiência pioneira <i>Lilian M. Paes de Carvalho Ramos</i>	103
DEBATES	
Informática e educação: na encruzilhada <i>Layment G. dos Santos</i>	111
A escola de 1.º grau em tempo integral: "as lições da prática" <i>Zaia Brandão</i>	116
Municipalização do ensino de 1.º grau no Estado do Rio de Janeiro — uma análise do documento oficial (Promurj) <i>Nicholas Davies</i>	130
RESENHAS	
Lux in tenebris — Roberto Romano <i>Roseli Fischmann</i>	136
Educando para o trabalho: família e escola como agências educadoras — Zeila Demartini & Alice Lang <i>Dulce C. A. Whitaker</i>	140
Leitura: a vida orientando a palavra — Edson Gabriel Garcia <i>Ezequiel Theodoro da Silva</i>	143
Aprendendo a ser trabalhador. Escola, resistência e reprodução social — Paul Willis <i>Elizabeth Zardo Búrigo</i>	146
JORNAL DA REVISTA	
Documento conclusivo do III Encontro de Revistas Brasileiras de Educação	152
Reflexões sobre a construção de um centro de pesquisa no Centro de Estudos Educação e Sociedade — CEDES <i>Ivany Rodrigues Pino</i>	155



ISSN - 0101 - 7330
EDUCAÇÃO & SOCIEDADE
REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
Ano X — número 32 — abril de 1989

CONSELHO EDITORIAL:

Aquedete Bernardete Uhle, Cecília A. L. Collares, Elizabeth de Almeida, Silveiras P. de Camargo, Eloisa de Mattos Hofling, Evaldo Amaro Vieira, Helena Costa Lopes de Freitas, Ivany Rodrigues Pino, Joaquim B. Fantes Júnior, Leticia Bicalho Canedo, Lucila Schwantes Arouca, Maria Aparecida Z. Struckl, Maurício Tragtenberg, Milton José de Almeida, Newton Antonio P. Bryan e Sandra Freire.

COLABORARAM NESTE NÚMERO:

José Willington Germano, Aparecida Jolly Gouveia, Cristián Cox D., Iracy Picanço, Olgamir Francisco de Carvalho, Cecília A. Lima Collares, Maria Aparecida A. Moisés, Hebe Vessuri, Lilian M. P. C. Ramos, Layment G. dos Santos, Zaia Brandão, Nicholas Davies, Roseli Fischmann, Dulce C. A. Whitaker, Ezequiel Theodoro da Silva, Elizabeth Zardo Búrigo.

Coordenação editorial: Ana Cândida Costa

Revisão: Ana Maria Lébeis, Isabel Rebelo Roque, Carmen Teresa Simões

Supervisão editorial: Antonio de Paulo Silva

Ilustração de capa: Milton José de Almeida

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE é uma edição do Centro de Estudos de Educação e Sociedade, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ter no máximo 30 laudas e os comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao CEDES, Cx. Postal 6022 — A.P. UNICAMP, Telefone: (019)39-1598, 13100 — Campinas — São Paulo.

INEP

A presente publicação contou com o apoio financeiro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais INEP, dentro do programa de Apoio a Periódicos Científicos em Educação.

Publicação, comercialização e assinaturas:
CORTEZ EDITORA
Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111
05009 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil
1989



EDITORIAL

O Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) completou 10 anos no mês de março p.p. Sua criação efetivou-se no sentido de dar apoio acadêmico e político à Revista *Educação & Sociedade*.

O CEDES nasce em um tempo histórico marcado pela efervescência e vontade da reconquista da democracia para o país. Setores da sociedade, através dos movimentos sociais, reorganizam-se. Também o campo da educação, reorganizando-se foi perpassado pelas lutas, pelas redefinições de políticas educacionais, comprometidas com a democratização da sociedade brasileira.

Seus objetivos, naquela conjuntura, foram definidos em duas vertentes: uma que se propôs a produzir e difundir saberes através de pesquisas polarizadas na relação educação e sociedade; e outra que propugnou a participação nos movimentos sociais, políticos do campo da educação.

Como aponta Pino no texto sobre a construção da produção de saberes no CEDES publicado neste número, exigências conjunturais externas e internas jogaram forte na orientação da prática do CEDES. Se suas ações orientaram-se mais na direção da segunda vertente, entretanto o CEDES, nestes 10 anos, distinguiu-se na dimensão, extremamente importante, da socialização e da difusão de saberes, ocupando nela lugar privilegiado.

Comemorando os 10 anos do CEDES e da Revista *Educação & Sociedade* o Conselho Editorial prepara um número especial.

A educação atravessa hoje uma conjuntura importante e difícil, uma vez que se encontram em elaboração a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Constituições Estaduais, o que exige dos educadores posicionamento claro e efetiva participação.

No embate que está ocorrendo pela formulação de uma nova LDB, assim como das Constituições Estaduais, pode-se, de uma forma concreta, perceber o significado do conflito relativo à dicotomia público-privado que perpassou o processo de elaboração da Constituição Federal, com relação ao capítulo da Educação.

Provavelmente, as mesmas forças divergentes que estiveram presentes nesse conflito, no processo de elaboração da Constituição Federal e que polarizam o debate ao nível das propostas educacionais, estão presentes e rearticuladas em torno do debate das Constituições Estaduais e, talvez de forma mais intensa, em torno da LDB.

Com relação à LDB, isso, até certo ponto, já pode ser observado através da análise dos documentos que já se tornaram públicos. Dependendo de como vai se dar esse embate, no caso de prevalecer os interesses democráticos, pode-se melhor resguardar as vitórias obtidas por ocasião da formulação da nova Constituição Federal.

Esse momento de elaboração das novas Constituições Estaduais e de formação da nova LDB exige dos educadores um grande trabalho no sentido de clarear e de aprofundar o conceito de público e de privado, enquanto categorias do Estado moderno, assim como no sentido de avançar propostas em defesa do ensino público democrático, gratuito e laico.

A Revista *Educação & Sociedade* n.º 32 procura contribuir nos debates atuais sobre a educação, fortalecendo-os. Assim, privilegiando a análise do lugar da economia política para a compreensão da totalidade social na "A Miséria da Teoria" de Thompson, Germano aprofunda a discussão de questões epistemológicas das Ciências Sociais. O autor procura mostrar que a crítica aos argumentos estruturalistas de Althusser é ultrapassada por Thompson que avança na direção de uma "crítica ao método de Marx".

Gouveia reflete sobre interessantes questões do território livre e ocupado da educação na escola pública, iluminando algumas contradições do cotidiano da educação brasileira. A preocupação em estender a análise e estudo das relações educação e sociedade para a América Latina manifesta-se como política editorial na Revista *Educação & Sociedade* desde seus primeiros números (veja n.º 4, set., 1979), perpassando pelos 10 anos de existência da Revista. No seu 11.º ano, a Revista *Educação & Sociedade*, apresenta neste número dois textos de forte importância.

Cox enfoca a evolução das políticas governamentais do Chile: traçando seus componentes básicos; recuperando as funções de produção e transmissão do conhecimento do sistema de educação superior, analisando a capacidade das diferentes políticas de afetar esse Núcleo; conceitualizando as dinâmicas macroestruturais inscritas nas políticas do período autoritário, interroga sobre as mudanças que sobreviveram ao regime.

Vessuri traz para a Revista *Educação & Sociedade* a discussão atual sobre qualidade acadêmica da Universidade latino-americana, tendo como referencial os parâmetros da excelência e da pertinência, esta considerada como relevância social. No cerne do debate sobre a qualidade — problema que polariza o interesse da Academia e da Sociedade, poder-se-ia dizer, do mundo ocidental — encontra-se o problema da avaliação. É no bojo desta discussão que a Revista *Educação & Sociedade* introduz a polêmica questão da avaliação das diferentes universidades brasileiras.

As pesquisas sobre ensino superior no país ganham em refinamento com o enfoque dado por Martins no seu artigo sobre a formação e desenvolvimento dos cursos de administração, situando-os como um dos momentos do "processo de produção dos administradores como grupo social".

Todos os textos da Revista *Educação & Sociedade* estão ligados, direta ou indiretamente, às questões do tempo histórico que a educação atravessa hoje e que tem na elaboração da LDB uma das suas principais faces. O artigo de Picanço, mais diretamente, debruça-se sobre a LDB trabalhando Educação e Trabalho no que eles se articulam e no que eles estão presentes na essencialidade da reorganização do sistema de ensino.

Carvalho propõe uma contribuição ao debate sobre a formação do educador reconceituando a temática da divisão do trabalho escolar. Analisando-a, compreendida na perspectiva marxista, propõe estudar como a divisão social do trabalho expressa a sustentação do capital do ponto de vista das relações de poder.

A abordagem da relação entre educação e saúde e a análise interna de uma e de outra, constituem o objeto do artigo de Collares e Moisés. Os autores procuraram explicitar o jogo de justificativas de fracassos recíprocos isentando-se, ambas, de análises e situando-as nos contextos estruturais e conjunturais das Políticas Públicas.

A seção Análise da Prática Pedagógica traz neste número o artigo de Ramos, analisando os resultados de 10 anos de programa de "Escolas Rurais Consolidadas" no Paraná.

Debates apresenta temas polêmicos e novos ou quase da velha e cansada problemática educacional brasileira: a informática (Santos), as escolas de 1.º grau em tempo integral (Brandão) e a municipalização do ensino (Davies).

Educação & Sociedade insiste na importância da seção Debates como meio de construção e fortalecimento da crítica no campo educacional. O vigor das Ciências da Educação é provocado, em parte, por uma "sociedade do discurso" forte, construída no processo dos debates acadêmicos e da sua prática social. É deste lugar que o papel das revistas nas diferentes áreas do conhecimento é privilegiado, entre outros motivos, pela sua agilidade e pela criação e fortalecimento da "república invisível" na circulação das idéias. Considerando o papel relevante das revistas no campo do conhecimento é que o CEDES tem estado particularmente interessado em acompanhar o movimento editorial de periódicos da educação. Neste sentido a *Educação & Sociedade* publica no Jornal da Educação o "Documento Conclusivo do III Encontro de Revistas Brasileiras de Educação", realizado em Belo Horizonte, em dezembro de 1988.

Educação & Sociedade n.º 32 apresenta quatro resenhas de importantes livros lançados no mercado, esperando que o leitor sintase provocado por elas.

A Diretoria do CEDES e o Conselho Editorial da Revista *Educação & Sociedade* registram, com tristeza, o falecimento recente, após doloroso período de enfermidade, do seu sócio e colaborador, César

Augusto de Paiva, professor de Sociologia da Educação, do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP.

A sua morte marcou profundamente a todos nós — seus amigos, colegas e alunos.

A doença que o acometeu, a partir do início de 1988, privou-nos, no mês passado, de sua presença humana, íntegra e afetuosa.

Embora muito jovem, César nos deixou uma lição de vida, que poderíamos receber no convívio diário com ele, e no acompanhamento da forma como soube enfrentar a doença que o acometeu.

Apesar de sua juventude, os trabalhos que realizou e vinha realizando revelam-nos um intelectual brilhante, sério e competente.

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE 33

Revista Quadrimestral de Ciências da Educação – Ago./1989



SUMÁRIO

Editorial	3
ARTIGOS	
Acerca do indivíduo, da prática e da consciência da prática Lúcia Bruno	7
Os desafios da autonomia universitária Eunice Ribeiro Durham	27
Relaciones entre la escuela y el trabajo: discusión de enfoques y categorías de análisis María de Ibarrola	41
A clínica psicopedagógica entre o saber e o conhecimento Leandro de Lafonquière	61
Uma contribuição ao estudo dos movimentos estudantis no Brasil Marcus Vinícius da Cunha	71
Marx, trabalho, conhecimento e educação — algumas notas Reginaldo Moraes	82
ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Educação de adultos e a legalização da marginalidade escolar: o que a realidade da escola mostra Rosetta Mammarella	91
DEBATES	
A questão da interdisciplinaridade: notas para a reformulação dos cursos de pedagogia Luiz Carlos de Freitas	105
No meio das feras: um professor no Conselho Estadual de Educação Luiz Antônio Cunha	132
"Produtividade" e autonomia na pesquisa em ciências humanas e em educação Raquel P. C. Gandini	141
RESENHA	
Educação e poder — Michael W. Apple Guacira L. Louro	158
JORNAL DA REVISTA	
Pesquisadores em educação	161
CONARCFE	161
SBPC	161
Fórum Nacional em defesa da escola pública na LDB	161
LDB: Ensino superior e gestão democrática — CEDES	162

Revista 33 22 100

U.F.G. B.C.

U.F.G. B.C.

ISSN - 0101 - 7330

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE

REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
Ano X — número 33 — agosto de 1989

CONSELHO EDITORIAL:

Agueda Bernardete Uhle, Cecília A. L. Collares, Elizabeth de Almeida, Silves P. de Carmargo, Eloisa de Mattos Hoffling, Evaldo Amaro Vieira, Helena Costa Lopes de Freitas, Ivany Rodrigues Pino, Joaquim B. Fontes Júnior, Leticia Bicalho Canedo, Lucila Schwantes Arouca, Maria Aparecida Z. Struckl, Maurício Tragtenberg, Milton José de Almeida, Newton Antonio P. Bryan e Sandra Freire.

COLABORARAM NESTE NÚMERO:

Lúcia Bruno, Eunice Ribeiro Durham, María de Ibarrola, Leandro de Lafonquière, Marcus V. da Cunha, Reginaldo Moraes, Rosetta Mammarella, Luiz Carlos de Freitas, Luiz Antônio Cunha, Raquel P. C. Gandini, Guacira Louro.

Coordenação editorial: Ana Cândida Costa

Revisão: Ana Maria Lébeis, Josephine S. Hernández, Maria Aparecida Amaral, Márcia Longo.

Supervisão editorial: Antonio de Paulo Silva

Ilustração de capa: Milton José de Almeida

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE é uma edição do Centro de Estudos de Educação e Sociedade, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à Redação. Os originais de artigos e comunicações deverão ser enviados em cópias legíveis e ter no máximo 30 laudas e os comentários e resenhas, 10 laudas. Os textos assinados são de responsabilidade de seus autores. As colaborações devem ser enviadas ao CEDES, Cx. Postal 6022 — A.P. UNICAMP. Telefone: (0192) 39-1598, 13100 — Campinas — São Paulo.

Publicação, comercialização e assinaturas:

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111
05009 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil
1989

EDITORIAL

O Colegiado do CEDES, eleito para a gestão 87/89, encerrou seus trabalhos no mês de junho passado, dando posse à nova Diretoria eleita para o biênio 89/91.

Nos últimos dez anos o CEDES vem lutando com tenacidade pela defesa da educação pública brasileira, através das suas publicações e nos diferentes fóruns nos quais participa, tendo-se mostrado sensível às diferentes tendências que se fazem presentes no pensamento educacional brasileiro e nos movimentos sociais no âmbito da educação.

Extrapolando o contexto nacional, tornou-se também espaço para divulgação de trabalhos significativos, oriundos da América Latina.

Comprometendo-se a preservar o trabalho pioneiro do CEDES, o novo Colegiado, face ao atual contexto histórico, buscará novas formas de ação no campo educacional que respondam às questões cruciais que são colocadas, hoje, à sociedade brasileira.

Neste sentido, o atual Colegiado propõe-se a analisar os 10 anos de trabalho do CEDES, procurando detectar as tendências de sua atuação no processo de transformação da educação brasileira, tendo em vista priorizar e desenvolver seus pontos programáticos, dentre os quais podem ser destacados: tentativa de viabilização do CEDES enquanto centro de produção do conhecimento; articulação com agências nacionais e internacionais financiadoras de pesquisas e com grupos institucionais de pesquisa em educação e outras áreas do conhecimento; estudo e reavaliação da política editorial de suas publicações; continuação no trabalho de articulação e de participação nos movimentos sociais da educação, privilegiando aqueles relacionados à nova LDBEN...

Assim, o CEDES organizou um grupo de trabalho que elaborou um documento preliminar apresentado à audiência pública realizada em 1.º de junho p.p., quando, convidado como entidade nacional do campo da educação, teve a oportunidade de dar sua contribuição sobre a nova LDB à Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Turismo. O referido documento, permeado pela preocupação em oferecer respostas e soluções adequadas às grandes questões da sociedade brasileira, através da problemática da educação, com o compromisso de concorrer para a sua democratização e para o ensino público de boa qualidade em todos os níveis, tem as partes referentes às propostas sobre ensino superior e gestão democrática publicadas nesta Revista, na seção *Jornal da Educação*.

Revista 33

É desejável que os sócios do CEDES, tendo presente a importância do momento político para a educação brasileira, quando se elabora uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, participem do movimento de discussão, sobretudo das questões polêmicas e organizem-se para exigir do Congresso Nacional o compromisso com a aprovação de Lei Complementar que responda aos requisitos de um ensino público de boa qualidade em todos os níveis.

A Revista *Educação & Sociedade*, continuando com o seu propósito de refletir as preocupações e os avanços teóricos e práticos do campo educacional e das disciplinas próximas, abre o presente n.º 33, com a publicação do artigo de Bruno. O autor focaliza uma concepção de indivíduo face à complexidade da ação frente ao pensamento e a vontade dos agentes, analisando a questão da defasagem entre a teoria e a prática em produções literárias, destacando a autonomia da ação. Concebendo a teoria como a expressão ideológica de uma "relação intersujeitos" redefine a problemática do indivíduo a partir da articulação das esferas: das determinações da prática, da ação em processo e da consciência da ação.

Comemorando os 100 anos da República, *Educação & Sociedade* publica os oportunos artigos de Demartini e Cunha. Demartini analisa alguns aspectos da expansão do sistema educacional em São Paulo na 1.ª República. Privilegiando o estudo das interações das políticas locais no sistema educacional, procura iluminar o período republicano no sentido de dar visibilidade social à ação de setores da sociedade em relação a aspectos da demanda e da oferta. Demartini conclui que não havia somente o esforço de uma elite "esclarecida" — a dos republicanos paulistas — em disseminar a instrução primária; a demanda por escola existia, tendo sido canalizada pelas elites e partidos políticos. Cunha, com o objetivo de tentar uma compreensão histórica das organizações estudantis, através de estudo dos acontecimentos ocorridos no início do século no Ginásio do Estado de Ribeirão Preto (SP), analisa as relações do movimento estudantil com a vida política e com os movimentos de idéias das elites e como um e outro são disseminados entre os jovens, tornando-se suas bandeiras de luta.

Continuando com a política editorial de aproximar-se de estudos e análises das relações educação e sociedade na América Latina, o artigo de Ibarrola discute enfoques e categorias de análises usadas no estudo da relação entre a instituição escolar (no caso a agropecuária de nível médio superior) e os espaços de trabalho nos quais se inserem seus egressos, a partir de uma pesquisa qualitativa atualmente em desenvolvimento no México.

O artigo de Lajonquière constitui uma tentativa de consolidar uma reflexão teórica a respeito dos processos de aprendizagem a partir da conceitualização piagetiana do "erro" e da contribuição freudolacaniana, mostrando o caráter radicalmente inconsistente desses processos.

No "carrefour" das Ciências Sociais e Educação, questão atual da interdisciplinaridade, situa-se o artigo de Moraes, apontando a sua importância e o cuidado nas medições entre contribuições das diferentes disciplinas e o objeto particular. O autor apresenta temas dentro da Economia Política e Teorias sociais que podem estimular a reflexão sobre a formação interdisciplinar na educação, abordagens centrais da chamada Economia da Educação ou da Sociologia da Educação.

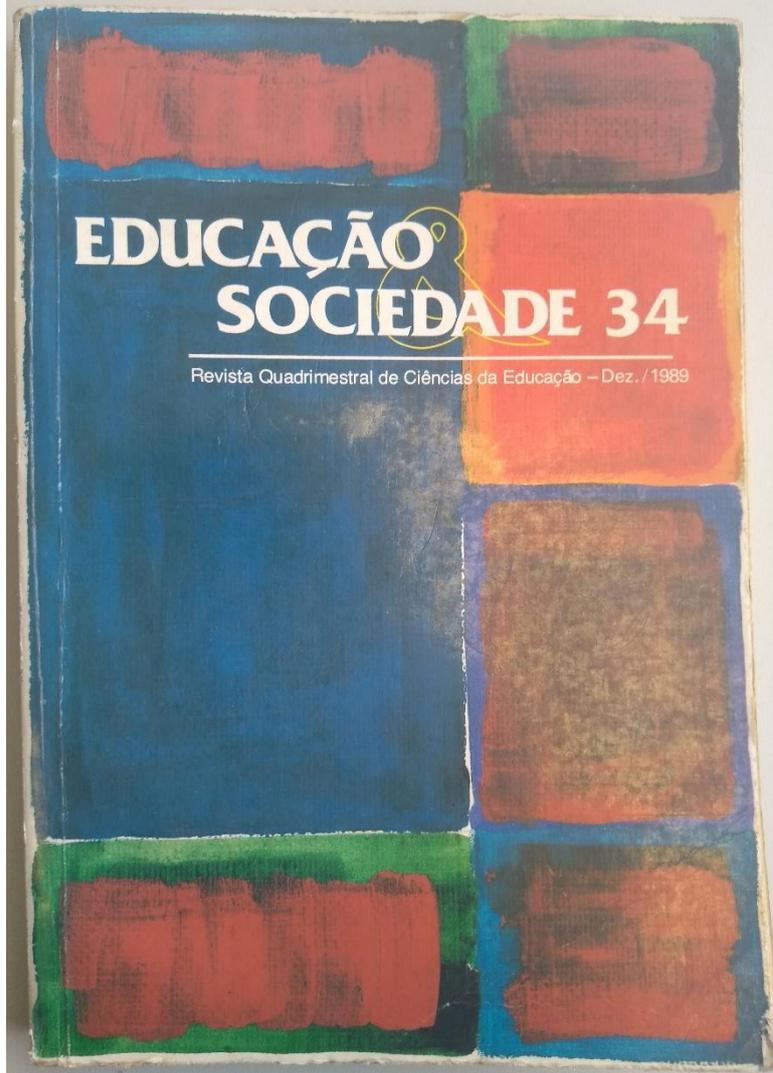
Na Análise da Prática Pedagógica, Mammarella procura contribuir para a desmistificação das contradições reais envolvendo a relação escola-sociedade, com vistas a superá-las, através da compreensão da educação de adultos no sistema formal de ensino noturno, tendo como referencial de análise sua prática educativa.

Os temas polêmicos que *Educação & Sociedade* propõe como provocativos na seção Debates, sempre no interesse de fortalecimento da crítica no campo educacional, polarizam-se, neste número, em torno das questões: a reformulação dos Cursos de Pedagogia e a interdisciplinaridade, a articulação destes temas (Freitas), a autonomia universitária e seus desafios (Durham) e avaliação da "produtividade" e autonomia na pesquisa na Universidade, particularmente em Ciências Humanas e em Educação (Gandini). Ainda na seção Debates, Cunha relata suas "desventuras" e suas aprendizagens enquanto membro do Conselho Estadual de Educação. Seu artigo suscita questões de mais alta relevância, no momento em que se discute a nova LDB, questões estas relacionadas com um avanço conquistado na Constituição: a gestão democrática da educação.

O livro *Educação e poder*, de Apple, é resenhado por Louro em provocante leitura.

O Colegiado do CEDES quer deixar registrada a importante participação de sua sócia*, Vera Brito, como uma de suas representantes, no Fórum Nacional da Educação na Constituinte em Defesa do Ensino Público e Gratuito.

* Vera Lúcia F. Alves de Brito



Revista
34

R1100

Darcy Costa

SUMÁRIO

Editorial 3

ARTIGOS

Novas tecnologias, perspectivas profissionais e autocompreensão cultural: desafios à formação 7
Martin Baethge

La economía y el discurso sobre la educación 27
Mariano Fernandez Enguita

"O coronelismo e a educação na 1.ª República" 44
Zella de Brito F. Demartini

Surgimento e expansão dos cursos de administração no Brasil (1952-1983) 75
Carlos Benedito Martins

Pé na caminhada: Um sermão modernizado? 103
Rubens Machado Jr.

ANÁLISE DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Teorias da educação e a prática pedagógica 108
Maria Rita Neto Sales Oliveira

Revista
34

DEBATES

A crise sociológica e a contribuição da psicologia social ao estudo dos movimentos sociais 122
Salvador A. M. Sandoval

Assessorias aos movimentos populares: mediações necessárias .. 130
Maria da Glória Gohn

RESENHA

A face oculta da escola. Educação e trabalho no capitalismo — Mariano Fernandez Enguita 145
Nilton Bueno Fischer

JORNAL DA EDUCAÇÃO

LDB — Participação do CEDES no 6.º CBCE 152

LDB 153

Fórum Nacional em defesa da escola pública na LDB — Manifesto ao povo brasileiro 154

Revista
34

EDITORIAL

O Colegiado do CEDES, dando continuidade aos trabalhos que têm pautado a vida da entidade, envidou o melhor de seus esforços no sentido de interferir na Política Nacional de Educação. Tendo como base a defesa da educação pública, faz-se presente no Fórum Nacional de Educação, defendendo as propostas elaboradas pelo seu grupo de trabalho e estudando, uma por uma, as propostas colocadas pelas demais instituições da sociedade brasileira. Neste sentido, merece ser destacada a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de parlamentares que elaboram a Nova LDB, pelo caráter democrático imprimido ao processo, tendo o cuidado de ouvir os grupos organizados da sociedade civil e pesquisadores do campo da educação. Todavia, são motivos de preocupação para o CEDES as articulações que vêm ocorrendo em defesa de um projeto de lei que propõe a dispensa da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, afirmando a suficiência da Constituição no que tange às Diretrizes da Educação. Por esta razão o CEDES reafirma a necessidade da mobilização permanente dos educadores neste momento especial para a democracia brasileira.

Com o objetivo de melhor representar o pensamento de seus associados, tem o Colegiado encaminhado toda a documentação, em estudo na "Comissão Parlamentar" que elabora a Nova LDB, aos seus núcleos e representantes e recebe as manifestações que são incorporadas nos textos do grupo de trabalho.

Por outro lado, procurando estar atento a toda produção significativa na área da Educação, o CEDES promoveu junto à

EDUCAÇÃO & SOCIEDADE dez. 1989 3

Faculdade de Educação da UNICAMP um debate com o pesquisador espanhol Mariano Fernandez Enguita sobre: A Face Oculta da Escola — Educação e Trabalho no Capitalismo, e oferece aos seus leitores, neste número da Revista, uma resenha deste livro do professor Enguita, elaborada por Fischer. Livro este recentemente publicado no Brasil.

Junto às contribuições dos pesquisadores brasileiros fazemos chegar às mãos do nosso leitor dois trabalhos que expressam as preocupações de estudiosos europeus e que são similares às nossas. São o artigo do professor Enguita, discutindo as relações entre economia e o discurso sobre educação em nossos tempos. Representa uma contribuição relevante ao debate sobre o papel da escola e da educação, partindo do pressuposto de que a Escola é hoje inevitável em qualquer sociedade, e portanto cabe aos educadores fazerem dela uma instituição comprometida com uma sociedade mais livre, mais justa...

O artigo de Baethge expõe um tema relevante e ao mesmo tempo polêmico, especialmente no momento em que se pensam novas bases para a educação nacional. Trata-se de "Novas Tecnologias, Perspectivas Profissionais e Autocompreensão Cultural: Desafios à Formação". Neste texto o problema da técnica é discutido com a profundidade que a questão merece, combatendo o tratamento tecnicista e empobrecido que às vezes tem se dado ao tema.

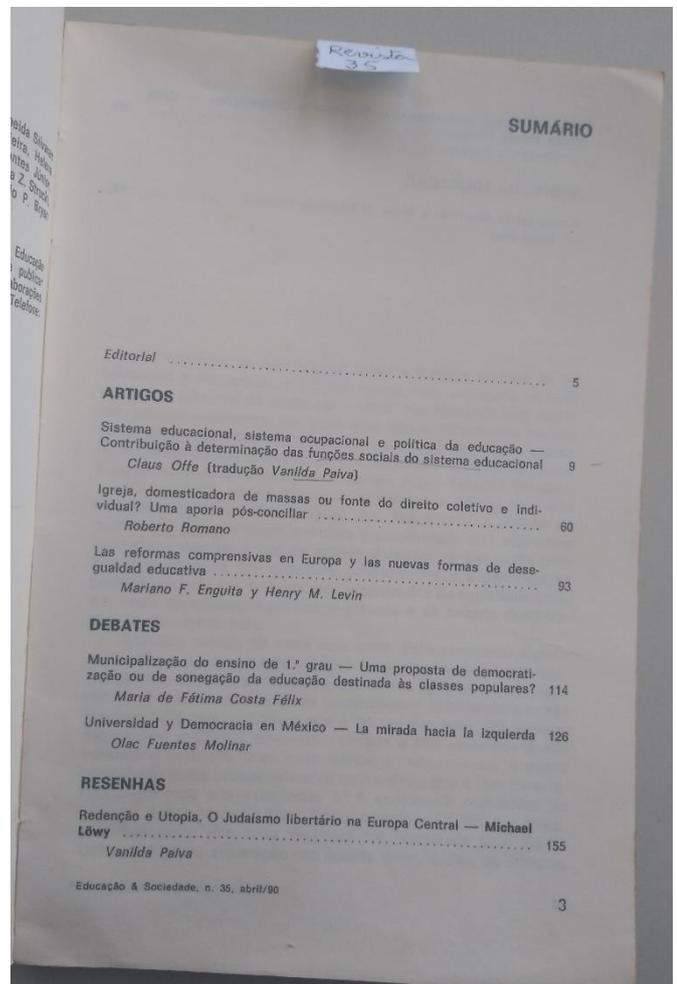
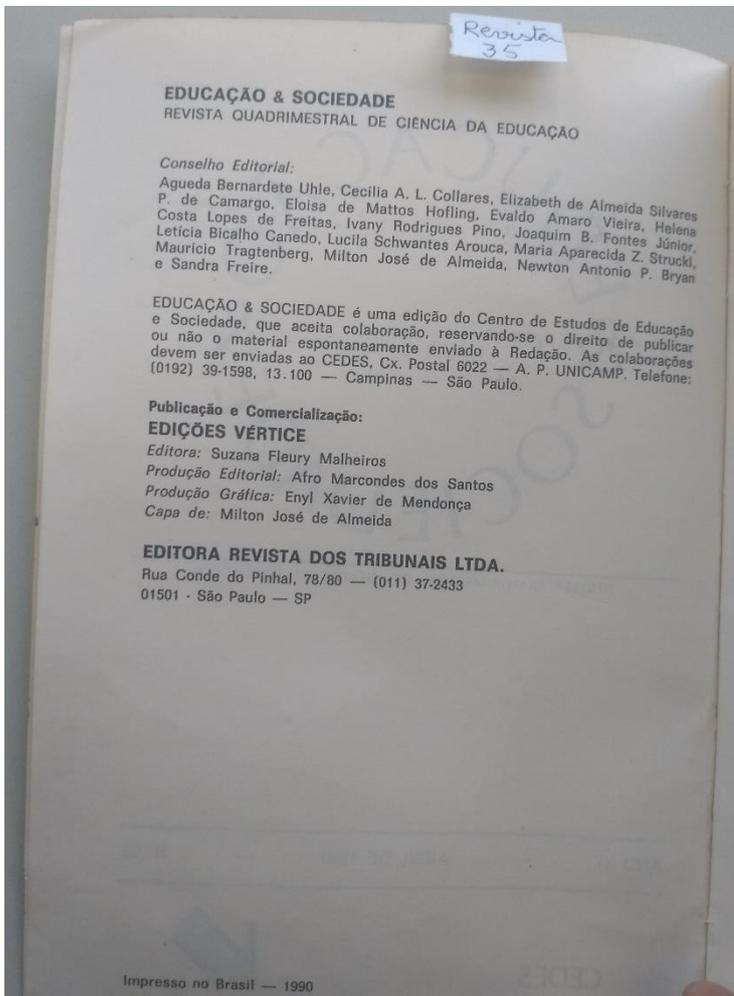
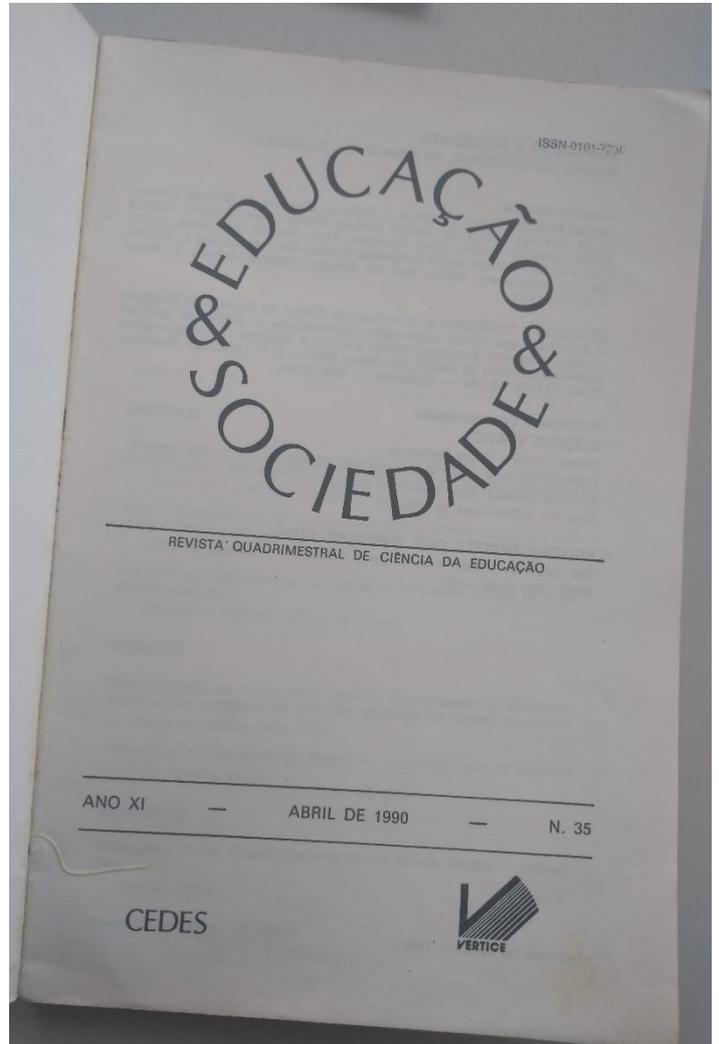
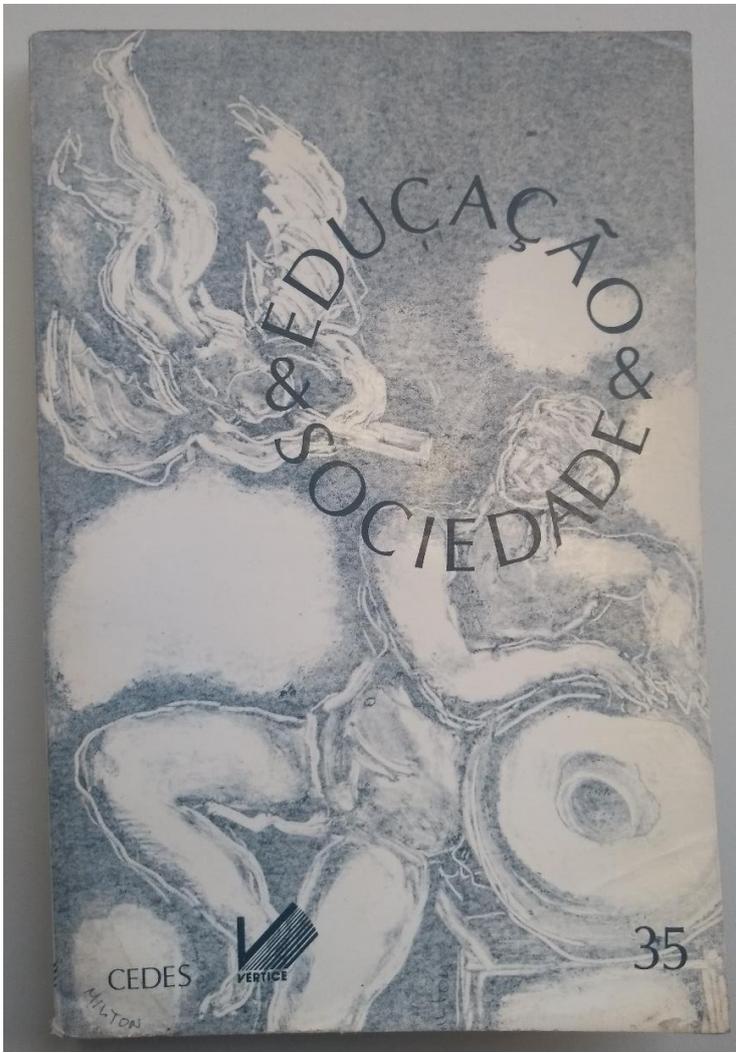
Machado Jr. colabora com o artigo "Pé na Caminhada: um sermão modernizado?", onde apresenta uma análise do filme, produzido por setores da Igreja católica, discutindo a incursão desta na arte cinematográfica.

Na seção Análise da Prática Pedagógica, Oliveira apresenta um estudo sobre o pensamento de alguns educadores brasileiros e as possibilidades destes pensamentos na elucidação do fenômeno educativo.

O tema em debate nesta revista traz a posição de dois pesquisadores preocupados com Movimentos Sociais no Brasil.

Sandoval discute a necessidade de análise sociológica dos movimentos sociais e aponta para riscos que decorrem de análises simplistas ou metodologicamente equivocadas. Gohn entra neste debate, estudando o papel desempenhado pelo assessor ou técnico junto aos movimentos populares.

Ainda compõem este número dois textos já apresentados nos editoriais das Revistas n.ºs 32 e 33 e que por motivos alheios à vontade do Conselho Editorial não foram publicados. Pedimos escusas aos leitores e especialmente aos autores, Carlos Benedito Martins e Zeila de Brito Fabri Demartini, por esta falha involuntária.



Revista
35

A escola e seus profissionais — Tradições e Contradições — Célia Frazão Soares Linhares 159
Gaudêncio Frigotto

JORNAL DA EDUCAÇÃO

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 162
Ivany Pino

Educação & Sociedade, n. 35, abril/90

4

Revista
35

EDITORIAL

Ao entregar ao seu público leitor a Revista número 35 da Educação & Sociedade, o CEDES marca mais um tento na vida cultural e editorial de nosso país. Afinal não tem sido fácil publicar, ininterruptamente, por onze anos consecutivos uma revista deste porte, com penetração em todo o Brasil, em vários países da América Latina e conhecida nos principais centros de investigação na área da educação da Europa e dos Estados Unidos.

Com efeito, várias foram as crises que o CEDES teve que enfrentar ao longo desses anos. Em todas teve a altivez de superá-las, sempre tendo em vista a preservação dos supremos interesses daquilo a que se propôs defender: a discussão política e acadêmica das questões educacionais e a participação política, ao lado dos seguimentos organizados da sociedade civil, em favor da educação pública e gratuita e da própria democratização do nosso país.

Estamos saindo de mais uma crise. Esta concorreu significativamente para que este número fosse publicado com atraso. Apontamos como suas causas, a esta altura em vias de ser superadas: a) A impossibilidade de continuarmos publicando a nossa Revista, pela mesma Editora que o fez por dez anos. Os motivos extrapolam o CEDES enquanto entidade e são estranhos à sua vontade e controle. Com novo Editor, esperamos que a nossa caminhada tenha prosseguimento com o êxito que a tem caracterizado em toda sua existência; b) A conjuntura econômica do país em decorrência do Plano Collor atingiu o CEDES, em cheio, pois boa parte dos seus recursos foi bloqueada pelo Banco Central. A plena superação das nossas dificuldades, no entanto,

5

Educação & Sociedade, n. 35, abril/90

Revista
35

só pode ocorrer com o empenho dos sócios numa campanha para angariar recursos com vistas à ampliação do quadro social da entidade, uma vez que os óbices foram muito aumentados.

O CEDES tem estado sempre atento ao que se passa na vida do país. Por isso não poderia deixar de externar a sua preocupação pela grave crise por que passa a educação pública entre nós e as soluções de caráter privatista que o Ministério da Educação tem endossado. Tratam-se de medidas inseridas no bojo das políticas de caráter conservador e neoliberal que tem inspirado o Governo Collor, cuja meta principal é derrotar a inflação, com base no pressuposto de que esta é uma decorrência do déficit público e não uma luta distributiva entre as classes sociais. Isto muito nos preocupa: sabemos que os países que adotaram o receituário neoliberal, de fato, tiveram os seus índices inflacionários diminuídos, porém a custo do aumento do desemprego, da miséria social das suas populações e, portanto, da estagnação das suas respectivas economias.

Por conseguinte não podemos concordar com o corte indiscriminado de verbas e de pessoal para as universidades públicas e institutos de pesquisa, com a destruição de equipes e de uma estrutura de pesquisa que resultou de ingentes esforços e consumiu anos a fio de trabalho. Diante disto queremos protestar igualmente, com toda veemência, contra o fato de que os membros da comunidade acadêmica e científica — responsáveis pelo desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, pela formação de recursos humanos em todas as áreas do conhecimento (em nível de graduação e pós-graduação) e pela prestação de serviço a extensas parcelas de nossa população — sejam agora vistos (esta é a caricatura fornecida pelo governo) como "indolentes" que consomem verbas públicas. Registre-se, pois, o nosso repúdio a esta atitude irresponsável e danosa ao futuro do país.

Finalmente, algumas palavras sobre o conteúdo do presente número da Revista. Assim sendo, coerente com a nossa atitude de encarar o fenômeno educativo para além da sua dimensão pedagógica mas como parte de uma totalidade histórico-social, estamos publicando um conjunto de matérias que dão conta desta preocupação. Do mesmo modo, estamos levando a público reflexões sobre temas relevantes ao campo educacional, não somente no que diz respeito ao Brasil e à América Latina, como também no tocante aos países de capitalismo maduro.

Educação & Sociedade, n. 35, abril/90

6

Revista
35

Nessa perspectiva, abrimos nossa Revista com um artigo de Claus Offe, um dos expoentes da "escola lógica do capital", onde o autor analisa a complexidade da elaboração e da prática da política educacional, em função das múltiplas mediações presentes na arena política e social; ou seja o autor aborda a falta de congruência entre o momento da concepção e o momento da ação prática da política educacional. Offe procura, em síntese, analisar sobretudo o papel do sistema educacional na reprodução da força de trabalho sob o capitalismo avançado.

A seguir, Roberto Romano trata com grande competência da ação da Igreja — uma das mais poderosas instituições que atua entre nós no que diz respeito aos direitos humanos, notadamente no que toca a questão da liberdade de pensamento.

Particularmente importante é o artigo de autoria dos Professores Mariano F. Enguita e Henry M. Levin, acerca das reformas ocorridas nos sistemas escolares europeus ao largo de três décadas. Os autores procuram evidenciar que, ao lado da sua função de contribuir para a reprodução da sociedade desigual, tais reformas têm possibilitado também uma educação mais prolongada, mais livre e criativa e menos direcionada ao trabalho subordinado e repetitivo. Ao mesmo tempo, têm contribuído para aumentar as expectativas ocupacionais e a consequente frustração ante as oportunidades reais de emprego.

Na seção *Debates* duas questões de grande relevância e atualidade são discutidas por Maria de Fátima Costa Félix e Olac Fuentes Molinar. Trata-se da questão da municipalização do ensino de 1.º grau no Brasil e da democratização das universidades públicas do México.

Seguem-se duas *resenhas* importantes. A primeira elaborada por Vanilda Paiva, sobre o livro de Michael Löwy intitulado *Redenção e Utopia* e a outra, de autoria de Gaudêncio Frigotto que analisa a obra de Célia Frazão Soares Linhares, *A Escola e os seus Profissionais — Tradições e Contradições*. Por fim, o *Jornal da Educação* que aborda o punitivo processo da LDBEN e Fóruns Estaduais e Nacional em Defesa da Escola Pública. Com a aprovação pela Comissão de Educação da Câmara Federal do 2.º Substitutivo, projeto do Relator Deputado Jorge Hage, entra o processo em nova fase. Depois de passar pela Comissão de Finanças o texto aprovado será encaminhado ao Plenário da

7

Educação & Sociedade, n. 35, abril/90

Câmara Federal. Não se pode avaliar, no momento, se entrará em pauta ainda neste semestre. Entretanto, temos fortes indicadores de que a luta será árdua e difícil para aqueles que defendem a educação pública. É necessário e urgente que a sociedade civil organizada mantenha-se alerta na defesa da educação como direito de todo cidadão e na exigência do Estado para que ele cumpra a sua responsabilidade civil.

Revista
35